

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

**A IMPLEMENTAÇÃO DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO
AO ENSINO MÉDIO DE INFORMÁTICA NO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
RORAIMA**

LARISSA JUSSARA LEITE DE SANTANA

2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**A IMPLEMENTAÇÃO DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO AO
ENSINO MÉDIO DE INFORMÁTICA NO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA**

LARISSA JUSSARA LEITE DE SANTANA

Sob a orientação da Professora Dra.

NÁDIA MARIA PEREIRA DE SOUZA

Sob a co-orientação da professora

LIZ DENIZE CARVALHO PAIVA

dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação** no Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola, área de Concentração em Educação Agrícola

**Seropédica, RJ
Outubro de 2018**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S232i

Santana, Larissa Jussara Leite de , 1988-
A Implementação do Curso Técnico Integrado ao
Ensino Médio de Informática no Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima / Larissa
Jussara Leite de Santana. - 2018.
174 f.: il.

Orientadora: Nádia Maria Pereira de Souza.
Coorientadora: Liz Denize Carvalho de Paiva.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Educação Agrícola, 2018.

1. Implementação. 2. Informática. 3. Ensino Médio.
I. Souza, Nádia Maria Pereira de, 1962-, orient. II.
Paiva, Liz Denize Carvalho de, 1969-, coorient. III
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. IV. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

LARISSA JUSSARA LEITE DE SANTANA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 18/10/2018

Nádia Maria Pereira de Souza, Dra. UFRRJ

Ramofly Bicalho dos Santos, Dr. UFRRJ

Jane Rangel Alves Barbosa, Dra. UNIFOA

Ao meu Senhor, meu amigo e protetor
Jesus Cristo:

*“Sabemos que todas as coisas
cooperam para o bem daqueles que amam a
Deus, daqueles que são chamados segundo o
seu propósito”.*

Romanos 8:28

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao único que é digno de toda honra e de toda a glória; que nos momentos de aflição sempre esteve ao meu lado me carregando no colo quando minhas forças se acabaram: meu Senhor Jesus Cristo.

Por intermédio desse Deus grandioso fui presenteada com uma família maravilhosa, que sempre esteve ao meu lado: meu eterno carinho e admiração a você, minha princesa, minha mãe e minha melhor amiga Lúcia Santana; em seu nome represento e agradeço a todas as mulheres guerreiras da minha família.

Muito obrigada por me instruir pelo caminho de retidão, e por ter me incentivado a estudar sempre: meu herói, meu amigo, meu pai José Maria Leite.

Agradeço a você, que após dez anos veio para essa terra completar e alegar ainda mais a minha vida: muito obrigada meu maninho querido José Lucas da Silva Leite.

Agradeço às duas mulheres maravilhosas que Deus colocou em minha vida, que além de orientação, procurando sempre aperfeiçoar meu desenvolvimento intelectual, ensinaram-me a perseverar, permanecendo sempre ao meu lado. Essa não é minha pesquisa, e sim fruto de um trabalho realizado em parceria com vocês, Nádia Maria Pereira de Souza e Liz Denize Carvalho Paiva.

Agradeço às minhas chefes Raimunda Maria Rodrigues Santos e Joseane de Souza Cortez, pela compreensão no final da escrita deste trabalho: meu muito obrigada.

Agradeço a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, fizeram parte dessa caminhada e me ajudaram a amadurecer enquanto pesquisadora. Em nome do professor Gabriel de Araújo Santos agradeço aos professores do programa que puderam tornar esse sonho possível de ser realizado; em nome da professora Rosa Cristina Monteiro agradeço a toda a equipe da coordenação do PPGEA; em nome do meu saudoso colega Raimundo Nonato Chacon agradeço aos colegas de turma; em nome da pedagoga Maurivânia Wanderley Duarte Villa agradeço à Escola Estadual Ana Libória; e em nome do professor Ademar de Araújo Filho agradeço ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, onde perpasssei em período de estágios: obrigada pelas portas abertas, pelas amizades feitas; aos risos e às lágrimas.

Meu muito obrigada!

“Ser educador é ... Expandir o universo intelectual, proporcionando mudanças existenciais; fazer com que saberes sejam transmitidos; dar continuidade ao fortalecimento do essencial pilar na construção de uma sociedade pronta para um futuro promissor, recheado de seres humanos dignos, maduros, e respeitando-se uns aos outros, pois só conscientização intelectual pode levar ao verdadeiro respeito e reciprocidade de gesto.”

(Larissa Leite)

RESUMO

SANTANA, Larissa Jussara Leite de. **A Implementação do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio de Informática no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima**. 2018. 179f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2018.

Desde o surgimento da Educação Profissionalizante no país, em seus primórdios, com a escola de aprendizes e artífices, já coexistia a dicotomia entre Ensino Médio e Ensino Profissionalizante. Essa disparidade era vislumbrada sobre a égide da diferenciação de oferta de saberes, onde a qualificação profissional era proporcionada para os filhos de trabalhadores, fincada em um ensino curricular inflexível, a fim de qualificá-los para o mercado de trabalho. Ao longo do processo histórico, as legislações educacionais sempre têm procurado atender às demandas do mercado de trabalho, bem como de interesses e alianças políticas. Com o propósito de romper com esse sistema, no governo Lula, mediante a Lei n.º 11.892 de 29 de dezembro 2008, surge uma proposta inovadora de oferta no Ensino Profissionalizante: os Institutos Federais trazem consigo o desafio de ofertar Ensino Básico Técnico e Tecnológico. Ou seja, oferecer essa modalidade de ensino amparados na Resolução CNE/CEB Nº 06/2012, que dispõe sobre a orientação de oferta de Ensino Técnico Integrado ao Médio, Ensino Técnico Subsequente, Ensino PROEJA e Ensino Superior, através dos cursos de Tecnologias e Licenciaturas. Dentre essas modalidades de ensino coexistentes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima no Campus Boa Vista, esta pesquisa tem como objeto de estudo o Ensino Técnico Integrado ao Médio, e procura refletir sobre a evolução da educação profissionalizante no país, que permeou a implementação do Ensino Integral; mudança essa ocorrida em 2015 no campus Boa Vista. E, sendo o Curso Técnico Integrado Integral ao Médio em Informática um dos pioneiros, esta pesquisa busca analisar, através da perspectiva discente, o sujeito dessa modificação. Torna-se salutar conhecer quais as expectativas, principais mudanças de rotina de estudo, infraestrutura disponibilizada e desenvolvimento curricular foram desencadeadas ao longo do curso, no período letivo de 2015 a 2017, com o intuito de possibilitar reflexões e auferir sugestões dos participantes da pesquisa.

Palavras-Chave: Implementação, Informática, Ensino Médio.

ABSTRACT

SANTANA, Larissa Jussara Leite de. **The Implementation of the Integrated Technical Course to High School of Informatics in the Federal Institute of Education, Science and Technology of Roraima.** 2018. 179p. Dissertation (Master's in Agricultural Education). Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2018.

Since the emergence of Vocational Education in the country, in its beginnings, with the school of apprentices and artisans, the dichotomy between High School and Vocational Education coexisted. This disparity was glimpsed on the aegis of the differentiation of knowledge supply, where professional qualification was provided for the children of workers, engaged in an inflexible curricular teaching, in order to qualify them for the labor market. Throughout the historical process, educational legislations have always sought to meet the demands of the labor market, as well as political interests and alliances. With the purpose of breaking with this system, through the Lula government, through Law no. 11,892 of December 29, 2008, an innovative proposal of offer in Vocational Education arises: the Federal Institutes bring with them the challenge of offering Basic Technical and Technological Education. That is, to offer this modality of teaching supported by Resolution CNE / CEB No. 06 of September 20, 2012, which provides on the orientation of offer of Integrated Technical Education to the Middle, Subsequent Technical Education, PROEJA Teaching and Higher Education, through the courses of Technologies and Licenciaturas. Among these teaching modalities coexisting in the Federal Institute of Education, Science and Technology of Roraima in the Campus Boa Vista, this research has as object of study the Integrated Technical Education to the Middle, and seeks to reflect on the evolution of vocational education in the country, which permeated the implementation of Integral Education; a change that occurred in 2015 at the Boa Vista campus. And, being the Integrated Technical Course of the Integral to the Middle in Informatics one of the pioneers, this research seeks to analyze, through the student perspective, the subject of this modification. It is salutary to know what expectations, main changes of routine of study, available infrastructure and curricular development were triggered during the course, during the academic period from 2015 to 2017, in order to allow reflections and to obtain suggestions from the participants of the research.

Keywords: Implementation, Informatics, High School.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relatório Geral dos Cursos Regulares do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) referente ao período letivo de 2016.1.....	45
Tabela 2 – Relatório Geral dos Cursos Regulares do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) referente ao período letivo de 2016.2.....	45
Tabela 3 – Relatório dos Ingressantes em 2015 no Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR).....	48
Tabela 4 – Levantamento do índice de Ingressantes, Matriculados, Aprovados, Aprovados com Dependência e Reprovados do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio (Período de 2007 a 2017). Duração:4 anos.	49
Tabela 5 – Levantamento do índice de Transferidos, Evadidos, Cancelados, Concluídos e Certificados pelos ENEM do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio (Período de 2007 a 2017) Duração: 4 anos.	50
Tabela 6 – Levantamento do índice de ingressantes, matriculados, aprovados e aprovados com dependência do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio. (período de 2015 a 2017). Duração de 3 anos.	55
Tabela 7 – Levantamento do índice de Ingressantes no período letivo de 2015 a 2017, no Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio.	55
Tabela 8 – Perfil dos Discentes do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio (Faixa Etária)	56
Tabela 9 – Perfil dos discentes do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio (Gênero).	56
Tabela 10 – Perfil dos discentes do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio (Naturalidade)	57
Tabela 11 – Matriz Curricular do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio com duração de 3 anos.	61
Tabela 12 – Quadro Geral das Matrizes do Curso Técnico em Informática , com Duração de 4 e 3 anos.	62
Tabela 13 – Quadro Geral dos 1 ^{os} (Primeiros) anos das Matrizes do Curso Técnico em Informática com duração de 4 e 3 anos.	64
Tabela 14 – Quadro Geral dos 2 ^{os} (Segundos) Anos das Matrizes do Curso de Informática com duração de 4 e de 3 anos.	65

Tabela 15 – Quadro Geral dos 3.ºs (Terceiros) anos das Matrizes do Curso Técnico em Informática com duração de 4 e 3 anos.	67
Tabela 16 – Quadro do 4º (Quarto) ano da Matriz Curricular do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio com duração de 4 anos.	68
Tabela 17 – Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio – 3 anos - ÍNDICE DE RETENÇÃO	72
Tabela 18 – Quadro Geral de Índice de Evasão do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio.	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Organização Curricular segundo a LDB 9.394/96 e a Resolução CNE/CEB n.º 2/2012.....	35
Quadro 2 – Quadro de Vagas ofertadas para o Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio (para ingresso em 2015). Duração de 3 anos.	53
Quadro 3 – Sistematização do Instrumento aplicado à Coordenação de Curso – Categoria I: Identificação, Dimensão: 2 –Identificação do corpo docente.....	70
Quadro 4 – Quadro de Categorização dos Aspectos, Dimensões e Subdimensões da Pesquisa.	83
Quadro 5 – Quadro de Conceituação do Questionário aplicado na pesquisa.....	84
Quadro 6 – Questão 13 - Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático - Pedagógico, subdimensão 2.1 Aspectos Gerais do Curso de Informática.....	109
Quadro 7 – Questão 14 - Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático - Pedagógico, subdimensão 2.1 Aspectos Gerais do Curso de Informática.....	110
Quadro 8 – Questão 15- Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático - Pedagógico, subdimensão 2.1 Aspectos Gerais do Curso de Informática.....	111
Quadro 9 – Questão 16 (ALTERNATIVA D) - Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.3 Aspectos Pedagógicos do Curso de Informática	131
Quadro 10 – Questão 17 - Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.4.Considerações favoráveis e desfavoráveis do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio na perspectiva discente.....	132

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Questão 5 - Categoria I - Aspectos Gerais do Campus Boa Vista - IFRR, Dimensão 1 – Infraestrutura, subdimensão 1.1 Espaço Físico Geral do IFRR.	86
Gráfico 2 – Questão 8 - Categoria I - Aspectos Gerais do Campus Boa Vista – IFRR. Dimensão.....	87
Gráfico 3 – Questão 9 - Categoria I - Aspectos Gerais do Campus Boa Vista – IFRR. Dimensão 1 – Infraestrutura, subdimensão 1.1 Espaço Físico Geral do IFRR.	88
Gráfico 4 – Questão 10 - Categoria I - Aspectos Gerais do Campus Boa Vista – IFRR. Dimensão 1 – Infraestrutura, subdimensão 1.1 Espaço Físico Geral do IFRR.	88
Gráfico 5 – Questão 11 - Categoria I - Aspectos Gerais do Campus Boa Vista – IFRR. Dimensão 1 – Infraestrutura, subdimensão 1.1 Espaço Físico Geral do IFRR.	89
Gráfico 6 – Questão 1 - Categoria I - Aspectos Gerais do Campus Boa Vista – IFRR. Dimensão 1 – Infraestrutura, subdimensão 1.2 Espaço Físico específico para atendimento dos alunos do Curso de Informática.....	90
Gráfico 7 – Questão 2 - Categoria I - Aspectos Gerais do Campus Boa Vista – IFRR. Dimensão 1–Infraestrutura, subdimensão 1.2 Espaço Físico específico para atendimento dos alunos do Curso de Informática.....	91
Gráfico 8 – Questão 3 - Categoria I - Aspectos Gerais do Campus Boa Vista – IFRR. Dimensão 1 – Infraestrutura, subdimensão 1.2 Espaço Físico específico para atendimento dos alunos do Curso de Informática.....	93
Gráfico 9 – Questão 4 - Categoria I - Aspectos Gerais do Campus Boa Vista – IFRR. Dimensão 1 – Infraestrutura, subdimensão 1.2 Espaço Físico específico para atendimento dos alunos do Curso de Informática.....	94
Gráfico 10 – Questão 6 - Categoria I - Aspectos Gerais do Campus Boa Vista – IFRR. Dimensão 1 – Infraestrutura, subdimensão 1.2 Espaço Físico específico para atendimento dos alunos do Curso de Informática.....	94
Gráfico 11 – Questão 2 - Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático - Pedagógico, subdimensão 2.1 Aspectos Gerais do Curso de Informática.....	97
Gráfico 12 – Questão 3 - Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático - Pedagógico, subdimensão 2.1 Aspectos Gerais do Curso de Informática.....	100
Gráfico 13 – Questão 4 - Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático - Pedagógico, subdimensão 2.1 Aspectos Gerais do Curso de Informática.....	101
Gráfico 14 – Questão 8 - Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático - Pedagógico, subdimensão 2.1 Aspectos Gerais do Curso de Informática.....	103
Gráfico 15 – Questão 8 – (Conceito) Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático - Pedagógico, subdimensão 2.1 Aspectos Gerais do Curso de Informática.....	104

Gráfico 16 – Questão 9- Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático - Pedagógico, subdimensão 2.1 Aspectos Gerais do Curso de Informática.....	105
Gráfico 17 – Questão 9- (Conceito) Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático - Pedagógico, subdimensão 2.1 Aspectos Gerais do Curso de Informática.....	106
Gráfico 18 – Questão 9.1 –Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático - Pedagógico, subdimensão 2.1 Aspectos Gerais do Curso de Informática.....	108
Gráfico 19 – Questão 6 - Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.2 Aspectos Didáticos do Curso de Informática.....	113
Gráfico 20 – Questão 6 – (Conceitos) - Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.2 Aspectos Didáticos do Curso de Informática	113
Gráfico 21 – Questão 10- Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.2 Aspectos Didáticos do Curso de Informática.....	114
Gráfico 22 – Questão 10- (Conceitos) - Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.2 Aspectos Didáticos do Curso de Informática	115
Gráfico 23 – Questão 12- Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.2 Aspectos Didáticos do Curso de Informática.....	117
Gráfico 24 – Questão 1 - Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.3 Aspectos Pedagógicos do Curso de Informática.....	119
Gráfico 25 – Questão 1 (Conceito) - Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.3 Aspectos Pedagógicos do Curso de Informática	119
Gráfico 26 – Questão 5 -Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.3 Aspectos Pedagógicos do Curso de Informática.....	121
Gráfico 27 – Questão 5 - (Conceito) Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.3 Aspectos Pedagógicos do Curso de Informática	122
Gráfico 28 – Questão 7 - Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.3 Aspectos Pedagógicos do Curso de Informática.....	123
Gráfico 29 – Questão 7 - (Conceito) Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.3 Aspectos Pedagógicos do Curso de Informática	124

Gráfico 30 – Questão 11 - Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.3 Aspectos Pedagógicos do Curso de Informática.....	126
Gráfico 31 – Questão 11 - (Conceito) Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático - Pedagógico, subdimensão 2.3 Aspectos Pedagógicos do Curso de Informática	126
Gráfico 32 – Questão 16 - Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.3 Aspectos Pedagógicos do Curso de Informática.....	128
Gráfico 33 – Questão 16 (ALTERNATIVA C) - Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.3 Aspectos Pedagógicos do Curso de Informática	130
Gráfico 34 – Questão 17 (ASPECTOS FAVORÁVEIS) - Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógico, subdimensão 2.4.Considerações favoráveis e desfavoráveis do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio na perspectiva discente.....	133
Gráfico 35 – Questão 17 (ASPECTOS DESFAVORÁVEIS) - Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2–Didático-Pedagógica, subdimensão 2.4.Considerações favoráveis e desfavoráveis do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio na perspectiva discente	135

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAES	Coordenação de Assistência ao Estudante
CEB	Conselho da Educação Básica
CEFET – RR	Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima
CELE	Centro de Estudos de Língua Estrangeira
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNCT	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONSUP	Conselho Superior
CPPSV	Comissão Permanente de Processo Seletivo e Vestibular
DAPE	Departamento de Apoio Pedagógico e Desenvolvimento Curricular
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DEIINF	Departamento de Indústria, Infraestrutura e Informática
DERA	Departamento de Registros Acadêmicos
DIPESP	Diretoria de Pesquisa
EAD	Educação a Distância
EBTT	Ensino Básico Técnico e Tecnológico
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ETFRR	Escola Técnica Federal de Roraima
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IFRR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
MEC	Ministério da Educação
MP	Medida Provisória
NEABI	Núcleo de Estudos Afro – Brasileiros e Indígenas
OD	Organização Didática
PARFOR	Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PCC	Plano de Curso
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIBAEX	Programa Institucional de Bolsas e Auxílios para Ações de Extensão

PIBICT	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica
PROEJA	Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos
PROFUNCIONÁRIO	Programa Indutor de Formação Profissional em Serviço dos Funcionários da Educação Básica Pública
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SETEC	Secretaria de Educação Profissional Integrada e Tecnológica
SEMTEC	Secretaria de Educação Média e Tecnológica
SPBA	Sociedade Propagadora das Belas Artes
TADS	Curso Superior em Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
UERR	Universidade Estadual de Roraima
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
1.1	Objetivos.....	3
1.1.1	Objetivo geral	3
1.1.2	Objetivos específicos	3
2	A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL – HISTÓRICO, CARACTERIZAÇÃO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS.	4
2.1	A Formação Profissional Técnica: um Novo Olhar para Velhos Conceitos	4
2.2	Conceitos de Educação, Trabalho e Educação Profissional na Perspectiva Escolar..	9
2.3	Breve Histórico à Luz da Dicotomia: Ensino Médio e Ensino Profissionalizante na Educação Brasileira.	14
2.4	O Papel Histórico-Social das Políticas Educacionais no Ensino Profissionalizante no Brasil.	29
3	O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA – HISTÓRICO- CARACTERIZAÇÃO – CAMPUS BOA VISTA	40
3.1	O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.	40
3.2	Campus Boa Vista	42
4	O ENSINO MÉDIO EM REGIME INTEGRAL NA FORMA INTEGRADA NO CURSO DE INFORMÁTICA NO CAMPUS BOA VISTA	47
4.1	Breve Histórico do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio.	48
4.2	Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio.	51
4.2.1	Caracterização dos discentes do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio.	56
4.2.2	Perfil do egresso do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio.	59
4.2.3	Matriz Curricular do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio.	60
4.2.4	Perfil do docente do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio.	69
4.2.5	Índice de Retenção do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio.	72
4.2.6	Índice de Evasão do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Médio. .	73
5	PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS	75
5.1	Elaboração do Projeto.....	75
5.2	O Desenvolvimento da Pesquisa.	77
5.3	Pesquisa Qualitativa	77
5.4	Desenvolvimento da Pesquisa.	79
5.5	Limites e Possibilidades na Coleta de Dados.	81
6	ANÁLISE DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO INTEGRAL EM INFORMÁTICA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA NO CAMPUS BOA VISTA	85
6.1	Percepção Discente.....	85

6.1.1	Categoria I – Aspectos gerais do Campus Boa Vista–IFRR (Dimensão 1 Infraestrutura).....	86
6.1.2	Subdimensão 1.1 – Espaço físico geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima–Campus Boa Vista.....	86
6.1.3	Subdimensão 1.2 – Espaço físico específico para atendimento dos alunos do Curso Técnico de Informática.....	90
6.1.4	Categoria II – Aspectos específicos do Curso de Informática (Dimensão 2: Didático-Pedagógica).....	96
6.1.4.1	Subdimensão 2.1 – Aspectos gerais do Curso de Informática.....	97
6.1.4.2	Subdimensão 2.2 – Aspectos Didático –Pedagógicos do Curso de Informática.	112
6.1.4.3	Subdimensão 2.3 – Aspectos pedagógicos do Curso de Informática.....	118
6.1.4.4	Subdimensão 2.4 – Considerações dos participantes da pesquisa sobre o Curso Técnico de Informática: Aspectos favoráveis e desfavoráveis.....	131
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
8	REFERÊNCIAS	142
9	ANEXOS	149
	Anexo A – Autorização para acesso aos dados do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.....	149
	Anexo B – Carta de Anuência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.....	150
	Anexo C – Parecer da Comissão de Ética da Universidade Federal de Roraima na Pesquisa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.	153
	Anexo D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – (TCLE).....	157
	Anexo E – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido – (TALE).....	160
10	APÊNDICES	163
	Apêndice A – Questionário da Percepção Discente.	163
	Apêndice B – Questionário da Percepção da Coordenação de Curso.	169

1 INTRODUÇÃO

A trajetória sobre minha formação acadêmica teve início em 2006; com a conclusão do Curso em Licenciatura Plena em Pedagogia em 2009, e, seguindo a ânsia de buscar mais saberes educacionais, no ano de 2010 participei da Especialização em Supervisão e Orientação Educacional pela Universidade Federal do Amazonas, tendo como tema *A Ação do Pedagogo no processo de Ensino-Aprendizagem*, onde pude averiguar no cotidiano escolar quais os meios de atuação profissional que minha formação em Pedagogia poderia intervir didaticamente para a melhoria do processo de ensino; bem como aprofundar-me na leitura de literaturas que abrangiam essa temática, e acompanhar várias experiências profissionais na área.

No ano de 2014, após experiência como docente no Ensino Superior, procurei me aperfeiçoar, buscando conhecimentos e cursando a pós-graduação em *Docência no Ensino Superior*, através do centro Universitário Barão de Mauá, obtendo com o título de meu artigo *O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR no IFRR Campus Boa Vista: do Currículo ao Planejamento do Professor na Segunda Licenciatura*, onde pude compreender esse programa e interagir com os professores que participavam das turmas ofertadas pelo IFRR e os benefícios que a segunda licenciatura lhes proporcionava; assim como os docentes que não obtinham graduação, apenas magistério oferecido em concomitância ao Ensino Médio, poderiam obter através desse mesmo programa a primeira Licenciatura; porém, o objeto da pesquisa se ateve somente nos alunos oriundos da segunda licenciatura nos cursos de Língua Espanhola ou Educação Física.

Acerca do ensino profissionalizante em Roraima, há que se ressaltar que as demandas profissionais coincidem com os interesses presentes em cada época. A verticalização dessa modalidade de ensino no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) para a modalidade de Ensino Médio Integral Integrado ocorrida em 2015 trouxe mudanças positivas e negativas. Neste contexto, torna-se imprescindível abordar as especificidades educacionais existentes no IFRR, visto que a educação profissionalizante proporciona cursos de acordo com a demanda das empresas e da sociedade, gerando troca de interesses de grupos privatizantes, em algumas vezes comprometendo o significado de qualificação profissional.

Como fruto das inúmeras mudanças ocorridas no processo histórico educacional, o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima no Campus Boa Vista deixou de ofertar o Ensino Técnico Integrado ao Médio, que havia sido oferecido no turno matutino no ano de 2015. Nessa perspectiva, os objetivos e metas a serem alcançados foram ampliados, direcionando os estudos para a modalidade de Ensino Médio Integral Integrado, ofertado em dois turnos, tomando assim, de forma pioneira no estado, esta responsabilidade de continuidade desse processo de ensino profissional de 2015 até os dias atuais.

No primeiro capítulo desta dissertação, que traz como título “A Educação Profissional no Brasil – Histórico, Caracterização e Políticas Educacionais” salientamos o reflexo das mudanças sociais ocorridas ao longo do período histórico, e as decorrentes modificações na legislação à luz dessas discussões dentro de uma perspectiva escolar juntamente com o contexto nas quais estavam inseridas, em cotejamento com as leis, decretos-lei e resoluções. Bem como, ao mesmo tempo, com divisões de classes, e de formação para aqueles que obtinham formação intelectual, visando prosseguir na educação superior; e para aqueles que eram direcionados às fábricas e indústrias, fornecendo qualificação profissional.

No segundo capítulo buscamos caracterizar o local e o contexto onde foi realizada a pesquisa de campo com o objetivo de descrever o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), discorrendo sistematicamente sobre seus aspectos históricos e

legais, assim como a importância dessa Instituição de Ensino no âmbito estadual para o desenvolvimento e expansão do ensino técnico e tecnológico, seguido da explanação sobre o Campus Boa Vista, local onde ocorreu a pesquisa, pioneiro na oferta da modalidade de Ensino Técnico Integrado ao Médio, mediante oferta dos cursos de Informática e de Secretariado.

No terceiro capítulo deste estudo abordamos sobre o Curso Técnico em Informática, delineando sobre a égide de documentos oficiais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) como a Organização Didática (OD/2012) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/2014) a perspectiva dos discentes acerca da implementação do Curso Técnico de Informática no Campus Boa Vista, sendo a análise deste curso integral desenhado a partir da opinião desses sujeitos sobre a organização didática pedagógica do curso e de infraestrutura da instituição de ensino. Para que fosse possível a realização desta análise, perpassamos desde a fundação do Curso Técnico em Informática no Campus Boa Vista em 2007, quando ainda era ofertado somente na modalidade Integrada, até a implementação do Curso Técnico em Informática na forma Integral, refletindo sobre a caracterização dos discentes do curso, perfil do egresso, organização didático-pedagógica e os índices de evasão e retenção referentes aos anos iniciais desse período de implementação do Curso – 2015 a 2017.

No quarto capítulo explicitamos o caminho percorrido para a construção e avanço deste estudo. Inicialmente, por intermédio da elaboração do projeto, tendo como objeto de estudo o Ensino Profissional e a relevância da pesquisa para constatação da implementação do Curso Técnico em Informática na forma Integral; em seguida, sublinhamos a evolução da pesquisa com o foco acerca do Curso de Informática, visto que esse é o único do Campus Boa Vista com possibilidade de continuidade de estudos na área de formação em Tecnologia da Informação por intermédio do Ensino Técnico Integrado ao Médio, mediante ingresso no Curso Superior em Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; na sequência, apresentamos a justificativa pela escolha do método qualitativo para o desenvolvimento da pesquisa; e, por fim, expomos as limites e possibilidades na coleta dos dados.

O quinto capítulo desenha a investigação realizada na pesquisa, por intermédio da percepção do aluno sobre a implementação do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio, pelo qual, estruturamos em duas Categorias: a primeira descreve os aspectos gerais do campus Boa Vista, com arrimo na dimensão de sua infraestrutura, buscando entender quais as expectativas e disponibilidade do Campus nessa vertente, de forma geral; e, de forma específica, para os discentes do curso de informática a segunda categoria discorre sobre os aspectos específicos do curso de informática, dentre essas vertentes, destacam-se a proposta pedagógica de integração e a organização da matriz curricular tendo como suporte o eixo integrador de informação e comunicação, sendo a perspectiva do discente sobre as atividades pedagógicas desenvolvidas no campus e, suas relações entre escola, mercado de trabalho e continuidade nos estudos na área da tecnologia da informação se desenvolveram ao longo desse processo educacional.

O presente estudo tem como objetivo analisar a implementação do curso técnico de informática integrado ao médio na forma integral juntamente com as reformas educacionais brasileiras que vêm refletindo, ao longo do processo histórico mudanças na Educação de Nível Médio. Para atingir tal objetivo discorreremos sobre a dicotomia educação e trabalho em uma perspectiva sócio histórica, bem como aos conceitos de trabalho, educação e trabalho na perspectiva da educação profissional para que assim, pudéssemos delinear a Educação Profissional no Brasil, remetendo-nos aos históricos da educação brasileira, sua caracterização e os reflexos nas políticas educacionais, procurando refletir sobre a evolução da Educação Profissionalizante no país, e compreender como o curso de informática insere-se nesse contexto atual juntamente com essas mudanças que continuam ocorrendo.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

1. Analisar a implementação do Curso Técnico de Informática integral na forma integrada do Campus Boa Vista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

1.1.2 Objetivos específicos

1. Descrever os pressupostos Históricos e Legais da Educação Profissional no Brasil;
2. Caracterizar aspectos históricos, administrativos e contextuais do Campus Boa Vista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.
3. Identificar as condições de oferta, a organização didático-pedagógica e os índices de evasão e retenção nos anos iniciais referentes à implementação do Curso Técnico Integrado ao Médio de Informática no Campus Boa Vista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.
4. Analisar a percepção discente quanto à sua formação no Ensino Médio Integral na forma Integrada do Curso de Informática do Campus Boa Vista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL – HISTÓRICO, CARACTERIZAÇÃO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS.

Este capítulo apresenta o objetivo específico desta pesquisa: descrever os pressupostos históricos e legais da Educação Profissional no Brasil em duas principais dicotomias que permeiam a educação profissional: a ressignificação da relação entre trabalho e emprego, e a coexistência entre o ensino médio e o ensino profissionalizante. Sobre a ressignificação na relação entre trabalho e emprego discutiremos sobre a formação profissional técnica em contraste com a definição de trabalho e educação em uma perspectiva escolar. Para desenhar o quadro da educação profissional no país discutiremos sobre um breve histórico do surgimento da educação profissional no Brasil, cotejando os impactos das reformas legais na educação profissional.

Para que fosse possível o delineamento sobre o desenvolvimento e evolução da formação técnica e tecnológica no país, analisa-se o conceito de trabalho e seus marcos presentes ao longo do processo histórico-social; verifica-se de que maneira as nuances e a divisão de tarefas vêm desenhando o quadro de vagas de emprego; bem como a definição do mercado de trabalho de acordo com os conhecimentos intelectuais e posses financeiras dos sujeitos participantes deste processo.

A caracterização da educação profissional no país encontra-se correlacionada na dicotomia existente entre o ensino médio e a educação profissionalizante. Sendo o ensino médio parte integrante da educação básica, ele surgiu, naturalmente, anterior à educação profissional; no entanto, a formação básica presente na matriz curricular do ensino médio regular sempre foi necessária para o aperfeiçoamento da formação profissional. Note-se que desde seu surgimento não houve uma coexistência ou integração entre essas modalidades, apenas aglutinação ou opção, pelos discentes, em dados momentos históricos, por qual formação gostariam de apreender na especificidade da formação profissional, sendo oportunizadas as matrizes curriculares mais completas na formação intelectual às classes favorecidas, e as matrizes reduzidas e focalizadas para a qualificação profissional para os filhos dos trabalhadores.

Neste sentido, a educação profissional técnica no país é delineada no levantamento Histórico de seu surgimento. Este capítulo tem por objetivo caracterizar a educação profissional no Brasil, evidenciando seus marcos históricos ao longo do século XX, possibilitando observar as distintas visões acerca dos conceitos que abrangem as relações formativas refletidas nas mudanças de governo, mudanças no olhar sobre a educação e, conseqüentemente, o papel histórico e social das políticas educacionais que esses impactos das reformas legislativas na educação profissional trazem para a execução do processo.

2.1 A Formação Profissional Técnica: um Novo Olhar para Velhos Conceitos

Para tratarmos de Educação profissional precisamos remeter aos conceitos que antecedem a esse fato, pois a relação trabalho–escola possui várias distinções. A intenção do mercado de trabalho muitas vezes difere dos currículos desenvolvidos na escola regular ou de ensino profissional. Essa divergência resulta no desemprego em ascensão entre a juventude. Acredita-se que a seleção de oportunidade empregatícia geralmente requer experiências, algo que os jovens procuram obter com uma primeira oportunidade. O distanciamento ideológico e de objetivos afins da educação se dá, principalmente:

De um lado, estão as representações que denotam negatividade, mediante a subestimação da importância da escola e a supervalorização da experiência, dos saberes e do *savoir faire* adquiridos no mundo do trabalho; de fato, muitas pessoas ainda acreditam que a imersão em atividade de trabalho constitua “a verdadeira escola”. De outro, estão as visões idealizadas que superestimam a importância da escola como veículo de formação profissional e de ingresso no mercado, ainda que exista um divórcio entre o que é ensinado na instituição escolar e os desafios a serem enfrentados no mundo do trabalho (MANFREDI, 2002, p. 31)

Dessa forma, é negada aos jovens a oportunidade de obter esses saberes adquiridos no mundo do trabalho e, na particularidade do Brasil, trabalhar e estudar é uma realidade para os jovens, visto que, considerando o aparato histórico e social do país, essas vagas/empregos são ocupadas por famílias de baixa renda, obrigando os estudantes de ensino médio adentrarem no mercado de trabalho para auxiliar no sustento financeiro da família. Nessa perspectiva surge a procura pela educação profissionalizante pelos jovens que necessitam auxiliar financeiramente sua família; e essa educação é uma alternativa de que isso possa ser garantido, pois lhes possibilitará desenvolver habilidades e competências para desempenhar no mundo do trabalho.

Por mais que as ideologias se diferenciem entre si, existe uma razão pela qual os jovens procuram essa alternativa de ingressar no ensino profissionalizante: preparar-se para adentrar no mercado de trabalho para manter-se na sociedade. Os pensamentos acerca de trabalho descritos pelos autores Manfredi (2002), Kuenzer (1997), (1988), (2001), Enguita (1989) e Cunha (1977) mostram que apesar das incompatibilidades ocorridas na execução das políticas, a escola continua sendo o melhor espaço de profissionalização. Muitas vezes não se leva em consideração a necessidade desse indivíduo de obter a formação intelectual com foco no trabalho. Portanto, com a atual necessidade do mercado, e dos jovens, percebe-se a necessidade de alinhar os desejos e expectativas dos jovens egressos, assim como a expectativa do mercado de trabalho e das instituições de ensino.

Essa distinção gera desgaste de ambas as partes, e aumenta a taxa de desemprego no país. Podemos argumentar: o que o mercado de trabalho almeja? A instituição de ensino está ofertando as demandas de cursos de acordo com a necessidade do mercado para que possa ser disponibilizada a esse jovem egresso a chance de ascender socialmente com uma vaga de emprego? Como obter-se uma educação profissional coesa no país? Como proporcionar aos jovens ingressantes no ensino médio profissionalizante essa oportunidade de entrar no mercado de trabalho?

Na Historicidade das profissões, Manfredi (2002) baseia-se no trabalho desenvolvido por Dereymez (1995) para afirmar que ele (o trabalho) é base fundadora da economia, da estruturação de categorias socioprofissionais, e do trabalho como objeto de ação e intervenção de políticas governamentais. A diferenciação entre as profissões por níveis organiza-se da forma descrita por Dereymez, uma vez que existe hierarquia também nesse aspecto de profissional.

No senso comum costuma-se afirmar que as pessoas, para ter uma ascensão social, precisam estudar. O estudo possibilitaria essa ascensão para aqueles que assim o fizessem, a fim de que não tivessem a necessidade de atuar em trabalhos manuais, que necessitassem de força bruta, de muito esforço físico, sem obter remuneração satisfatória, onde, ao contrário dos profissionais que necessitam de formação profissional específica, necessitam de esforço intelectual alto e, portanto, possuem elevados salários, com, menos esforços físicos.

Através desta nuance, os salários e o estilo, ou qualidade de vida, desenvolveram-se através desse viés profissional, ou seja, esse conceito do senso comum reforça a ideia de Dereymez (1995) de que o trabalho é a base para a estruturação de categorias socioprofissionais. A sociedade possui essa distinção social através das profissões desde os

primórdios, e isso leva em consideração o lugar na sociedade que esse profissional irá ocupar como reflexo de sua profissão.

Dereimez (1995) afirma que o trabalho constitui uma das bases fundadoras da economia de qualquer sociedade. Nas sociedades primitivas já existiam essas subdivisões:

Nas sociedades primitivas, em civilizações que viviam à base dessa economia de coleta, de pesca e de agricultura rudimentar, a primeira divisão social do trabalho dava-se segundo a diferenciação sexual e de idade: crianças e jovens eram responsáveis por certas tarefas domésticas, às mulheres cabiam atividades domésticas e a agricultura e aos homens reservavam-se as tarefas mais “nobres”, como a colheita e a caça. Predominavam as formas de trabalho manual, isto é, executado mediante o emprego da própria força física, com o auxílio de instrumentos e equipamentos rudimentares, como o machado, a foice, etc., que exigiam habilidade em seu manuseio (MANFREDI, 2002, p.34 e 35).

Essa diferenciação social do trabalho pode ser constatada desde os primórdios da divisão laboral, quando a primeira divisão de tarefas ocorreu sob a égide de gêneros, onde homens e mulheres desempenhavam trabalhos diferenciados, conforme suas “limitações de gêneros”. As mulheres desempenhavam atividades domésticas, ou seja, mantinham a casa limpa e em ordem para que o homem, após um dia de trabalho, pudesse retornar e descansar sem preocupar-se em auxiliá-la, pois as tarefas –as atividades domésticas– já estariam concluídas.

As atividades agrícolas eram desenvolvidas pelas mulheres. Estas tinham, então, não somente uma, mas duas tarefas: a doméstica e a agrícola. Os gêneros alimentícios eram destinados ao sustento da casa, e também usados para o escambo, a fim de trocar a produção agrícola por outros produtos necessários para o bom andamento de suas atividades domésticas.

Depreende-se que as mulheres obtinham então três atividades laborais: doméstica, agricultura e escambo (primórdio da comercialização). Aos homens cabiam as atividades nomeadas como “nobres”, como a colheita e a caça. Nota-se então o início da divisão do trabalho. Podemos relacionar este fato sob a égide Durkheimiana, onde estrutura-se a divisão social do trabalho, que faz com que cada indivíduo tenha seu lugar no âmbito trabalhista, e suas ocupações correlacionam-se entre si.

No momento em que as civilizações de modernizaram, e conseqüentemente necessitam de novos ofícios e mão de obra qualificada para tal:

É nesse momento histórico que aparecem as primeiras noções de profissões e de especializações profissionais – o ferreiro, o mecânico, o tecelão, o comerciante, o banqueiro. No passado assim como na atualidade, as especializações profissionais surgem em decorrência de mudanças de ordem técnico organizativa no sistema econômico das sociedades, afetando igualmente as condições materiais de trabalho e os tipos de profissionais necessários (MANFREDI, 2002, p.36).

A historicidade das profissões inicia em seus ofícios a divisão de trabalho que, ao longo de todo processo histórico, vem se moldando às necessidades da sociedade e, principalmente, do mercado de trabalho. A caracterização do trabalho sofre mudanças refletidas na profissionalização: em um primeiro momento pela agricultura e pelos trabalhos manuais, subdividido em ofícios para mulheres e para os homens. Surge então a necessidade de se obter profissionais capacitados a realizarem determinada atividade, formando grupos homogêneos com o surgimento das profissões em dois princípios: 1– Preocupação com a satisfação das necessidades; 2 – Crescente complexidade e diversificação das funções. Sobre a

contínua necessidade de suprir os anseios do mercado de trabalho e suas mudanças, Manfredi (2002) esclarece:

Nesse momento histórico ocorre um processo de metamorfose do trabalho, que, de autônomo e independente, passa a ser assalariado, dependente e sob o controle do capital. São as grandes transformações econômicas e técnicas que surgem com a gênese e o desenvolvimento do capitalismo, enquanto modo de produção e distribuição de riquezas, por volta dos séculos XV e XVI, na Europa. Nos países mais pobres, colonizados pelos europeus, essas transformações ocorrerão mais tarde, durante o século XX (MANFREDI, 2002, p. 38 e 39).

Nota-se claramente que o ritmo de transformações dos países europeus é diferente do ritmo de evolução trabalhista dos países mais pobres, e por mais que a divisão de trabalho defendida por Durkheim seja de uma sociedade portadora de um determinado pacto de convivência, onde a diferenciação das profissões correlacionam-se entre si, o capitalismo difere muito dos tratados trabalhistas em uma determinada região; ele afeta a formação social do trabalho como um todo na esfera global.

O atraso nas transformações do trabalho pode gerar prejuízos no desenvolvimento dos países mais pobres. Note-se que a história não se relaciona harmoniosamente entre todos os países. Por esse motivo, sendo o Brasil – no período do século XV e XVI – ainda colônia de Portugal, passando por entraves históricos, exploração e tomada de terras, divisão da colônia em capitâncias hereditárias, exploração do açúcar, entre outros, em muito distanciava-se da evolução trabalhista dos países europeus.

No século XIX as atividades domésticas foram substituídas pela indústria têxtil. Os industriais favoreciam cada inovação que permitisse prescindir os artesãos adultos. Nos últimos 20 anos, o processo de qualificação e desqualificação desencadeou um desmonte, deslocamento e novas profissões na história. Nesse contexto, o capitalismo em ascensão busca a adoção das atividades produtivas e de comunicação, onde se torna imprescindível a necessidade de se obter novas habilidades e competências técnicas para atuar de acordo com as novas demandas de trabalho. E com o surgimento do processo de globalização, no final do século XIX e início do século XX, o investimento em determinadas profissões que englobassem aspectos tecnológicos tornou-se primordial para a era digital vindoura.

A implantação do trabalho deu-se em meados da história, em consonância com a Revolução Industrial e a Globalização. Por mais que isso tenha sido um marco importante, levando em consideração os fatos que representam esse momento histórico, ela aponta para os atores (os trabalhadores) por detrás dessas transformações sociais e trabalhistas. No entanto, enfatiza e retoma a atenção para a classe trabalhadora, prioritariamente da importância do seu papel na história, nomeada como humanidade trabalhadora, onde essa demanda de manuseio e força motriz do capital gera entre os séculos a transformação do trabalho e das profissões, onde:

O capitalismo e a industrialização trouxeram consigo um enorme aumento da riqueza e empurraram as fronteiras da humanidade em direção a limites que antes seriam inimagináveis, mas seu balanço global está longe de ser inequivocamente positivo. Se pensarmos o mundo em seu conjunto, em lugar de fazê-lo somente na parte que ocupamos, não é difícil ver que destruímos a África e que demos lugar a uma escandalosa polarização entre riqueza e miséria na Ásia e na América Latina, fazendo com que milhões de pessoas vivam abaixo do nível de subsistência e substituindo prometidos processos de desenvolvimento autônomo – como na Índia e em outros lugares – por uma dependência atroz. Se examinamos a história dos povos que entraram em nossa órbita encontramos em toda parte processos de extermínio intencional – mediante as guerras – ou de genocídio derivado, mas muito mais eficaz – mediante a destruição de suas economias, do trabalho forçado ou da exportação de

enfermidades às quais não estavam imunizados, como foi o caso de toda a Ibero-América (ENGUIITA, 1989, p. 5).

O marco histórico do trabalho embasa-se tão somente na classe trabalhadora e da manipulação do capital sobre ela, sempre almejando galgar novos espaços, sejam eles tecnológicos ou manufatureiros. Enguita (1989) evidencia que a sociedade do capital traz consigo o estancamento no desenvolvimento dos países mais pobres. Nesse sentido, Manfredi (2002) afirma que o desenvolvimento dos países mais ricos construiu-se acima da estagnação social dos países mais pobres. Todo esse desenrolar histórico e social embasa as características da configuração do trabalho assalariado:

- a) Separação entre o trabalho manual e intelectual, havendo uma cisão entre concepção e execução, é imanente ao processo de trabalho capitalista, pois constitui um aspecto do monopólio que o capital tem sobre o conhecimento (acúmulos gerados pela ciência e tecnologia) e o poder de projetar sistemas de produção. (...);
- b) O controle hierárquico e a disciplina são essenciais para que o capital possa alocar tarefas, impor velocidades e intensificações, punir a má qualidade e assim por diante, pois afinal de contas, é ele que dá as regras no interior do processo de trabalho (...) O trabalhador assalariado deve submeter-se aos ritmos impostos pela maquinaria, aos fluxos planejados de produção e às normas de rendimento estabelecidas pela direção. O trabalhador por conta própria controla-as apenas de forma limitada, pois o movimento dos preços força-o a não distanciar-se demasiadamente do calendário, do horário e do ritmo impostos por aqueles que têm menos escrúpulos em explorar a si mesmo. (...);
- c) Fragmentação/desqualificação – a desqualificação é inerente ao processo de trabalho capitalista porque o capital deve visar ter funções de trabalho que sejam rotinas calculáveis, padronizáveis, porque este trabalho deve ser executado à velocidade máxima e com o mínimo de “porosidade” e porque o capital quer força de trabalho que seja barata e facilmente substituível (...) (MANFREDI, 2002, p. 42-44).

A caracterização do capital sobre o trabalho tem início com as atividades manuais, onde os trabalhadores necessitam ter maior gasto de energia física, e também tiveram as atividades nobres, pelas quais os trabalhadores desta vertente não necessitam ter um gasto em trabalhos manuais e sim em nível de operacionalização intelectual. Forma-se então o controle hierárquico, onde o trabalhador desenvolve suas funções específicas, conforme nível intelectual e habilidades para cada atividade singular.

Após o processo histórico enfrentado pelos trabalhadores, muitos deles advindos de forma forçada para o “bom desenvolvimento das grandes metrópoles”, e após o evento da Revolução Industrial e do ápice com o capitalismo refletido pela globalização, a história continuou a mudar, tendo em vista que reformas trabalhistas e evoluções não ocorrem de forma simultânea entre os países, sendo vislumbrado tal desenvolvimento em países com baixa renda em meados do século XX. Podemos argumentar que esse processo histórico desencadeou novas divisões de trabalho no contexto atual trabalhista no século XXI?

A sociedade continua em constante mudança, e a população trabalhadora precisa adaptar-se a elas. Por isso, novas classes trabalhadoras surgiram. Para tais mudanças eram necessárias novas funções e ofícios. No entanto, a égide do capital perpassa por mudanças mais uma vez, onde as atividades domésticas presentes nos primórdios da divisão do trabalho continuam sendo prioritariamente exercidas por mulheres; essas atividades não eram remuneradas.

Atualmente existe a Lei Complementar n.º 150, de 1º de junho de 2015, que dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico, garantindo às mulheres que obtinham sua subsistência através do trabalho doméstico os direitos trabalhistas. Outra classe advinda das mudanças

histórico-sociais é a classe dos autônomos – trabalhadores que exercem suas funções laborais por conta própria, sendo seu próprio mediador de conflitos e provedor salarial.

Sob essa égide, a força motriz da formação profissional, seja ela manual ou nobre, está relacionada ao provimento de ambas para inserção na maior e mais concorrida classe: a dos assalariados. O motivo de cada vez mais se buscar a obtenção de qualificação profissional para adentrar no mercado de trabalho rumo à classe assalariada fez com que a massa não pertencente a esse nível de qualificação profissional nobre buscasse meios para manter-se em sobrevivência; isso se reflete em trabalhos alternativos, como a classe de autônomos e de domésticas assalariadas, e também na demanda de emprego informal, como de diarista.

2.2 Conceitos de Educação, Trabalho e Educação Profissional na Perspectiva Escolar.

O desenvolvimento do mercado de trabalho no mundo reflete diretamente as demandas profissionais no Brasil. Quais as perspectivas da educação profissional para suprir as demandas do grande capital? É sabido que o desenvolvimento dos países de baixa renda se dá após o desenvolvimento dos países desenvolvidos; portanto, faz-se necessário estudar a história da educação profissionalizante de forma coesa e isolada no Brasil:

Do ponto de vista qualitativo, o Brasil tem uma estrutura ocupacional do tipo piramidal, com grande concentração de trabalhadores nas ocupações profissionais inferiores (que não requerem altos níveis de escolaridade e envolvem operações simples e rotineiras) e baixa concentração nas ocupações profissionais intermediárias e superiores (relativas a índices de escolaridade equivalentes ao ensino médio e superior e a trabalhos que requerem níveis de competência mais sofisticados) (PORCHMAM, 2000 apud MANFREDI, 2002, p. 49).

O quadro trabalhista brasileiro é retratado por Porchmam (2000) como sendo organizado sobre a égide de uma estrutura Piramidal. Na base possui grande número de trabalhadores exercendo ofícios inferiores que exigem alto índice de força bruta e baixos salários; na ponta da Pirâmide encontra-se a força intelectual, onde se exige elevada intelectualidade, possuindo altos salários. Nesse aspecto, podemos abrir um parêntese em relação a esse nível de competência, que é antecedido pelos “índices de escolaridades equivalentes ao ensino médio”. Nesse interstício de ensino médio profissionalizante, contexto histórico e social do trabalho, onde a escola se insere?

Se hoje, o imaginário social entende a escola como uma instituição que tem por função preparar os jovens para o ingresso no mercado de trabalho, historicamente, a constituição da escola não esteve vinculada à formação para o trabalho. Institucionalmente, ela foi criada para preparar grupos seletos de pessoas para o exercício do comando, do poder e da direção social (MANFREDI, 2002, p.51).

Historicamente, a escola era privilégio dos nobres e filhos dos nobres. O conhecimento era sinônimo de poder e detenção da força intelectual. Nesse contexto, a escola foi criada para “preparar grupos seletos”; essa preparação englobava não somente a detenção de conhecimento, mas também a formação para liderar/comandar a classe trabalhadora. A dinâmica da sociedade, assim como os avanços tecnológicos, intelectuais e sociais trouxeram para o mercado de trabalho novos desafios e novas vertentes profissionais que necessitavam de empreendimento qualificado e específico para cada tipo de ofício.

A aprendizagem para o trabalho ocorria em ambientes agrícolas, onde a forma de cultivo era repassada de geração em geração através de observação e prática, tanto oriundas

da Europa quanto dos indígenas. A prática do ensino e aprendizagem já ocorria, ainda que seus pares envolvidos na época não os correlacionassem.

Esse processo de aprendizagem informal, que abrangia o domínio dos métodos, técnicas e rotinas das tarefas dos diferentes ofícios, constituiu, durante séculos, a única escola de que homens e mulheres, jovens e adultos das classes populares dispunham (MANFREDI, 2002, p.53).

A dinâmica de aprender sobre a observação estava voltada mais às atividades rotineiras e domésticas, as praticidades necessárias para o cotidiano. No entanto, as atividades manufatureiras necessitavam de maiores especializações para seu desenvolvimento. Com os interstícios marcados pela história, seguidos de transformação constante da sociedade, surgiu, segundo Cunha (1977), uma nova função para a escola:

Mas foi na sociedade capitalista que se concebeu uma nova função para a escola: a de reclassificar as pessoas oriundas das diferentes classes sociais conforme suas motivações e potencialidades inatas. Entretanto, elaborada essa concepção nova de escola, e mesmo tendo ela passado a integrar a ideologia oficial, os sistemas escolares não estavam, sempre, organizados da *mesma forma* conforme esse alvo. Também não foram, sempre, suficientemente extensos de modo a escolarizar toda a população (CUNHA, 1977, p.113).

O primeiro momento em que o capital obteve a necessidade de capacitar trabalhadores para desempenharem determinadas funções específicas fez com que envolvesse o ambiente escolar para atingir tal objetivo. A reclassificação e o distanciamento das profissões embasam o surgimento de novos ofícios, correlacionando escola e trabalho. Para Cunha (1977), existem três modos típicos de conexão entre a prática da escola e a ideologia vigente:

Tipo I – (...) Os objetivos atribuídos às escolas eram distintos conforme as classes sociais a que atendiam. Um tipo de escolas ilustravam as elites políticas, empresariais, culturais, eclesiásticas, etc., e outras amparavam os “desvalidos”;

Tipo II – (...) Montou-se um tipo especial de escola secundária para os jovens oriundos da classe trabalhadora. Seu objetivo era a qualificação para o trabalho industrial de modo que seus concluintes pudessem ingressar na força de trabalho como quadros médios. Enquanto isso, as escolas secundárias destinadas aos jovens das classes dominantes e das camadas médias continuavam com seu currículo centrado nos estudos literários, base para o ingresso na universidade e/ou para a convivência com as pessoas que exerciam o mando nas burocracias públicas e privadas (...);

Tipo III – O sistema descrito acima não conseguiu credibilidade, pois, muito cedo, os trabalhadores perceberam que ele se destina a reforçar as posições de classe previamente existentes, e não como afirmava a ideologia oficial, a reclassificar as pessoas das diferentes classes conforme critérios de desempenho e motivação. A reivindicação dos trabalhadores centrou-se na abertura de canais de comunicação (possibilidades de transferência) entre um e outro *ramo* de sistema escolar e, no limite, à sua função, configurando-se então um novo tipo de sistema escolar. As escolas dos diferentes graus deveriam ter o mesmo currículo, carga horária, material didático, etc. Nos Estados Unidos o sistema escolar já nasceu nesse terceiro tipo. As escolas elementares e as *high-school* têm seu currículo determinado pelas autoridades educacionais locais e, em cada uma delas, o mesmo para todas as crianças e jovens, independentemente de classe social de origem. A formação profissional é feita nas empresas, havendo, excepcionalmente, escolas para a qualificação ocupacional. O tipo III é congruente com a ideologia liberal que estabelece a função da educação escolar como sendo de reclassificação. É preciso

frisar, entretanto, que daí não decorre que essa função seja efetivamente desempenhada, mas que a *organização* do sistema escolar é conforme a ideologia (CUNHA, 1977, p.113-115, itálico do texto original).

A realidade educacional dos Estados Unidos difere muito da nossa, iniciando com as ideologias educacionais de educação, currículo equivalente a todos. No Brasil, o currículo difere de instituição para instituição educacional. Embasando-se na perspectiva de ensino livre para aqueles que o quisessem, independentemente de classe social, desencadeou-se, então, uma quebra de paradigmas há muito tempo, envolvendo a educação para a classe trabalhadora e seus filhos, e a educação fornecida para a classe burguesa.

Por mais que esses módulos típicos se exemplifiquem como um trâmite educacional, a educação profissional no Brasil reflete-se nas tipologias I e II. Mesmo com os adventos do século XXI, as classes menos favorecidas continuam sendo a máxima a escolherem curso de curta duração que possibilitem formação em tempo hábil para que possam obter melhorias para o seu sustento secular.

O conhecimento existente no labor precisa ser transmitido para a continuidade dos ofícios. Por este motivo:

Se o conhecimento é, portanto, elaborado socialmente a partir do trabalho dos homens que estabelecem relações entre si na produção da existência, processo pelo qual se constitui a sua consciência, é inegável o fato de que o operário produz conhecimento (KUENZER, 2001, p. 183).

Nesse contexto, as discussões sobre a reforma educacional, currículo e necessidades de suprir as exigências do mercado de trabalho correlacionam-se entre si. Portanto, assim como Cunha (1977), Enguita (1989), Kuenzer (2001) e Manfredi (2002) perpassam pela divergência entre o interesse do capital e a real necessidade de reestruturação da educação em prol de melhoria na qualidade do ensino, originam-se então vários paradigmas, como: um dos argumentos sobre os quais o capital se apoia para desvalorizar, e mesmo negar, a participação do operário na produção social do saber diz respeito ao seu caráter “prático”, conforme posição defendida por Kuenzer (2001).

A dicotomia de qualificação e desqualificação profissional prejudica o trabalhador, uma vez que o mercado encontra-se cada vez mais exigente e as oportunidades de adentrar sem qualificação profissional são cada vez mais escassas. Ou seja, saber é fruto das relações sociais e, portanto, sua produção não se dá de forma isolada; os conhecimentos prévios já adquiridos pelo indivíduo são levados com ele, quer seja seu local de trabalho uma mesa de fábrica ou um escritório. Para que o labor manual seja realizado faz-se necessário sim, que se obtenham conhecimentos práticos. A busca de novos conhecimentos e o manuseio de novas tecnologias associadas ao conhecimento prático levariam a classe trabalhadora à amplitude de saberes associados à experiência prática.

A partir das concepções históricas de trabalho/trabalhador e da dicotomia existente entre educação profissional e educação tecnológica, faz necessário um cotejamento entre ambas. Educação Profissional remete à educação compensatória e assistencialista, ofertada para os pobres, com uma racionalidade técnico-instrumental que conduz à satisfação das mudanças e inovações do sistema produtivo. A educação tecnológica visa à formação para o trabalho de sujeitos coletivos e históricos, ou seja, almeja a dimensão educativa do processo de formação humana.

O ápice das discussões sobre Educação Profissional não está na Educação profissional em si, e sim nos elementos em que ela se contextualiza, a forma pela qual somente o trabalhador, ou discente de nível profissionalizante, deve apenas aprender seu ofício, e é somente isto para garantir sua subsistência que está sendo criticada. Esse indivíduo possui seu

espaço na sociedade, e precisa obter conhecimentos histórico-críticos sobre seu papel na sociedade e a importância do seu ofício na coletividade.

Nesse sentido, a proposta escolar ultrapassa sua dimensão meramente técnica para atingir uma dimensão política, enquanto permite ao trabalhador compreender a história e os limites de sua prática, como esta se articula com as relações de produção vigentes e como ela pode ser um elemento transformador dessas mesmas relações (KUENZER, 2001, p. 192).

Nesse contexto, a escola tem um papel fundamental na condução social e intelectual na vida dos discentes. Enguita (1989) considera que existem contradições nas relações entre escola e trabalho; contradições estas que perpassam pela visão distorcida da sociedade, que vislumbra a escola como método perfeito de se produzir alunos aptos a ingressarem no mercado de trabalho, possuindo em si a fórmula perfeita de se obter o que o mercado de trabalho necessita. Os processos sociais presentes na escola não estão fixamente envolvidos nos vislumbres da sociedade, dos discentes e do mundo do trabalho.

Segundo Kuenzer (2001), essa contradição não ocorre somente nas escolas. O cerne do capital possui suas nuances e, como forma de mitigar o saber para a classe trabalhadora, o próprio capital se contradiz em não querer que o conhecimento seja ampliado na classe trabalhadora; ele (capital) necessita dos conhecimentos e habilidades práticas, visando maiores lucros. Porém,

Apesar de suas limitações, a escola se constitui, portanto, como a alternativa da qual eles dispõem para superar os aspectos de parcialização e fragmentação do saber que elaboram com a prática. Em última instância, eles percebem a escola como local de democratização do saber. Contudo, esta não tem sido, historicamente, a função da escola burguesa. Caracterizada por um projeto pedagógico adequado às necessidades e características da burguesia, e praticamente impermeável aos operários e aos seus filhos, essa escola exerce suas funções reprodutoras pela via da exclusão. Ao mesmo tempo, são reduzidas as possibilidades concretas de escolarização para os trabalhadores já inseridos no processo produtivo, e quando estas existem, se caracterizam pela má qualidade.

(...)

Apesar de todas as suas limitações, a escola é vital para o trabalhador e para seus filhos, na medida em que ela se apresenta como uma alternativa concreta e possível de acesso ao saber. E é só a partir das pressões que estabelecerá no seu interior, aliada aos esforços dos intelectuais progressistas e orgânicos, que a classe trabalhadora poderá forçá-la à democratização (KUENZER, 2001, p. 190).

Apesar das falhas constatadas no sistema escolar, para a classe trabalhadora é o mais eficaz em proporcionar-lhes chances plausíveis de adquirir novos conhecimentos e obter a possibilidade de compilação entre a teoria adquirida na escola e a prática vivenciada no trabalho. O vislumbre de novas perspectivas vitais não se limita à classe trabalhadora; eles obtêm a concepção de que a escola é essencial na vida escolar de seus filhos. Intrinsecamente afirma-se que a escola é importante na vida daqueles menos desprovidos de bens materiais, e não somente a eles, como também aos seus filhos, que muitas vezes são cobrados em dobro para obter boas notas e bom rendimento escolar a fim de ascender no saber e, conseqüentemente, alcançar elevação social à luz do acesso ao saber advindo da escola.

É notório que as teorias e afirmações trazidas por Cunha (1977), Enguita (1989), Kuenzer (2001) e Manfredi (2002) buscam delinear o papel político exercido pela escola e sua importância como agente ativo nesse processo de transformação social através do conhecimento, pois

Eleger o mundo do trabalho como ponto de partida para a proposta pedagógica da escola comprometida com os interesses dos trabalhadores não significa propor uma formação profissional estreita e limitada, determinada pelo mero “saber fazer” despidido de compreensão, de análise, de crítica. O falso dilema, muito em moda na atual discussão sobre o ensino de segundo grau, se dissolve com a compreensão do trabalho como todas as formas de ação do homem para transformar a natureza e as relações sociais; assim sendo, toda e qualquer educação é educação para o trabalho, e contém uma dimensão intelectual, teórica, e outra instrumental, prática, na medida em que ela interfere de algum modo nas formas de interação do homem com a natureza, com os outros homens e consigo mesmo.

Essa afirmação serve para a educação em todos os níveis, popular ou institucionalizada, na escola, na fábrica, na família, no sindicato ou em outra instituição qualquer, uma vez que a educação não é privilégio da escola, mas ocorre no seio das relações sociais. O que varia é o fato de esta educação está vinculada mediata ou imediatamente ao trabalho, ou seja, é uma questão de grau” (KUENZER, 2001, p. 191).

A abrangência política questionada tem que ser firmada desde a construção do projeto político-pedagógico da escola, ampliando as possibilidades de saberes e o não estreitamento do mesmo, em se tratando de escola que oferta educação profissionalizante voltada para a qualificação profissional de trabalhadores. O conhecimento, como afirmado, não se limita às paredes da escola, ou seja, ele ocorre nas paredes de fábricas, em laboratórios de prática do ensino profissional, entre outros.

A dimensão político-pedagógica e social da escola é muito abrangente e desafia a escola a estreitar essas dicotomias e proporcionar um processo de ensino-aprendizagem coeso, com possibilidade de coexistir e aproveitar os conhecimentos práticos da classe trabalhadora; e não somente alimentar esperanças de que, apesar das limitações da escola, continua sendo a única perspectiva da classe para ela e para seus filhos. Ela, a escola, pode ser esse agente de transformação rumo à redução das problemáticas existentes entre a concepção de trabalho, escola e educação profissional; o conhecimento é algo muito além, ele liberta:

O trabalhador moderno, em troca, vê estender-se diante de si uma amplíssima panóplia de opções teóricas e imaginárias, mas muito poucas possibilidades práticas. A liberdade não é algo absoluto, mas relativo à realidade que nos rodeia (ENGUIA, 1989, p.7).

Sabe-se que, independente das limitações que a escola vem sofrendo ao longo dos anos, a perspectiva positiva da classe trabalhadora aumenta, o conhecimento leva à liberdade, a escola pode proporcionar a liberdade intelectual que os discentes necessitam, e a formação profissional que eles almejam.

De modo geral, a escolarização tem sido uma forma de mitigar os conflitos sociais existentes; e, nesse aspecto, a escola tem a função social de construir o saber e correlacionar esse discente no processo socio-histórico vivenciado pelo mesmo. A escola não deve atuar como agente passivo em meio às transformações desencadeadas ao longo dos anos; deve despertar para a liberdade rumo à construção do conhecimento.

Claro que existem ambiguidades no processo educacional. E é por isso que a escola deve desempenhar seu papel de forma coesa e eficiente, na perspectiva de formar profissionais e cidadãos libertos intelectualmente, agentes multiplicadores e incentivadores da escola diferenciada, construindo com seus pares o projeto político-pedagógico; também deve ser atuante em suas mudanças constantes e, principalmente, em suas práticas.

2.3 Breve Histórico à Luz da Dicotomia: Ensino Médio e Ensino Profissionalizante na Educação Brasileira.

Historicamente, a Educação Brasileira vem sofrendo várias alterações. Há que se notar a dicotomia existente entre o Ensino Médio e o Ensino Profissional:

Assim, é que já se tem demonstrado ser a dualidade estrutural a categoria explicativa da constituição do Ensino Médio e profissional no Brasil, já que, desde o surgimento da primeira iniciativa estatal nessa área, até o presente, sempre se constituíram duas redes, uma profissional e outra de educação geral, para atender às necessidades socialmente definidas pela divisão sócia e técnica do trabalho (KUENZER, 2009, p. 26).

O Ensino Médio no Brasil, segundo Kuenzer (1997), é a modalidade de ensino mais afetada, visto que ela fica mediando os discentes egressos do ensino fundamental e ingressos no ensino médio. O autor afirma que essa modalidade não tem identidade, e busca seu espaço dentro desse linear de situações naturais da modalidade. Além dessa dubiedade, o Ensino Médio tem a missão de preparar seus ingressantes para o mercado de trabalho e para a continuidade nos estudos.

Embora a tendência geral sempre tivesse sido a formação dos intelectuais pelo sistema escolar, desde o início do século a dualidade estrutural se faz sentir, embora a princípio como diferenciação restrita aos cursos primário e ginasial. Assim é que, até 1932, ao curso primário havia as alternativas de curso rural e curso profissional, todas com 4 anos de duração; ao curso primário poderiam suceder o curso ginasial, o curso normal antecedido de 3 anos de curso propedêutico. Já ao curso rural sucedia 2 anos de duração, e ao curso profissional sucedia o curso complementar, também com 2 anos (KUENZER, 1997, p. 11).

Essa dicotomia existe desde a subdivisão da Reforma Francisco Campos, de 1931, marcada pela criação do ensino secundário e comercial. No secundário, os discentes eram chamados de secundaristas, tinham matriz curricular mais extensa, com preparação para o ensino superior, enquanto o comercial “habilitaria” o discente para exercer o ofício para o qual obteve formação. Nota-se, então, a primeira distinção entre as modalidades. Outra distinção histórica acentuou-se na Reforma Capanema, de 1942, onde perdurou o ensino secundário, subdividindo-o em clássico, voltado para a preparação dos discentes para ingressarem no ensino superior, e científico em três vertentes: industrial, comercial e agrícola, sendo permitido ao aluno a opção de cursar a subdivisão de sua preferência:

O desenvolvimento histórico dessas redes vai mostrar que a iniciativa estatal primeiro criou escolas profissionais, no início do século XX, para só nos anos 40 criar o Ensino Médio. A partir de então, essas redes sempre estiveram de alguma forma (des) articuladas, uma vez que a dualidade estrutural sempre responde a demandas de inclusão/exclusão; o Ensino Médio *inclui* os socialmente *incluídos*; para os excluídos, alguma modalidade de preparação para o trabalho, orgânica aos modos de produzir mercadoria que historicamente foram se construindo. Em decorrência, não há como compreender o Ensino Médio no Brasil sem tomá-lo em relação com o ensino profissional, já que ambos compõem as duas faces indissociáveis da mesma proposta: a formação de quadros intermediários, que desempenham, no contexto da divisão social e técnica do trabalho, as funções intelectuais e operativas em cada etapa de desenvolvimento das forças produtivas (KUENZER, 2009, p. 26).

Trazendo nuances históricas que embasaram as reformas educacionais, a dicotomia ensino médio/ensino profissional origina mudanças na legislação educacional do ensino profissional. Portanto, faz-se necessária uma síntese das principais legislações que mudaram a história da educação profissional no Brasil a partir da cronologia incitada por Fidalgo (2010).

A educação profissional teve início no Brasil em 1809, com a criação do Colégio das Fábricas no Rio de Janeiro – segundo dados do Arquivo Nacional (2017) – como umas das principais realizações do regente Dom João VI. Revogando o alvará de 5 de janeiro de 1785 decretou o alvará de 1º de abril de 1808, permitindo o livre estabelecimento de fábricas e manufaturas no Brasil. Também conhecido como Casa do Antigo Guindaste, teve sua regulamentação com o decreto de 23 e março de 1809, onde o principal objetivo era capacitar jovens, muitas vezes oriundos de Portugal, para desempenhar ofícios, e, posteriormente, servir às províncias. O Colégio de Fábricas continha dez unidades, com 72 artífices, incluindo casas de fazenda, urdir, estampania e tintas; oficinas de torneiro, carpinteiro e marceneiro, ferreiro e serralheiro, aulas de desenho, primeiras letras e música; e armazém de madeira.

Anos de 1812 a 1856: Corporações de Ofícios, Seminário São José, dez Casas de Educandos e artífices nas capitais das províncias. Segundo Franco (2001), com a ampliação de artífices nas províncias, os mesmos começaram a se reunir e se organizar buscando melhorias para a classe; iniciaram as Corporações de Ofícios, além de equiparar alguns preços dos produtos, qualidade, quantidade e margem de lucros. As Corporações também ambientes de aprendizagem, seguindo rígida hierarquia de Mestre, Oficiais e Aprendizizes.

Em 1909 foram criadas as Escolas de Aprendizizes e Artífices por Nilo Peçanha. O decreto tinha como principal objetivo:

(...) Considerando:

Que o argumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência:

Que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos de fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que afasta da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime (DECRETO n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909).

A Escola de Artífices foi regulamentada pela Constituição de 1937:

(...) É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público (Art. 129, CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 1937).

As escolas de aprendizizes eram destinadas, como bem explicitado acima, para os filhos dos trabalhadores, a fim de que os mesmos pudessem ser qualificados através do conhecimento de ofícios para serem mão-de-obra mais qualificada, atendendo às demandas industriais em consonância com o ensino profissional gratuito ofertado. A Escola de Aprendizizes tinha como objetivo formar operários e contramestres, ou seja, menores aprendiam um ofício subdivididos em cinco oficinas de trabalhos, manuais ou mecânico, conforme necessidades das indústrias locais. Obtinha, também, ensino noturno básico obrigatório para aqueles que não sabiam ler nem escrever e, conforme necessidades do ofício cursado, o aprendiz também tinha obrigatoriamente aula de desenho.

A Carga horária total do curso advinha conforme necessidade de cada oficina; porém, o horário das aulas já estava estabelecido no Decreto n.º 7.566/1909: de dez horas da manhã até às dezesseis horas da tarde; o número de matriculados era conforme a capacidade do

prédio; e a idade mínima era de dez até os trezes anos de idade; eram impedidos de adentrar na escola os candidatos que continham doenças infectocontagiosas.

Uma instituição que marcou a história do ensino profissionalizante no Brasil foi o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, criado na cidade do Rio de Janeiro em 23 de novembro de 1856, com o objetivo de formar artífices e operários industriais especializados, dividindo sua fundação com a Sociedade Propagadora das Belas Artes (SPBA), que também ajudou a manter a instituição. Suas atividades foram iniciadas no dia 09 de janeiro de 1858, perdurando até os dias atuais.

O Liceu tinha como embasamento a formação teórica de cunho humanístico que contemplasse o domínio das linguagens artísticas e o interesse pelas questões estéticas; e como ideologia, que as indústrias se aproximassem da arte, incorporando padrões estéticos às demandas de mercado. A matriz curricular dos cursos ofertados no Liceu perpassa pelo ensino elementar: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia e Línguas Estrangeiras, com ênfase no Desenho: Geométrico, Industrial, Artístico e Arquitetônico.

Durante todo seu percurso histórico, o Liceu teve ilustres professores e premiações internacionais. Como não obteve prédio próprio, chegou a fechar as portas entre 1863 e 1865. Após sua reabertura, e como fruto de reconhecimento, em novembro de 1906 foi lançada a pedra fundamental do novo edifício, efetivamente iniciado em 1910 e concluído em 1926.

O Liceu ofertava cursos de excelente reconhecimento de forma gratuita, o que possibilitava aos os jovens de baixa renda obter uma educação de qualidade e poder mudar sua trajetória de vida por intermédio da educação. Como uma experiência exitosa, O Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro serviu como inspiração para a formação de outras Instituições, como por exemplo, a de Salvador e de São Paulo.

Em 1920 foi publicada a Lei n.º 3.991, de 5 de janeiro de 1920, que fixava a despesa geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1920. Nessa lei, o marco para o desenvolvimento da educação profissional no Brasil, segundo Fidalgo (2010), deu-se pela alocação de recurso financeiro para o Ministério da Agricultura que, naquela época, era o responsável pelos cursos técnicos agrícolas. A partir da reaplicação desse recurso foi possível a implantação do Curso de Química Industrial.

Nota-se que o ensino médio no Brasil sempre teve interligação com a educação profissionalizante. Para Dallabrida (2009), as mudanças no ensino secundário vieram a ocorrer após a Revolução de 30, no constante do governo provisório de Getúlio Vargas, sendo uma de suas ações a criação do Ministério de Educação e Saúde. Campos implantou em 1931 a Reforma intitulada de Francisco Campos, sendo esta a primeira reforma educacional de caráter nacional, oficializada pelo Decreto n.º 18.890, de 18 de abril de 1931, sendo modificada pelo Decreto Lei n.º 21.2141, de 4 de abril de 1932, com destaque na

(...) criação dos cursos complementares. Esses cursos sempre propedêuticos, constituíram-se em propostas pedagógicas diferenciadas articuladas ao curso superior desejado: pré-jurídico, pré-médico e pré-politécnico. Os cursos complementares eram realizados nas próprias escolas de nível superior e tinham 2 anos de duração, destinando-se aos que concluíram a 5º série do curso ginasial (KUENZER, 1997, p. 12).

Para Menezes (2001), dentre os principais tópicos da Reforma de Francisco Campos destacam-se: a organização do Ensino Secundário, a criação do Conselho Nacional de Educação e a organização do ensino comercial. A organização do Ensino Secundário abrangia a divisão do curso secundário em dois ciclos, sendo o primeiro ciclo nomeado como Fundamental, com duração de cinco anos; e o segundo ciclo nomeado como Complementar, com duração de dois anos, sendo que este era cursado visando às diferentes opções de

carreiras universitárias cursadas nas próprias universidades, como destacado por Kuenzer (1997) com as vertentes de pré-jurídico, pré-médico e pré-politécnico.

Para Dallabrida (2009), a Reforma Francisco Campos reflete a modernização do ensino secundário no Brasil, trazendo novas metodologias, mudanças no currículo, a obrigatoriedade da assiduidade discente, sendo todas essas transformações delineadas na reestruturação do sistema de inspeção federal. Essa reforma trouxe também um marco na história da modalidade secundária do país, mudando totalmente o percurso estabelecido desde sua implantação.

Segundo relatos históricos e registros educacionais, Dallabrida (2009) afirma que a Reforma Francisco Campos permaneceu da década de 30 até a década de 1960, gerando argumentos a favor e contra. Houve então uma discussão intensa no país sobre tal reforma, no âmbito educacional. A autora exemplificou a perspectiva escolanovista, estimulando métodos ativos e individualizados no processo de ensino-aprendizagem.

Mesmo com as reformas educacionais oriundas da Reforma Francisco Campos, e com os debates acerca da oferta do ensino secundário, ou 2º Ciclo, essa modalidade de ensino ainda não existia, sendo sua existência legalmente firmada a partir da Reforma de Gustavo Capanema, em 1942.

Em 1942, com a reforma CAPANEMA, e com a promulgação das Leis Orgânicas, extinguem-se os cursos complementares, que são substituídos por cursos médios de 2º ciclo, denominados genericamente de cursos colegiais, com a diferenciação de científico e clássico, com 3 anos de duração, sempre destinados a preparar os estudantes para o ingresso no nível superior; os cursos normal, agrotécnico, comercial técnico e industrial técnico, colocavam-se no mesmo nível. Estes, contudo, não asseguravam o acesso ao nível superior; os cursos normal agrotécnico, comercial técnico e industrial técnico, colocavam-se no mesmo nível. Estes, contudo, não asseguravam o acesso ao nível superior. Esboçava-se, contudo, uma primeira tentativa de articulação entre as modalidades do ramo secundário (científico e clássico) com os cursos profissionais, admitida mediante exames de adaptação. Abria-se uma via, portanto, de acesso ao nível superior para os egressos dos cursos secundários profissionalizantes (KUENZER, 1997, p.13).

A retirada dos cursos complementares originários da Reforma Francisco Campos, assim como a mudança de duração de curso para 3 anos, foram algumas das principais mudanças da Reforma Francisco Campos para a Reforma Gustavo Capanema. Nessa nova estrutura educacional o antigo ensino secundário passou a ser ministrado em cargas horárias diferenciadas de três ou de quatro anos, dependendo do curso. A subdivisão do ensino colegial passou a vigorar da seguinte forma: no primeiro ciclo em ginásial, e no segundo, sendo eles: o curso clássico e o curso científico.

O curso ginásial obtinha quatro anos de duração, e focalizava o curso em elementos fundamentais do ensino secundário; já os cursos clássico e científico, ambos com duração de três anos, tinham como objetivo geral comum a consolidação da educação ginásial, visando desenvolvê-la e aprofundá-la. Como objetivos específicos, o curso clássico focalizava seus ensinamentos na filosofia e letras antigas, enquanto o curso científico acentua seus ensinamentos nas ciências.

Na Reforma de Capanema a correlação com outros níveis de ensino pôde ser oportunizada aos alunos do curso clássico e do curso científico. Se fossem aprovados nos exames de licença, era-lhes assegurada uma vaga em qualquer curso do ensino superior.

A matriz curricular da Reforma Capanema de 1942 continha abrangências no curso ginásial de Línguas, contendo em seus componentes curriculares: português, latim, francês e inglês; na vertente Ciências continha em seus componentes curriculares: matemática, ciências naturais, história geral, história do Brasil, geografia geral e geografia do Brasil; na vertente

Artes continha em seus componentes curriculares: trabalhos manuais, desenho e canto orfeônico.

Já a matriz curricular de Capanema dos cursos clássico e científico continha abrangências de Línguas, contendo em seus componentes curriculares: português, latim, grego, francês, inglês e espanhol; na vertente Ciências e filosofia continha: matemática, física, química, biologia, história geral, história do Brasil, geografia geral, geografia do Brasil e filosofia; na vertente Artes continha em seu componente curricular: desenho.

Naturalmente, os egressos do curso clássico e científico estariam qualificados para adentrarem no nível superior, por conter uma matriz curricular riquíssima em conteúdo programático. A ênfase do governo estava no distanciamento da formação ginásial para a formação dos cursos clássico e científico; estes últimos abrangiam Linguagens latim/grego e Ciências, e o curso Ginásial continha os componentes curriculares desenho, Canto Orfeônico e trabalhos manuais da vertente Artes.

Existiam também a diferenciação de gêneros nas matrizes curriculares, sendo os componentes comum a todos: educação física, educação religiosa e educação moral e cívica; o componente curricular destinado somente para alunos do sexo masculino: educação militar; e o componente curricular do sexo feminino: do ensino secundário feminino.

Ao término do curso secundário do primeiro e segundo ciclo o discente deveria realizar o chamado Exame de Licença, existentes em duas categorias: exames de licença ginásial, e exame de licença clássica e científica. O aluno era considerado habilitado sob duas condições: obter, no conjunto das disciplinas, nota geral de cinco pontos; e obter em cada disciplina nota quatro.

Além das diferentes nuances educacionais, a reforma Capanema contava com a descrição da vida escolar do aluno, do ano escolar, dos alunos, da avaliação dos resultados escolares, da admissão aos cursos, dos exames de admissão, da matrícula, da transferência, da caderneta escolar, da limitação e distribuição do tempo dos trabalhos escolares, das lições e exercícios, dos trabalhos complementares, dos exames de suficiência, da organização escolar, do regimento, administração escolar, orientação educacional e professores.

Todas as perspectivas escolares, pedagógicas e administrativas encontravam-se no decreto-lei, cabendo à instituição de ensino sua garantia. A complexidade dessa legislação, assim como a clareza com que a reforma Capanema buscou redefinir a educação brasileira, foi um marco importantíssimo para a história da educação e para a legitimação da educação secundária no Brasil.

A história da educação secundária no país firmou-se com a reforma Francisco Campos, e generalizou-se com a Reforma Capanema, ocasionando ao longo desse período histórico uma correlação com a educação profissionalizante. Até então não havia uma distinção, uma separação entre o ensino secundário e o ensino profissionalizante. Importante destacar os cursos técnicos disponibilizados na reforma Francisco Campos e não abrangidos na reforma Capanema, segundo Kuenzer (1997):

Apenas em 1961, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, se manifesta pela primeira vez a articulação completa entre os ramos secundário de 2º ciclo e profissional, para fins de acesso ao ensino superior; da mesma forma, os cursos realizados pelo SENAI e SENAC poderiam ser organizados de modo que equivalassem aos níveis fundamental (1º grau) e técnico (2º grau) (KUENZER, 1997, p. 15).

Dentre as principais sanções presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 destaca-se o papel da Administração do Ensino, onde a legislação obtém lugar de destaque ao regulamentar o Conselho Federal de Educação, devendo o Ministério da Educação e Cultura zelar pela incumbência das decisões do Conselho. Constituído por vinte e

quatro membros, o Conselho era dividido também por câmaras, para deliberar sobre o ensino primário, secundário, médio e superior.

As funções dos conselheiros, vide Legislação de 1961, era de suma relevância, intitulada como “relevância nacional”, tendo o Conselho atribuições decisórias sobre a educação nacional, sendo elas de caráter deliberativo e consultivo. Deliberativo porque decidia sobre o funcionamento das instituições de ensino, assim como o reconhecimento das universidades; e consultivo porque o Conselho analisava os relatórios das instituições de ensino, e também tinha a incumbência de pronunciar-se a respeito; da mesma forma, o Conselho opinava sobre a incorporação de escolas ao sistema federal de ensino.

Ao Conselho Federal de Educação também incumbia pronunciamento acerca do sistema de ensino em sua forma administrativa; no funcionamento, como a análises de dados estatísticos; diálogo com os conselhos estaduais; e sugestão de medidas para a organização do sistema de ensino. Sobre o aspecto pedagógico, o Conselho poderia emitir parecer sobre assuntos educacionais; intervir e sugerir componentes curriculares para comporem a matriz curricular do sistema de ensino; promover sindicâncias; e divulgar estudos realizados sobre o ensino nacional.

Sob a égide da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 o sistema de ensino subdividia-se em: Educação de Grau Primário, que compreendia a Educação pré-primária, que destinava-se aos menores de sete anos de idade; e Educação Primária obrigatória a partir dos sete anos. Outra modalidade de ensino a que destinava-se a Legislação Educacional de 1961 compreendia a Educação de Grau Médio, em continuação à Educação de Grau Primário, sendo o Ensino Médio subdividido em dois ciclos: o ginásial e o colegial, sendo inseridos cursos secundários, técnicos e de formação de professores.

A Educação de Grau Médio obtinha componentes curriculares optativos, e para o ingresso na modalidade os discentes eram submetidos a um exame. A organização do ensino de grau médio compunha a duração mínima do período escolar de cento e oitenta horas, não incluídas as datas dos exames e provas, sendo subdivididas em vinte quatro horas semanais de aula. Continha em seu currículo a Educação Moral e cívica, antes retirada na Reforma Capanema. Inseriu-se também as atividades complementares, novamente criada na reforma Francisco Campos e suprimida pela Reforma Capanema. Portanto, modifica-se sua configuração de oferta e, assim como as outras reformas educacionais brasileiras, a frequência de 75% nas aulas era de suma importância, até para que os alunos pudessem realizar os exames escolares.

Como parte integrante do Ensino de Grau Médio, o Ensino Secundário agora obtinha variedade de currículo, sendo pertencente aos ciclos ginásial, com duração de quatro anos, e pelo ciclo colegial, com duração de três anos, seguindo organização temporal da Reforma Capanema:

A diferenciação e o desenvolvimento dos vários ramos profissionais, em decorrência do desenvolvimento crescente dos setores secundário e terciário, acabaram por viabilizar o reconhecimento da legitimidade de outros saberes, não só o de cunho geral, na etapa que se caracteriza como tradicional nova, do ponto de vista do princípio educativo (KUENZER,1997, p.15).

Essa nova perspectiva de mercado de trabalho foi muito bem destacada. Desde a organização de componentes curriculares optativos compostos no ensino de grau médio obtinha-se o componente curricular optativo vocacional, onde se abre um leque de possibilidades para que o discente pudesse melhor inserir-se no mercado de trabalho; mesmo sendo ele cursante do ensino secundário ginásial ou colegial, tinha que perpassar pela orientação vocacional. Ainda persistia nesse sistema escolar a diferenciação entre as subdivisões ginásial e secundária, onde, no ciclo colegial continha mais componentes curriculares optativos e obrigatórios, visando na terceira séria a preparação dos discentes para

ingresso no ensino superior contendo uma matriz curricular diversificada e focada para este fim.

Por mais singela que seja, mesmo no ensino secundário obtém-se a interligação com o ensino profissional através da orientação vocacional e da focalização no ensino superior. Porém, o principal avanço nesse aspecto foi a inserção de capítulo único para tratar desse tema na legislação educacional, que mesmo intrinsecamente colocado nas reformas educacionais anteriores como forma de curso complementar, e citados dentro do contexto de ensino secundário de ensino colegial, agora obtém-se uma quebra no sentido de diferenciação de tais temáticas na lei de diretrizes nacionais de 1961 que discorre sobre o Ensino Técnico:

Esta diferenciação, contudo, não altera a essência do princípio educativo tradicional, que é a existência de dois projetos pedagógicos distintos que atendem às necessidades definidas pela divisão técnica e social do trabalho de formar trabalhadores instrumentais e trabalhadores intelectuais através de sistemas distintos (KUENZER, 1997, p. 15).

O Ensino Técnico de Grau médio compreendia os seguintes cursos: o industrial, o agrícola e o comercial. Legislação educacional de 1961 abre parênteses para explicar que os cursos técnicos não especificados serão regulamentados posteriormente pelo Ministério de Educação e Cultura. A organização dos cursos técnicos assemelha-se à organização dos cursos do ensino médio; os cursos técnicos eram ministrados em dois ciclos, sendo a mesma nomenclatura: ginásial para os cursos com duração de quatro anos, e colegial com duração de três anos.

Esse contraste é visualizado entre os Cursos do Ensino Médio nos ciclos ginásial e colegial e Curso secundário para o Curso Técnico, sendo claramente exposto em seus textos legais que o Curso Médio tinha como objetivo preparar através de seu terceiro ano o discente para ingressar no ensino superior; e isso ocorria após os mesmos terem cursado o componente curricular vocacional, enquanto ao discente do Ensino Técnico somente lhes era assegurado formação específica para reproduzir a aprendizagem instrumental .

A diferenciação não ocorria somente entre vertentes de ensino Médio e Técnico. Ocorria também a subdivisão entre os cursos técnicos, sendo que no Técnico Industrial o discente poderia cursar um ano de componentes curriculares do ensino secundário, nomeado de curso pré-técnico. Como citado por Kuenzer (1997), os setores industriais estavam em expansão, e por isso precisavam de mão de obra cada vez mais qualificada. Então, correlacionando a necessidade do mercado com a oferta da legislação educacional, conclui-se que sendo a própria indústria atuante na formação técnica de seus futuros trabalhadores em potencial, poderia ela mesma salientar a importância de maior qualificação profissional para os mesmos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 trata de assuntos gerais da educação, como a formação do magistério para o ensino primário e médio, onde descreve o Ensino Normal e enfatiza a formação de professores, orientadores, supervisores e inspetores escolar com ênfase na Educação Infantil. Essa formação seria realizada em Instituição Ginásial em, no mínimo, quatro anos. Nota-se que a diferença encontra-se de igual modo na formação dos professores de ensino médio e de ensino técnico, sendo que a formação de professores para atuarem no Ensino Médio deveria ser realizada nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras; em relação à formação de professores para ministrar aula no Ensino Médio Técnico em disciplinas específicas, estes deveriam ser formados em cursos especiais de educação técnica.

Dentre os assuntos gerais tratados na legislação educacional de 1961 está a Orientação Educativa e Inspeção, Educação de Grau Superior, Universidades, estabelecimentos Isolados de Ensino Superior, Educação de excepcionais, Assistência Social Escolar. Esse tópico é

muito válido, visto que sua inserção ocorreu nesta legislação, sendo a escola responsável não somente por fornecer ensino, mas também serviços de assistente social, assistência médica, odontológica e de enfermagem aos alunos. A legislação finaliza descrevendo sobre os recursos destinados para a educação.

Historicamente, devido ao golpe militar iniciado em 1964, e com o regime militar iniciado neste mesmo período, com duração até 1985, e por causa dos eventos ocorridos no país com as mudanças, é cediço que todas essas situações refletiram também na legislação educacional, sendo o regime militar, através Lei de Diretrizes e Bases n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971 destinada para o Ensino de 1º e 2º graus.

As variantes de uma legislação seguem-se no currículo, onde o ensino de 1º e de 2º grau possuem um núcleo comum obrigatório em âmbito nacional; o Conselho Federal de Educação permanece tendo a incumbência desde a legislação educacional de 1961 a compilar a matriz curricular das modalidades de ensino. Em ambas as modalidades de Ensino de 1º e 2º grau tinha que obter relevância no ensino da linguagem nacional, porém, no Ensino de 2º grau, além desses requisitos, o discente tinha que cursar uma habilitação profissional, ou conjunto de habilitações profissionais, sendo essa sondagem de aptidões realizada logo no ensino de 1º grau, ampliada no ensino do 2º grau com a habilitação profissional.

Os discentes, nesse contexto, eram claramente expostos ao mercado de trabalho como instrumentos de mão de obra “habilitada”, hábil para realizar determinada atividade:(...) b) será fixada, quando se destina a iniciação e habilitação profissional, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periódicos renovados” (Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971).

Na legislação educacional de 1961 as empresas estavam presentes no sistema educacional de ensino, atuando como cooperativa em aulas de cunho profissionalizante. A mesma reciprocidade ocorre na legislação educacional de 1971: os cursos de habilitação profissional correspondem abertamente em suprir as necessidades do mercado de trabalho, sendo a tabela atualizada periodicamente. Sendo o núcleo comum a todos, a distinção era existente entre as habilitações profissionais.

O ensino de 1º grau destina-se à criança até o pré-adolescente, com duração de oito anos letivos; e o de 2º grau tinha duração de três ou quatro anos conforme período da habilitação profissional. A novidade educacional da legislação educacional de 1971 está na instauração do Supletivo, que tinha como finalidade regularizar a situação educacional daqueles que não concluíram o ensino de 1º ou de 2º grau.

A Lei n.º 5.692/1971 discorria sobre professores, especialistas e financiamento. A legislação, extremamente focalizada no ensino médio e voltada totalmente ao mercado de trabalho, seguindo orientações de suas demandas, torna-se marco nessa fase histórica da educação profissional no Brasil.

Em 1982, com a Lei n.º 7.044, de 18 de outubro foi revogada a Lei n.º 5.692/1971 no tocante à Profissionalização do Ensino de 2º grau, com mudanças em seus artigos 1º, 4º, 5º, 6º, 12º, 16º, 22º, 30º e 76º. Em seu artigo 1º, assim como nos demais, muda-se a nomenclatura de “Qualificação Profissional” para “Preparação para o Trabalho”:

(...) em 1982, com a Lei 7.044, a uma solução de compromisso, mediante a qual se repunha a antiga distinção, já presente no Parecer MEC 76/75, entre o ensino de formação geral (denominado de básico) e o ensino de caráter profissionalizante (pela via de habilitações específicas e plenas, fundamentadas, respectivamente, nos Pareceres MEC 45/72 e 76/75). A velha dualidade, que, na prática, não havia sido questionada, voltava, assim, a se manifestar, mas agora sem os constrangimentos legais (MANFREDI, 2002, p. 107).

Manfredi (2002) argumenta que as mudanças ocorridas na legislação educacional de 1982 de certa forma amenizam os aparatos legais sobre essa distinção entre a educação instrumental e a educação intelectual retratada por Kuenzer (1997). Essa diferenciação sempre existiu, desde os primórdios da educação profissional e, desse modo, a mudança de nomenclatura de qualificação para preparação profissional talvez venha de encontro à tentativa de minimizar essa lacuna há muito tempo distanciada.

A legislação de 1982 destaca a preparação para o trabalho como elemento de formação integral do aluno, como se dessa vez o mesmo não fosse condicionado apenas a reproduzir ofícios para desempenhar no mercado de trabalho. A língua nacional, como elemento cultural e de saber notório, perpassa pelo ideal principal dessa legislação: a formação integral do aluno.

A respeito do currículo, a palavra de ordem da legislação educacional de 1971 de ordenação e sequência foram inseridas juntamente com a efetividade de atividades, áreas de estudo e disciplinas relacionando-se entre si, sendo as matérias de núcleo comum fixadas pelo Conselho Federal de Educação, e as matérias diversificadas estabelecidas pelos Conselhos Estaduais, sendo este mesmo conselho responsável por oferecer outras habilitações, conforme necessidade regional.

A participação das empresas na educação continua nesta legislação, ampliando o leque de opções para além das empresas, contando com a colaboração de outras entidades públicas ou privadas para serem realizadas, de igual forma, as habilitações profissionais.

A duração do ensino médio de três a quatro anos, conforme legislação educacional de 1971, passa a vigorar com carga horária de 2.200 horas, equivalente a três anos de curso, tendo o discente o prazo mínimo de dois anos e o máximo de cinco anos para concluir o curso, sendo esse período maior destinado àqueles que cursarem habilitação profissional.

As perspectivas das reformas educacionais nos mostram que as mesmas ocorrem de encontro com a necessidade de cada período histórico nelas inserido, convergindo com o lema principal da trajetória educacional: a luta incessante por uma educação de qualidade para o educando, capaz de prepará-lo verdadeiramente para o mercado de trabalho, a fim de continuarem os estudos. Entre outros fatores, faz-se necessário políticas públicas que proporcionem meios pelos quais as leis possam ser cumpridas. Nesse sentido, a história é modificada mais uma vez, e

Novas demandas e necessidades iriam tencionar velhas estruturas e fazer emergir, a partir da segunda metade dos anos 90, os debates para a reestruturação do ensino médio e profissional. De um lado, há que enfrentar o desafio de atender ao grande déficit de escolarização do ensino fundamental e dos ensinos médio e profissionalizante e, de outro, fazer frente às exigências de construção de uma nova institucionalidade, que dê conta dos processos em curso de reestruturação produtiva de internacionalização da economia brasileira e de pressão pela ampliação de direitos sociais (MANFREDI, 2002, p.107 -108).

O alinhamento educacional exige modificações nas políticas públicas, e neste sentido é que são apresentadas as Reformas, dentre elas a educacional. Nesta perspectiva, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) de 1996 até 2017- vem sofrendo alterações para encaixar-se nas mudanças históricas e sociais que refletem na educação nacional. Por isso, a subdivisão da Educação Básica passou por alterações através da Lei n.º 12.796, de 4 de abril de 2013, e passou a ser organizada da seguinte forma:

(...)

I – a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) anos aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma:

- a) Pré-escola;
- b) Ensino fundamental;

- c) Ensino médio;
- II - Educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco anos de idade);
- III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV – acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria;
- VIII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (LEI n.º 12.796, de 4 de abril de 2013).

A Lei Educacional de 2013 e a ampliação da educação básica tendo início com a pré-escola, finalizando com o ensino médio, abrange de igual forma os direitos às outras modalidades. Sendo obrigação agora, para os pais e/ou responsáveis, matricular seus filhos a partir de quatro anos de idade. Vale ressaltar que a continuação da assistência ao estudante permanece desde a reforma de Capanema, assegurado também o auxílio-alimentação, transporte e atendimento médico. Estende-se aos alunos da educação infantil, assim como o fornecimento de material didático, iniciando a educação básica a partir dos 4 anos, garantindo também o atendimento ao educando com deficiência.

No que abrange a Educação Básica, em 2016 ocorreram várias críticas sobre a então reforma do ensino médio, com a implantação da Medida Provisória n.º 746, de 22 de setembro de 2016, que instituiu a implantação de escolas de Ensino Médio em tempo integral, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394 de 1996 e a Lei n.º 11.494, de 2007 concernente à Manutenção e Desenvolvimento da Educação Brasileira. Dentre os principais embates dos estudiosos e profissionais na educação sobre essa medida provisória estavam: a mudança de carga horária do ensino médio de 800h para 1400 horas, a obrigatoriedade de somente três componentes curriculares no ensino médio, sendo eles: Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Matemática.

A descaracterização do ensino com a Medida Provisória n.º 746 não atingiu somente o ensino médio, atingiu também o ensino técnico profissionalizante integrado ao médio e subsequente ao garantir que após o término do ensino médio ao aluno fosse assegurado seu retorno à instituição de ensino para cursar outro itinerário formativo de sua preferência.

A escola em tempo integral demanda estrutura física e pedagógica. Para Kuenzer (2009):

Para definir uma política de governo...em uma sociedade complexa, absolutamente díspar sob diversos ângulos, há que se ter os pés no chão: jamais esconder as verdadeiras causas do problema que se deseja enfrentar e resolver...para resolver problemas complexos não pode haver soluções simplificadas, sob risco de se cair no simplismo analítico e propor medidas inadequadas, populistas, demagógicas, clientelistas (KUENZER, 2009, p. 25).

A complexidade da Educação brasileira perdura desde seus aspectos históricos até os dias atuais. A relutância de muitos jovens para não cursar Licenciaturas no país é crescente, e o descrédito na educação aumenta cada vez mais. Na perspectiva de Kuenzer (2009), a indagação direta: qual a verdadeira causa dessa mudança tão dramática nos rumos da educação brasileira? Falta de professores das ciências exatas? Deficiência na qualidade de ensino? Alto índice de evasão e retenção? Afinal, qual o real sentido dessa mudança no sistema educacional brasileiro?

O primeiro passo, portanto, para elaborar diretrizes para o Ensino Médio que não sejam demagógicas e possam ser traduzidas em ações concretas que transformem a

realidade, é a identificação das causas que historicamente têm produzido os baixos índices de oferta e a baixa qualidade.

A partir da identificação dessas causas, e, consideradas as especificidades deste momento histórico, em particular no âmbito regional, será possível propor diretrizes adequadas, que assumidas pelo Estado e pelas escolas, possam levar à reversão do quadro atual com a determinação de quem conhece os limites e as dificuldades, e, sobrepondo-as, esteja disposto a mudar (KUENZER, 2009, p.25).

Historicamente, o Ensino Médio tem sido a modalidade de ensino que mais sofre modificações em sua estrutura educacional, matriz curricular, carga horária do curso. As alterações governamentais sempre procuram, de certa forma, inserir mudanças no sistema educacional. O Ensino Médio precisa ser repensado. Para que isso aconteça é preciso que se identifiquem as principais causas para a mudança no sistema de ensino.

Em continuação às retificações no currículo da educação básica, percebe-se que o Ensino da Arte e Educação Física torna-se obrigatório, assim como a oferta de Língua Inglesa a partir do sexto ano do ensino fundamental. A mudança no currículo do ensino médio dar-se-á através da Base Comum, e dos itinerários formativos, sendo eles: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica profissional.

A certificação também passou por variantes, sendo disponibilizado aos alunos concluintes de cada módulo sua certificação intermediária de qualificação profissional, ou seja, o aluno que concluiu o primeiro módulo do itinerário formativo de linguagens poderá obter certificação referente ao período que cursou e obteve êxito. Da mesma forma, assim como no ensino superior já é permitido, os alunos do ensino médio poderão solicitar aproveitamento de créditos de cursos livres que já tenham realizado, assim como, os estabelecimentos de ensino poderão validar através de reconhecimento de saberes e competências o cumprimento das exigências curriculares do ensino médio.

A implantação das mudanças referentes a essa medida provisória entraria em vigor no prazo de dois anos; quanto ao recurso, ele seria contabilizado através de alunos matriculados e transferidos para as escolas que assim implantassem essas modificações anualmente.

Com a grande repercussão das mudanças arbitrárias que essa medida provisória iria trazer para o sistema educacional brasileiro, motivada pelos vários levantes em todo país contra a medida provisória n.º 746/2016 como forma de protesto vários educadores, alunos, professores e gestores educacionais reivindicaram a não implementação da medida provisória na íntegra. Então, após várias discussões, o congresso modificou o texto e publicou em fevereiro de 2017 a Lei n.º 13.415 de 16 de Fevereiro de 2017 já inserida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394/1996.

A Lei n.º 13.415, de 2017 altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assim como altera a Lei n.º 11.494, de 20 de junho de 2007 no que tange sobre o Fundo Nacional de Manutenção e Funcionamento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e, em especial, o destaque para a revogação da Lei n.º 11.161, de 5 de agosto de 2005 no que tange a respeito do ensino de Língua Espanhola, retirando a obrigatoriedade das escolas em ofertar a Língua Espanhola, sendo, segundo o texto “facultativo às escolas a oferta de Língua Espanhola”. O fato preponderante é: se é facultado, isso leva as instituições de ensino a não ofertarem tal componente curricular; e, com a carga horária excessiva do ensino médio de 1400 horas, mais as opções de itinerários formativos, corremos o risco de extinguir o uso da Língua Espanhola nas escolas.

Com a expansão do comércio e o advento da globalização, cada vez mais faz-se necessária a comunicação em outros idiomas. Sendo a Língua Espanhola o segundo maior idioma falado no mundo haverá uma quebra de avanço na comunicação, em especial para os

estados que fazem fronteira com países da América Latina, como o estado de Roraima, que conta com a fronteira com a Venezuela; é importante que os alunos tenham o conhecimento da Língua Espanhola para a comunicação. Deveremos pensar de igual modo nos discentes de Licenciatura em Língua Espanhola: deverá extinguir-se o curso? Haverá retificação na legislação de formação de professores?

A Medida provisória n.º 746/2016 foi fixada pela Lei n.º 13.415/2017 em relação aos componentes curriculares obrigatórios: Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Matemática. Segundo Kuenzer (2009):

Os textos oficiais e os elaborados pelos especialistas têm indicado ser a ambiguidade de um nível de ensino, que ao mesmo tempo tem de preparar para o mundo do trabalho e para a continuidade dos estudos, a raiz dos males do Ensino Médio. Ou seja, o grande desafio a ser enfrentado é a formulação de *uma concepção de Ensino Médio* que articule de forma competente essas duas dimensões. Assim formulado, o problema parecer ter fácil enfrentamento, uma vez que localizado no âmbito da filosofia da educação – basta melhor definir as finalidades – e no âmbito da pedagogia – basta melhor definir os conteúdos e os procedimentos metodológicos (KUENZER, 2009, p. 25, itálico do texto original).

Para que haja uma nova concepção de Ensino Médio, Kuenzer (2009) retoma a ambiguidade principal dessa modalidade, que necessita ser compreendida e, de igual forma, necessita obter êxito em transmitir os ensinamentos necessários para a formação do discente, e ao mesmo tempo prepará-lo para prosseguir os estudos e/ou adentrar no mercado de trabalho. Com tanta complexidade, não houve ao longo da história como unir ambas em uma solução satisfatória. O que podemos visualizar através da história da educação brasileira é que a dualidade sempre existiu desde a sua fecundação no ensino, sendo diferenciado em seu currículo para aqueles que estudavam para praticar ofícios, e para aqueles que almejavam prosseguir os estudos para o nível superior.

Retomando a discussão sobre as atuais mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, trataremos de um marco histórico atual ocorrido em 2016, e recentemente em 2017. A nova “concepção de Ensino Médio”, sob a égide da Lei n.º 13.415/17 busca aproximar o ensino médio com o ensino profissional de forma integrada; note-se que os aspectos dos itinerários formativos, da carga horária prevista e da possibilidade de profissionais com notório saber para ministrarem aula de formação técnica continuaram.

Apesar do desconforto trazido pela Medida Provisória n.º 746/2016, a implantação de sua projeção, a Lei n.º 13.415/2017 foi inevitável. Devemos ressaltar algumas retificações da Medida Provisória n.º 746/2016 para a Lei n.º 13.415/2017, como a inserção da educação de jovens e adultos no ensino noturno, na vertente regular, não contida na Medida Provisória n.º 746, e a inserção como componente curricular obrigatório no ensino médio o ensino da arte, uma vez que na MP n.º 746/2016 ela é componente curricular obrigatório para a educação infantil e ensino fundamental.

A respeito dos Temas Transversais, a MP 746/2016 descreve que os temas transversais poderão ser inseridos na Base Comum. Quando o legislador transcreve a palavra poderão, torna o ato de inserir temas transversais facultativo às instituições de ensino. Na Lei n.º 13.415/2017 a essência do facultativo não muda, porém, envolve a possibilidade dos mesmos serem inseridos no cotidiano escolar dos alunos através de projetos. Percebe-se, nesse contexto, a possibilidade pedagógica de envolver vários temas transversais em um projeto integrador.

A Lei n.º 13.415/2017 traz uma nova alínea sobre o artigo 35 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB/1996). Sobre esse aspecto. Vale ressaltar que a Medida de Provisória n.º 746/2016 não suscita nenhuma alteração a tal artigo:

Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento:

I – linguagens e suas tecnologias;

II – matemática e suas tecnologias;

III – ciências na natureza e suas tecnologias

IV – ciências humanas e sociais aplicadas”

Percebe-se que as áreas dos conhecimentos supracitadas perpassam pelas subdivisões das áreas de conhecimento já definidas pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Essas subdivisões na Base Nacional Comum correlacionam-se com a preparação dos alunos do ensino médio para este fim. Saliente-se o inciso IV da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB/1996), citado por Kuenzer (2009), onde a compreensão dos fundamentos científico-metodológicos entrelaçam-se para gerar com a teoria e a prática uma aprendizagem significativa:

Essas finalidades explicitam com clareza a intenção do legislador: superar a dualidade socialmente definida entre educação em geral e educação especificamente dirigida para a formação profissional, que passa a ser tratada como excepcionalidades a exigir cursos mais longos (KUENZER, 2009, p.39).

Mudanças sutis também enquadram a Legislação educacional de 2017. A parte diversificada antes na MP 746/16 é integrada à Base Comum; agora, precisa ser harmonizada, incluída na Base Nacional Comum, obrigatoriamente, estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia, antes retirados da Base Comum pela Medida Provisória nº 746/16.

Vale Ressaltar que a perspectiva implementada na legislação educacional de 2017, onde destaca-se pela segunda vez que já havia citado na Medida Provisória (MP Nº 746/16) a obrigatoriedade do ensino da Língua Portuguesa e da Matemática, com o adendo de que nas comunidades indígenas fossem usadas de igual modo a língua materna. Essa valorização da linguagem indígena e conservação da cultura e dialetos é, sem dúvida, um marco importante que há muito tempo já era utilizado de modo informal, porém, com a legitimidade legal reforça a valorização das raízes indígenas.

Ainda sobre o ensino de Línguas, o ensino da Língua Inglesa possui a obrigatoriedade de permanência na Medida Provisória

(MP Nº 746/16) da legislação educacional de 2017. Porém existe a ressalva de que, especificamente sobre o Ensino de Língua Estrangeira, na MP 746/16 e na Lei 13.415/17 o ensino da Língua Espanhola passa a ser facultativo, revogando a Lei n.º 11.161 de 5 de agosto de 2005, que dispõe sobre o ensino da língua espanhola. O processo de implantação da legislação educacional de 2005 possui um prazo de cinco anos para sua consolidação, ou seja, no ano de 2010 o ensino da Língua Espanhola já estava presente na matriz curricular das instituições de ensino. E, como salientamos anteriormente, o país possui grande área de fronteira, e mais de uma opção de Língua estrangeira aumenta ainda mais a possibilidade dos alunos egressos do Ensino Médio, agora na turma integral com vertentes itinerantes, poderem entrar no mercado de trabalho.

Dentre as mais relevantes mudanças trazidas pela Lei n.º 13.415/17 não constantes ou ampliadas da Medida Provisória n.º 746/16 destacam-se:

✓ O aumento significativo na Carga Horária do Ensino Médio de 1200h da Medida Provisória 746/16 para 1800h;

- ✓ A possibilidade de obter a avaliação do ensino médio, que, na MP 746/16 tinha a possibilidade dos critérios serem construídos juntamente com os estados e municípios, agora, seria apenas incumbência do estado;
- ✓ As metodologias de ensino não constantes na MP 746/16 através de atividades teóricas e práticas, provas orais e escritas, seminários, projetos e atividades on-line.

No tocante à mudança do artigo 36 da Lei de Diretrizes Bases da Educação Brasileira (LDB/1996), trazida inicialmente pela Medida Provisória (MP N.º 746/16), os itinerários formativos: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional foram acrescidas na Lei n.º 13.415/17 pela expressão “e suas tecnologias” no que trata de linguagens e ciências; ou seja, a possibilidade do discente egresso do ensino médio retornar à instituição de ensino para cursar mais um itinerário formativo, já constante na Medida Provisória (MP N.º 746/16) na forma subsequente, que configura outra modalidade de ensino dos cursos técnicos, foi retirada do texto da Lei n.º 13.415/17, evitando assim, dissonâncias entre as modalidades de ensino e dubiedade de entendimento.

A certificação *intermédia* contínua, ou seja a mesma interpretação de que o aluno que concluir a modalidade e/ou semestre referente a um determinado itinerário formativo poderá solicitar da instituição de ensino a certificação correspondente à etapa cursada. Percebe-se que a mudança efetiva girou em torno da opção do discente pela sua formação geral.

Sobre o cumprimento das exigências curriculares, a Lei n.º 13.415/17 passa a reconhecer competências e firmar convênios com outras instituições. Para que se possa reconhecer competências dos discentes amplia-se aqui a possibilidade de convênios com empresas privadas que, por exemplo, obtenham credenciais, e a possibilidade do discente ter cursado em educação a distância.

A Lei n.º 13.415/17 traz a vertente instaurada há tempos atrás na Educação Brasileira. A orientação vocacional nos remete ao componente curricular presente na matriz curricular do ensino secundário da Reforma Francisco Campos, onde os alunos poderiam firmar-se em uma profissão com que mais se identificassem. Porém, antes essa orientação vocacional tinha o objetivo de orientar os alunos sobre a carreira profissional em nível superior; na perspectiva atual essa orientação deverá ser realizada antes da entrada dos mesmos, com orientações sobre os itinerários formativos? Durante o curso? Para prepará-los para o nível superior?

As aulas de componentes curriculares específicos da formação técnica poderão ser ministradas por profissionais que tenham “notório saber” reconhecido pelos seus respectivos órgãos. Esse “notório” foi acrescido na Lei 13.415/17, devendo ser comprovado por meio de atestados de titulação específica, em unidades de ensino privadas ou públicas que tenham atuação nas áreas dos itinerários formativos. Como solução ao problema de lotação de professor e sobrecarga de trabalho, a legislação educacional de 2017 altera também a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), possibilitando ao professor em regime contratual atuar, por exemplo, no mesmo estabelecimento de ensino em mais de turno.

A Lei n.º 13.412/17 possibilita que se organizem passos para a implantação dessa nova reforma educacional pelos estabelecimentos de ensino, sendo o primeiro passo: Os sistemas de ensino deverão realizar um cronograma de implementação até 2018; e em segundo passo, iniciar a implementação em 2019. Ou seja, Para que a política de fomento seja idealizada, o repasse de verbas para esse fim passou de quatro anos pela Medida Provisória (MP N.º 746/16) para dez anos, de acordo com Termo de Compromisso formalizado, contendo identificação, metas, cronograma e previsão de início das atividades, acrescida também, da ordem de prioridade de repasse de recursos, tendo prioridade as regiões com menores índices de desenvolvimento humano e com resultados mais baixos nos processos nacionais de avaliação.

A respeito das complexas temáticas que envolvem o Ensino Médio, Kuenzer (2009) afirma que as mudanças no Ensino Médio não ocorreram com o ápice do final do século e com as demandas do mercado de trabalho. O autor afirma que os desafios sempre existiram na modalidade de ensino, e que a crise e as demandas capitalistas apenas agravaram a situação educacional dessa modalidade:

Uma rápida análise do desenvolvimento histórico do Ensino Médio e profissional no Brasil se faz necessária para que se compreenda o caráter político de sua concepção, determinada pelas características do desenvolvimento social e econômico do país, bem como os limites e possibilidades de superação que devem ser considerados na elaboração de diretrizes. Sem essa compreensão, certamente as propostas revestir-se-ão, apesar do discurso supostamente avançado, do caráter demagógico típico de governos que desencadeiam reformas e projetos que aparentemente avançam, mas que na prática deixam tudo como está, com prejuízo sempre para os excluídos, uma vez que os bem-sucedidos de modo geral prescindem de políticas públicas (KUENZER, 2009, p. 26).

Essas mudanças atuais na Educação Brasileira, em especial das transformações do ensino médio, precisam considerar o aparato histórico dessa modalidade; e mudar sem compreender, como cita Kuenzer 2009, “o caráter político” dessa modalidade não implicará em mudanças significativas da mesma. A construção dessa reforma trará mudanças drásticas no ensino médio brasileiro, e a necessidade não se limita ao recurso financeira de dez anos garantidos às escolas:

A democratização do Ensino Médio, no entanto, não se encerra na ampliação de vagas; ela exige espaços físicos adequados, bibliotecas, laboratórios, equipamentos, e, principalmente, professores concursados e capacitados. Sem essas condições, discutir um novo modelo, pura e simplesmente, não tem sentido (KUENZER, 2009, p. 35).

Para Kuenzer (2009), a mudança na educação precisa alcançar a totalidade do sistema escolar tanto na estrutura física quanto na estrutura intelectual. A qualidade no ensino, através de professores qualificados, faz a diferença para os discentes; o leque de investimento intelectual e físico perpassa pela formação continuada desses professores, juntamente com uma remuneração satisfatória, sem que o docente tenha a necessidade de acumular empregos para poder manter-se. A solução sobre essa problemática, à luz da Lei n.º 13.415/17, foi a mudança na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), possibilitando o acúmulo de empregos pelos docentes a serem contratados para ministrarem aula nas áreas que possuam notório saber.

Kuenzer (2009) ressalta que:

Do ponto de vista da nova concepção, tem-se clareza de que ela só será plenamente possível em uma sociedade em que todos desfrutem igualmente das mesmas condições de acesso aos bens materiais e culturais socialmente produzidos. Ou seja, em uma sociedade na qual os jovens possam exercer o *direito à diferença*, sem que isso se constitua em *desigualdade*, de tal modo que as escolhas por determinada trajetória educacional e profissional não seja socialmente determinada pela origem de classe. Ou, exemplificando, que a decisão de não cursar o nível superior corresponda ao desejo de desempenhar uma outra função que exija qualificação mais rápida, mas que seja igualmente valorizada socialmente, de modo a propiciar trabalho de vida digna. Isso exigiria que, potencialmente, existisse trabalho digno e oportunidades educacionais para todos os níveis (KUENZER, 2009, p. 35-36, itálico do texto original).

A precariedade da educação brasileira nas regiões mais pobres é um fato. Aí então está o principal desafio dessa reforma, pois em lugares de difícil acesso tem-se que propiciar uma maior estrutura física e humana. Educação como centralidade da escola, qualidade de ensino para que os jovens desprovidos da sociedade brasileira possam remodelar sua história através da educação, sem crivos, com a possibilidade de obterem excelência e satisfação profissional ao exercerem funções, atribuições que queiram exercer. O reconhecimento do ensino técnico no mercado de trabalho também deve ser pensado, e por mais que a legislação educacional de 2017 retorne o exercício da orientação vocacional nas escolas, faz-se necessário repensar no verdadeiro lugar de valorização do técnico a ser formado a partir dessa reforma.

2.4 O Papel Histórico-Social das Políticas Educacionais no Ensino Profissionalizante no Brasil.

As ocorrências históricas, sociais e políticas sempre modificaram, modificam e continuarão a modificar a Educação Brasileira, que altera-se conforme a perspectiva política, social e mercadológica da época:

Desde 1990, a educação profissional no Brasil tem ocupado um lugar de destaque na agenda neoliberal, decorrente das transformações nos campos da economia e do trabalho. As políticas, programas e ações governamentais têm alardeado que a qualificação profissional e a formação técnico-profissional são estratégias para a inserção do país no grupo de nações denominadas desenvolvidas, além de constituir-se condição para o trabalhador participar das novas relações sociais de produção (MOLL, 2010, p.271).

As novas relações de trabalho reestruturam-se conforme o contexto histórico em que estão inseridas, como reflexo das reformas oriundas das transformações sociais. Torna-se salutar a análise das reformas na legislação que tange sobre a educação profissional brasileira.

A educação profissional brasileira inicia seu delineamento na legislação educacional pelo Decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997 – regulamenta o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

Art. 1º A educação profissional tem por objetivos:

- I – promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas;
- II – proporcionar a formação de profissionais, aptos a exercerem atividades específicas no trabalho, com escolaridade correspondente aos níveis médio, superior e de pós-graduação;
- III – especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalhador em seus conhecimentos tecnológicos;
- IV – qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.

Percebe-se que o cerne da educação profissional transposta nos objetivos do Decreto n.º 2.208/97 é amplificar a educação profissional, fazendo uma ponte entre a educação e o mundo do trabalho, remetendo à educação profissional. Também há a opção do aperfeiçoamento do conhecimento para trabalhadores, e qualificação/profissionalização e atualização em educação profissional de jovens e adultos.

A amplitude deste decreto visa promover qualificação e reprofissionalização para os jovens e também para os adultos, assim como proporcionar uma educação profissionalizante, direcionando a formação para o exercício do trabalho, buscando conhecimentos tecnológicos.

A amplificação da educação profissional citada no Decreto n.º 2.208/97 alcança também a articulação com o ensino regular, visando obter a educação continuada e tornar obrigatório que as instituições de ensino federais, públicas e privadas de ensino ofereçam educação profissional, concernente aos cursos básicos profissionalizantes, devendo estes, constarem em sua programação como modalidade não-formal e durável variável; e ainda remete à articulação do ensino regular com a educação profissional nos seguintes níveis:

1. Básico – independentemente de escolaridade, qualquer pessoa poderia cursar, pois não havia critério de nivelamento;

2. Técnico – matriculados ou egressos do ensino médio, onde os cursistas matriculados e/ou egressos do ensino médio regular e/ou ensino médio técnico poderiam cursar;

3. Tecnológico – egressos do ensino médio e técnico, onde somente os egressos do ensino médio e técnico poderiam cursar o nível superior nos cursos de tecnologia; os cursos superiores de tecnologia deverão atender diversos setores da economia e suas especializações, garantindo ao egresso diploma de Tecnólogo.

Portanto, a organização curricular da educação profissional de nível técnico poderia ser ofertada de forma concomitante. Nas situações, por exemplo, onde aos alunos matriculados no ensino médio é ofertada a possibilidade de cursar de igual forma o ensino profissionalizante, ou de forma sequencial; na situação dos alunos egressos do ensino médio que estejam cursando posteriormente ao ensino médio e educação profissionalizante; ou seja, a possibilidade de o aluno que, por motivo de força maior, abandonar os estudos obter duas motivações para retornar: a possibilidade de finalizar o ensino médio com o técnico; e a possibilidade de continuar os estudos galgando o ensino superior com o curso técnico.

Dentre as amplificações, o Decreto n.º 2.208/97 abrange, ainda no currículo, a possibilidade de o ensino técnico ser ofertado de forma modular, seguindo normas e organização dos estabelecimentos de ensino. Quanto à formulação dos currículos plenos, estes deveriam seguir as diretrizes curriculares nacionais, contendo a carga horária mínima do curso, conteúdos mínimos, habilidades e competências básicas por área profissional.

Em 2004 é publicado o Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o §2º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei n.º 9.394/96. O referido Decreto vem dar continuidade à amplificação do ensino profissionalizante tratado no decreto n.º 2.208/97, adequando-se às novas reformas políticas que refletem nas reformas educacionais, como tem ocorrido ao longo da história da educação brasileira.

O Decreto n.º 2.208/97 tinha como objetivos promover a transição entre escola e o mundo do trabalho. No Decreto n.º 5.154/04 o objetivo da educação profissional perpassa pela qualificação profissional. Termos presentes no Decreto 2.208/97 como especialização e aperfeiçoamento foram substituídos apenas por qualificação profissional.

A centralidade do Decreto n.º 5.154/04 está exatamente na qualificação profissional: preparar para o mercado de trabalho, em qualificação profissional inicial, continuada, técnica de nível médio; e educação profissional tecnológica, antes não presente no decreto n.º 2.208/97, a pós-graduação.

No Decreto n.º 2.208/97 a educação profissional compreende três níveis, sendo o básico, agora com o Decreto n.º 5.154/04 articulado aos cursos técnicos profissionalizantes de jovens e adultos, mantendo o mesmo princípio de não necessidade de nivelamento e/ou idade; porém, de modalidade não-formal e duração variável passou a ser integrante da formação integral na vertente profissionalizante, ou seja, os Jovens e Adultos que não concluíram o

ensino médio terão a oportunidade de prosseguir nos estudos e qualificarem-se profissionalmente.

Outro destaque não presente no Decreto n.º 2.208/97 foi que a partir do decreto n.º 5.154/04 encontra-se em seu artigo 4º, inciso 1º:

§ A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I – integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II – concomitante, oferecida somente a quem tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando no médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:

a) na mesma instituição de ensino aproveitando as oportunidades educacionais disponíveis;

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados.

Nessa perspectiva, a educação profissional técnica de nível médio articula-se com o ensino médio, seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais, as Normas Complementares e as exigências de cada Instituição de Ensino. A organização do Ensino Técnico em Integrado, Concomitante e Subsequente foi um marco positivo na história da educação profissional no Brasil, reiterando a amplificação do ensino profissionalizante pelo Decreto n.º 2.208/97, organizada pelo Decreto n.º 5.154/04.

Existem várias normativas sobre a educação profissionalizante. Em 2008, a Resolução CNE/CEB N° 3/2008 dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, ou seja, as instituições que implementam cursos técnicos de nível médio deverão guiar-se pelas normativas presentes no Catálogo:

Parágrafo único. O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, instituído pelo MEC, definirá carga horária mínima para cada um dos cursos constantes do Catálogo, bem como um breve descritos do curso, possibilidades de temas e a serem abordados, possibilidades de atuação dos profissionais formados e infraestrutura recomendada para a implantação do curso.

Além da orientação fornecida pelo Catálogo, a Resolução CNE/CEB N° 3/2008 ressalta que os Cursos Técnicos serão organizados por eixos tecnológicos, que deverão estar presentes no Projeto Político Pedagógico de cada instituição de ensino, assim como as trajetórias do itinerário formativo de cada curso.

Como reflexo da Resolução CNE/CEB N.º 3 /2008, no mesmo ano regulamentou-se a Lei n.º 11.741 de 16 de Julho de 2008, que: “Altera dispositivos da Lei n.º 9.9394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica”.

O texto remete à educação de jovens e adultos, que deverá articular-se preferencialmente com a educação profissional, e traz consigo a orientação normativa da Resolução CNE/CEB N.º 3/2008 que trata sobre a organização dos cursos por eixos tecnológicos, no caso dos cursos de educação profissional e tecnológica na formação de

itinerário formativo, também guiado pela resolução. Nesse contexto, a educação profissional terá a seguinte configuração:

- § 2º - A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:
- I - de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
 - II – de educação profissional técnica de nível médio;
 - III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

Nota-se que de promoção e transição entre a escola e o mundo do trabalho no decreto n.º 2.208/97 passou para qualificação profissional no decreto n.º 5.154/04. E agora, pelo decreto n.º 11.741 de 2008 o objetivo da educação profissional visa proporcionar educação profissional e técnica e tecnológica. Este também inserido na Lei n.º 13.415 de 2017. A inserção contumaz da palavra tecnologia nas reformas atuais da educação brasileira segue, de certa forma, a influência da modernização do mercado de trabalho e do mundo. Porém, vale ressaltar que tecnologia também envolve a prática e exercício de recriar-se em relação às práticas pedagógicas e políticas visto que a educação brasileira passa por um avanço tecnológico em todos os aspectos.

Na Lei n.º 11.741/08 regulamenta-se também a oferta de educação profissional e tecnológica de graduação e de pós graduação, de acordo com as diretrizes e normativas legais. Além da regulamentação dos cursos supracitados acima, a legislação insere nos cursos a serem ofertados pelas instituições de ensino cursos especiais abertos à comunidade não vinculados a níveis de escolaridade.

Além das mudanças transcritas acima, a Lei n.º 11.741/08 restringe o ingresso ao ensino concomitante, pois no Decreto n.º 5.174 /04 o ensino concomitante era ofertado para aqueles que tivessem concluído o ensino fundamental, ou que estivessem cursando o ensino médio. A Lei n.º 11.741/08 ressalva que ao ingressar no ensino concomitante, o ensino profissionalizante será oferecido ao discente que estiver ingressando no ensino médio, ou os que já estiverem cursando.

Em 2010 a Resolução CNE/CEB N.º 4/2010 define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, sendo que no decorrer da Resolução a ideologia adotada visava ao desenvolvimento do discente através da educação; e a centralidade das diretrizes embasam-se na escola de qualidade social, que adota como centralidade o estudante e a aprendizagem.

Para o embasamento do ideal de escola de qualidade social, as Diretrizes Curriculares Nacionais têm por objetivos:

- I – sistematizar os princípios e as diretrizes gerais da Educação Básica contidos na Constituição, na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e demais dispositivos legais, traduzindo-os em orientações que contribuam para assegurar a formação básica comum nacional, tendo como foco os sujeitos que dão vida ao currículo e à escola;
- II – estimular a reflexão crítica e propositiva que deve subsidiar a formulação, a execução e a avaliação do projeto político-pedagógico da escola de Educação Básica;
- III – orientar os cursos de formação inicial e continuada de docentes e demais profissionais da Educação Básica, os sistemas educativos dos diferentes entes federados e as escolas que os integram, indistintamente da rede a que pertençam.

O papel principal da Resolução CNE/CEB N.º 4/2010 é propiciar uma diretriz central pela qual todas as vertentes, modalidades e níveis de ensino deverão guiar-se para desenvolverem as suas respectivas organizações escolares, formando a partir dessa Diretriz-Geral as especificidades de cada realidade regional, política e de acesso à educação, e

principalmente as atitudes educacionais que garantam o acesso e permanência desse aluno para que se possa alcançar a qualidade social, tendo o aluno como centralidade da escola:

Art. 8º A garantia de padrão de qualidade, com pleno acesso, inclusão e permanência dos sujeitos das aprendizagens na escola e seu sucesso, com redução da evasão, da retenção e da distorção de idade/ano/série, resulta na qualidade social da educação, que é uma conquista coletiva de todos os sujeitos do processo educativo.

Para que essa qualidade ocorra, a Resolução CNE/CEB N.º 4/2010 sugere que haja uma revisão das referências conceituais, considerações sobre a inclusão, foco no projeto político-pedagógico, inter-relação entre a organização do currículo e do trabalho pedagógico, preparação dos profissionais de educação, compatibilidade entre a proposta escolar curricular e a infraestrutura, integração dos profissionais da educação e da comunidade escolar, valorização dos profissionais da educação e realização de parcerias.

A Base Nacional Comum Nacional, em seu artigo 14 explicita:

§1º Integram a Base Nacional Comum Nacional:

- a) a Língua Portuguesa;
- b) a Matemática;
- c) o conhecimento do mundo físico, natural, da realidade social e política, especialmente do Brasil, incluindo-se o estudo de História e das Culturas Afro-brasileira e Indígena;
- d) a Arte, em suas diferentes formas de expressão, incluindo-se a música;
- e) a Educação Física;
- f) o Ensino Religioso.

Os componentes curriculares supracitados servirão como base para que os temas educacionais, conforme suas especificidades e vertentes educacionais, possam se organizar de acordo com a diretriz curricular específica da modalidade de ensino, juntamente com carga horária e modalidade educacional, constantes como etapas da educação básica para a formação desse currículo: a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, sendo que:

Art. 27. A cada etapa da Educação Básica pode corresponder uma ou mais das modalidades de ensino: Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do campo, Educação Escolar Indígena e Educação a Distância.

Cada modalidade precisa de um olhar diferenciado. A formação do currículo, de acordo com o público a ser alcançado, tem como base as diretrizes curriculares nacionais e, sofrerá as variações da metodologia de ensino e didática escolar.

Para a efetivação da Resolução CNE/CEB N.º 4/10 faz-se necessário exercitar a Gestão Democrática para melhor organização da escola, com a participação de toda a comunidade escolar na construção dos elementos constitutivos para a organização das Diretrizes, sendo eles: o projeto político-pedagógico, o regimento escolar, o sistema de avaliação e o programa de formação docente. Desta maneira é possível que toda a comunidade escolar pense e repense, de forma conjunta, elaborando e realizando ações que visem alcançar a qualidade no ensino para que possa se concretizar a qualidade social proposta na Resolução CNE/CEB N.º 4/2010.

Em 2012, a Resolução CNE/CEB N.º 2/2012 define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio de todas as formas e modalidades, articulada com as Diretrizes Gerais para a Educação Básica.

As normativas presentes na Resolução CNE/CEB n.º 2/2012 perpassam pela construção do projeto político-pedagógico das instituições de ensino, organização curricular, formas de oferta e organização; e discorre sobre os sistemas de ensino.

Sobre a construção do projeto político-pedagógico, a resolução reafirma o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: o projeto político-pedagógico deverá ser consolidado junto aos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, desempenhar a preparação básica para o trabalho e a cidadania, aprimoramento do educando como pessoa e habilitá-lo para a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos.

A Resolução CNE/CEB N.º 2/2012 em seu artigo 5º explicita que:

Art.5º O Ensino Médio em todas as suas formas de oferta e organização baseia-se em:

I – formação integral do estudante;

II – trabalho e pesquisa como princípios educativos pedagógicos, respectivamente;

III – educação em direitos humanos como princípio nacional norteador;

IV – sustentabilidade ambiental como meta universal;

V – indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos do processo educativo, bem como entre teoria e prática no processo de ensino aprendizagem;

VI – integração de conhecimentos gerais e, quando for o caso, técnico-profissionalizante na perspectiva da interdisciplinaridade e da contextualização;

VII – reconhecimento e aceitação da diversidade e da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, das formas de reprodução, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes;

VIII – integração entre educação e as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia e da cultura como base da proposta e do desenvolvimento curricular.

Nessa perspectiva, o ensino médio, em suas várias modalidades e ramificações, integra o educando no diálogo com o mundo do trabalho e com o conhecimento curricular, técnico e científico e cultural à luz das vertentes interdisciplinares e de temáticas relevantes para a formação moral do discente, tendo como base a entre as finalidades constante na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB /1996) a formação humana do mesmo, e com isso torna-se necessário que ao aluno conheça e que isso seja trazido de formas variadas pela escola para ser trabalhado com o alunos: a educação em direitos humanos constante no Decreto n.º 7.037 de 2009.

Embasado em legislação vigente, o currículo visa normatizar o seguimento do ensino:

Art. 6. O currículo é conceituado como proposta de ação educativa constituída pela seleção de conhecimentos construídos pela sociedade, expressando-se por práticas escolares que se desdobram em torno de conhecimentos relevantes e pertinentes, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes e contribuindo para o desenvolvimento de suas identidades e condições cognitivas e sócio-afetivas.

A organização do currículo estava pautada em Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, sendo definido na época pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB/1996), contendo os componentes curriculares obrigatórios presentes na Resolução CNE/CEB N.º 2/2012 decorrente da LDB 9.394/1996.

Quadro 1 – Organização Curricular segundo a LDB 9.394/96 e a Resolução CNE/CEB n.º 2/2012

Organização do Currículo (Lei n.º 9.394/1996)	Componentes Curriculares (Resolução CNE/CEB N.º 2/2012)
a) Linguagens	Língua Portuguesa Língua Materna para populações indígenas Língua Estrangeira moderna Arte Educação Física
b) Matemática	
c) Ciências da Natureza	Biologia Física Química
d) Ciências Humanas	História Geografia Filosofia Sociologia
Seguindo orientação da Lei n.º 11.161 de 2005, o ensino da Língua Espanhola é obrigatório nas escolas.	

Fonte: elaborado pela autora.

Dentre a diversidade do currículo do ensino médio, além do estudo dirigido sobre os direitos humanos, está inserido como tratamento transversal e integradamente a educação alimentar e nutricional encontrada na Lei n.º 11.947/2009; assim como os discentes deverão ter acesso e conhecimento do processo de envelhecimento constante na Lei n.º 10.741/2013, Educação Ambiental constante na Lei n.º 9.795/99, e educação para o Trânsito, Lei n.º 9.503/97.

Seguindo orientação da Resolução CNE/CEB n.º 2/2012, o Ensino Médio deve organizar-se:

Art. 14 (...)

I – o Ensino Médio pode organizar-se em tempos escolares no formato de séries anuais, períodos semestrais, ciclos, módulos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar;

II – no Ensino Médio regular a duração mínima é de 3 (três) anos, com carga horária mínima de 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas, tendo como referência uma carga horária anual de 800 (oitocentas) horas, distribuídas em pelo menos 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar;

III - no Ensino Médio regular diurno, quando adequado aos seus estudantes, pode se organizar em regime de tempo integral com, no mínimo, 7 (sete) horas diárias;

IV – no Ensino Médio regular noturno, adequado a situações de trabalhadores respeitados os mínimos de duração e de carga horária, o projeto político-pedagógico deve atender, com qualidade, a sua singularidade, especificando uma organização curricular e metodológica diferenciada, e pode, para garantir a permanência e sucesso destes estudantes:

a) Ampliar a duração do curso para mais de 3 (três) anos, com menor carga horária diária e anual, garantindo o mínimo total de 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas;

V – na modalidade de educação de Jovens e Adultos, observadas suas Diretrizes específicas, com duração mínima de 1.200 (mil e duzentas) horas, deve ser especificada uma organização curricular e metodológica diferenciada para os estudantes trabalhadores, que pode:

a) Ampliar seus tempos de organização escolar, com menor carga horária diária e anual, garantida sua duração mínima.

VI – atendida a formação geral, incluindo a preparação básica para o trabalho, o Ensino Médio pode preparar para o exercício de profissões técnicas, por integração com a Educação Profissional e Tecnológica, observadas as Diretrizes específicas, com as cargas horárias mínimas de:

a) 3.200 (três mil e duzentas) horas, no Ensino Médio regular integrado com a Educação Profissional Técnica;

b) 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas, na Educação de Jovens e Adultos integrada com a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, respeitado o mínimo de 1.200 (mil e duzentas) horas de educação geral;

c) 1.400 (mil e quatrocentas) horas, na Educação de Jovens e Adultos integrada com a formação inicial e continuada ou qualificação profissional, respeitado o mínimo de 1.200 (mil e duzentas) horas de educação geral.

A flexibilização da carga horária vem de encontro à disponibilidade de cada instituição de ensino. A Resolução CNE/CEB N.º 2/2012 deixa claro que se deve observar as cargas horárias mínimas de cada curso, ficando a critério da escola sua forma de organização, considerando as regionalidades e a possibilidade de oferta. No item do Ensino Médio Regular noturno nota-se que a flexibilidade estende-se, podendo a escola adequar-se à necessidade, e se for em prol do sucesso escolar dos discentes pode ampliar a duração do curso de 3 (três) anos para 4 (quatro) anos.

Verificamos, portanto, que acerca do Ensino Médio regular existe a possibilidade do mesmo ser ofertado de forma diurna, ou seja, em tempo integral por, no mínimo 7 (sete) horas por dia. Assim, sobre essas possibilidades, a Resolução CNE/CEB N.º 2/2012 salienta a importância da renovação e construção do Projeto Político-Pedagógico embasado em traduzir a proposta educativa, contendo atividades integradas, evitando assim que os componentes curriculares atuem de forma isolada na matriz curricular, e que não realizem interação com a vida cotidiana do aluno. Dessa forma, a Resolução CNE/CEB N.º 2/2012 visa problematizar, integrar e redimensionar o Ensino Médio em suas vertentes rumo à excelência em sua oferta.

Consequente à Resolução CNE/CEB N.º 2/2012, ainda no ano de 2012 houve a implementação da Resolução CNE/CEB N.º 6/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio:

Art. 5º. Os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio têm por finalidade proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessárias ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológico, sócio-histórico e culturais.

Para atingir esta finalidade, a resolução aborda sobre organização e planejamento nas formas de oferta, na organização curricular e na duração dos cursos. Traz ainda a temática Avaliação, Aproveitamento e Certificação; e finaliza com esclarecimentos sobre a formação docente nesta modalidade.

Os Cursos da Educação Profissional são organizados por eixos tecnológicos, presentes no Catálogo de Curso Técnicos em Nível Médio. É necessário que se compreenda a subdivisão desta modalidade de ensino; e conforme consta na Lei n.º 11.741/2008, a Resolução CNE/CEB N.º 6/12 destaca os cursos que abrangem a Educação Profissional:

- I - formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II - Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- III - Educação Profissional Tecnológica, de graduação e de pós-graduação.

Além desses cursos, as Instituições de Educação Profissional também deverão ofertar formação inicial e continuada para os trabalhadores, com matrículas abertas à comunidade, semelhante aos cursos básicos oferecidos no início do processo histórico da educação profissional no Brasil.

De forma resumida, os princípios norteadores da Educação Profissional, de acordo com a Resolução CNE/CEB n.º 6/2012 (BRASIL, 2012) são:

- I - relação e articulação entre a formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas;
- II - respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional;
- III - trabalho assumido como princípio educativo;
- IV - articulação da Educação Básica com a Educação Profissional Tecnológica;
- V - indissociabilidade entre educação e prática social;
- VI - indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino aprendizagem;
- VII - interdisciplinaridade assegurada no currículo e na prática pedagógica;
- VIII - contextualização, flexibilidade e interdisciplinaridade na utilização de estratégias educacionais;
- IX - articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental dos territórios onde os cursos ocorrem;
- X - reconhecimento dos sujeitos e de suas diversidades;
- XI - reconhecimento das identidades étnico-raciais;
- XII - reconhecimento das diversidades das formas de produção;
- XIII - autonomia da instituição educacional na concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu projeto político-pedagógico;
- XVI - flexibilidade na construção de itinerários formativos diversificados e atualizados;
- XV - identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso;
- XVI - fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federados, incluído, por exemplo, os arranjos de desenvolvimento da educação;
- XVII - respeito ao princípio constitucional e legal do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

A correlação entre a teoria e prática da educação profissional é clara, assim como a flexibilidade do currículo, e a preocupação em ofertar um curso em consonância com o perfil presente no catálogo de Curso Técnicos de Nível Médio, assim como a preocupação na Resolução CNE/CEB N.º 6/2012 em trazer a importância socioeconômica que determinado curso terá na região em que existe. É claro que as instituições, enquanto autônomas, precisam correlacionar a necessidade do mercado local para que a oferta tenha demanda, e a demanda tenha interesse do mercado; e esse interesse gere empregabilidade aos egressos dos cursos técnicos.

Segundo a Resolução CNE/CEB N.º 6/2012, a subdivisão da Educação Profissionalizante:

- Art. 7º. A Educação profissional Técnica de Nível Médio é desenvolvida nas formas *articulada* e *subsequente* ao Ensino Médio:
- I. a articulada, por sua vez, é desenvolvida nas seguintes formas:
 - a) *integrada*, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental (...)
 - b) *concomitante*, ofertada a quem ingressa no Ensino Médio ou já o esteja cursando (...)
 - c) *concomitante* na forma, uma vez que é desenvolvida simultaneamente em distintas instituições educacionais, mas integrada no conteúdo, mediante a ação de

convênio ou acordo de intercomplementaridade, para a execução de projeto pedagógico unificado;
II - a subsequente, desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem já tenha concluído o Ensino Médio.

Sobre a Organização Curricular, a Resolução CNE/CEB N.º 6/2012 salienta que a organização do Currículo da Educação Profissional Técnica de Nível Médio é embasada em eixos tecnológicos constantes no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos a partir dos pressupostos da matriz tecnológica, do núcleo politécnico comum correspondente a cada eixo tecnológico, aos conhecimentos e habilidades nas áreas de linguagens e códigos, à pertinência, à coerência, à coesão e consistência de conteúdo, e à atualização permanente dos cursos e currículos.

A Resolução CNE/CEB N.º 6/2012 também orienta quanto à construção dos Planos de Curso, que deverão conter toda a identificação do curso, embasados nos respectivos eixos tecnológicos. Nessa formatação deverão conter, obrigatoriamente, conforme artigo 20:

Art. 20 Os planos de curso, coerentes com os respectivos projetos político pedagógicos, são submetidos à aprovação dos órgãos competentes dos correspondentes Sistemas de Ensino, contendo obrigatoriamente, no mínimo:

- I - identificação do curso;
- II - justificativa e objetivos;
- III - requisitos e formas de acesso;
- IV - critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores;
- V - organização curricular;
- VI - critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores;
- VII - critérios e procedimentos de avaliação;
- VIII - biblioteca, instalações e equipamentos;
- IX - perfil do pessoal docente e técnico;
- X - certificados e diplomas a serem emitidos.

Na própria organização curricular deve conter, em cada etapa e ementa, as referências bibliográficas -básica e complementar-, assim como as instalações físicas também deverão estar presentes no Plano de Curso.

A experiência no mercado de trabalho efetivar-se-á através das práticas profissionais, onde o discente terá a experiência profissional de acordo com seu Curso profissionalizante, enfrentando situações reais e resolvendo desafios existentes no mercado de trabalho. Para o aperfeiçoamento profissional do discente, faz-se necessário a composição de um grupo de professores qualificados para o desenvolvimento de aulas pedagógicas na perspectiva do ensino integrado, sendo assim, na Resolução CNE/CEB N.º 6/2012 ressalta-se a importância na formação docente para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, e destaca, em seu artigo 40, inciso 2:

§ 2º Aos Professores graduados, não licenciados, em, efetivo exercício na profissão docente ou aprovados em concurso público, é assegurado o direito de participar ou ter reconhecidos seus saberes profissionais em processos destinados à formação pedagógica ou à certificação da experiência docente, podendo ser considerado equivalente às licenciaturas.

A formação docente em meio aos desafios da educação profissional é de suma importância, e a complementação na formação de professores não licenciados faz a diferença no processo de ensino-aprendizagem, pois muito bacharéis naturalmente têm dificuldade em ministrar aula, sendo que originalmente sua formação não lhe qualificou para este fim; porém, este é mais um desafio da Educação Profissional no Brasil, que constantemente passa por reforma em sua política educacional.

Em 2014 surge o Decreto n.º 8.268, de 18 de junho, que altera o Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o §2º do art. 36 e os arts.39 a 41 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Nas alterações retirou-se do Decreto n.º 5.154/2004 e, conseqüentemente, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB/1996) o texto de “*formação inicial e continuada de trabalhadores*”, mudando para “*qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores*”. Seguindo com as alterações, o Decreto n.º 8.268/2014 inseriu as seguintes inclusões nas legislações educacionais:

Art. 1º

(...)

§ 1º Os cursos e programas da educação profissional de que tratam os incisos I e II do **caput** serão organizados por regulamentação do Ministério da Educação em trajetórias de formação que favoreçam a continuidade da formação.

§ 2º Para os fins do disposto neste Decreto, consideram-se itinerários formativos ou trajetórias de formação as unidades curriculares de cursos e programas da educação profissional, em uma determinada área, que possibilitem o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos.

§ 3º Será permitida a proposição de projetos de cursos experimentais com carga horária diferenciada para os cursos e programas organizados na forma prevista no

Art. 2º

(...)

II – articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia;

III – a centralidade do trabalho como princípio educativo; e

IV – a indissociabilidade entre teoria e prática. (NR)

O Decreto n.º 8.268 de 2014 enfatiza a articulação entre educação, trabalho, ciência e tecnologia, inserindo no artigo 2º, inciso III “*a centralidade do trabalho como princípio educativo*” e no inciso IV - “*a indissociabilidade entre teoria e prática*”, transparecendo, neste dois últimos. Em meio a essas mudanças na legislação refletidas na perspectiva de oferta da educação nacional, os Institutos Federais procuram articular o ensino com a projeção de se obter mão de obra qualificada para adentrar no mercado de trabalho, unindo nesta trajetória a relação entre teoria e prática de forma que, a educação profissional vêm sendo disseminada no ensino técnico integrado ao médio, subsequente, proeja, licenciaturas, bacharéis e tecnológicos.

3 O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA – HISTÓRICO- CARACTERIZAÇÃO – CAMPUS BOA VISTA

A caracterização do local de pesquisa é essencial para que possamos identificar o campo de desenvolvimento da investigação. Nesse contexto, este capítulo caracteriza o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima no contexto regional em que está inserido, descrevendo a importância dessa Instituição de ensino para o desenvolvimento intelectual e aperfeiçoamento da mão de obra, como enfatizados nos documentos institucionais. Este capítulo busca evidenciar que o objetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) no estado de Roraima engloba ofertar um ensino profissional de qualidade.

A identificação do Instituto Federal de Roraima é realizada através de seus documentos institucionais, como o Plano de Desenvolvimento Institucional e o próprio Plano de Curso de Informática. Dessa forma, encontram-se descritos neste capítulo os principais aspectos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), como a missão, visão, valores, processo histórico, cursos ofertados e Campus que compõem a instituição de ensino.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima possui 5 (cinco) Campus, sendo o Campus Boa Vista (local da pesquisa) o mais antigo. Por seu intermédio originou-se todo o processo histórico da educação profissional no estado de Roraima; na modalidade de Ensino Técnico Integrado ao Médio iniciou sua oferta em meados de 2007, período em que muitos Campus do interior não haviam sido implantados.

O desenvolvimento do Campus Boa Vista e seu importante papel para a expansão da educação profissional no estado, sendo ele o Campus mais antigo, reflete de forma positiva na tradição de oferta de seus cursos. O Campus Boa Vista é o Campus mais antigo dos 5 Campi que fazem parte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR); sua historicidade de oferta do Ensino Técnico Integrado ao Médio possui mais tempo de implementação na forma integrada. Em 2015 houve a implementação da forma integrada integral. A relevância dessa implementação no Campus Boa Vista é de suma importância para o desenvolvimento e entendimento desta pesquisa e, conseqüentemente, para a compreensão do Histórico do Curso Técnico em Informática nos últimos 10 (dez) anos; bem como a coexistência entre as duas formas no momento da implementação da forma integral e a diferenciação de matrizes curriculares entre as ofertas.

Em decorrência das mudanças ocorridas ao longo do processo histórico, que refletem diretamente na recente oferta da educação profissional, a influência regional do Instituto Federal de Roraima mostra-se na quantidade de oferta e cursos, mantendo em atividade a correlação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. A oferta de Cursos Técnicos Profissionalizantes na modalidade Ensino Técnico Integrado ao Médio, Ensino Técnico Subseqüente, Ensino Superior em duas modalidades de Tecnológicas e Licenciaturas estão presentes no Campus Boa Vista para o desenvolvimento técnico e tecnológico de Roraima.

3.1 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

A Lei n.º 8.948, de 8 de dezembro de 1994 transformou a Escola Técnica Federal de Roraima (ETFRR) em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET). A efetivação ocorreu por meio do Decreto Presidencial s/n de 13 de novembro de 2002 e da oferta do primeiro curso superior de Tecnologia em Turismo. Com isso, a comunidade interna se adequou ao princípio da verticalização da educação profissional, oferecendo cursos profissionalizantes de nível básico, técnico em Secretariado, Informática, Eletrotécnica,

Eletrônica, Enfermagem, Edificações e Análises Clínicas. Cursos de Tecnologia: Tecnologia em Gestão Hospitalar, Saneamento Ambiental, Gestão de Turismo, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, bem como cursos de graduação: Licenciatura em Educação Física, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Gestão em Serviços de Saúde, Licenciatura em Letras-Espanhol e Literatura Hispânica, Saneamento Ambiental, Licenciatura em Ciências Biológicas e Licenciatura em Matemática.

No ano de 1998 foi criado o curso Técnico em Transações Imobiliárias e o Curso Técnico em Enfermagem. Em 2000 e 2001 foram criados os cursos Técnicos em Eletrônica, em Laboratório, Recreação e Lazer, Informática, Radiologia e Segurança do Trabalho, além de implantar a Educação de Jovens e Adultos, com o curso de qualificação profissional em Construção Civil e Eletrotécnica.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima é uma instituição autárquica integrante do Sistema Federal de Ensino; está vinculada ao Ministério de Educação e é supervisionado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), com sede e foro na cidade de Boa Vista e atuação no Estado de Roraima. Foi criado pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que reorganizou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica distribuída em todo o território nacional, composta pelas Escolas Técnicas, Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets). A consolidação dessa nova institucionalidade exigiu mudanças na estrutura organizacional, uma vez que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) possui uma estrutura multicampi. A partir de então, a sede do CEFET-RR passou a denominar-se Campus Boa Vista.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) tem como missão promover formação integral, articulando ensino, pesquisa e extensão, em consonância com os arranjos produtivos locais, sociais e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável; busca também ser referência no país como instituição de formação profissional e tecnológica na promoção de ensino, pesquisa e extensão, e possui os seguintes valores:

- Ética
- Compromisso social
- Gestão Democrática
- Excelência
- Sustentabilidade
- Respeito à Diversidade
- Justiça

Assim, considerando o histórico, missão, visão e valores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), em consonância com a Lei n.º 11.892/08, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em seu Art. 6º que tem por finalidades e características: ofertar educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. (I). No art. 7º o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) possui como um de seus objetivos: ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos, (I); sendo assegurado, no art. 8º, a oferta de, no mínimo, 50% de suas vagas para atender a esta demanda.

Em 29 de dezembro de 2008 o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei n.º 11.892/08, que criou 38 Institutos Federais. Entre estes, o Instituto Federal de Educação,

Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), publicada no Diário Oficial da União de 30 de dezembro do mesmo ano. A partir dessa lei ficou instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no âmbito do sistema federal de ensino, vinculada ao Ministério da Educação (MEC). A consolidação dessa nova institucionalidade exigiu mudanças na estrutura organizacional, uma vez que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) possui uma estrutura multicampi. A partir de então, a sede do Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (CEFET-RR) passou a denominar-se Campus Boa Vista.

Atualmente, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) está estruturado com uma Reitoria e cinco Campi distribuídos pelo estado.

a) Campus Boa Vista – Pré-expansão, localizado na região central do Estado, em Boa Vista. Tem como referência para o desenvolvimento de suas atividades os municípios de Boa Vista, Bonfim, Cantá, Normandia, Alto Alegre, Mucajaí e Iracema;

b) Campus Novo Paraíso – Fase I, localizado na região sul do Estado; tem como referência para o desenvolvimento de suas atividades os municípios de Caracará, Cantá, São Luiz, São João da Baliza, Caroebe e Rorainópolis;

c) Campus Amajari – Fase II, localizado na região norte do Estado; tem como referência para o desenvolvimento de suas atividades os municípios de Amajari, Pacaraima, Uiramutã e Alto Alegre;

d) Campus Boa Vista Zona Oeste – Fase III, localizado na zona oeste da cidade de Boa Vista, atualmente em fase de construção e implantação.

e) Campus Avançado do Bonfim – localizado no Município de Bonfim/Roraima, atualmente em fase de Implantação.

Os Institutos Federais possuem a característica de atuarem de forma autônoma, conseqüente a isso, os *Campi* do Instituto Federal de Roraima atendem o estado ofertando formação técnica de acordo com a demanda local do mercado de trabalho, como referência o Campus Amajari, contendo o curso Técnico de Agropecuária, sendo o Curso de Aquicultura sendo ofertado na modalidade de ensino técnico e Ensino Tecnológico Superior. O Campus Novo Paraíso contendo cursos técnicos de Agroindústria, Agropecuária e Superior em Agronomia. O curso técnico em Comércio Exterior é ofertado no Campus Bonfim, onde realiza fronteira com a cidade de Lethem, capital da Guiana com intuito de desenvolvimento comercial entre os países vizinhos, dessa forma, tais ofertas nas extremidades do interior do estado, visam o incentivo à agricultura, manufatura e desenvolvimento do comércio local com a finalidade de gerar renda e, incentivar o pequeno a médio produtor acrescer sua renda familiar.

3.2 Campus Boa Vista

A história fundacional do Campus Boa Vista é desenhada com a criação em meados de 1987 da Escola Técnica de Roraima dirigida pelos professores José Ivanildo Dantas, tendo como marco inicial da formação técnica o estado de Roraima a implementação de dois cursos Técnicos, sendo eles Edificações e Eletrotécnica. A criação legal da Escola Técnica de Roraima deu-se em 1988 por intermédio da publicação do Decreto nº 026 de 12 de outubro de 1988 no âmbito estadual, localizada na Avenida Glaycon de Paiva.

Quando a Escola Técnica foi federalizada mediante a Lei 8.670 de 30 de junho de 1993, passando a chamar-se Escola Técnica Federal de Roraima (ETFRR), passou a funcionar com os servidores redistribuídos do Ex-Território Federal de Roraima, período e que foi elaborada a Organização Didática (OD), primeira diretoria executiva e as seguintes Coordenações: Matemática e Física, Edificações, Eletrotécnica, Biologia e Química,

Agrimensura, Artes, Língua Portuguesa e Língua Estrangeira, Educação Física , Geografia e História e Coordenação Pedagógica.

Em 1994 a Escola Técnica Federal de Roraima (ETFRR) implementou o Curso Técnico em Agrimensura e Magistério em Educação Física e, vale ressaltar que nesse mesmo período , entrou em vigor a primeira organização didática da Escola Técnica Federal de Roraima (ETFRR), assim como marco desse ano, foi a realização do primeiro concurso público e, comemoração do primeiro aniversário da instituição em 30 de junho.

Funcionando em prédio próprio, a Escola Técnica Federal implantou o curso Técnico em Agrimensura e Magistério em Educação Física. Seguindo esse processo de expansão, e na perspectiva de preparar estudantes para ingressar no Ensino Técnico, implantou o ensino fundamental de 5ª a 8ª séries. No ano de 1996, por solicitação da comunidade e tomando como base os resultados obtidos por meio de pesquisa de mercado, foram implantados os cursos Pós 2º Grau Técnico em Turismo e em Hotelaria e Técnico em Secretariado.

Com o objetivo de suprir a demanda do mercado de trabalho roraimense foram implementados os Cursos Técnicos de Turismo e em Hotelaria e Técnico em Secretariado, havendo no ano de 1997 o reconhecimento de sete cursos Técnicos conforme Portaria MEC/SEMTEC/Nº 145 de 19 de novembro de 1997 o Curso Técnico em Eletrotécnica e o Curso Técnico em Edificações , e mediante a portaria MEC / SETEMC nº 150/151/125/123 e 154 de 28 de novembro de 1997 foram reconhecidos o Curso Técnico em Agrimensura, em Hotelaria , em Secretariado, em Turismo e Curso Magistério em Educação Física , sendo implementado também, o Curso Técnico em Enfermagem mediante portaria MEC/SEMTEC nº 34 de 23 de junho de 1998.

O Curso Técnico em Transações Imobiliárias foi implementado em meados de 1999 sobre a égide da portaria da Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC/MEC Nº 02/1999), sendo maior ampliado o quadro de oferta de educação profissional no ano 2000 com a oferta dos Cursos Técnicos de Eletrônica , Informática e Recreação e Lazer . Outro marco educacional desse período foi a oferta do primeiro Curso Básico de espanhol através do Centro de Estudos de Língua Estrangeira (CELE).

Em 2002 ocorreu a transição de Escola Técnica Federal de Roraima (ETFRR) em Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima – CEFET – RR, e, mediante a essa transição foi lançada a logomarca do CEFET – RR, assim com análise do Ministério da Educação (MEC) do projeto do 1º Curso Superior em Tecnologia do CEFET – RR, mediante Decreto Presidencial de 13 de novembro de 2002 e, autorizado no mesmo ano através da Portaria do Ministério da Educação (MEC) nº 3.379 de 06 de dezembro.

Em 2003 foi implementado o Curso Técnico em Segurança do Trabalho em 2004 ocorreu o primeiro vestibular em Educação Física , em 2005 foi instituído pelo Governo federal o plano de Expansão Profissional e Tecnológico com as Unidades Descentralizadas – UNEDs criadas pelo Decreto nº 2.855 de 02 de dezembro de 1998, a serem instaurados em Novo Paraíso e Amajari. No mesmo ano foi aprovado pelo CONDIR – Conselho de Diretores do CEFET – RR os Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão de Serviços de Saúde, Técnico em Enfermagem Integrado ao Médio na modalidade EJA, Técnico em Secretariado Integrado ao Ensino Médio na modalidade EJA, Técnico em Laboratório Integrado ao Ensino Médio na modalidade EJA, e Técnico em Turismo Integrado ao Ensino Médio na modalidade EJA.

Em 2007 foi aprovado pelo CONDIR/CEFET – RR através da Resolução nº 061 , o Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Docência no Ensino Profissional e Tecnológico com Ênfase no Desenvolvimento Sustentável, e início do Curso de Especialização em educação Profissional de Jovens e Adultos, neste mesmo ano o Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (CEFET – RR) ofertava as seguintes modalidades de ensino: Técnico Subsequente, Superior Tecnológico, Superior de Licenciaturas, Pós-graduação Lato

Sensu, Técnico Integrado – EJA, Ensino Médio Regular e Técnicos Integrados ao Ensino Médio.

Com o advento da Lei n.º 11.892/08, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, foi criado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima. Assim, foi criado o campus Boa Vista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) e outros campi deste Instituto Federal. Em 2008 foi efetuada a inscrição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima mediante chamada pública nº 002 de 12 de dezembro de 2007, aprovado mediante Portaria nº 116 de 31 de março de 2016 da SETEC/MEC.

Com dez anos de existência, em 2018, o Campus Boa Vista-Centro possui 21 turmas do Ensino Técnico Integrado ao Médio distribuídas em duas modalidades centrais: Ensino Técnico Integrado ao Médio, ofertado somente no turno matutino, totalizando 9 turmas nos cursos de Secretariado, Informática, Eletrônica, Eletrotécnica, 3º e 4º ano. O currículo é distribuído em quatro anos de estudos, pois as aulas ocorrem apenas em turno matutino.

A decorrente viabilização da permanência do discente na escola é o foco central desta pesquisa, sendo os cursos pioneiros de Secretariado e Informática os que mais atendem à população roraimense, pois a demanda de oferta e procura torna-se relativamente maior por serem cursos de extrema importância que atuam muitas vezes como pré-requisitos em nível de empregabilidade no estado.

A implantação do Ensino Técnico Integrado ao Médio ofertado nos dois turnos, sendo esse o motivo de ser integral, deu-se no Instituto Federal de Roraima no ano de 2015, inicialmente com os cursos de Secretariado e Informática, com currículo de três anos; por esse motivo e pelo número de componentes curriculares compilados do antigo currículo -de quatro anos para três- houve a necessidade de ofertar os cursos no turno diurno.

No período letivo de 2016 houve outras inserções na Instituição Federal de Ensino, com a entrada de 8 turmas do 1º ano do ensino médio distribuídas nos cursos de Secretariado, Informática (já inseridos no ano de 2015) e ofertando novos cursos a essa modalidade de ensino: Eletrônica, Eletrotécnica e Edificações.

Em meio a toda essa tramitação histórica, torna-se salutar investigar como se deu a implantação do ensino médio integral integrado ofertado nos dois turnos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – Campus Boa Vista /Centro, sendo que o Ensino Médio, nesta direção, trouxe mudanças para os alunos, gestores, docentes e equipe técnica. Essa pesquisa proporcionará identificar os fatores que influenciam na permanência desse aluno e analisar as mudanças que ocorreram no Instituto Federal de Roraima – Campus Boa Vista /Centro após a transição do Ensino profissionalizante na modalidade de Ensino Médio Integrado ofertado no turno Matutino para o Ensino Médio Integral Integrado ofertado nos dois turnos.

Assim, considerando o histórico, missão, visão e valores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), em consonância com a Lei n.º 11.892/08, torna-se salutar investigar como se deu a implantação do ensino médio integral integrado ofertado nos dois turnos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – Campus Boa Vista /Centro. Como o Ensino Médio trouxe mudanças para os alunos, gestores, docentes e equipe técnica, essa pesquisa proporcionará identificar os fatores que influenciam na permanência desse aluno e analisar as mudanças que ocorreram no Instituto Federal de Roraima após a transição do Ensino profissionalizante na modalidade de Ensino Médio Integrado ofertado no turno Matutino para o Ensino Médio Integral Integrado ofertado nos dois turnos.

Segundos dados do Departamento de Registros Acadêmicos (DERA), setor responsável pelos registros dos Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de

Roraima (IFRR), seguem relatórios referentes ao período letivo de 2016, primeiro e segundo semestre:

Tabela 1 – Relatório Geral dos Cursos Regulares do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) referente ao período letivo de 2016.1.

Relatório de 2016.1 Cursos Regulares do IFRR:	
Técnico integrado ao ensino médio: 681	
Técnico integrado ao ensino médio - EJA: 81	
Técnico subsequente: 554	
Pós Graduação - <i>Lato Sensu</i> : 48	
Superiores: 1.100	
Total cursos regulares	2447
PRONATEC	303
PARFOR	78
ESPAÑHOL – EAD	120
PROFUCIONÁRIO	64
Total Geral:	3.012

Fonte: Departamento de Registros Acadêmicos do Campus Boa Vista – IFRR (DERA) - Dados referentes ao Semestre 2016.1

No período letivo de 2016 no Campus Boa Vista/Centro existem os seguintes cursos vigentes na modalidade de Ensino Técnico Integrado ao Médio referente à matriz curricular antiga, onde os mesmos obtinham em seus Planos de Curso matrizes Curriculares com duração de quatro anos: o Curso de Secretariado, o Curso de Eletrônica e o Curso de Informática. Na modalidade de Ensino Técnico Integrado na modalidade Integral referente à matriz curricular vigente do ano de 2015, onde os mesmos obtêm duração de curso de três anos, estão presentes os seguintes cursos: Secretariado, Informática, Eletrônica, Eletrotécnica e Edificações.

Tabela 2 – Relatório Geral dos Cursos Regulares do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) referente ao período letivo de 2016.2.

Relatório 2016.2 Cursos Regulares do IFRR	
Técnico em informática integrado ao ensino médio: 696	
Técnico em informática integrado ao ensino médio - EJA: 49	
Técnico subsequente: 292	
Pós-Graduação - <i>Lato Sensu</i> : 31	
Superiores: 817	
Total cursos regulares	1.885
PRONATEC	270
PARFOR	64
ESPAÑHOL – EAD	78
PROFUCIONÁRIO	47
Total Geral:	2.344

Fonte: Departamento de Registros Acadêmicos do Campus Boa Vista – IFRR (DERA), dados referentes ao Semestre 2016.2

Na modalidade de Ensino Técnico Subsequente, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) oferta os seguintes cursos: Secretariado, com duração de um ano; Análises Clínicas, com duração de um ano e meio; e Enfermagem, com duração também de um ano e meio. Na modalidade de Ensino PROEJA do Campus Boa

Vista/Centro não houve ingresso em 2016, porém existem os seguintes Cursos em andamento com os alunos em período de estágio e/ou cursando dependências na Instituição: Curso PROEJA Técnico em Edificações, PROEJA Técnico em Informática, PROEJA Técnico em Análises Clínicas e PROEJA Técnico em Enfermagem.

Na modalidade de Ensino Superior, o Instituto Federal Roraima, Campus Boa Vista conta com duas vertentes: Superior Licenciatura e Superior Tecnólogos. Na modalidade de ensino Superior Tecnólogos em 2016 ofertaram: Curso Superior de Tecnologia de Gestão em Turismo, Curso Superior de Tecnologia de Gestão Hospitalar e Curso Superior de Tecnologia de Gestão de Análise e Desenvolvimento de Sistema. Na modalidade ensino Superior Licenciaturas ofertaram: Curso Superior de Licenciatura em Matemática, Curso Superior de Licenciatura em Educação Física, Curso Superior de Licenciatura em Língua Espanhola e Curso Superior de Licenciatura em Biologia.

4 O ENSINO MÉDIO EM REGIME INTEGRAL NA FORMA INTEGRADA NO CURSO DE INFORMÁTICA NO CAMPUS BOA VISTA

Este capítulo busca desenvolver o objetivo específico desta pesquisa: identificar as condições de oferta, a organização didático-pedagógica e os índices de evasão e retenção nos anos iniciais referentes à implementação do Curso Técnico Integrado ao Médio de Informática no Campus Boa Vista, através do Histórico do Curso no Campus –desde sua primeira oferta em 2007 na modalidade de Ensino Técnico Integrado ao Médio com duração de 4 anos, ofertado apenas no período matutino até o ano de 2017. A coexistência entre o Curso Técnico em Informática, com duas modalidades de oferta, ocorreu no período letivo concernente à implementação de 2015 a 2017. Diante disso, nos perguntamos: quais foram os impactos dessa implementação nesse período?

Buscamos analisar a coexistência da implementação do Curso Técnico Integrado ao Médio na forma Integral, ocorrida em 2015, e os reflexos desse impacto na organização didático-pedagógica, bem como os índices de evasão e retenção referentes aos anos iniciais dessa implementação.

O enfoque dessa pesquisa encontra-se na vertente do Ensino Técnico Integrado na modalidade Integral, com destaque para o Curso de Informática. A escolha desse curso se deu pela ampla variedade de opções de empregabilidade no mercado de trabalho, assim como pela vinculação ao tema do público-alvo pesquisado: os adolescentes, que notadamente utilizam a tecnologia da informação para comunicar-se cotidianamente de forma intensa e constante. Outro motivo pelo qual essa pesquisa torna-se relevante centra-se no fato de que o Curso Técnico em Informática, dos cursos de Nível Médio, é o único que contém possibilidade de o egresso dar continuidade aos seus estudos no Instituto Federal de Roraima no próprio Campus Boa Vista, por intermédio da verticalização do Ensino Técnico Integrado ao Médio em Informática para o Curso Superior de Tecnologia de Gestão de Análise e Desenvolvimento de Sistema.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima atende diversas modalidades de ensino, dentre elas, a modalidade de ensino médio integrado ao técnico é salutar para o mercado de trabalho, e um desafio para os discentes egressos do ensino fundamental e ingressantes no Curso Técnico em Informática. Nesse sentido, qual a percepção discente em meio aos desafios da implantação do Ensino Médio em regime Integral na forma Integrada no Campus Boa Vista/Centro do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima?

No ano de 2015 ocorreu a implantação desse regime escolar, com os cursos pioneiros de Informática e Secretariado. Por esse motivo, a pesquisa percorre os aspectos didático-pedagógicos desses cursos que se encontram em andamento.

A verificação das mudanças ocorridas após a transição de modalidade de ensino no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) no Campus Boa Vista, de Técnico Integrado para Técnico Integrado integral, torna essa pesquisa relevante para contribuição do aperfeiçoamento do processo de qualificação profissional da população roraimense e sua posterior inserção no mercado de trabalho. Paralelamente a isto, esta implantação gera curiosidades na população no intuito de conhecer as suas vertentes de funcionamento e as expectativas dos discentes.

A viabilização da permanência do discente na escola é o foco central desta pesquisa, sendo os cursos pioneiros de Secretariado e Informática os que mais atendem à população roraimense, pois a demanda de oferta e procura torna-se relativamente maior por serem cursos de extrema importância, que atuam muitas vezes como pré-requisitos em nível de empregabilidade no estado.

Os Cursos profissionalizantes adequam-se às carências do mercado, pois existe a necessidade da mão de obra qualificada para poder atuar adequadamente, ou seja, o ensino ofertado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima prepara para o trabalho, revestindo-se de cursos acessíveis como Secretariado e Informática em sua implantação na modalidade Integral em 2015.

Segundos dados do Departamento de Registros Acadêmicos (DERA), setor responsável pelos registros dos Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), segue relatório referentes ao ingresso dos alunos em 2015 no Ensino Médio Integrado no Curso de Informática do IFRR:

Tabela 3 – Relatório dos Ingressantes em 2015 no Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR)

Relatório dos Ingressantes em 2015 no Ensino Médio do Curso de Informática do IFRR	
Regularmente Matriculados ingressantes em 2015:	75
Retidos na série referente ao período letivo de 2014:	3
Transferência Interna (alunos originários de outros cursos):	7
Transferência Externa (alunos originários de outras instituições):	1
Total Geral:	86

Fonte: Departamento de Registros Acadêmicos do Campus Boa Vista – IFRR. (DERA) - Dados referentes ao Período letivo de 2017.

Depreendesse da Tabela 3 que há maior demanda em virtude do crescente Mercado de Trabalho na área de tecnologia da informação, e sendo os discentes do Curso Técnico em Informática conhecedores dessa ascensão, não houve muitas desistências ao longo do período letivo de 2015 a 2017, totalizando apenas 11 cursantes desse grupo, sendo este um índice baixíssimo em comparação ao quadro nacional de evasão apresentado, com cerca de 50% (cinquenta por cento).

Abordaremos os principais aspectos e motivações, tendo como foco a perspectiva do discente do Curso Técnico em Informática; as principais mudanças ocorridas ao logo de dez anos de existência do mesmo no Campus Boa Vista; e a inserção de profissionais na área de tecnologia da informação no mercado de trabalho roraimense, nuances estas refletidas no delineamento do perfil discente, perfil docente, descrição da matriz curricular e desenvolvimento desse índice de evasão e retenção ao longo desse processo histórico.

4.1 Breve Histórico do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio.

O histórico da educação profissional no Brasil influencia e rege diretamente o andamento dos Cursos Profissionalizantes em todo o país. Concernente a isto, com o Decreto n.º 5.154/2004 o Curso Técnico em Informática foi implementado no Campus Boa Vista em 2007. Sobre a égide da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB/1996) desenvolve a educação profissional da seguinte forma: qualificação profissional, educação técnica de nível médio e educação profissional tecnológica. A educação profissional técnica de nível médio poderá ser ofertada em três formas: integrada, concomitante e subsequente.

Inferese do Decreto n.º 5.154/04 que a forma integrada obteve sua regulamentação a partir de 2004, e com isso o Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (CEFET-RR) implementou a nova forma de Ensino Profissionalizante; o Curso Técnico em Informática foi desenvolvido a partir de 2006.

Segundo o Plano de Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio (2008), antes da implementação o Núcleo de Pesquisa Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (CEFET–RR) realizou uma pesquisa de demanda, com 981 escolas da rede estadual de ensino no município de Boa Vista, o que constatou interesse de 39,25% dos discentes pelo Curso Técnico Integrado ao Médio.

O foco de formação para desenvolvimento de Sistemas continua o mesmo, porém, a principal diferença entre a forma Integral e a forma Integral Integrado se mostra através do desenvolvimento curricular, visto que a forma Integral ocorreu no turno matutino, com duração de 4 anos e carga horária de 3.550 horas, incluindo estágio ou projeto; e na forma Integral Integrado o Curso ocorre no Turno Diurno, ou seja, manhã e tarde, com duração de 3 anos e carga horária de 3.760 horas, incluindo estágio.

No período de 2007 a 2017 houve índices positivos no Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio:

Tabela 4 – Levantamento do índice de Ingressantes, Matriculados, Aprovados, Aprovados com Dependência e Reprovados do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio (Período de 2007 a 2017). Duração:4 anos.

Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio – 4 anos					
Período Letivo de Ingresso	Ingressantes	Matriculados	Aprovados	Aprov. c/Depe¹.	Reprovados
2007.1	71	63	54	15	5
2008.1	42	29	24	25	2
2009.1	76	59	52	13	11
2010.1	36	29	25	16	3
2011.1	71	59	42	26	15
2012.1	36	25	18	9	9
2013.1	37	30	19	17	13
2014.1	70	55	40	40	11
TOTAL	363	349	274	161	69

Fonte: Departamento de Registros Acadêmico do Campus Boa Vista – IFRR. (DERA).

Salientamos que esses dados equivalem ao período letivo do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, com matriz curricular equivalente a 4 anos de duração. Esse levantamento abrange o período total de oferta, ou seja, de 2007 a 2017, tratando-se de 16 turmas com média de duas turmas de ingressantes por ano. Nesta tabela podemos verificar que quando comparada a entrada de ingressantes, destacam-se com maior índice os anos de ingresso dos períodos de 2007, 2009, 2011 e 2014.

Ao longo de 10 anos de Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, os índices são positivos, como é possível observar nessa tabela, uma vez que de 363 ingressantes apenas 69 discentes foram reprovados, o que ressalta uma probabilidade de aprovação pela matriz curricular e horário de curso serem somente no turno matutino, disponibilizando o horário oposto para oferta de dependências, reforço escolar e outras atividades a serem desenvolvidas pelos discentes.

¹Aprovado com Dependência: no Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (CEFET – RR) existia a possibilidade do discente prosseguir os estudos na série posterior, mesmo que não conseguisse ser aprovado em todos os Componentes Curriculares da série. Este índice, extraído do Sistema Acadêmico, evidencia a aprovação dos discentes no período total, ao longo dos 4 anos de curso sob essa condição.

Segundo informação extraída do Sistema Q–Acadêmico, a média escolar de aprovação era de 6,0 (seis pontos), ou seja, o total de aprovados ao longo do período de oferta do curso foram de 274; esse quantitativo equivale aos discentes que obtiveram aprovação em todos os componentes curriculares, sem obter média abaixo de 6,0; esse quantitativo é positivo, ressaltando que os mesmos tinham que cursar os componentes curriculares propedêuticos e da área profissional, como presente no Plano de Curso de Informática (PCC/2009).

Seguindo ainda dados do Q-Acadêmico, vale ressaltar o levantamento de aprovados com dependência, ou seja, aqueles alunos que foram aprovados para prosseguirem os estudos na série posterior mas tiveram que cursar componentes curriculares do ano anterior. Por exemplo: o aluno, após realizar a prova de Exame Final de Matemática I no final do ano, e que não alcançou a média, teria que cursar Matemática I, novamente, no segundo ano de estudos. Essa situação alcançou 161 discentes.

Em continuidade à análise histórica do Curso de Informática Integrado ao Médio, com duração de 4 anos, apresentamos a tabela 5 com o quadro de transferidos, evadidos, cancelados e o levantamento estatístico de quantos discentes obtiveram a Certificação de Conclusão do Ensino Médio pelo ENEM:

Tabela 5 – Levantamento do índice de Transferidos, Evadidos, Cancelados, Concluídos e Certificados pelos ENEM do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio (Período de 2007 a 2017) Duração: 4 anos.

Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio – 4 anos						
Período Letivo de Ingresso	Transferidos	Evadidos²	Cancelados	Concluídos	Certificação ENEM	Período Letivo de Conclusão
2007.1	5	Sistema:8 Manual:7³	0	Sistema:55 Manual:54	1	2010
2008.1	10	2	1	Sistema:0 Manual:21	1	2011
2009.1	16	5	1	Sistema:49 Manual:55	1	2012
2010.1	6	0	1	Sistema:5 Manual:0	2	2013
2011.1	12	2	2	Sistema:35 Manual:24	9	2014
2012.1	6	4	2	Sistema:17 Manual:44	1	2015
2013.1	8	0	1	Sistema:18 Manual:14	0	2016
2014.1	10	0	1	Sistema:41 Manual:52	1	2017

² O índice de evadidos (para fins de estatística foi considerado o índice manual, visto que obteve 1 certificação pelo ENEM, que é considerado índice de evasão no Curso Técnico de Informática), cancelados e certificação do Enem (ressaltar o ano que iniciou a emissão de certificação do ENEM).

³ Essa diferenciação de nomenclatura entre Sistema e Manual se deu a partir do ato de levantamento de dados. Foi informado que houve migração de Sistema no Registro Acadêmico, e por isso não foi possível extrair do Sistema o quantitativo exato de Concluídos do Curso, sendo necessário consultar o livro físico do Departamento de Registros Acadêmicos (DERA) para que se pudesse obter dados mais próximos do real, pelas saídas de Diplomas.

TOTAL	73	20	9	264	16	
--------------	-----------	-----------	----------	------------	-----------	--

Fonte: Departamento de Registros Acadêmicos do Campus Boa Vista – IFRR. (DERA).

Em continuação à análise do Curso Técnico de Informática, salientamos o índice de transferidos, com 73 discentes. Não é de conhecimento o motivo pelo qual os alunos solicitaram a transferência escolar. O que foi informado pelo Departamento de Registros Acadêmicos (DERA) do Campus Boa Vista foi que o processo de Transferência de aluno é aberto no protocolo da escola, e lá a ficha não contém um campo específico de motivo pelo qual a solicitação de transferência foi executada; porém, esse alto índice leva a algumas hipóteses de não adaptação à matriz curricular ou duração do curso.

Tais hipóteses embasam-se no fato de que no período de 2009 a 2016 o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) passou a Certificar com Diploma do Ensino Médio os participantes que atingem a pontuação mínima de aprovação e de idade. Sendo a duração do Curso de 4 anos, os discentes já obtinham a idade mínima de 18 anos, e quando eram aprovados em vestibular solicitavam a verificação pelo ENEM no próprio Instituto. Essa prática de certificação é autorizada pelo Ministério da Educação.

Essa possibilidade de certificação do Ensino Médio aumentou o índice de evasão do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, pois o Curso tinha 4 anos de duração, e quando os discentes completavam o 3º ano do Curso Técnico, tentavam o vestibular e obtinham aprovação, solicitavam a certificação para adentrar no Ensino Superior. Por esse motivo houve o aumento do índice de evasão: ao longo de 10 anos houve um total de 9 cancelamentos no Curso Técnico de Informática.

Em linhas gerais, o Curso Técnico de Informática Integrado ao Médio com duração de 4 anos formou um total de 264 Técnicos em Informática para o Mercado de Trabalho local, com baixo índice de reprovação e aumento dos índices de cancelamento, transferência e evasão pelo motivo, de forma hipotética e, segundo dados estatísticos do Departamento de Registros Acadêmicos (DERA) do Campus Boa Vista, um dos motivos principais foi a Certificação do Ensino Médio pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

4.2 Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio.

As mudanças políticas afetam o andamento educacional no país. Considera-se então que no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva houve nova reformulação, com a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, mediante a Lei n.º 11.896/08; ou seja, os discentes ingressantes da primeira turma do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, com duração de 4 anos, passaram por essa mudança de Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (CEFET-RR) para Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR).

A última turma do Curso Técnico de Informática Integrado com duração de 4 anos teve seu ingresso em 2014 e encerramento no ano letivo de 2017; e a implementação do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio foi implementado no período letivo de 2015, com os dois Cursos Técnicos, sendo eles: Curso Técnico em Secretariado Integrado Integral ao Ensino Médio e Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio e prosseguimento no Campus Boa Vista até os dias atuais.

Conforme Plano de Curso de Informática (PCC/2017), a Lei n.º 11.892/08 que instituiu a Rede Federal de ensino por intermédio dos Institutos traz em seu artigo 6º a caracterização de oferta pelos IF's da Educação Profissionalizante, a fim de qualificar os cidadãos para incentivar o desenvolvimento local. Por esse motivo, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) tem Campus no interior do Estado de Roraima, e o Plano de Curso de Informática (PCC/2017) salienta de igual forma a

obrigatoriedade primordial de oferta de, no mínimo, 50% de suas vagas para a Educação Profissionalizante na forma Integrada ao Médio.

Conjuntamente, o Plano de Curso de Informática (PCC/2017) sincroniza à sua implementação a Resolução CNE/CEB N.º 6/2012 e o Parecer CNE/CEB N.º 11/2012 que abordam sobre a oferta do Ensino Médio Profissionalizante, assim como enfatizam o desenvolvimento dos itinerários formativos dentro da perspectiva do eixo tecnológico. No caso do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio, no eixo Informação e Comunicação, visa a uma formação técnica profissional. Segundo a Resolução CNE/CEB N.º 6/2012, em seu artigo 6º, inciso V: “*indissociável entre teoria e prática*”, o discente nesse sentido, dentro da proposta Curricular do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio (2017) tem a possibilidade de vivenciar e colocar em prática a base teórica da formação profissional no momento do Estágio Supervisionado Obrigatório.

O Parecer CNE/CEB N.º 11/2012 delinea que na forma articulada integrada a oferta integrada com o Ensino Médio partilha a importância de flexibilidade e interdisciplinaridade na perspectiva de formação técnica e tecnológica do mundo do trabalho. Neste sentido, o Plano de Curso de Informática (PCC/2017) teve implementação de sua matriz curricular em 2015, porém, o Plano de Curso foi finalizado no ano de 2017; o ato legal de criação do Curso foi a Resolução nº 353 do Conselho Superior, de 22 de março de 2018, que aprovou o Plano de Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio Campus Boa Vista-IFRR.

Nos Aspectos Específicos do Curso de Informática, Dimensão 1– Motivação para a Implementação, presente no questionário da Coordenação de Curso, no tocante à pesquisa sobre o interesse da comunidade no momento da escolha do Curso Técnico Integrado ao Médio no Campus, a resposta assinalada pelo Coordenador de Curso foi que não ocorreu essa pesquisa, e que:

C1: “Não, eu não sei como foi a escolha”

Destaca-se na fala C1 que o Coordenador de Curso não possui maiores esclarecimentos sobre o processo de escolha do Curso, ou da pesquisa que ocorreu para estudo de oferta e procura, visto que constatamos que no Plano de Curso de Informática (PCC/2008) ocorreu uma pesquisa de demanda Coordenada e executada pelo Núcleo de Pesquisa Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (CEFET–RR), com 981 (novecentos e oitenta e um) alunos da rede estadual de ensino do município de Boa Vista; porém, sobre a motivação de criação do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio :

C1: “Atender à demanda do Mercado”

Na justificativa presente no Plano de Curso de Informática (PCC/2017) o foco na melhor qualificação para o mercado de trabalho torna-se clara e objetiva: suprimento do mercado local com uma formação voltada para o desenvolvimento tecnológico, conforme explicitado no Plano de Curso de Informática (PCC/2017): “*Almeja-se ainda um profissional comprometido com as transformações sociais, políticas e culturais e em condições de atuar no mundo do trabalho*”. A caracterização pela oferta de educação profissional de qualidade está presente nos documentos legais que embasam a Educação Profissional no país, tais como a Resolução CNE/CEB N.º 6/2012, e institucionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a Organização Didática (OD) e o próprio Plano de Curso de Informática (PCC) , onde a

excelência na formação e qualificação profissional do egresso do instituto perpassa pela sua formação como cidadão crítico, a fim de que o mesmo possa almejar mudanças e inovações tecnológicas, conforme habilitação que lhe foi proposta ao longo de sua formação.

Para que este discente possa obter ao longo de sua formação técnicas competências e habilidades necessárias para o exercício de sua profissão, o Plano de Curso de Informática (PCC/2017) vem delinear os seguintes objetivos específicos:

- a) Operar aplicativos diversos como: processadores de textos, planilhas eletrônicas, editores de apresentações, entre outros;
- b) Instalar computadores e equipamentos básicos de informática;
- c) Operar e desenvolver sistemas;
- d) Dominar linguagens para banco de dados; e
- e) Desenvolver web sites.

(PLANO DE CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO, p. 17).

Percebe-se que o Curso, por ser voltado para a área de Tecnologia da Informação, desenha-se em uma linha de ensino sistemática, como afirma o Coordenador de Curso: C1– “Área de desenvolvimento e suporte de manutenção em computadores”, ou seja, a operação, instalação e desenvolvimento de sistemas englobam sua área de tecnologia da informação voltada para o alcance do objetivo geral, que orienta discente para alcançar a formação com excelência; também vislumbra a formação autônoma por intermédio da realização de projetos integradores e eventos correlacionados com a área de Informática.

O Plano de Curso de Informática (PCC/2017) destaca os tópicos a serem alcançados nos objetivos descritos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/2014), onde realça a permanência e êxito dos discentes, como o compromisso institucional, com políticas de Assistência Estudantil, com a possibilidade de inscrição e participação discente, a fim de fazer com que o Campus Boa Vista ofereça, conforme descrito no Plano de Curso de Informática (PCC/2017) : “*um ambiente atrativo e integrador*” no desenvolvimento curricular, nas condições de acesso, permanência, êxito dos discentes e qualificação profissional de excelência. No entanto, como a comunidade pode ter acesso a esse Curso?

Tratando-se de condições de oferta, o requisito de acesso ao Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio, segundo dados do Plano de Curso de Informática (PCC/2017), é através da realização de uma prova mediante Processo Seletivo, de forma e ingresso anual, organizado e executado pela Comissão Permanente de Processo Seletivo e Vestibular (CPPSV–*Campus Boa Vista*)⁴. Segundo o Edital n.º16/2014, que regeu o acesso dos ingressantes nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio Integral em 2015, as vagas foram subdivididas da seguinte forma (presente de igual modo no Plano de Curso de Informática (PCC/2017)):

Quadro 2 – Quadro de Vagas ofertadas para o Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio (para ingresso em 2015). Duração de 3 anos.

⁴ A Comissão Permanente de Processo Seletivo e Vestibular (CPPSV) é responsável pela elaboração e execução das provas para ingresso no Ensino Técnico Integrado ao Médio, Subsequente e Ensino Superior. O edital é elaborado e divulgado no site da instituição: www.ifrr.edu.br, assim como nas mídias locais. Em acompanhamento ao edital n.º 16/2014, orientador do ingresso dos discentes em 2015, que se encontra no site, a realização da prova ocorreu no último domingo de janeiro de 2015, com abrangência de local no próprio IFRR e nas escolas estaduais localizadas no município de Boa Vista. Pelo quantitativo de inscritos, na oportunidade obtiveram inscrições disponíveis para os dois cursos pioneiros na forma Integral e modalidade presencial Integral, sendo eles: o Curso Técnico em Informática e o Curso Técnico em Secretariado,

Curso Técnico de Informática Integrado ao Ensino Médio Integral						
Ampla Concorrência	Pessoas com deficiência	Vagas Ação Afirmativa				VAGAS TOTAIS
		Todo o ensino fundamental em escola pública e renda familiar per capita menor ou igual a 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio)		Todo o ensino fundamental em escola pública e renda familiar per capita superior a 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio)		
		Auto declarados	Não Auto declarados	Auto declarados	Não Auto declarados	
		Pardo, Preto, e Indígena	Pardo, Preto, e Indígena	Pardo, Preto, e Indígena	Pardo, Preto, e Indígena	
32	04	16	02	14	02	70

Fonte: Edital n.º 16/2014 – COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO E VESTIBULAR (CPPSV) – Campus Boa Vista – IFRR.

Evidencia-se que havia um total de 70 vagas, sendo estas subdivididas em duas turmas de 35 alunos. Existem aquelas destinadas à ação afirmativa, embasadas na Lei n.º 12.711/2012, Decreto n.º 7.824/12 e Portaria Normativa n.º 18/2012, pelas quais, para comprovação da inscrição é necessário levar os documentos comprobatórios e fichas em anexo, elencadas no edital, bem como no momento de entrevista com a Comissão Permanente de Processo Seletivo e Vestibular – CPPSV – Campus Boa Vista.

Vale ressaltar que também em observância ao edital n.º16/2014, o ingressante precisava preencher três pré-requisitos de acesso: o primeiro, aprovação no processo seletivo, composto por um prova contendo 40 questões, sendo 20 (vinte) de Língua Portuguesa e 20 (vinte) de Matemática; em segundo lugar, possuir o Diploma de Conclusão do Ensino Fundamental até o último dia de dezembro de 2014; e em terceiro lugar, estar relacionado à faixa etária de idade, sendo permitido ter 17 (dezesete) anos completos até a data da matrícula no Campus Boa Vista – IFRR.

Após o ingresso dos discentes no Curso Técnico de Informática existe a fase de adaptação ao novo espaço, novos colegas, assim como equipe docente, equipe técnico-pedagógica e setores. Dentre as principais nuances enfrentadas pelos discentes nesta fase, está a inserção do Ensino Técnico Profissionalizante, ou seja, alunos oriundos de nível fundamental de ensino regular, que obtinham apenas similaridade com os Componentes Curriculares básicos da área propedêutica estavam, no entanto, obtendo esse primeiro contato com a formação profissional.

No decorrer do desenvolvimento do Curso Técnico de Informática em regime Integral no período letivo de 2015 a 2017 tivemos os seguintes índices gerais:

Tabela 6 – Levantamento do índice de ingressantes, matriculados, aprovados e aprovados com dependência do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio. (período de 2015 a 2017). Duração de 3 anos.

Quadro Geral – Curso Técnico em Informática na forma Integrado ao Médio Integral – 3 anos

Período Letivo de Ingresso	Ingressantes ⁵	Matriculados	Aprovados	Aprov. c/Depe.
2015.1	13	41	15	06

Fonte: Departamento de Registros Acadêmicos do Campus Boa Vista – IFRR (DERA).

Saliente-se que no período letivo de 2015 a 2017 o Curso Técnico em Informática obteve um avanço. Segundo dados do Departamento de Registros Acadêmicos do Campus Boa Vista (DERA), o quantitativo de 13 ingressantes deu-se em virtude de tratar-se de alunos ingressantes anteriormente ao Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio com duração de 3 anos, como explicitado abaixo no Levantamento do Período Letivo inicial:

Tabela 7 – Levantamento do índice de Ingressantes no período letivo de 2015 a 2017, no Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio.

Quadro Geral – Levantamento do Período Letivo	
Período Letivo de Ingresso	Ingressantes
2015.1	03
2016.1	06
2017.1	03

Fonte: Departamento de Registros Acadêmicos do Campus Boa Vista – IFRR (DERA).

No quadro apresentado na tabela 7 podemos verificar que o ingresso em 2016 torna-se mais elevado do que o índice de 2015 e 2017, ambos com 3 ingressantes. Isso se explica pelo fato de os discentes originários de outros Cursos Técnicos de duração de 4 anos serem pertencentes à outra área de formação; por exemplo: o discente que obteve seu período de ingresso em 2015.1 no Curso Técnico de Eletrônica não poderia utilizar-se na matrícula de outro curso para continuar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) ; então, mediante orientação institucional, e para fins de Registro Acadêmico, o discente obtinha uma nova matrícula no ano de ingresso; no caso, em 2015.

Percebe-se deste quadro que no período letivo de ingresso de 2015.1 o curso obteve 13 (treze) ingressantes; essa situação perpassa pelo fato ocorrido entre a migração de matrizes de 4 (quatro) para 3 (três) anos, 41 (quarenta e um) matriculados; desta estatística tivemos 15 (quinze) aprovações, ou seja, durante todo o período letivo de 2015 a 2017 15 (quinze) discentes conseguiram alcançar a média que, conforme Organização Didática (OD/2012), para a aprovação precisa ter a média 7,0 (sete); na situação de aprovados com dependência temos 6 (seis) alunos que conseguiram aprovação mediante dependência de outros componentes curriculares anteriormente cursados (s).

⁵ Esses ingressantes, segundo dados do DERA, não realizaram o processo seletivo para o Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio Integral, e são originários de outros cursos, ou pertencentes ao mesmo eixo tecnológico de Informação e Comunicação, porém de regime educacional diferente, ou seja, eles faziam parte dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, com duração de 4 anos. A presença de tais discentes partiu, segundo informações registradas no DERA, mediante documentação encaminhada pelos setores de Ensino do Campus Boa Vista, que nesta migração de matriz de 4 anos para 3 anos, sem a oferta da matriz antiga, os docentes foram remanejados para o Curso Técnico de Secretariado ou Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio.

4.2.1 Caracterização dos discentes do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio.

Para que a caracterização do Perfil dos discentes do Curso Técnico em Informática Integrado Integral do Ensino Médio fosse realizada, fez-se necessária uma análise ao longo do período letivo de 2015 a 2017. Para melhor entendimento, subdividimos em três grupos, sendo eles: Grupo 1, que irá trazer os dados de Nascimento, Sexo e Naturalidade; Grupo 2, vem traçando o perfil a partir da escola de origem, forma de ingresso e cota; e, em um terceiro momento temos o Grupo 3 que irá delinear a renda familiar e *per capita*.

Em relação ao Grupo 1, que trata sobre os dados gerais dos discentes, tais como nascimento, temos:

Tabela 8 – Perfil dos Discentes do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio (Faixa Etária)

Grupo 1 – Perfil dos discentes: Faixa Etária			
1998 (19 anos)	1999 (18 anos)	2000 (17 anos)	2001 (16 anos)
3	35	34	8

Fonte: Departamento de Registros Acadêmicos do Campus Boa Vista – IFRR (DERA).

A faixa etária da maioria dos discentes ingressantes em 2015 fica em 18 e 17 anos. O que podemos extrair é que os discentes com 17 anos são os regularmente seriados, ou seja, os que não obtiveram repetição nas séries anteriores, apenas um ano de antecipação. Logo em seguida mostram-se os discentes com 16 anos, antecipados em duas séries regulares; e o menor índice, os discentes com 19 anos.

Compreende-se que em relação à faixa etária dos discentes não existe, em sua maioria, uma discrepância quanto à idade e desenvolvimento dos estudos em relação e seriação; os discentes encontravam-se na respectiva série, com alguns casos de antecipação, como os 8 discentes com 16 anos e os não concordantes com a respectiva série, como os 3 discentes com 19 anos.

Em relação ao Grupo 1, que trata sobre os dados gerais dos discentes, tais como sexo, temos:

Tabela 9 – Perfil dos discentes do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio (Gênero).

Grupo 1 – Perfil dos discentes: Gênero		
	FEMININO	MASCULINO
	36	45

Fonte: Departamento de Registros Acadêmico do Campus Boa Vista – IFRR (DERA).

A caracterização dos discentes no que tange ao sexo está assim delineada: 45 homens e 36 mulheres, ou seja, a diferença de apenas 9 discentes a mais do sexo masculino não define o Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio como sendo predominantemente masculino; pelo contrário, esse curso é de livre acesso a mulheres e homens, apesar de a maioria das vagas no período letivo de 2015 a 2017 ter sido preenchida por homens. A necessidade do mercado de trabalho por profissionais capacitados na área de tecnologia da informação justifica a escolha do curso. Merece destaque os pressupostos contidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN/2013) e no Plano de Curso de Informática (PCC/2017) que apontam o desenvolvimento profissional rumo à qualidade do ensino com excelência. Essa necessidade deverá ser preenchida pelo Técnico em Informática

formado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), seja ele homem ou mulher; o mais importante é o desenvolvimento de suas habilidades e competências.

Em relação ao Grupo 1, que trata sobre os dados gerais dos discentes, tais como naturalidade, temos:

Tabela 10 – Perfil dos discentes do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio (Naturalidade)

Grupo 2 – Perfil dos discentes: Naturalidade

AÇAILÂNDIA -MA	ALTAMIRA – PA	ALTO ALEGRE-RR
01	01	01
BARBACENA - PA	BENJAMIN CONSTANT - AM	BOA VISTA - RR
01	01	66
BRASÍLIA - DF	FLORIANOPOLIS-SC	FORTALEZA-CE
01	01	02
MANAUS - AM	NATAL-RN	OURICURI-PE
03	01	01
RIO DE JANEIRO-RJ	SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA-AM	SÃO PAULO-SP
01	02	1

Fonte: Departamento de Registros Acadêmicos do Campus Boa Vista – IFRR. (DERA).

Existe uma diversidade de naturalidades dos discentes; são oriundos: região norte-Amazonas, Roraima e Pará; região nordeste- Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco; região sudeste- Rio de Janeiro e São Paulo; região sul- Santa Catarina; região centro-oeste - Distrito Federal. Ou seja, a diversidade regional traz consigo a variedade cultural, o que se mostra como um desafio, segundo Sommerman (2014), no desenvolvimento curricular do curso, com a necessidade do diálogo e realização de projetos interdisciplinares.

Em apreciação aos dados acima, verificamos que o maior índice regional dos discentes do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio abrange de forma geral a região norte, mais especificamente Boa Vista, a capital do estado de Roraima, com 66 alunos. Esse fato traz o desenvolvimento regional na área tecnológica, item presente no Plano de Curso de Informática (PCC/2017), o que gera atendimento da demanda de mercado de trabalho local.

Os grupos 2 e 3, no tocante ao delineamento do perfil do discente do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio, perpassam pela aplicabilidade da Lei n.º 12.711 de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Este desenho é possível de se realizar através dos dados do DERA e do Edital n.º 16/2014, responsável pelo ingresso dos discentes em 2015, lançado ainda no período letivo de 2014 e disponível no site do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR).

A orientação da legislação é que a cada concurso os institutos federais deverão reservar dentro do seu quadro de vagas, um mínimo de 50% (cinquenta por cento) das vagas para os estudantes que cursarem integralmente o ensino fundamental em escolas públicas, pertencentes a famílias com renda igual ou inferior a 1,5 (um salário mínimo e meio) *per capita*. Dentro dessa perspectiva, o Edital n.º 16/2014 abrange pessoas com deficiência, ensino fundamental cursado integralmente em escola pública com renda maior, menor ou igual a 1,5 (um salário mínimo e meio) para os não declarados ou autodeclarados pretos, pardos ou indígenas.

Segundo informações do Departamento de Registros Acadêmicos (DERA), não houve registro de pessoas com deficiência, porém, mediante resultado oficial do concurso, vide edital n.º 16/2014, houve dois alunos aprovados, preenchendo assim as vagas de pessoas portadoras de deficiência⁶, não sendo possível análise e descrição do tipo de deficiência, assim como o recurso didático-pedagógico utilizado com esses discentes que foram aprovados, nem como efetuaram a matrícula.

Em conseqüente, a análise e caracterização do perfil do discente do Curso de Informática, segundo dados do Departamento de Registros Acadêmicos (DERA), obtivemos o registro de que os discentes tiveram as formações anteriores em dois tipos de escola: Privada e Particular⁷, onde, ainda na condição de concorrente do processo seletivo, conforme edital n.º 16/2014, presente no site do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), poderiam tentar ingresso em uma das vagas disponíveis na subdivisão de cotas, segundo orientação da Lei n.º 12.711/2012.

Ainda como pertencente do Grupo 2, temos o tipo/forma de ingresso no período letivo de 2015 a 2017. Segundo dados do DERA, obtivemos as seguintes situações: renovação por aprovação, renovação por reprovação e transferência de curso⁸. Segundo informações do próprio Sistema Acadêmico do Campus Boa Vista, compreende-se que renovação por aprovação é quando o discente teve sua matrícula renovada com a aprovação de um série para outra; renovação por reprovação são os casos de discentes que permanecem na mesma série, em situação de reprovação; e transferência de curso são os casos já citados neste trabalho, onde os discentes originários de outros cursos migram para o Curso Técnico em Informática mediante parecer dos setores de ensino, com a justificativa de inexistência de matriz curricular.

Em continuação à apreciação do perfil dos discentes, ainda no grupo 2, temos a singularidade das cotas que, segundo dados do DERA, tinham no Curso dois tipos: o de aluno de escola pública com renda maior que 1,5 (um salário mínimo e meio por pessoa), autodeclarado preto, pardo ou indígena e ampla concorrência⁹. Vale ressaltar que sobre este item o edital n.º 16 /2014 possui um leque maior de oferta nas cotas, sendo adicionadas duas novas vertentes a esse índice presente no sistema: sendo eles oriundos de escola pública, no caso de autodeclarados pretos, pardo ou indígena, com renda menor que 1,5 (um salário mínimo e meio), e também os não declarados em ambos os casos.

Sobre o delineamento financeiro dos discentes do Curso Técnico de Informática, temos mediante dados do DERA, como parte do grupo 3, a renda familiar e a renda *per*

⁶ Nos dados extraídos do Sistema Q-Acadêmico do Departamento de Registros Acadêmicos do Campus Boa Vista (DERA) não teve a tipologia de cotas sobre pessoa com deficiência, por isso, sem possibilidade de análise, pelo fato de não haver a descrição por não preenchimento no sistema do tipo de deficiência pertencente aos alunos, e se os mesmos após aprovados efetuaram matrícula.

⁷ Os dados extraídos do Sistema Q-Acadêmico do Departamento de Registros Acadêmicos do Campus Boa Vista (DERA) tiveram como tipologias originárias a Escola Pública e a Escola Privada, porém sem possibilidade de análise pelo fato de haver 74 (setenta e quatro) espaços de registros no sistema da instituição dos discentes em branco.

⁸ Os dados extraídos do Sistema Q-Acadêmico do Departamento de Registros Acadêmicos do Campus Boa Vista (DERA) tiveram como tipologias originárias a Renovação por aprovação, Renovação por reprovação e Transferência de Curso, porém sem possibilidade de análise pelo fato de haver 75 (setenta e cinco) espaços de registros no sistema da instituição dos discentes em branco.

⁹ Os dados extraídos do Sistema Q-Acadêmico do Departamento de Registros Acadêmicos do Campus Boa Vista (DERA) tiveram como tipologias originárias: a Aluno de Escola Pública com renda maior que 1,5 (um salário e meio) por pessoa, autodeclarado preto, pardo e indígena e ampla concorrência, porém sem possibilidade de análise pelo fato de haver 79 (setenta e nove) espaços de registros no sistema da instituição dos discentes em branco.

capita. Tratando-se de renda familiar, subdividiu-se em: até 1 salário mínimo, 1 a 2 salários mínimos, de 2 a 3 salários mínimos, de 3 a 4 salários mínimos e de 5 a 10 salários mínimos; neste obtiveram muitas assinalações, mas não sendo possível de analisar.

Como reflexo da renda familiar para a realização desse cálculo *per capita* faz-se necessária a divisão da renda familiar, em igual proporção para os membros da família. Esses dados são de suma importância para o cumprimento das políticas de assistência estudantil presentes no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/2014), rumo à permanência e êxito dos discentes. Os dados do DERA apontam assim a distribuição da renda *per capita*: 1 salário mínimo por pessoa, 1 salário mínimo e meio por pessoa e 4 salários mínimos por pessoa¹⁰.

Em decorrência desta análise, após desenho dos três grupos, podemos delinear o perfil do discente do Curso Técnico de Informática do Campus Boa Vista – IFRR: estudantes com faixa etária de 17 a 18 anos, originários de escolas públicas e privadas, em sua grande maioria do município de Boa Vista, capital de Roraima, e participante das cotas em 50% das vagas ofertadas na instituição, o que proporciona a participação dos mesmos em auxílios estudantis citados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/2014) da instituição de ensino e suas Resoluções.

4.2.2 Perfil do egresso do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio.

A Temática Egresso possui três ênfases no Plano de Curso de Informática (PCC/2017): o perfil do egresso, a área de atuação, e o acompanhamento. Segundo o Plano de Curso de Informática (PCC/2017), o Curso Técnico de Informática possui embasamento no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, que auxiliou para desenhar o seguinte perfil:

Esse profissional deverá desenvolver programas de computador, seguindo as especificações e paradigmas da lógica de programação e das linguagens de programação, utilizar ambientes de desenvolvimentos de sistemas, sistemas operacionais e banco de dados. Além disso, deverá ser um profissional/cidadão com uma sólida formação integrada, abrangendo os domínios das técnicas, tecnologias e dos conhecimentos científicos inerentes à mesma e ainda apresentar facilidade de relacionamento interpessoal, iniciativa e espírito empreendedor, trabalhar em equipe, trabalhar com responsabilidade social e em consonância com o Código de Ética Profissional(...) (PLANO DE CURSO TÉCNICO DE INFORMÁTICA INTEGRADO AO MÉDIO, 2017, p. 20).

Percebe-se que o egresso do Curso Técnico em Informática formado pelo Campus Boa Vista - IFRR deverá obter competências para desenvolver programas, com habilidades na área de lógica de programação, sistemas operacionais e banco de dados. No Plano de Curso de Informática (PCC/2017) identificam-se duas ênfases principais na formação do egresso: a primeira possui característica específica, pois aponta para a formação Técnica do Profissional de Informática; em segundo verifica-se o aperfeiçoamento deste profissional e o desenvolvimento de um senso crítico e reflexivo da sua profissão.

O tema voltado para formação específica do Técnico em Informática presente no

¹⁰ Os dados extraídos do Sistema Q-Acadêmico do Departamento de Registros Acadêmicos – Campus Boa Vista (DERA) tiveram como tipologias originárias de menos que um salário mínimo, 1 salário mínimo, 2 salários mínimos e 4 salários mínimos, porém sem possibilidade de análise pelo fato de haver 64 (sessenta e quatro) espaços de registros no sistema da instituição dos discentes como vazio e 3 (três) não informados.

Plano de Curso de Informática (PCC/2017) preocupa-se com a necessidade deste egresso em buscar atualizações contínuas e aprimoramento nas variações dessas linguagens de programação, na busca por elucidar os símbolos e suas representações, para que assim possa ter conhecimento sobre o funcionamento dos computadores e seus periféricos. A aplicabilidade desses conhecimentos é traçada através do desenvolvimento de aplicativos, programas, arquitetura de redes para melhor entendimento e manuseio final do usuário desta tecnologia.

A segunda ênfase presente no perfil do egresso aprecia a formação crítico-reflexiva deste profissional em suas relações com a equipe de trabalho, relacionamento interpessoal, a clareza de seu papel social, visando, como citado no Plano de Curso de Informática (PCC/2017): “*Refletir sobre os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos(...)*”, tendo entendimento ambiental sobre sustentabilidade, buscando ser multiplicador dessa preservação, usando a tecnologia para essa propagação com ética, criatividade e empreendedorismo.

4.2.3 Matriz Curricular do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio.

O Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio, pela especificidade de sua natureza, possui uma organização didático-pedagógica singular. Por este motivo, torna-se importante analisarmos a Matriz Curricular que está sendo desenvolvida no Curso, proposta pelo Plano de Curso de Informática (PCC/2017):

Tabela 11– Matriz Curricular do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio com duração de 3 anos.

MATRIZ CURRICULAR DO TÉCNICO EM INFORMÁTICA								
NOME DAS DISCIPLINAS	1º Ano		2º Ano		3º Ano		TOTAL	
	1º sem	2º sem	1º sem	2º sem	1º sem	2º sem		
LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS								
LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA BRASILEIRA	100		100		100		300	
ARTES	40			40	40		120	
EDUCAÇÃO FÍSICA	40		40		40		120	
LÍNGUA INGLESA	40			40	40		120	
LÍNGUA ESPANHOLA		40	40			40	120	
CIÊNCIAS DA NATUREZA, MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS								
MATEMÁTICA	100		100		100		300	
BIOLOGIA	60		60		60		180	
FÍSICA	80		80		80		240	
QUÍMICA	80		80		80		240	
CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS								
HISTÓRIA	80		80		80		240	
GEOGRAFIA	80		80		80		240	
FILOSOFIA	40			40	40		120	
SOCIOLOGIA		40	40			40	120	
TOTAIS/ANO	820		820		820		460	
SUBTOTAL DA BASE NACIONAL COMUM								
							460	
SAÚDE E SEGURANÇA DO PROFISSIONAL DE INFORMÁTICA						40	40	
METODOLOGIA DE PESQUISA CIENTÍFICA	60						60	
TOTAIS/ANO	60		0		40		100	
SUBTOTAL DA FORMAÇÃO DIVERSIFICADA								
							100	
SUBTOTAL FORMAÇÃO NACIONAL COMUM + FORMAÇÃO DIVERSIFICADA								
							2560	
Parte Profissional								
INFORMÁTICA BÁSICA	80						80	
INTRODUÇÃO AO HARDWARE	80						80	
ALGORITMO E LÓGICA DE PROGRAMAÇÃO	100						100	
WEB DESIGNER			80				80	
BANCO DE DADOS			80				80	
PROGRAMAÇÃO WEB			80				80	
REDES DE COMPUTADORES			80				80	
PROGRAMAÇÃO ORIENTADA A OBJETO					100		100	
ENGENHARIA DE SOFTWARE					100		100	
ANÁLISE E PROJETO DE SISTEMAS					80		80	
NOVAS TECNOLOGIAS E DIREITO NA INFORMÁTICA					80		80	
EMPREENDEDORISMO					40		40	
ORIENTAÇÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL					20		20	
TOTAIS/ANO	260		320		420		1000	
SUBTOTAL DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL								
							1000	
SUBTOTAL FORMAÇÃO DIVERSIFICADA + FORMAÇÃO PROFISSIONAL								
							1100	
ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO E/OU PROJETO FINAL DE CURSO								
							200	
TOTAL DE HORAS/AULAS ANUAL								
	1140		1140		1280		3560	
TOTAL DE HORAS + ESTÁGIO								
							3760	

Fonte: Plano de Curso de Informática (2017).

Depreende-se da estrutura curricular presente na matriz do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio de 4 anos que existe a divisão principal entre Formação Geral, Formação Diversificada e Formação Profissional. Porém, como se desenvolveu o currículo à luz dessa diferenciação, a matriz do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio de 3 anos e a matriz do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio de 4 anos? Quais as principais mudanças entre essas duas vertentes em 10 (dez) anos de sua oferta no Campus Boa Vista, considerando que o Curso teve início em 2007?

A mudança de Matriz Curricular do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, segundo Plano de Curso de Informática (PCC/2008), em contraponto à Matriz Curricular do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio presente no Plano de Curso de Informática (PCC/2017) possui algumas diferenças; entre elas destacam-se, de forma gera

Tabela 12 – Quadro Geral das Matrizes do Curso Técnico em Informática , com Duração de 4 e 3 anos.

Quadro Geral – Matriz do Curso Técnico em Informática

DURAÇÃO	3 ANOS	4 ANOS
TURNOS	Matutino	Matutino e Vespertino
CARGA HORÁRIA BASE NACIONAL COMUM	2.460h	2.040h
CARGA HORÁRIA PARTE DIVERSIFICADA	100h	460h
CARGA HORÁRIA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	1000h	900h
CARGA HORÁRIA TOTAL	3.760 h	3.550 h

Fonte: Elaborada pela autora.

Tratando de mudança gerais entre as matrizes de 4 e de 3 anos, salienta-se que o turno onde o Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio, pela sua característica de ser Integral, deverá ser ofertado em período integral, ou seja, nos turnos manhã e tarde. Porém, o Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio com duração de 4 anos oportunizava aos discentes a oferta do curso em apenas um turno, o matutino. Essa diferença nos leva à reflexão das sugestões de flexibilidade curricular e desenvolvimento educacional através de projetos interdisciplinares suscitados pelos autores Sommerman (2014), Ciavatta, Frigotto e Ramos (2010) e Moll (2010) , visto que essa inferência entre sobreposição de componentes curriculares, assim como sobreposição não devem existir no desenvolvimento curricular de ambas as matrizes, pois, independentemente da modalidade ser integral ou não, trata-se de Forma Integrada, e faz-se necessário, então, articulação, diálogo e evolução nesta perspectiva de ensino.

A importância da Formação Diversificada presente na Matriz Curricular nas cargas horárias dos cursos de 4 e 3 anos de duração ganha ênfase maior na matriz curricular do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio de 4 anos, com 460h (quatrocentos e sessenta horas), pois a matriz curricular do Curso Técnico com 3 anos de duração possui apenas 100h (cem horas), uma diferença de 360h (trezentos e sessenta horas). O curso de 4 anos evidencia a Lei 5.154/2004; e o de 3 anos, a Resolução CNE/CEB N.º 6/2012. É notória a formação diversificada presente na matriz curricular do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio com duração de 3 anos.

A distinção de carga horária entre as matrizes curriculares é visível também na Formação Geral, como reflexo das mudanças legais que regem o ensino profissionalizante,

como a Lei 5.154/2004, que vislumbrava o alinhamento da educação profissionalizante, assim como a orientação de organização também presente na Resolução CNE/CEB Nº 6/2012. Temos a seguinte divisão, conforme as áreas de conhecimento: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Ciências da natureza e Matemática e suas Tecnologias.

Na matriz do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, com duração e 4 anos, tivemos as áreas de linguagens, códigos e suas tecnologias que agregavam os componentes curriculares de Língua Portuguesa, Educação Física e artes; na área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias abrangiam os componentes curriculares de Matemática, Química, Física e Biologia; e na área de Ciências Humanas e suas tecnologias englobavam os componentes curriculares de Geografia, História, Filosofia e Sociologia, obtendo, no geral, uma carga horária de 2.040h (Duas mil e quarenta horas). Estes componentes curriculares, juntamente com a Formação Diversificada e a Formação Profissional deveriam ofertar um ensino profissionalizante de qualidade, como afirma Sommerman (2014), com características de união, e não de aglutinação.

Quanto à matriz curricular do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio com duração de 3 anos, contendo a mesma divisão de áreas de conhecimento, depreende-se a singularidade apenas no que tange à área de conhecimento de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, onde são adicionadas a nomenclatura Língua Portuguesa presente na matriz curricular do Curso de Informática de 4 anos, ficando assim na matriz atual: Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, com o acréscimo de Língua Inglesa e Língua Espanhola, antes presentes na Formação Diversificada da matriz curricular com desenvolvimento em 4 anos, sendo o total de carga horária de 2.460h (duas mil e quatrocentos e sessenta horas), ou seja, um tempo menor de formação técnica, com uma carga horária mais extensa de formação geral.

Na essência da formação profissional temos na comparação de matrizes uma diferença de 100h de carga horária entre ambos os cursos, sendo que o Curso Técnico Integrado ao Médio no turno integral possui 1000h (mil horas), e o Curso Técnico de Informática Integrado ao Médio 900h (novecentas horas); de igual forma, quanto à carga horária total dos Cursos, percebe-se que o Curso Técnico de duração de 3 anos possui uma carga horária mais elevada, se comparado ao Curso Técnico de Informática de duração de 4 anos; ainda que o primeiro tenha 1 ano (um ano) de duração inferior, a diferença é de 210h (duzentos e dez horas). Nesse contexto, quais as características individuais de cada seriação no que diz respeito a esse desenvolvimento curricular do Curso Técnico de Informática Integrado ao Médio? Para melhor explicitar esses nuances, analisaremos os pontos salientes de cada seriação em ambas as matrizes. No primeiro ano, temos a seguinte particularização:

Tabela 13 – Quadro Geral dos 1^{os} (Primeiros) anos das Matrizes do Curso Técnico em Informática com duração de 4 e 3 anos.

Quadro 1º ANO – Matriz do Curso Técnico em Informática				
	MATRIZ CURRICULAR (2017)		MATRIZ CURRICULAR (2008)	
	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA
FORMAÇÃO GERAL	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	100h	Língua Portuguesa	80h
	Artes	40h	Artes	80h
	Educação Física	40h	Educação Física	40h
	Língua Inglesa	40h	-	-
	Língua Espanhola	40h	-	-
	Matemática	100h	Matemática	80h
	Biologia	60h	Biologia	40h
	Física	80h	Física	80h
	Química	80h	-	-
	História	80h	História	80h
	Geografia	80h	-	-
	Filosofia	40h	Filosofia	80h
Sociologia	40h	-	-	
TOTAL	820h		560h	
FORMAÇÃO DIVERSIFICADA	Metodologia da Pesquisa Científica	60h	Metodologia do Trabalho Científico	40h
	-		Língua Estrangeira (Inglês Básico)	40h
	-		Informática Básica	100h
TOTAL	60h		180h	
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	Informática Básica	80h		
	Introdução ao Hardware	80h	Hardware Básico	60h
	Algoritmo e Lógica de Programação	100h		
TOTAL	260h		60h	

Fonte: Elaborada pela autora.

Na formação referente ao primeiro ano do Curso Técnico em Informática temos alguns aspectos a serem observados. Existem pormenorizações de nuances de cargas horárias em quatro componentes curriculares da Formação Geral, com diferenças de 20h (vinte horas) em Língua Portuguesa e Biologia, e 40h (quarenta horas) em Artes e Filosofia. Destaca-se, de igual forma, de uma matriz para a outra os componentes curriculares ausentes: Língua Inglesa, Língua Espanhola, Química, Geografia e Sociologia, presentes no Curso de Informática com duração de 3 anos e ausentes na matriz curricular com duração de 4 anos. Essa ausência do componente curricular é suprimida na Formação Diversificada da matriz curricular do Curso de Informática com duração de 4 anos. O componente curricular Língua Estrangeira (Inglês Básico) apresenta a mesma carga horária que o componente presente na matriz curricular com duração de 3 anos, ou seja, 40h (quarenta horas).

O mesmo se repete na Formação Profissional, onde o componente curricular Informática Básica compõe também o currículo específico da matriz curricular de 3 anos, e está presente na matriz curricular do Curso de Informática de 4 anos pertencente à Formação

Diversificada. Depreende-se que a matriz curricular de 3 anos possui uma ênfase na Formação geral com 260h (duzentos e sessenta horas) em relação à matriz de 4 anos com apenas 60h.

Percebe-se, a partir dessa sistematização, que existem nuances entre as duas matrizes; porém, em relação à formação seguem o eixo tecnológico, contendo, cada uma, perspectivas diferentes: a matriz curricular de 3 anos realça a formação profissional, e a matriz de 4 anos focaliza na formação diversificada; mas, quais seriam as outras variantes entre essas matrizes? Continuaremos a análise, agora com o 2º ano:

Tabela 14 – Quadro Geral dos 2^{os} (Segundos) Anos das Matrizes do Curso de Informática com duração de 4 e de 3 anos.

Quadro 2º ANO – Matriz do Curso Técnico em Informática				
	MATRIZ CURRICULAR (2017)		MATRIZ CURRICULAR (2008)	
	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA
FORMAÇÃO GERAL	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	100h	Língua Portuguesa	80h
	Artes	40h	-	-
	Educação Física	40h	Educação Física	40h
	Língua Inglesa	40h	-	-
	Língua Espanhola	40h	-	-
	Matemática	100h	Matemática	80h
	Biologia	60h	Biologia	80h
	Física	80h	Física	80h
	Química	80h	Química	40h
	História	80h	História	80h
	Geografia	80h	Geografia	40h
	Filosofia	40h	-	-
Sociologia	40h	-	-	
TOTAL	820h		484h	
FORMAÇÃO DIVERSIFICADA	-	-	Língua Estrangeira (Inglês Técnico)	40h
	-	-	Direito na Informática/ Meio Ambiente	40h
	-	-		
TOTAL	-		80h	
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	Web designer	80h	Algoritmo e lógica de programação I	100h
	Banco de dados	80h	Sistemas Operacionais	60h
	Redes de Computadores	80h	Redes de Computadores	80h
TOTAL	240h		240h	

Fonte: Elaborada pela autora.

Assim como no 1º (primeiro) ano, no 2º (segundo) ano destacam-se os componentes curriculares com distinção de carga horária: os inexistentes em uma das matrizes e os existentes obtendo outra característica formativa. Na formação geral nota-se que 5 (cinco)

componentes curriculares possuem distinção na carga horária, com percentual de 20h (vinte) e 40h (quarenta), sendo a diferença de 20h presente em Língua Portuguesa, Biologia e Matemática, intercalando a diferença maior entre ambas as matrizes curriculares. Na formação diversificada temos apenas dois componentes curriculares na matriz do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio de duração de 4 anos, com os componentes de Língua Estrangeira (Inglês Técnico). Vale ressaltar que este componente curricular perpassa pela matriz do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio com duração de 3 anos com a nomenclatura de Língua Inglesa, contendo ambas uma carga horária de 40h.

A especificidade do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio, traduzida em 3 (três) anos, desdobra-se nos componentes curriculares, onde a matriz tem como referência: Web designer, Banco de dados e Redes de Computadores. Da mesma forma, o Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio com duração de 4 (quatro) anos era representado pelos Componentes Curriculares Algoritmo e lógica de programação I, Sistemas Operacionais. Os dois cursos têm 240h (duzentas e quarenta horas) de formação profissional. Note-se que a formação profissional no 2º (segundo) ano do Curso Técnico em Informática é prioridade em ambas as matrizes de 3 (três) e 4 (quatro) anos.

Em consequente a esta análise, reconhecemos que no que tange à formação geral existe uma ênfase maior na matriz curricular de 3 (três) anos em comparação à matriz curricular de 4 (quatro) anos, pois nesta última não constam alguns componentes curriculares como Artes, Língua Inglesa e Língua Espanhola. Vale ressaltar que Língua Inglesa e Língua Espanhola estavam presentes na Formação Diversificada da matriz curricular de 4 (quatro) anos. No 2º (segundo) ano constava como Língua Estrangeira (Inglês Técnico), fazendo referência à Língua Inglesa, e na Formação Profissional a referência de carga horária é a mesma entre as duas matrizes, assim como a quantidade de componentes curriculares, distinguindo-se entre si apenas a distribuição de carga horária por componente curricular, onde a matriz de 3 (três) anos possui componentes curriculares totalizando 3 (três), ambos com carga horária de 80 (oitenta horas), e a matriz de 4 (quatro) anos possui 3 (três) componentes curriculares com cargas horárias distintas de 100 (cem horas), 60 (sessenta horas) e (oitenta horas). A ausência de alguns componentes curriculares deve-se também, à distribuição curricular de ambas as matrizes, sendo uma de 3 (três) e outra de 4 (quatro) anos, o que diversifica a distribuição de componentes curriculares, mais visíveis ainda na observação da matriz curricular referente ao 3º (terceiro) ano:

Tabela 15 – Quadro Geral dos 3.ºs (Terceiros) anos das Matrizes do Curso Técnico em Informática com duração de 4 e 3 anos.

Quadro 3º ANO – Matriz do Curso Técnico em Informática				
	MATRIZ CURRICULAR (2017)		MATRIZ CURRICULAR (2008)	
	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA
FORMAÇÃO GERAL	Língua Portuguesa	100h	Língua Portuguesa	80h
	Artes	40h	-	-
	Educação Física	40h	Educação Física	40h
	Língua Inglesa	40h	-	-
	Língua Espanhola	40h	-	-
	Matemática	100h	Matemática	80h
	Biologia	60h	Biologia	80h
	Física	80h	Física	80h
	Química	80h	Química	40h
	História	80h	História	80h
	Geografia	80h	Geografia	40h
	Filosofia	40h	-	-
	Sociologia	40h	-	-
TOTAL	820h		484h	
FORMAÇÃO DIVERSIFICADA	Saúde e Segurança do Profissional de Informática	40h	Língua Estrangeira (Espanhol)	80h
	-	-	Habilidade de Gestão	40h
	-	-		
TOTAL	40h		120h	
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	Programação Orientada a Objeto	100h	Autoria Web	80h
	Engenharia de Software	100h	Algoritmo e lógica de programação II	80h
	Análise e Projeto de Sistemas	80h	Banco de Dados	80h
	Novas Tecnologias e Direito na Informática	80h	-	-
	Empreendedorismo	40h	-	-
	Orientação da Prática Profissional	20h	-	-
	Estágio	200h	-	-
TOTAL	480h		240h	

Fonte: Elaborada pela autora.

Infere-se que na matriz curricular do 3º (terceiro ano) observamos uma diferença de carga horária em quase 50% (cinquenta por cento) referente aos anos de 2017 e 2008. Em se tratando de Formação Geral, a matriz curricular de (2017) é composta por 820h (oitocentos e vinte horas) e a matriz curricular de (2008) é composta por 484h (quatrocentos e oitenta e quatro horas). Esse diferencial explica-se pelo fato de a matriz curricular de 4 anos, tendo

como referência o ano de 2008, ter sido subdividida em 4 (quatro) anos. Sendo o último ano de formação do Ensino Médio Integral na forma Integrada, a referência à matriz de 3 (três) anos teve que abranger todos os componentes curriculares necessários para a complementação da formação referente ao Ensino Médio e ao Ensino Profissionalizante, assim como o Estágio supervisionado de 200h (duzentas horas), pois na matriz curricular de (2008) o Estágio estava presente no 4º (quarto) ano, totalizando uma carga horária de 150 (cento e cinquenta horas).

Na Formação Diversificada a matriz curricular de 2008 destaca-se com um total de 120h (cento e vinte horas), contendo os componentes curriculares de Língua Estrangeira (Espanhol) e Habilidades de Gestão, e a matriz curricular de 2017 é composta por apenas um componente curricular: Saúde e Segurança do profissional de Informática, contendo 40h (quarenta) horas.

Na Formação Profissional, a matriz curricular de 2017 totalizou 480h (quatrocentos e oitenta horas). Destaque-se que 3 (três) componentes curriculares desta matriz encontram-se na dissolução da matriz do 4º (quarto) ano, assim como a inserção do Componente Curricular de Novas Tecnologias e Direito na Informática presente de forma similar, mas com fins didáticos diferenciados na matriz curricular de 2008.

Na Formação Diversificada, o Componente Curricular de Direito na Informática/Meio Ambiente, com diferenciação de carga horária entre as matrizes no 3º (terceiro) ano justifica-se pela inserção dos componentes curriculares sem similaridades na matriz curricular de (2008), tais como Empreendedorismo e Orientação da Prática Profissional. Para que a formação profissional obtivesse sua completude na matriz curricular (2008), os demais componentes curriculares da Formação Geral e da Formação Profissional ficaram assim divididos:

Tabela 16 – Quadro do 4º (Quarto) ano da Matriz Curricular do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio com duração de 4 anos.

Quadro 4º ANO – Matriz do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio		
MATRIZ CURRICULAR (2008)		
	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA
FORMAÇÃO GERAL	Língua Portuguesa	80h
	Educação Física	40h
	Matemática	80h
	Química	80h
	Geografia	80h
	Sociologia	80h
TOTAL	440h	
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	Programação Orientada a Objeto	100h
	Análise e Projeto de Sistemas	60h
	Engenharia de Software	100h
	Programação Web	100h
	Estágio	150h
TOTAL	510h	

Fonte: Elaborada pela autora.

Depreende-se que a matriz curricular desenvolvida no 4º (quarto ano) está voltada a preencher e complementar duas vertentes, sendo elas: Formação Geral, Formação Profissional e Estágio. A Formação Geral abrange Língua Portuguesa, Educação Física, Matemática,

Química, Geografia e sociologia, totalizando 440 (quatrocentos e quarenta horas). Em contraposição à matriz curricular do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio com duração de 3 (três) anos encontram-se na matriz do 4º (quarto) ano componentes curriculares presentes no 3º (terceiro) ano, tais como: Programação Orientada a Objeto, Engenharia de Software e Análise e Projeto de Sistemas.

Compreende-se que o acréscimo de mais um ano de formação na matriz curricular do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio com duração de 4 (quatro) anos em contraste com a matriz curricular do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio com duração de 3 (três) anos gerou uma distribuição nos componentes curriculares da Formação Geral, transpondo carga horária e conteúdos programáticos no decorrer dos 4 (quatro) anos de formação, proporcionando um desenvolvimento curricular possível de ser trabalhado somente no turno matutino, com possibilidade de envolvimento dos discentes em atividades extracurriculares no turno posterior, bem como participação em reforço escolar e dependência.

Em concordância com os teóricos Sommerman (2014), Ciavatta (2005), Ciavatta, Frigotto e Ramos (2010), Moll (2010), os projetos interdisciplinares necessitam estar presentes na matriz curricular, visto que a proposta do Ensino Profissionalizante é integrada ao Médio, independente da duração do Curso. Na situação do Campus Boa Vista, o Curso Técnico em Informática foi desenvolvido em 4 (quatro) e 3 (três) anos. O desenvolvimento curricular por intermédio dos diálogos e de ações integradoras necessitam estar alinhadas ao Projeto de Curso, refletidas no Plano de Ensino dos docentes, e executadas nas práticas pedagógicas do curso. Para que isto ocorra, a formação da matriz curricular necessita proporcionar essa interação pedagógica, como horário para a culminância de projetos e flexibilidade dos próprios horários para que haja essa interação, abandonando-se a ideia de currículo fechado, e colocando em prática o significado do ensino integrado defendido pelos teóricos.

4.2.4 Perfil do docente do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio.

Conforme o Plano de Curso de Informática (PCC/2017), no Campus Boa Vista encontram-se 155 (cento e cinquenta e cinco) docentes efetivos, participantes da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), conforme Plano de Carreira descrito no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/2014); ou seja, são professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, carreira afeta aos docentes que atuam nos Institutos Federais e nas Escolas de Aplicação, conforme regulamentação da Lei n.º 12.772 de 2012. Com relação a esses docentes e sua respectiva atuação no Curso Técnico de Informática, conforme questionário aplicado ao Coordenador de Curso, temos as seguintes informações:

Quadro 3 – Sistematização do Instrumento aplicado à Coordenação de Curso – Categoria I: Identificação, Dimensão: 2 –Identificação do corpo docente.

I. IDENTIFICAÇÃO (Dimensão 2 – Identificação do Corpo Docente)
1. QUANTOS DOCENTES LECIONAM NO CURSO DE INFORMÁTICA?
20 Professores de áreas técnicas e propedêuticas e complementares.
2. QUAL A TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE QUE ATUA NO CURSO DE INFORMÁTICA?
Especialistas, Mestres e Doutores.
3. REGIME DE TRALHO DO CORPO DOCENTE NO CURSO:
Dedicação Exclusiva
4. QUAL A EXPERIÊNCIA PROFISISNAL DO CORPO DOCENTE NA ÁREA DO CURSO?
Experiência na empresa privada, em redes de computadores, desenvolvimento e suportes e gerência administrativa.

Fonte: Elaborado pela autora.

Depreende-se, a partir dos argumentos propostos no questionário do Coordenador de Curso de Informática, que o Perfil docente no Curso é composto por 20 (vinte) docentes que desenvolvem o currículo do Ensino Médio Integrado, atendendo um quantitativo de 2 (duas) turmas do 3º ano. Quanto à formação, os docentes são: especialistas, mestres e doutores. Segundo o Coordenador do Curso, não existe no quadro nenhum professor que esteja em atendimento ao Curso de Informática somente com graduação, ou seja, o nível de formação intelectual para desenvolvimento de projetos é favorável, e é requisito presente na Lei n.º 12.772/2012.

Conforme descrição do Plano de Curso de Informática (PCC/2017), da Organização Didática do IFRR (2012) e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/2014), uma característica na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) é a participação efetiva do docente nas atividades pedagógicas, assim como nos projetos de ensino, pesquisa e extensão. Este profissional, segundo Freire (1996), e entendimento reforçado também por Sommerman (2014) e Moll (2010), deverá desempenhar seu papel de mediador de conhecimento e obter habilidade necessária para integrar os conhecimentos para que o Ensino Integrado seja desenvolvido de forma dialogada e flexível.

A contratação de professores, de acordo com o estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/2014), é realizada através de Concurso Público, mediante edital e realização de prova objetiva; após aprovação, o candidato terá que passar pela Prova Didática, e realizar a ministração de uma aula, sob análise de uma banca com dois professores especialistas na área de Informática e um pedagogo atuante. Os docentes da área específica de informática analisam os conhecimentos do candidato sobre a relevância da área de Tecnologia da Informação, e o pedagogo analisa os conhecimentos didáticos apresentados na aula, bem como o roteiro entregue pelo candidato para ser desenvolvido no Plano de Ensino¹¹.

¹¹ Segundo a Organização Didática (OD/2012) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), em seu artigo 19, entende-se por Plano de Ensino a antecipação de forma organizada de todas as etapas do trabalho docente, devendo ser concretizada em roteiro a ser executado no período de um ano ou um semestre letivo, coerente com o Plano de Curso, na perspectiva de constante zelo pela aprendizagem dos discentes e construção da sua efetiva cidadania. Ou seja, essa organização prévia deverá estar presente no dia em que o candidato se apresentar para a realização da Avaliação Didática, a fim de que o desenvolvimento de sua aula seja acompanhado didaticamente pela banca.

Dentre as especificidades da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), em relação aos Institutos Federais que ofertam Educação Profissionalizante, infere-se que é integrante do quadro de docentes o profissional que possui bacharelado; esse requisito faz parte da exigência do edital e o profissional é avaliado quando ministra sua aula prática para o ingresso, dentro da área técnica específica que compõe a matriz curricular para a Formação Profissional. Está assim estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/2014):

Os professores que não possuem formação em licenciatura deverão realizar a complementação pedagógica nos termos do Art. 62 da Lei nº 9.394, de 20/12/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e do Art. 40 da Resolução nº 6, de 20/09/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (2014-2018), p. 169).

Sobre a formação docente, a Resolução CNE/CEB N.º 6/2012 sublinha que a complementação pedagógica deverá ocorrer em consonância com os órgãos do Ministério da Educação: aos professores concursados que não possuem licenciatura, tendo sido aprovados em concurso público, é assegurada: “*formação pedagógica ou a certificação da experiência docente*”. Dessa forma, a Resolução CNE/CEB N.º 6/2012 propicia a possibilidade, após preenchidos esses requisitos, para que o docente não licenciado possa ter o reconhecimento de saberes e ser identificado como possuidor de licenciatura.

Para que essa formação pedagógica seja realizada, deverá ser cursada através de pós-graduação ou reconhecimento de saberes com 10 (dez) anos de efetivo exercício na docência. Quanto à segunda licenciatura, a Resolução CNE/CEB N.º 06/2012 ressalta:

A formação inicial não esgota as possibilidades de qualificação profissional e desenvolvimento dos professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, cabendo aos sistemas e às instituições de ensino a organização e viabilização de ações destinadas à formação continuada de professores (RESOLUÇÃO n.º 06, 2012, artigo 40, inciso 4).

A Organização Didática do IFRR (OD/2012) apresenta, entre os direitos do corpo docente: “*a participação de eventos (...) que obtiverem o seu aperfeiçoamento técnico e didático*”. Segundo a Resolução CNE/CEB N.º 6/2012 cabe, de igual modo, às instituições de ensino esse aperfeiçoamento; para tanto, no site do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) Campus Boa Vista encontram-se vários eventos educacionais; como destaque está o evento intitulado “Encontro Pedagógico”, onde é possível perceber as várias possibilidades da participação dos docentes em oficinas e minicursos para o aperfeiçoamento da prática pedagógica. Eis alguns desses eventos:

- Tema: A Construção do Plano de Ensino: Aspectos Legais, Metodológicos e Avaliativos;
- Tema: As Teorias da Aprendizagem e Suas Dimensões às influências na prática educativa;
- Tema: Adaptação de Material Didático como Recurso Pedagógico no Processo da Aprendizagem;
- Tema: Planejando as interações sociais em sala de aula a partir dos entendimentos da inteligência emocional.

As informações contidas no site do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) Campus Boa Vista mostram que essas formações pedagógicas são realizadas duas vezes ao ano; uma antes do início do primeiro semestre letivo e outra no segundo. Essas discussões do evento, com mesas redondas, palestras e oficinas de formação, embasadas na Resolução CNE/CEB N.º 06/2012, são realizadas com êxito no Campus Boa Vista, que atua como agente de formação do corpo docente.

4.2.5 Índice de Retenção do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio.

A tabela que se segue demonstra o Índice de Retenção do Curso Técnico em Informática na forma Integrada ao ensino médio.

Tabela 17 – Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio – 3 anos - ÍNDICE DE RETENÇÃO¹²

Período Letivo de Ingresso	Reprovados	Concluintes
2015.1	06	41

Fonte: Departamento de Registros Acadêmicos do Campus Boa Vista – IFRR (DERA).

A tabela anteriormente citada representa o índice de retenção referente aos anos iniciais da implementação do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio: um total de 9% (nove) por cento. Vale ressaltar que esse percentual equivale ao índice total de reprovações ao longo do período letivo de 2015 a 2017. Dore, Araújo e Mendes (2014) destacam:

Diante dessa realidade de incômodos e desafios, é necessário buscarmos uma qualidade educacional que seja referenciada nas demandas sociais, que acredite e encoraje o potencial humano. Uma qualidade inclusiva e que reconheça a educação como direito social e que se concretize na garantia das condições necessárias à aprendizagem de todos os estudantes e no combate às múltiplas formas de exclusão escolar: reprovações, evasões e as formas de violências simbólicas expressas no não reconhecimento do outro como sujeito capaz de aprender, de viver e de ter direito a uma vida digna (DORE, ARAÚJO e MENDES, 2014, p.18).

O índice de reprovação de 9% é baixo, tratando-se de implementação, onde ocorre a fase de adaptação à instituição educacional, ao corpo discente e docente. Dore, Araújo e Mendes (2014) ressaltam a importância das escolas zelarem pela qualidade no ensino quando as dificuldades de aprendizagem na Educação Profissionalizante tornam-se mais específicas. Em sua matriz curricular da Formação Geral encontram-se os componentes curriculares da área propedêutica, da Formação Diversificada e da Formação Profissional, sendo esta última essencial para o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para a formação do Técnico em Informática.

¹² O índice de retenção foi extraído do Sistema Q-Acadêmico, sistema esse responsável pelo armazenamento de dados acadêmicos, gerenciado pelo Departamento de Registro Acadêmico (DERA), segundo dados do período letivo de 2015 a 2017.

Os autores Dore, Araújo e Mendes (2014) afirmam que a reprovação é uma forma de exclusão, e neste momento o Campus Boa Vista, como agente de implementação desta nova modalidade de ensino, deve atuar na perspectiva inclusiva, considerando os discentes que possuem maiores dificuldades de aprendizagem para obter êxito escolar e, conseqüentemente, buscar garantir, através de programas de acesso e de atividades pedagógicas, como projetos interdisciplinares, a permanência e êxito desses discentes, como sugerido por SOMMERMAN (2014).

4.2.6 Índice de Evasão do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Médio.

O quadro que se segue busca analisar o índice de evasão dos discentes do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio.

Tabela 18 – Quadro Geral de Índice de Evasão do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio.

Quadro Geral – Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio– 3 anos - ÍNDICE DE EVASÃO¹³			
Período Letivo de Ingresso	Transferidos	Evadidos	Cancelados
2015.1	10	8	0

Fonte: Departamento de Registros Acadêmicos do Campus Boa Vista – IFRR. (DERA).

Segundo dados do Sistema Q-Acadêmico, no período letivo de 2015.1 foram ofertadas 70 vagas para o Curso Técnico de Informática, mediante processo seletivo de ingresso de novos estudantes; do quantitativo de ingressantes, em contraste ao quantitativo apresentado no quadro acima, podemos averiguar que no ingresso referente ao período letivo de 2015.1 o Curso Técnico de Informática teve um total de 10 (dez) transferências e 8 (oito) evadidos, sem cancelamentos de matrícula, ou seja, o Curso teve 26% (vinte e seis por cento) de evasão nos anos iniciais. Segundo Lopes e Santos (2015):

A convivência no ambiente educacional, através do trabalho realizado em instituições voltadas à educação, tem mostrado a problemática na qual o ensino está inserido. E quando se fala de Ensino Médio, os problemas ficam ainda mais evidentes. Constata-se que esse nível traz consigo uma série de fatores que podem ocasionar a evasão escolar, como a necessidade de trabalhar para ajudar na renda familiar, a falta de interesse pelo ensino, a desmotivação, o envolvimento com atividades ilícitas, a falta de acompanhamento dos pais, entre outros (LOPES e SANTOS, 2015, p. 3768).

Tendo como base de pesquisa o Ensino Médio, Lopes e Santos (2015) descrevem os principais motivos que ocasionam a evasão nessa modalidade de ensino; o Ensino Médio Profissionalizante também se insere nesses motivos. No momento da pesquisa questionou-se junto ao DERA se no ato de solicitação de transferência o discente era inquirido sobre o motivo da desistência do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio;

¹³ O índice de evasão foi extraído do Sistema Q-Acadêmico, sistema esse responsável pelo armazenamento de dados acadêmicos, gerenciado pelo Departamento de Registro Acadêmico (DERA), segundo dados do período letivo de 2015 a 2017.

ou se essa informação era requisito para que a solicitação de transferência fosse realizada. No entanto, o setor não possui registros formais dessa informação. Os alunos que realizaram tal solicitação expuseram informalmente que o fato de o curso ser oferecido em turno diurno é o fator mais evidenciado, pois retiram do discente a possibilidade de trabalhar.

Segundo Dore, Araújo e Mendes (2014), a particularidade dos Institutos Federais centra-se em ofertar ensino de qualidade aos filhos dos trabalhadores: “ a originalidade dos IFs vincula-se à produção de conhecimentos comprometidos com a transformação da vida das pessoas em seus contextos sociais”, ou seja, o discente que necessita obter renda para auxiliar a família no sustento da casa, quando consegue emprego acaba se evadindo da escola. Mesmo sendo essa informação de fonte informal, o índice de 26% (vinte e seis por cento) para os anos iniciais torna-se alarmante a médio prazo. Nesse sentido, a análise deverá ser realizada sobre a perspectiva dos discentes que permaneceram na escola, sobre o conhecimento do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio, seu papel social no contexto do mundo do trabalho, assim como sua perspectiva em relação ao Curso Técnico em Informática e o prosseguimento na área de Tecnologia da Informação.

5 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo esboça os caminhos percorridos para a realização do desenvolvimento da pesquisa, tendo início na descrição da motivação de pesquisar sobre a Educação Profissional, assim como o reflexo desta motivação na elaboração do projeto de pesquisa, que precisou passar por modificações, visto que seu objeto: a implementação do Ensino Técnico Integrado ao Médio na forma Integral possui, no Campus Boa Vista, duas perspectivas diferentes referentes à sua implementação em 2015: a visão do Curso Técnico de Secretariado e a visão do Curso Técnico em Informática Integral Integrado ao Ensino Médio, sendo que o segundo é correlato a esta pesquisa, considerando que é o único curso no âmbito do Campus Boa Vista a disponibilizar continuidade de formação na área em nível superior.

Sobre a escolha do método de pesquisa, segundo Triviños (1987), faz-se de acordo com o tipo de problema estudado, ou seja, o pesquisador pode desenvolver sua investigação passando por três etapas: A primeira é a fase de exploração, que envolve a seleção e definição de problemas, a escolha do local onde o estudo será realizado e o estabelecimento de contatos para a entrada em campo. A segunda fase aborda a decisão, que consiste numa busca mais sistemática daqueles dados que o pesquisador selecionou como os mais importantes para compreender e interpretar o fenômeno estudado. A descoberta nomeia a terceira fase, que consiste na explicação da realidade, isto é, na tentativa de encontrar os princípios subjacentes ao fenômeno estudado e de situar as várias descobertas em um contexto mais amplo.

Para que essa pesquisa fosse desenvolvida, fez-se necessário o aperfeiçoamento do trabalho intelectual no embasamento teórico sobre a implantação do ensino técnico integral ofertado nos dois turnos, assim como a análise de documentos institucionais, como a Organização Didática (OD), Os Projetos Pedagógicos de Curso do Ensino Técnico Integral ofertado nos dois turnos nos cursos de Secretariado e Informática, sendo estes os pioneiros no processo de implantação, Plano de Desenvolvimento Institucional, que irá se fortalecer juntamente com a prática de seus fundamentos bibliográficos sobre a educação profissional técnica no país.

As dificuldades e facilidades na coleta de dados referente a esta pesquisa demarcam a facilidade de pesquisar no local de desenvolvimento das atividades laborais da pesquisadora, e a caracterização das dificuldades é traçada pela não devolutiva dos instrumentos de pesquisa, tendo sido necessário vários momentos de sensibilização e coleta de dados para a completude dos participantes. Tinha-se como exigência 30 (trinta) participantes, e obteve-se um total de 32 (trinta e dois) discentes ingressantes do Ensino Técnico Integrado ao Médio na forma integral que contribuiram para o desenvolvimento do presente estudo.

5.1 Elaboração do Projeto.

A elaboração de um projeto de pesquisa perpassa pela trajetória do pesquisador, como enfatiza Triviños (2001):

Não se trata de definir qualquer problema. O problema apresenta-se para o pesquisador dentro do campo de sua formação profissional. Nesta, encontra-se um forte apoio científico, cultural, que elimina muitos esforços, extraordinariamente grandes para o pesquisador caso esse realizasse uma pesquisa fora do âmbito de sua especialidade. Noutras palavras, se somos formados em pedagogia, buscaremos um problema no campo pedagógico, e não na Física, por exemplo (TRIVIÑOS, 2001, p. 39 e 40).

Sobre essa trajetória, a Educação Profissional sempre foi objeto de estudo, desde a graduação, onde a motivação pela temática Educação Profissional teve início em minha formação acadêmica na Universidade Federal do Amazonas. Como participante do PIBIC tive como pesquisa a Educação Profissionalizante na década de 1990 nas escolas estaduais, analisando currículo e documentos que refletiam o andamento dessa vertente na época; as mudanças ocorridas ao longo da história sobre a educação profissional sempre influenciaram.

Diante disto, surgem os Institutos Federais com a vertente de ofertar Educação Profissionalizante da Educação Básica ao Ensino Superior com os cursos de tecnologias, e dentro desse contexto tornou-se salutar para melhor entendimento do objeto de pesquisa, pois sendo ele a Educação Profissional, pesquisar sobre o desenvolvimento dentro dos Institutos Federais era o melhor caminho a seguir. O âmbito dos Institutos Federais é uma vertente diferenciada da Educação profissional, bem como sua formação técnica integrada ao médio, possibilitando ao discente pós-graduação adentrar no mercado de trabalho. Por isso, a perspectiva desses jovens sobre a formação profissional que lhe é proporcionada é essencial.

Sobre o objeto de estudo, Triviños (2001) destaca:

a) Definindo o objeto de estudo (também poderia ser *O problema em estudo, A situação problemática em foco, O que pensamos estudar*). A ideia central delimita o problema, depende de vários fatores, sendo o essencial deles, o apoio teórico que terá o investigador para realizar seu estudo. De todas as formas, a delimitação deverá ser a mais precisa possível. Trata-se de *problema de pesquisa sobre o qual devermos prestar a máxima atenção*. Esta etapa é essencial, e não se realiza através de uma simples instituição. A definição do problema, em geral, significa um caminho longo, uma busca que exige muito esforço físico, mental, material (recursos econômicos, tempo, livros, discussão). Às vezes, os pesquisadores novatos não percebem a importância dessa etapa do processo e passam por ela superficialmente (TRIVIÑOS, 2001, p. 39).

Triviños (2001) ressalta a importância da definição do objeto de estudo, assim como a delimitação do tema da pesquisa. Neste caso, o objeto já estava previamente definido como sendo Educação Profissional. Mesmo nessa vertente, dentro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) existem várias ramificações da Educação Profissional; há vários Campus pertencentes aos Instituto Federal de Roraima que ofertam essa modalidade de Ensino. Dentre os Campus, escolhemos o Campus Boa Vista pela comodidade de estar localizado na capital do estado de Roraima, bem como, por ter passado pela implementação do Ensino Médio Integrado na forma integrada. Nessa perspectiva, o ensino integrado é um desafio nas instituições federais. Em 2015, com a forma Integral, onde o discente estuda no turno diurno, esse desafio dobrou no sentido de estrutura física e didático-pedagógica.

A delimitação, então, foi desenhada dentro do objeto de estudo Educação Profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), Campus Boa Vista. Em 2015 essa implementação ocorreu em dois Cursos Técnicos Integrados: o Curso Técnico em Secretariado Integrado Integral ao Ensino Médio e o Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio. Triviños (2001) aponta que: “(...) *De todas as formas, a delimitação deverá ser o mais precisa possível(...)*”. Assim, o foco da pesquisa centrou-se no Curso Técnico em Informática Integrado ao Médio na forma Integral. Vale ressaltar que este é o único Curso no âmbito do Campus Boa Vista com possibilidade de continuidade de formação na área de Tecnologia através do Curso Superior em Gestão de Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

5.2 O Desenvolvimento da Pesquisa.

A pesquisa em educação tem evoluído e se transformado ao longo dos anos. Ludke (2015) afirma que a própria palavra pesquisa tem sofrido uma banalização, pois é comum nas escolas, universidades, mídias, utilizarem a palavra pesquisa para remeter-se a um levantamento de dados, tarefa para casa, entre outros:

Para se realizar uma pesquisa é preciso promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico construído a respeito dele. Em geral isso se faz a partir do estudo de um problema, que ao mesmo tempo o interesse do pesquisador limita sua atividade de pesquisa a determinada porção do saber, a qual ele se compromete a construir naquele momento. Trata-se assim, de uma ocasião privilegiada, reunindo o pensamento e a ação de uma pessoa, ou de um grupo, no esforço de elaborar conhecimentos sobre aspectos da realidade que deverão servir para a composição de soluções propostas aos seus problemas. Esses conhecimentos são, portanto, frutos da curiosidade, da inquietação, da inteligência e da atividade investigativa dos indivíduos, a partir e em continuação do que já elaborado e sistematizado pelos que trabalharam o assunto anteriormente. Tanto pode ser confirmado como negado pela pesquisa o que se construiu a respeito desse assunto, mas o que não pode é ser ignorado (LUDKE, 2015, p. 1-2).

Para a evolução da pesquisa, Ludke (2015) salienta que é preciso confrontar os dados. Então, tendo o objeto de pesquisa já definido, qual seja, a Educação profissional no Campus Boa Vista; e definido o também o Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio, faltava escolher a população-alvo, uma vez que havia um elenco grande que poderia fazer parte da pesquisa: os docentes, os gestores, os discentes e a comunidade escolar externa representada pelos pais e ou responsáveis, assim como o corpo técnico administrativo.

Nesse contexto, e partindo, segundo Ludke (2015): “*do estudo de um problema, que ao mesmo tempo desperta o interesse do pesquisador (...)*” o público eleito para a pesquisa foram os discentes; como eles, enquanto agentes dessa implementação, vislumbravam as mudanças didático-metodológicas ocorridas ao longo dos 3 (três) anos de Curso? Qual a percepção desse discente sobre essa nova modalidade de ensino? Quais suas expectativas? Pretendem seguir a formação em Tecnologia da informação?

Exatamente essa curiosidade citada por Ludke (2015) é a força motriz dessa pesquisa na busca da percepção dos discentes. Utilizou-se da aplicação do questionário para chegar a essa compreensão, também aplicado à Coordenação do Curso de Informática. Este instrumento serviu como complementação da pesquisa e embasamento para discorrer sobre o andamento do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio, mas não como objeto de estudo.

5.3 Pesquisa Qualitativa

Ludke (2015) afirma que o desenvolvimento nas pesquisas em educação é crescente, e isso torna o processo cada vez mais dinâmico. Esse formato coincide com a tipologia pesquisa que foi desenvolvida. Triviños (2001) acentua:

(...)

O avanço das ideias facilitou o confronto de perspectivas diferentes de entender o real. Frente à atitude tradicional positivista de aplicar ao estudo das ciências humanas os mesmos princípios e métodos das ciências naturais, começaram a elaborar-se programas de tendências qualitativas, para avaliar, por exemplo, o processo educativo, e a propor “alternativas metodológicas” para a pesquisa em educação.

As propostas novas, como às vezes ocorre para os menos experientes, produziam algum nível de confusão. E sem maior reflexão eles decidiram eliminar toda a possibilidade quantitativa na investigação e optar definitivamente pela exaltação do qualitativo na pesquisa em educação e em todos os aspectos possíveis de estudar no sistema educacional (TRIVIÑOS, 2015, p. 116).

Triviños (2015) salienta que antes da década de 70 a pesquisa qualitativa já era utilizada como meio principal para o alcance de objetivos na educação. Portanto, a partir de então, surgiu essa dicotomia entre pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa, com a necessidade de análise cada vez mais voltada para a subjetividade do objeto de estudo e, conseqüentemente, como evidencia Triviños (2015): “*O avanço das ideias facilitou o confronto de perspectivas diferentes de entender o real*”. Nesse sentido, a quantificação já não atendia às demandas a partir da inevitabilidade da complementação das perspectivas e argumentos do objeto de pesquisa em educação.

A pesquisa qualitativa possui essa característica, como sublinha Triviños (2015), de analisar as várias singularidades de uma pesquisa através de “*uma dimensão positivista da explicação dos fenômenos sociais*” ou seja, o que na antropologia surgiu de forma natural:

O aparecimento da pesquisa qualitativa na Antropologia surgiu de maneira mais ou menos natural. Os pesquisadores perceberam rapidamente que muitas informações sobre a vida dos povos não podem ser quantificadas e precisavam ser interpretadas de forma muito mais ampla que circunscrita ao simples dado objetivo. Isto não significou, de começo, o abandono de posicionamentos teóricos funcionalistas e positivistas (TRIVIÑOS, 2015, p. 120).

O acontecimento natural e a perspectiva de se obter a visão subjetiva sobre o objeto de estudo auxiliam na identificação natural, e até os dias atuais obtém anteposição tipológica de pesquisa, na particularidade da carência de interpretação dos fatos e a amplitude de que se necessita pesquisar em se tratando de pesquisa em educação. A pesquisa sobre o Ensino Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio busca entender a perspectiva do discente: ele como sujeito desta pesquisa e desse processo. Para compreender esse fenômeno educacional, embasamo-nos em Triviños sobre Lofand:

Esse autor descreve e delimita o fenômeno social através de seis categorias. Segundo ele, todo fenômeno social estaria constituído por atos, atividades, significados, participação, relação e situações. Os atos. Seriam ações que se desenvolvem em uma situação cujas características principais, em relação ao tempo, estariam representados por sua brevidade (...)
As atividades. Estão representadas por ações em uma situação mais ou menos prolongadas (...)
Os significados. Manifestam-se através das produções verbais das pessoas envolvidas (...)
A participação. É o envolvimento do sujeito ou adaptação do mesmo a uma situação em estudo.
As relações. Surgem no intercâmbio que se produz entre várias pessoas que atuam numa situação simultaneamente.
As situações. Estão constituídas pelo foco em estudo, pela unidade que se pretende analisar (TRIVIÑOS, 2015, p. 126-127).

Nesse sentido, Lofland (2015) delineia um sistema onde a pesquisa qualitativa é introduzida, e em contraste com a pesquisa sobre o Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Médio na forma Integral os atos seriam a convivência escolar vivenciada pelos discentes do Curso Técnico de Informática ao longo desses três anos de Curso; as atividades equivalem às ações pedagógicas e o desenvolvimento curricular através da Formação Geral,

Formação Diversificada e a Formação Profissional, assim como sua vertente Integral de Ensino. Os significados e a participação dos discentes puderam ser mensurados através dos questionários, das questões abertas. As relações existentes em sala de aula de professor–aluno e as situações, ou seja, as particularidades existentes no decorrer do período letivo de 2015 a 2017 puderam ser delineadas pelos discentes a partir da sua perspectiva sobre o Curso Técnico de Informática e suas sugestões para aperfeiçoamento.

5.4 Desenvolvimento da Pesquisa.

O Desenvolvimento da pesquisa fomentou alcançar o objetivo geral, e em decorrência disto, os objetivos específicos. O objetivo geral desta pesquisa tinha como proposição analisar a implementação do Curso Técnico de Informática Integral na forma Integrada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Em decorrência, os objetivos específicos buscaram descrever os pressupostos Históricos e legais da Educação Profissional no Brasil, para que se pudesse identificar as condições de oferta, a organização didático-pedagógica e os índices de evasão e retenção referentes aos anos iniciais dessa implementação; e por objeto da pesquisa: analisar a percepção discente quanto à sua formação no Curso Técnico de Informática.

Na busca de descrever os pressupostos Históricos e Legais da Educação Profissional no Brasil, este estudo delineou uma análise histórico-social da modalidade do Ensino Médio ao longo da história da educação no Brasil, com ênfase na dicotomia ensino médio x ensino profissionalizante. Para que a análise da implementação do Curso Técnico Integrado ao Médio de Informática fosse realizada foram analisados documentos institucionais como o Plano de Desenvolvimento Estratégico da Instituição, Plano de Curso de Informática da matriz referente a 2008 e da matriz referente a 2017, Organização Didática, Resoluções sobre a Assistência Estudantil ofertada no Campus Boa Vista, Edital de Processo Seletivo referente ao ingresso dos discentes em 2015, assim como os embasamentos legais, tais como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira n.º 9.394/1996 e a Resolução CNE/CEB N.º 6/2012 que discorre sobre a Educação Profissional no país.

A identificação das condições de oferta teve início com a aprovação do Comitê de Ética, parecer número 2.337.755. Posteriormente, foi possível a análise do Plano de Curso do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio, com o intuito de identificar as condições de oferta referentes ao período de implementação do Curso de Informática através de dados escolares obtidos por intermédio do Departamento de Registros Acadêmicos (DERA), mediante o sistema acadêmico utilizado na instituição, o Q-Acadêmico, onde analisamos dados escolares do índice de evasão, retenção e êxito referente aos anos iniciais dessa implementação.

Outros meios utilizados para a compreensão da percepção discente diante dos desafios da implementação do Ensino Médio em Regime Integral na forma Integrada no Campus Boa Vista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima foram questionários aplicados aos Coordenador de Curso sobre os aspectos de Identificação do Corpo Docente, a Motivação para Implementação e a Identificação do Curso. E também questionários aplicados aos discentes, com o objetivo de compreender seu perfil e suas perspectivas sobre a implementação e as possibilidades de verticalização na área de Tecnologia da Informação. O questionário aplicado aos docentes buscava verificar os seguintes aspectos: Infraestrutura da escola e aspectos didático-pedagógicos do Curso.

Na metodologia proposta para que essa pesquisa fosse desenvolvida, fez-se necessário o aperfeiçoamento do trabalho intelectual através do embasamento teórico sobre a implantação do ensino técnico integral ofertado nos dois turnos, como a análise de documentos institucionais, tais como a Organização Didática (OD), Os Planos de Curso do

Ensino Técnico Integral (PCC) ofertado nos dois turnos nos cursos de Secretariado e Informática, pois estes cursos foram os pioneiros no processo de implantação, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que irá se fortalecer juntamente com a prática de seus fundamentos bibliográficos sobre a educação profissional técnica no país.

A metodologia de análise de dados centrou-se na população da amostra: os alunos cursantes do ensino médio integral integrado, da seguinte forma:

- ❖ Total de discentes: 60 alunos, subdivididos em duas turmas de 30 alunos;
- ❖ Escolha dos sujeitos da pesquisa: Critério: alunos Regularmente Matriculados em 2015 que obtiveram êxito escolar nos períodos de 2015, 2016 e 2017, no total de 15 (quinze) alunos da turma A e 15 (quinze) alunos da turma B;
- ❖ O Coordenador do Curso de Informática;
- ❖ Coleta de dados: através de questionários semiestruturados, sendo:
Questionário do Coordenador do Curso de Informática – total de 17 questões, subdivididas em IDENTIFICAÇÃO (Dimensão 1 – Identificação do Coordenador de Curso e Dimensão 2 – Identificação do Corpo Docente) ASPECTOS ESPECÍFICOS DO CURSO DE INFORMÁTICA (Dimensão 1 – Motivação para a Implementação) e ASPECTOS ESPECÍFICOS DO CURSO DE INFORMÁTICA (Dimensão 1 – Implementação do Curso).

O Tamanho da amostra foi a população dos alunos cursantes do ensino médio integral integrado, da seguinte forma:

- ❖ Os alunos Regularmente Matriculados em 2015 que obtiveram êxito escolar nos períodos de 2015 2016 e 2017 no total de 15 (quinze) alunos da turma A e 15 (quinze) alunos da turma B;
- ❖ O Coordenador do Curso de Informática.

A delimitação do tema acerca do levantamento da qualificação profissional através dos cursos ofertados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima priorizou obter o maior número possível de dados para enriquecer a análise, pois todo e qualquer fato deve ser levado em consideração, sendo que todas as pessoas envolvidas na problemática também devem ser ouvidas, as entrevistas registradas, mesmo que algumas informações dentro do conteúdo programático não sejam respondidas.

De modo a alcançar os objetivos desta pesquisa foi necessário realizar a delimitação do estudo para que a perspectiva dos discentes sobre o processo de implantação do ensino técnico integrado ofertado em dois turnos pelo Instituto Federal de Roraima fosse analisada. Foram utilizados questionários semiestruturados e questões secundárias chamadas por Triviños (2015) de “aspectos triviais”, que no final da pesquisa apresentam-se como sendo de suma importância para o enriquecimento e consistência das informações.

Para que pudéssemos analisar a percepção discente sobre os desafios da implementação do Curso de Informática no Campus Boa Vista, esta pesquisa foi delineada no tipo de pesquisa documental e qualitativa. Como qualitativa poderia apresentar como riscos o fato de que os participantes da pesquisa pudessem vir a sentir-se constrangidos e expostos no que tange à explicitação de sua percepção acerca do tema proposto. Os questionários aplicados foram mistos, contendo questões abertas e fechadas; os participantes da pesquisa foram os alunos devidamente matriculados no 3º (terceiro ano) no Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio ingressantes no período letivo de 2015.

Nesse aspecto, o estudo deu liberdade aos alunos para adentrarem na construção de suas respostas, de forma dinâmica, o que permitiu à pesquisa a mediação das informações trazidas pelos sujeitos envolvidos, comparando essas posições com os documentos

institucionais e com o índice quantitativo de evasão e retenção referentes aos anos iniciais a essa implantação.

5.5 Limites e Possibilidades na Coleta de Dados.

Para alcançar os objetivos propostos, primeiramente foi realizada uma pesquisa documental para que o estudo obtivesse um embasamento teórico nas legislações educacionais e nos embasamentos teóricos que precedem a pesquisa sobre o tema Educação Profissional; também foram analisados documentos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima; em continuidade, documentos específicos para o desenvolvimento do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio.

Como procedimento padrão, tendo como objetivo o cadastro do Projeto na Plataforma Brasil, após a realização do instrumento para a coleta de dados foram juntados todos os dados cadastrais dos pesquisadores e do projeto e anexados os questionários. No primeiro momento o projeto foi invalidado pelo Comitê de Ética, por falta de padronização da Universidade Federal de Roraima. Após, foi corrigido e reenviada a devolutiva, juntamente com a aprovação do Comitê.

Após esses acontecimentos foi possível aplicar o questionário junto à Coordenação do Curso Técnico de Informática do Campus Boa Vista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) e aos discentes ingressantes em 2015. O maior fator interveniente foi coletar os dados com os discentes, tentativa iniciada em 2017 e completada apenas em janeiro de 2018. As dificuldades foram diversas; dentre elas, o desencontro entre a pesquisadora e os participantes da pesquisa em sala de aula, considerando que se tratava de final de bimestre letivo quando a coleta foi iniciada. O esvaziamento das salas de aula e o envolvimento dos discentes em outras atividades dentro da instituição prejudicou a celeridade do andamento da pesquisa.

Para a abordagem junto aos discentes, a pesquisadora adentrou as salas de aula com a devida autorização e conhecimento da gestão da escola, Direção de Departamento e Coordenação de Curso, assim como cadastro realizado como pesquisadora para a obtenção de Ciência da Diretoria de Pesquisa do Campus Boa Vista. O contato com os discentes foi mediado pela Coordenação de Curso de Informática, onde, após a apresentação da pesquisadora foi possível explicitar o objetivo da pesquisa, apresentando uma síntese do projeto, o Termo de Assentimento e o Termo de Consentimento. Após a apresentação, perguntou-se dos discentes quem gostaria de participar de forma voluntária da pesquisa. Então, foram entregues aos alunos 15 (quinze) Termos de Assentimento e Consentimento, em cada turma, para assinatura dos pais e/ou responsáveis, e na mesma ocasião ficou acertado que no dia posterior os Termos deveriam ser entregues à pesquisadora para que os discentes pudessem participar do preenchimento do questionário.

Em continuação à coleta de dados dos discentes, ocorreu que a minoria do quantitativo de discentes não havia devolvido os Termos; de igual forma, nem todos se encontravam na sala de aula como combinado no dia anterior. Vale ressaltar que os questionários eram aplicados conforme tempo de aula vago dos discentes, e/ou imprevistos com o docente, quando o tempo ficava sem poder ser preenchido; então, a Coordenação de Curso autorizava a pesquisadora adentrar em sala de aula e aplicar a pesquisa.

Após inúmeras tentativas, e vendo exaurir-se a possibilidade de obter o quantitativo proposto de 30 (trinta) questionários dos discentes pré-dispostos a participar da pesquisa, veio o receio de finalizar o ano letivo sem obtenção do quantitativo descrito no projeto. Diante disto, foi realizada uma nova sensibilização em sala de aula, acompanhada pela Coordenação de Curso; porém, mesmo com essa nova abordagem não se obteve êxito, visto que eram necessários 30 (trinta) questionários para que ocorresse o início da análise de dados.

Finalizado o ano letivo, e sem a coleta de dados completa, o Campus Boa Vista, por intermédio das Coordenações de Curso, dentre elas a Coordenação de Informática, decidem ofertar na época de férias a Dependência Escolar. Então, tivemos a oportunidade de completar a pesquisa com aqueles alunos que estavam cursando o 3º (terceiro) ano do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio e que não haviam participado da pesquisa. Nessa oportunidade ocorreu nova sensibilização em sala de aula, e sendo a Dependência ofertada de forma intensiva, em todos os dias eram desenvolvidas atividades pedagógicas, e de igual forma a explanação sobre o projeto também foi realizada. Assim, conseguiu-se aumentar o quantitativo de participantes da pesquisa; porém, não foi possível completar o objetivo proposto.

Em virtude da atividade de coleta de dados, e não obstante sua completude, fez-se necessário sair do âmbito do Instituto Federal de Roraima, ou seja, discentes egressos em 2017 que demonstraram interesse em participar de forma voluntária da pesquisa, por estar em sala de aula no momento da explicitação, e de igual forma, a interação entre os colegas de turma despertaram o interesse pela temática. Ao virem ao encontro da pesquisadora, foi-lhes oportunizado participar da pesquisa. Com esse novo acontecimento no desenvolvimento da pesquisa o objetivo foi alcançado. Na realidade, a meta foi ultrapassada: de 30 (trinta) para um total de 32 (trinta e dois) questionários dos discentes do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio.

Consequente a isto, foi iniciada a análise de dados, tendo como referencial teórico Bardin (2016) que discorre:

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações. Documentos e objetivos dos investigadores, podendo ser bastante diferentes os procedimentos de análise (...) (BARDIN, 2016, p. 37).

Essas comunicações podem ser realizadas através de entrevistas, questionários, entre outros. Como instruído por Bardin (2015), depende diretamente dos objetivos do investigador, e na pesquisa sobre a Implementação do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio utilizamos dois instrumentos: um questionário para a Coordenação de Curso de Informática e outro para o desenvolvimento do objetivo primário, estando ele correlacionado à percepção do discente sobre o Curso, buscando conhecer como foi o andamento das primeiras turmas, a partir da visão do sujeito dessa pesquisa. Para a realização desta análise foi utilizada a análise categorial:

Esse tipo de análise, o mais generalizado e transmitido, foi cronologicamente o primeiro, podendo ser denominado *análise categorial*. Esta pretende tomar em consideração a totalidade de um “texto”, passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença (ou de ausência) de itens de sentido. Isso pode construir um primeiro passo, obedecendo ao princípio de objetividade e racionalizando por meio de números e percentagem uma interpretação que, sem ela teria de ser sujeita a aval. É o método das *categorias*, espécie de gavetas e rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem. É, portanto, um método taxonômico bem concebido para satisfazer ordem, segundo certos critérios, na desordem aparente. Este procedimento é simples, se bem que algo fastidioso quando feito manualmente (BARDIN, 2016, p. 42 e 43).

Para facilitar a análise de dados, dividimos em categorias e conceitos, onde os participantes da pesquisa puderam assinalar conforme a atribuição conceitual que lhes era

viável, sobre assuntos gerais do Campus Boa Vista, e específicos do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio. O instrumento utilizado na pesquisa foi o questionário misto, sendo este subdividido em duas categorias gerais, duas dimensões e seis subdimensões, melhor explicitadas abaixo:

I – Aspectos Gerais do Campus Boa Vista – IFRR (Dimensão 1 - Infraestrutura)

II – Aspectos Específicos do Curso de Informática (Dimensão 2– Didático-Pedagógica).

Para melhor assimilação da percepção dos discentes, essas dimensões dividem-se em subdimensões:

Dimensão 1 – Infraestrutura:

1.1.Espaço físico geral do Campus Boa Vista – IFRR;

1.2 Espaço físico específico para atendimento dos alunos do curso de Informática.

Dimensão 2 – Didático–Pedagógica:

2.1. Aspectos Gerais do Curso de Informática;

2.2.Aspectos Didáticos do Curso de Informática;

2.3.Aspectos Pedagógicos do Curso de Informática;

2.4.Considerações favoráveis e desfavoráveis do Curso Técnico em Informática na perspectiva discente.

Para melhor análise, a perspectiva dos discentes participantes da pesquisa sobre o período letivo de 2015 a 2017, assim como a dimensão geral sobre a infraestrutura geral do Campus Boa Vista, a Infraestrutura específica para o Curso de Informática, dimensão didático-pedagógica, como o desenvolvimento curricular, e as perspectivas dos discentes descritas sobre a égide dos aspectos favoráveis e desfavoráveis, foram sistematizadas seguindo Quadro abaixo:

Quadro 4 – Quadro de Categorização dos Aspectos, Dimensões e Subdimensões da Pesquisa.

CATEGORIA	I – Aspectos Gerais do Campus Boa Vista - IFRR
DIMENSÃO	1 – Infraestrutura
SUBDIMENSÃO	1.1.Espaço físico geral do Campus Boa Vista – IFRR
QUESTÕES	Q.5/Q.8/Q.9/Q.10/Q.11
	1.2 Espaço físico específico para atendimento dos alunos do curso de Informática
QUESTÕES	Q.1/Q.2/Q.3/Q.4/Q.6
CATEGORIA	II – Aspectos Específicos do Curso de Informática
DIMENSÃO	2-Didático-Pedagógica
SUBDIMENSÃO	2.1. Aspectos Gerais do Curso de Informática
QUESTÕES	Q.2/Q.3/Q.4/Q.8/Q.9/Q.13/Q.14/Q.15
SUBDIMENSÃO	2.2.Aspectos Didáticos do Curso de Informática
QUESTÕES	Q.6/Q.10/Q.12
SUBDIMENSÃO	2.3.Aspectos Pedagógicos do Curso de Informática
QUESTÕES	Q.1/Q.5/Q.7/Q.11/Q.16
SUBDIMENSÃO	2.4.Considerações favoráveis e desfavoráveis do Curso Técnico em Informática na perspectiva discente.
QUESTÕES	Q.17

Fonte: Elaborado pela autora.

Para atribuição de conceitos, onde os alunos tiveram que atribuir em uma escala conceitual de 0 a 5 a melhor percepção sobre as subdimensões:

Quadro 5 – Quadro de Conceituação do Questionário aplicado na pesquisa.

Conceito	Descrição
0	Quando o indicador se apresentar como NÃO EXISTENTE .
1	Quando a nota se apresentar como INSUFICIENTE .
2	Quando a nota se apresentar como SUFICIENTE .
3	Quando a nota se apresentar como MUITO BOM .
4	Quando a nota se apresentar como ÓTIMO .
5	Quando a nota se apresentar como EXCELENTE .

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme Bardin (2015), a análise categorial necessita ser construída paulatinamente, em sincronia com os objetivos da pesquisa. Com isso, a construção da categorização para melhor identificação dos aspectos favoráveis e dos aspectos a melhorar facilitaram a análise dos dados. Bem como o delinear da perspectiva do discente no percorrer do Curso Técnico em Informática, com apontamentos que servirão como sugestões de melhorias para a Instituição, pois a pesquisa também tem como objetivo o aperfeiçoamento do processo de ensino aprendizagem por intermédio da missão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) transcrita no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI /2014): ofertar Educação de Qualidade para o estado de Roraima.

6 ANÁLISE DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO INTEGRAL EM INFORMÁTICA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA NO CAMPUS BOA VISTA

Ao longo do tempo observa-se a adequação dos cursos profissionalizantes às carências do mercado, tendo em vista a necessidade de mão de obra qualificada. Esta afirmativa pode ser ratificada pela análise de Kuenzer (1997):

(...)

A preparação de força-de-trabalho qualificada para atender às demandas do desenvolvimento econômico que se anunciava com crescimento obtido no “tempo do milagre”, o qual pretensamente anunciava o acesso do Brasil ao bloco do 1º Mundo, essas demandas eram marcadas pelo surgimento de empresas de grande e médio porte, com organização taylorista/fordista, produção em massa de produtos homogêneos, grandes plantas industriais, economia de escala, utilização de tecnologia intensiva de capital com base rígida, eletromecânica (...) (KUENZER, 1997, p. 17).

Essa preparação da força de trabalho, conforme afirma Kuenzer (1997), abstrai a sua força motriz do ensino profissionalizante. Após a chegada dessas empresas no país houve a necessidade de formação dessa mão-de-obra, conforme advinham os avanços tecnológicos. Isso também acarretou mudanças na legislação, na inovação educativa da implementação dos Institutos Federais.

Nesse sentido, este capítulo busca desenvolver o objetivo específico desta pesquisa: identificar as condições de oferta, a organização didático-pedagógica e os índices de evasão e retenção nos anos iniciais referentes à implementação do Curso Técnico Integrado ao Médio de Informática no Campus Boa Vista, através do Histórico do Curso no Campus, desde sua primeira oferta em 2007 na modalidade de Ensino Técnico Integrado ao Médio com duração de 4 anos, ofertado apenas no período matutino, até o ano de 2017.

A inovação está presente na forma de oferta dos Institutos Federais: Educação Básica, Técnica e Tecnológica. Na Resolução CNE/CEB N.º 6/2012 é garantida a obrigatoriedade de oferta de 50% (cinquenta por cento) das vagas disponíveis para a Educação Básica, ou seja, para os Cursos Técnicos Integrados ao Médio. Com o advento das mudanças legais, o desafio do Campus Boa Vista centrou-se na oferta de Cursos Técnicos Integrados na forma Integral.

A coexistência do Curso Técnico em Informática com duas modalidades de oferta deu-se no período letivo referente à implementação de 2015 a 2017. Diante disso, vem o questionamento: quais foram os impactos dessa implementação nesse período?

6.1 Percepção Discente

Em atendimento ao objetivo específico, esta pesquisa buscou analisar a percepção discente quanto à sua formação no Ensino Médio Integral na forma Integrada do Curso de Informática no Campus Boa Vista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Dentro dessa perspectiva surge a seguinte indagação: Como se deu a implementação dos Cursos Técnicos Integrados ao Médio em meados dos anos de 2007? Como foi desenvolvida essa nova forma de oferta Integral?

Em 2015 o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima recebeu o desafio de ofertar a forma Integral de Ensino, e um dos pioneiros foi o Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio. Kuenzer (1997) afirma que o Ensino Médio possui uma função dupla: “(...) preparar para a continuidade dos estudos e ao mesmo tempo

para o mundo do trabalho (...)”. A partir desse conceito é possível questionar: Como o discente se via nesse emaranhado de mudanças vivenciadas por ele? Primeiro houve a modificação de nível de ensino do fundamental para o Médio, a inserção de componentes curriculares da área técnica nunca antes estudados por eles concernentes à Formação Profissional, e a necessidade de assimilação do perfil do Curso para a compreensão de atuação do técnico em informática no mercado de trabalho. Em meio a este cenário, qual seria a percepção discente, sendo ele o sujeito deste novo formato de ensino? Como eles se veem neste processo?

Para responder a esses questionamentos, este capítulo busca compreender qual a perspectiva do aluno sobre essa implementação, em duas categorias: 1-qual o delineamento dos Aspectos Gerais do Campus Boa Vista–IFRR, compreendendo a dimensão de infraestrutura geral do ambiente escolar; 2- a segunda categoria compreende os Aspectos Específicos do Curso de Informática, abrangendo a dimensão didático–pedagógica do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio.

6.1.1 Categoria I – Aspectos gerais do Campus Boa Vista–IFRR (Dimensão 1 Infraestrutura).

Esta categoria discorre sobre os aspectos gerais do Campus Boa Vista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) em relação à sua infraestrutura diretamente correlacionada com o espaço físico para atendimento geral dos discentes; e o específico atendimento realizado aos discentes do Ensino Médio Integrado do Curso de Informática. Atende às seguintes subdimensões: espaço físico geral do Campus Boa Vista e espaço físico específico para atendimento dos alunos do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio.

6.1.2 Subdimensão 1.1 – Espaço físico geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima–Campus Boa Vista.

O gráfico que segue a apresenta a Categoria I. Aspectos Gerais do Campus Boa Vista–IFRR, Dimensão 1 – Infraestrutura, subdimensão 1.1. Espaço Físico geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), temos:

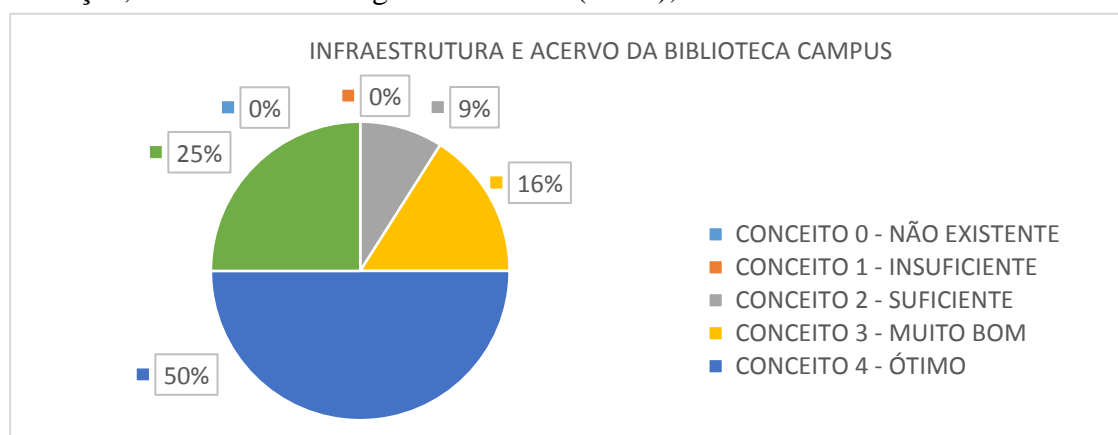


Gráfico 1 – Questão 5 - Categoria I - Aspectos Gerais do Campus Boa Vista - IFRR, Dimensão 1 – Infraestrutura, subdimensão 1.1 Espaço Físico Geral do IFRR.

Fonte: Elaborado pela autora

Depreende-se que existe biblioteca no Campus Boa Vista, visto que o Conceito 0- que equivale a **NÃO EXISTENTE** e 1 que compreende **INSUFICIENTE** não foram assinalados; o conceito 4- que corresponde a **ÓTIMO** foi assinalado por 50% (cinquenta por cento) dos participantes da pesquisa e 25% atribuíram conceito 5- **EXCELENTE**, o que demonstra que o ambiente atende às demandas dos discentes no quesito infraestrutura e /ou acervo bibliográfico.

Gadotti (2009) entende que “(...) a educação integral deve acontecer em “*todos os cantos*””, ou seja, a biblioteca também é um espaço de ensino-aprendizagem, e precisa que se desenvolva o ensino integral nesse ambiente, proporcionando aos discentes, além de infraestrutura, espaços de leitura, estudos e atividades pedagógicas.

O gráfico que se segue apresenta : 1 – Infraestrutura, subdimensão 1.1 Espaço Físico Geral do IFRR no que concerne à secretaria acadêmica.

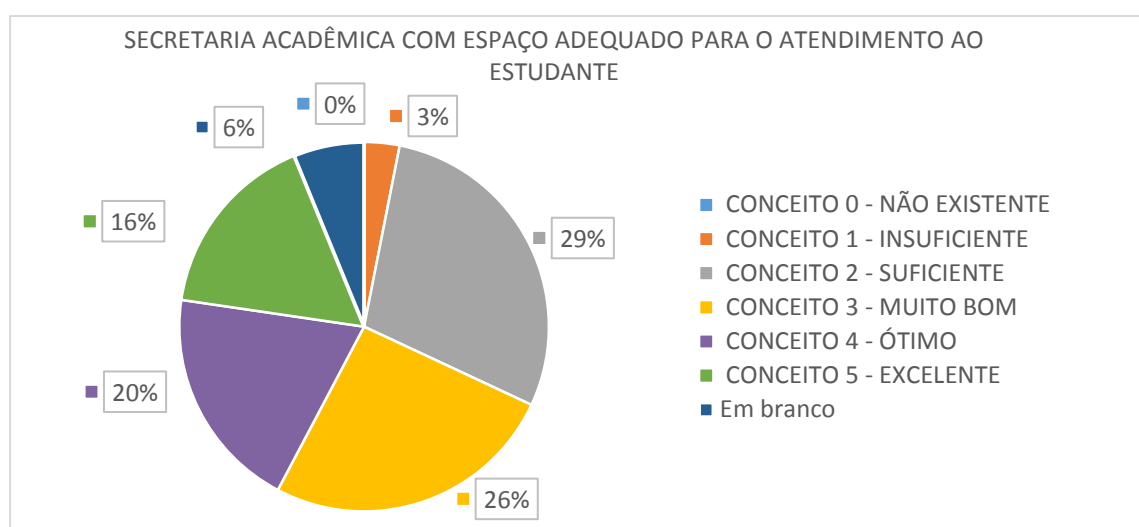


Gráfico 2 – Questão 8 - Categoria I - Aspectos Gerais do Campus Boa Vista – IFRR. Dimensão

Fonte: Elaborado pela autora.

Além dos serviços burocráticos característicos de qualquer secretaria escolar, como a emissão de declaração, solicitação de transferência escolar, entrega de documentos para composição de pasta de discente, a secretaria acadêmica é muito importante no Campus Boa Vista, pois se utiliza de um sistema chamado de Q-Acadêmico. Neste sistema são registradas as faltas, presenças, notas, e anexadas atividades escolares. Os pais e/ou responsáveis também podem ter acesso ao rendimento escolar dos filhos por intermédio desse sistema.

Caso o sistema não funcione corretamente, pode acarretar transtorno para toda a comunidade escolar, discentes, docentes e coordenações. Quanto ao atendimento, destacaram-se os conceitos 2 com 29%; o conceito 3 com 26%, considerado **REGULAR**; o conceito 4 com 20%, **MUITO BOM** e o conceito 5 com 16%, considerado **ÓTIMO**. Depreende-se que os serviços ofertados por este setor, na perspectiva discente, são adequados, atendendo às necessidades estudantis.

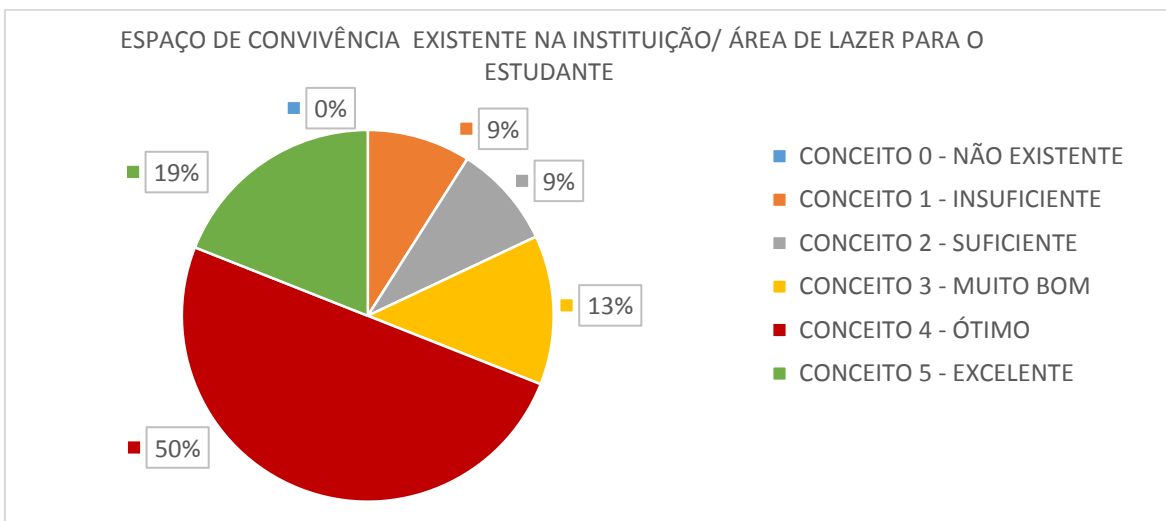


Gráfico 3 – Questão 9 - Categoria I - Aspectos Gerais do Campus Boa Vista – IFRR. Dimensão 1 – Infraestrutura, subdimensão 1.1 Espaço Físico Geral do IFRR.

Fonte: Elaborado pela autora.

Tratando-se de Ensino Médio Integrado na forma Integral, onde os discentes permanecem na escola diuturnamente, faz-se necessário um espaço onde os mesmos possam descansar e/ou estudar. O índice de aprovação desse espaço é de 50% (cinquenta por cento), conforme apontado no conceito 4 do gráfico 3 e 19% apontaram o conceito 5, o que sinaliza que o momento de descanso entre os turnos matutino e vespertino é assegurado pelo Campus Boa Vista.

Esse espaço de convivência e lazer pode, de igual forma, ser utilizado para realização de atividades pedagógicas. Gadotti (2009) ressalta que: “(...) a educação integral melhor se concretiza se, além de a defendermos teoricamente, organizarmos processos e projetos (...)”. Esses processos educacionais integradores podem ser vistos como espaço de realização, uma vez que os discentes se identificam com o local. Por isso, esse espaço tem um alto índice de aprovação.

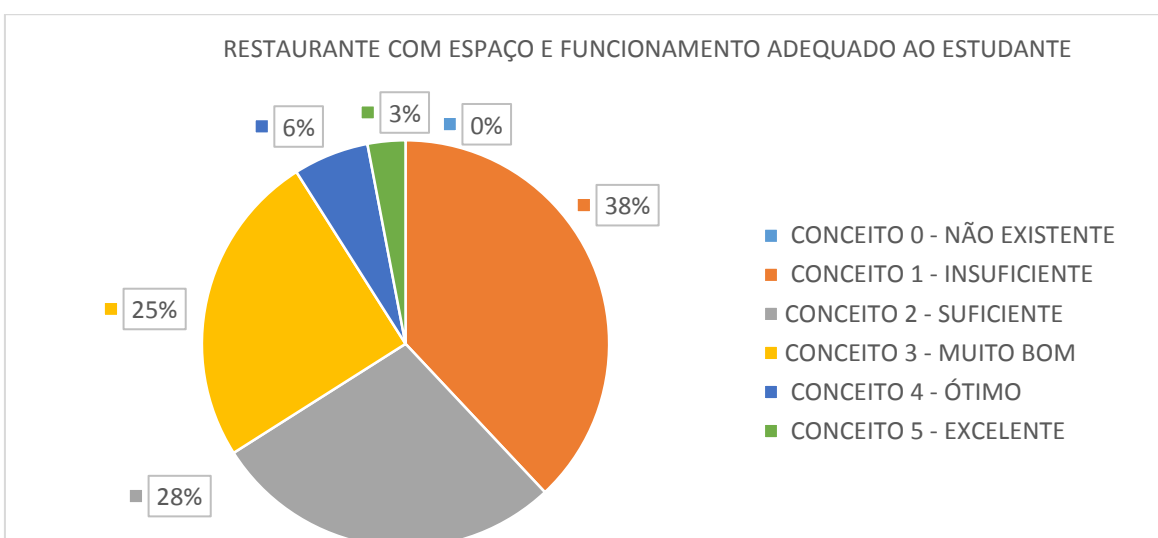


Gráfico 4 – Questão 10 - categoria I - Aspectos Gerais do Campus Boa Vista – IFRR. Dimensão 1 – Infraestrutura, subdimensão 1.1 Espaço Físico Geral do IFRR.

Fonte: Elaborado pela autora.

O Instituto Federal de Roraima integra políticas de Assistência Estudantil descritas na Resolução n.º 066/CONSELHO SUPERIOR, de 14 de fevereiro de 2012¹⁴, e na Resolução n.º 205/CONSELHO SUPERIOR, de 5 de maio de 2015. São realizados editais para que os discentes em situação de vulnerabilidade social possam concorrer a uma vaga na Assistência Estudantil. Após preenchidos os requisitos descritos no edital, os discentes participantes podem ser beneficiados por um, ou pelos dois auxílios existentes: o Auxílio Alimentação e o Auxílio Transporte.

A utilização do restaurante de forma efetiva pode estar indiretamente relacionada ao Auxílio Alimentação, pois o Serviço Social, através da Coordenação de Assistência Estudantil (CAES), concede um “bônus” no restaurante da escola. Mediante apresentação da matrícula, o aluno beneficiado está autorizado a almoçar.

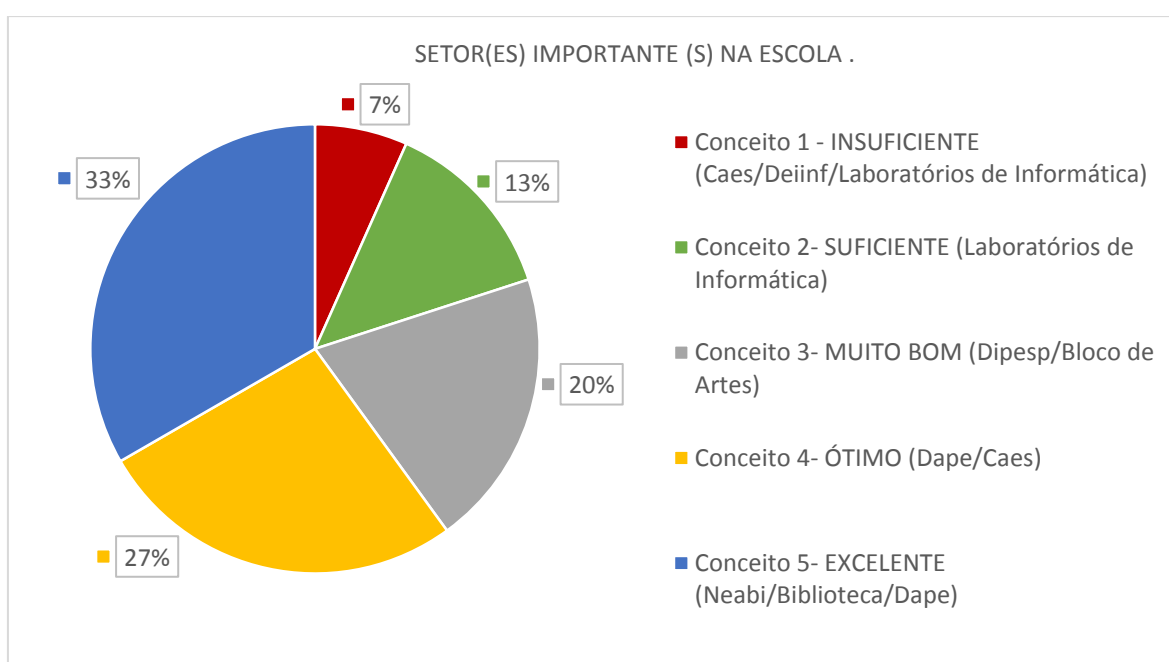


Gráfico 5 – Questão 11 - Categoria I - Aspectos Gerais do Campus Boa Vista – IFRR. Dimensão 1 – Infraestrutura, subdimensão 1.1 Espaço Físico Geral do IFRR.

Fonte: Elaborado pela autora.

Extrai-se do gráfico que os conceitos são elevados na dimensão infraestrutura, destacando-se a biblioteca e o espaço de convivência, com conceito 4 e 5, respectivamente, o que equivale aos conceitos **ÓTIMO** e **EXCELENTE**. A importância de se obter um espaço físico adequado para o estudante também se dá pelo fato de a forma ser integral. Disso se desprende que a instituição de ensino é um local propício para estudo. No caso, a biblioteca é para descanso, o espaço de convivência possibilita ao estudante um local propício para descanso, estudo e lazer. Ciavatta (2012) enfatiza a importância da escola proporcionar instalações adequadas para que ocorra o processo de ensino aprendizagem para os educandos:

¹⁴ Regulamenta a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-IFRR.

A escola não pode estar alheia às necessidades materiais para levar adiante um processo educacional completo, efetivo. Primeiro, as necessidades dos alunos para cumprir um percurso de estudos, em termos de locomoção, de alimentação, de renda mínima para se manter e manter-se na escola; segundo, a existência de instalações que ofereçam laboratórios, biblioteca, ateliês, espaços de lazer, oficinas onde aprender a teoria e a prática das disciplinas e dos projetos em curso (CIAVATTA, 2012, p.100).

Destaca-se de forma positiva que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) Campus Boa Vista possui estrutura física adequada para que ocorra a singularidade defendida por Ciavatta (2012). O autor enfatiza que a escola deve alinhar teoria e prática, proporcionando instalações físicas e estruturais adequadas, com a realização de projetos através da utilização de laboratórios, como foi destacado pelos discentes no Gráfico 5, quando apontaram os conceitos 4 e 5 para os setores da Biblioteca, Departamento de Apoio Pedagógico e Desenvolvimento Curricular (DAPE), Coordenação de Assistência Estudantil (CAES) e Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do Campus Boa Vista (NEABI). Afere-se, pelos discentes pesquisados, que estes setores são salutares e importantes para o seu processo estudantil, pois possuem estrutura física necessária para atendê-los de forma adequada.

6.1.3 Subdimensão 1.2 – Espaço físico específico para atendimento dos alunos do Curso Técnico de Informática.

Sobre a Categoria I. Aspectos Gerais do Campus Boa Vista – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR). Dimensão 1 – Infraestrutura, subdimensão 1.2. Espaço Físico específico para atendimento dos alunos do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio, temos:

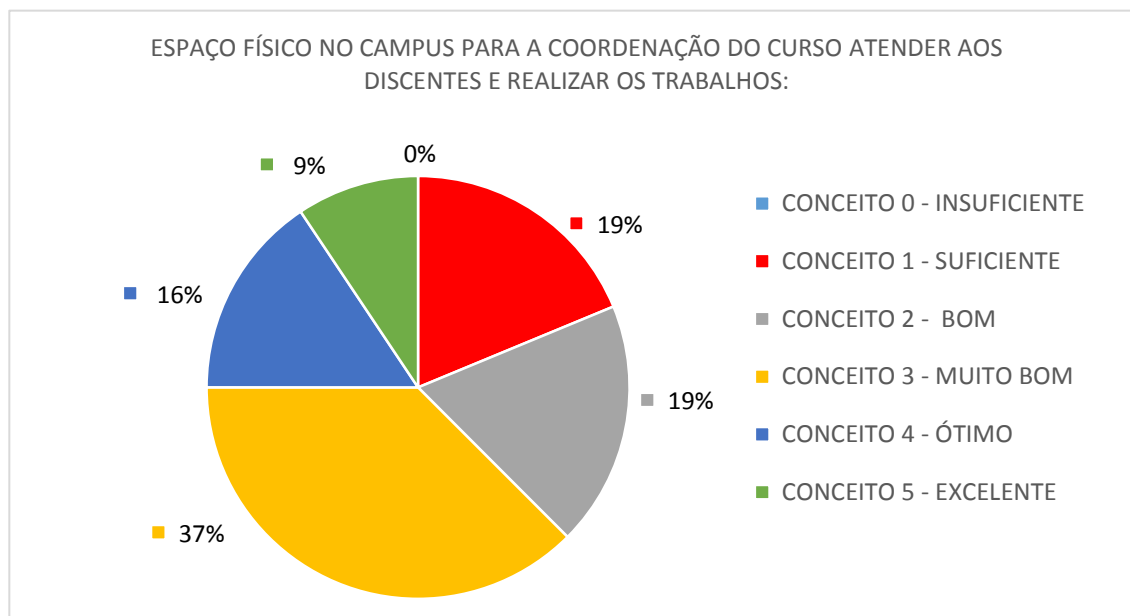


Gráfico 6 – Questão 1 - Categoria I - Aspectos Gerais do Campus Boa Vista – IFRR. Dimensão 1 – Infraestrutura, subdimensão 1.2 Espaço Físico específico para atendimento dos alunos do Curso de Informática.

Fonte: Elaborada pela autora.

A estrutura Física geral do Campus, como já visto, é considerada satisfatória pelos discentes; cabe agora a análise da subdimensão sobre a infraestrutura no que tange ao atendimento específico dos alunos do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio. Ciavatta (2012) ressalta a importância de se obter um ensino integrado que possibilite aos discentes seu desenvolvimento como sujeitos sociais coletivos.

Sobre a análise deste tópico, destaca-se que na Questão 1, que trata sobre a importância de haver um espaço de atendimento da Coordenação de Curso de Informática, na somatória dos conceitos 1 – quando a nota se apresenta como insuficiente e conceito 2 – quando a nota se apresenta como suficiente, o resultado de 37% (trinta e oito por cento) aponta que os alunos estão insatisfeitos com o espaço físico apresentado para atendimento das demandas específicas da Coordenação de Curso.

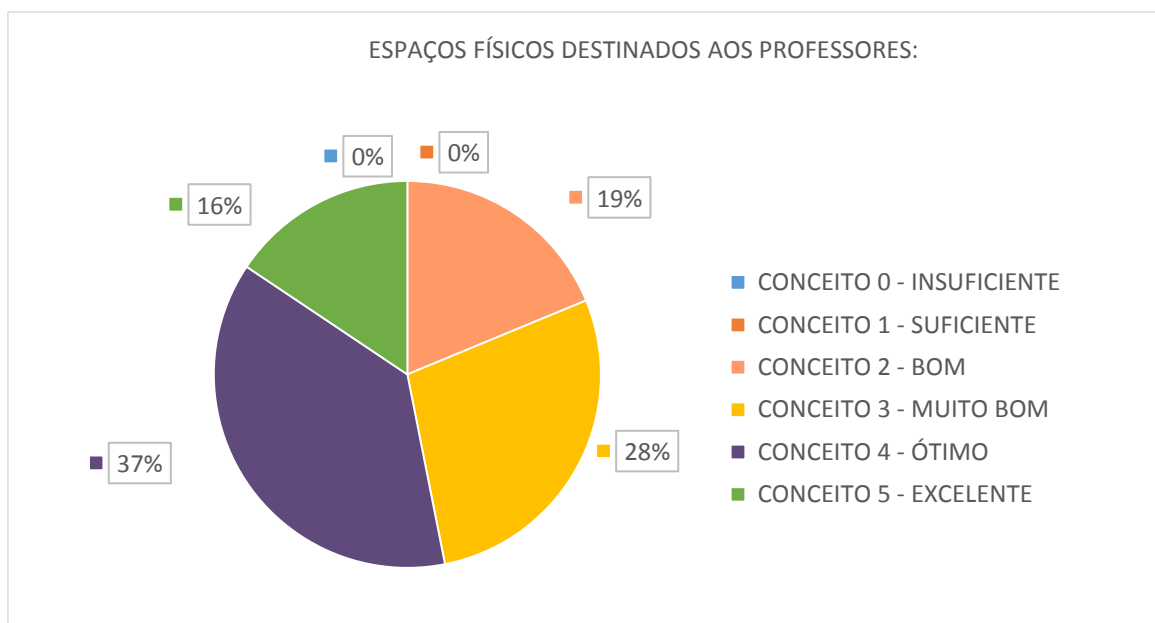


Gráfico 7 – Questão 2 - Categoria I - Aspectos Gerais do Campus Boa Vista – IFRR. Dimensão 1–Infraestrutura, subdimensão 1.2 Espaço Físico específico para atendimento dos alunos do Curso de Informática.

Fonte: Elaborado pela autora.

A questão 2 discorre sobre o espaço físico destinado ao docente, o que nos remete à importância do momento de planejamento:

O planejamento escolar consiste numa atividade de previsão da ação a ser realizada, implicando definição de necessidades a atender, objetivos a atingir dentro das possibilidades, procedimentos e recursos a serem empregados, tempo de execução e formas de avaliação. O processo e o exercício de planejar referem-se a uma antecipação da prática, de modo a prever e programar as ações e os resultados desejados, constituindo-se numa atividade necessária à tomada de decisões.

(...)

No planejamento escolar, o que se planeja são as atividades de ensino e de aprendizagem, fortemente determinadas por uma intencionalidade educativa envolvendo objetivos, valores, atitudes, conteúdos, modos de agir dos educadores que atuam na escola. Em razão disso, o planejamento nunca é apenas individual, é

uma prática de elaboração conjunta dos planos e sua discussão pública (LIBÂNEO, 2008, p.149-150).

O planejamento é de suma importância para o melhor desenvolvimento das aulas, avaliações e projetos interdisciplinares. Ter um espaço físico adequado para que ocorra essa troca de conhecimentos e ideias facilita este processo. Libâneo (2008) realça que o ato de planejar é um processo, e por isso necessita que se haja um diálogo aberto entre os docentes, uma vez que a antecipação da prática a ser organizada através do planejamento proporciona a prevenção de desperdício e improvisação no ato de ensinar.

Sobre este tópico, a opinião dos discentes, expressa através do conceito estabelecido no questionário foi 4 – quando a nota se apresenta como ótimo na avaliação de 37% (trinta e sete por cento) dos participantes da pesquisa. A nota 5- foi declarada por cerca de 16% dos discentes, o que nos leva a compreender que no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) existe um espaço de interação entre os docentes para atendimento aos alunos, salientando a importância de haver esse espaço para sanar dificuldade de aprendizagem e revisão dos processos didáticos.

O diálogo integrador torna-se possível, uma vez que ele é necessário para o desenvolvimento curricular desta modalidade de ensino, como sublinhado por Ramos (2012, p.117):

(...) O currículo integrado organiza o conhecimento e desenvolve o processo de ensino-aprendizagem de forma que os conceitos sejam apreendidos como sistema de relações de uma totalidade concreta que se pretende explicar/compreender.

Esta concepção compreende que as disciplinas escolares são responsáveis por permitir apreender os conhecimentos já construídos em sua especificidade conceitual e histórica; ou seja, como as determinações mais particulares dos fenômenos que, relacionadas entre si, permitem compreendê-los. A interdisciplinaridade, como método, é a reconstituição da totalidade pela relação entre os conceitos originados a partir de distintos recortes da realidade; isto é, dos diversos campos da ciência representados em disciplinas. Isto tem como objetivo possibilitar a compreensão do significado dos conceitos, das razões e dos métodos pelos quais se pode conhecer o real e apropriá-lo em seu potencial para o ser humano.

Os Componentes curriculares presentes na educação integrada ao ensino técnico compreendem aqueles da Área Básica do Conhecimento, indicados como formação geral, como o ensino de componentes curriculares propedêuticos, como Língua Portuguesa, Língua Espanhola, Língua Inglesa, Matemática Geografia, Biologia, História, entre outros; também por componentes curriculares da Área específica da Formação Técnica em Informática, como Banco de Dados, Programação Web e Programação Orientada a Objetos.

Esse currículo integrado, segundo Ramos (2012) deve ultrapassar a aglutinação de saberes e obter uma totalidade de conhecimentos concretos para que o discente seja capaz de compreender a formação técnica como um processo de relacionamento entre si, o que resulta na construção de projetos interdisciplinares como uma das metodologias a serem utilizadas e discutidas nesse espaço de atendimento do docente.

Complementar a atuação disciplinar com a transdisciplinar exige dos docentes a capacidade de passar de uma à outra lógica sempre que necessário. A articulação dos dois sistemas de pensamento são momentos da docência, seja individualmente durante a aula convencional, seja mediante participação em um projeto coletivo. No movimento entre as partes com as outras partes e com o todo vivencia-se a complementaridade dos dois níveis de Realidade sem a suplantação de um sistema por outro (SOMMERMAN, 2014, p. 95).

A interdisciplinaridade no contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) Campus Boa Vista pode ser fortalecida através deste espaço de atendimento do docente e interação entre seus pares. Ramos (2012) e Sommerman (2014) acreditam em um currículo integrado como o ato de desenvolver o processo de ensino-aprendizagem. Os autores acreditam também que os projetos interdisciplinares de uma matriz de um número superior a 15 componentes curriculares podem ser compreendidos como um exercício a ser inserido na prática pedagógica dessa modalidade de ensino.

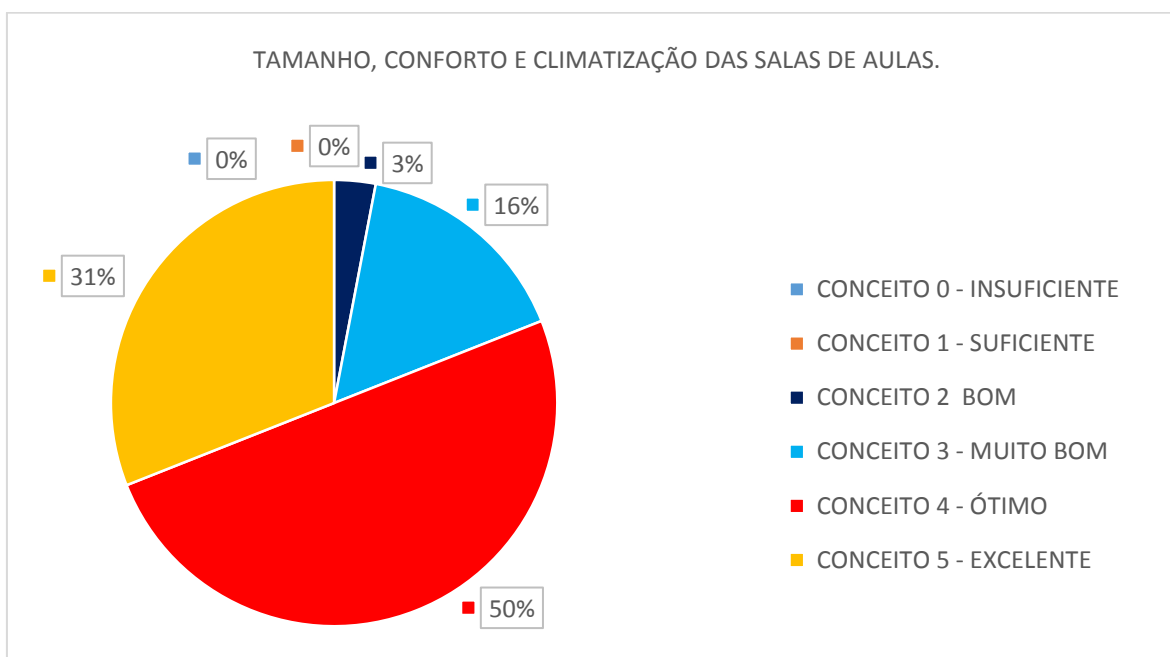


Gráfico 8 – Questão 3 - Categoria I - Aspectos Gerais do Campus Boa Vista – IFRR. Dimensão 1 – Infraestrutura, subdimensão 1.2 Espaço Físico específico para atendimento dos alunos do Curso de Informática.

Fonte: Elaborado pela autora.

Em continuidade à subdimensão 1.2, a questão 3 evidencia o conforto e climatização das salas de aula. Vale lembrar o que preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013) quanto a esta questão: “As instituições educacionais devem comprovar a existência das necessárias instalações e equipamentos na mesma instituição ou em instituição distinta cedida por terceiros, com viabilidade de uso devidamente comprovada” (BRASIL, 2013, p. 233).

Nesta perspectiva, os participantes da pesquisa apontaram os maiores índices conceituais, com conceito 5 de 50% (cinquenta por cento) que evidencia quando a nota se apresentar como ótima, e em relação ao conceito 4 de 31% (trinta e um por cento), quando a nota se apresentar como excelente, totalizando 81% (oitenta e um por cento). Compreende-se através destes dados gráficos que a instituição de ensino proporciona aos discentes uma boa estrutura logística para que ocorra a aprendizagem, ou seja, *a escola supriu as necessidades dos alunos para cumprir um percurso de estudos*, segundo Ciavatta (2012).

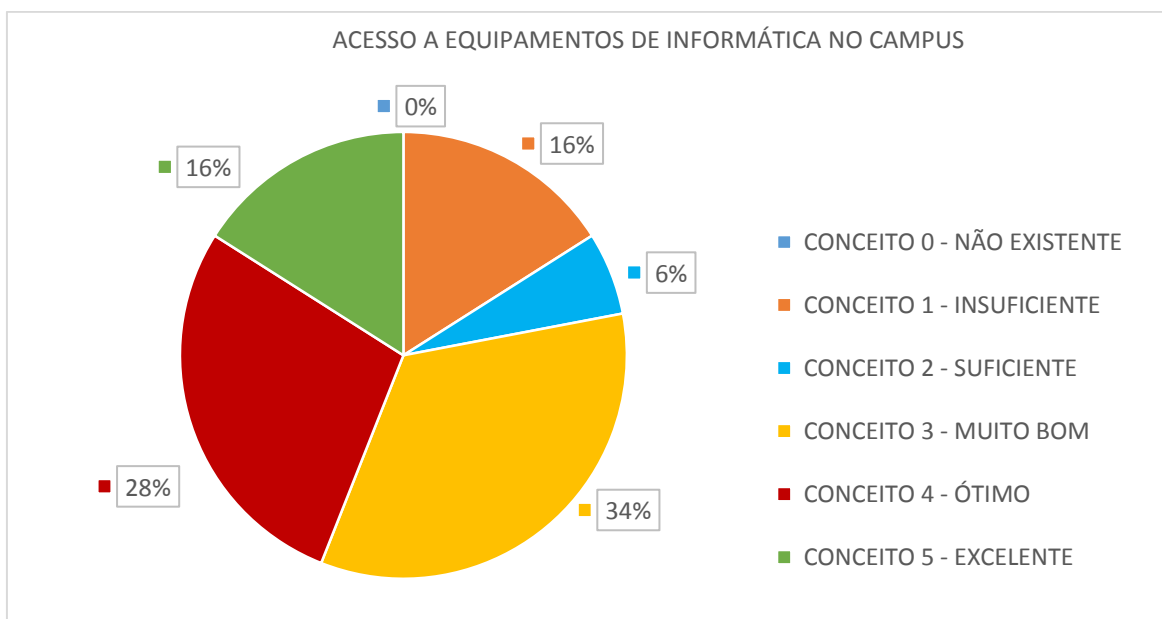


Gráfico 9 – Questão 4 - Categoria I - Aspectos Gerais do Campus Boa Vista – IFRR. Dimensão 1 – Infraestrutura, subdimensão 1.2 Espaço Físico específico para atendimento dos alunos do Curso de Informática.

Fonte: Elaborado pela autora.

Em sequência à subdimensão 1.2, percebe-se que um aspecto relevante da pesquisa foi desenhado na questão 4, onde se questiona dos estudantes sobre o acesso a equipamentos de informática, uma vez que esse quesito é de suma importância para a formação como Técnico em Informática. Nesta ótica relacional entre teoria e prática, Paulo Freire ressalta que:

(...) É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática. O seu “distanciamento” epistemológico da prática enquanto objeto de sua análise deve dela “aproximá-lo” ao máximo. Quanto melhor faça esta operação tanto mais inteligência ganha da prática em análise e maior comunicabilidade exerce em torno da superação da ingenuidade pela rigorosidade. Por outro lado, quanto mais me assumo como estou sendo e percebo as razões de ser de porque estou sendo assim, mais me torno capaz de mudar, de promover-me, no caso, do estado de curiosidade ingênua para o de curiosidade epistemológica (FREIRE, 1996, p. 39).

A formação integrada sugere, segundo Sommerman (2014), que a modalidade de ensino técnico como sendo integrado é composta por atividades que geralmente não se integram. Por este motivo, torna-se um desafio para os docentes. Uma das soluções apontadas pela autora para sanar este problema rumo ao atendimento desse desafio educacional seria a utilização de projetos e o estudo de campo.

Essas concepções aportam na formação técnica integrada ao médio, onde a prática exercida nos laboratórios é de suma importância. O discurso teórico apontado por Freire (1996) exercido em sala de aula por intermédio dos componentes propedêuticos e dos específicos da área de informática faz-se necessário para a prática, ou seja, é preciso adquirir os conhecimentos teóricos para que o aluno possa se enxergar como agente de mudança através dos conhecimentos a serem complementados na prática.

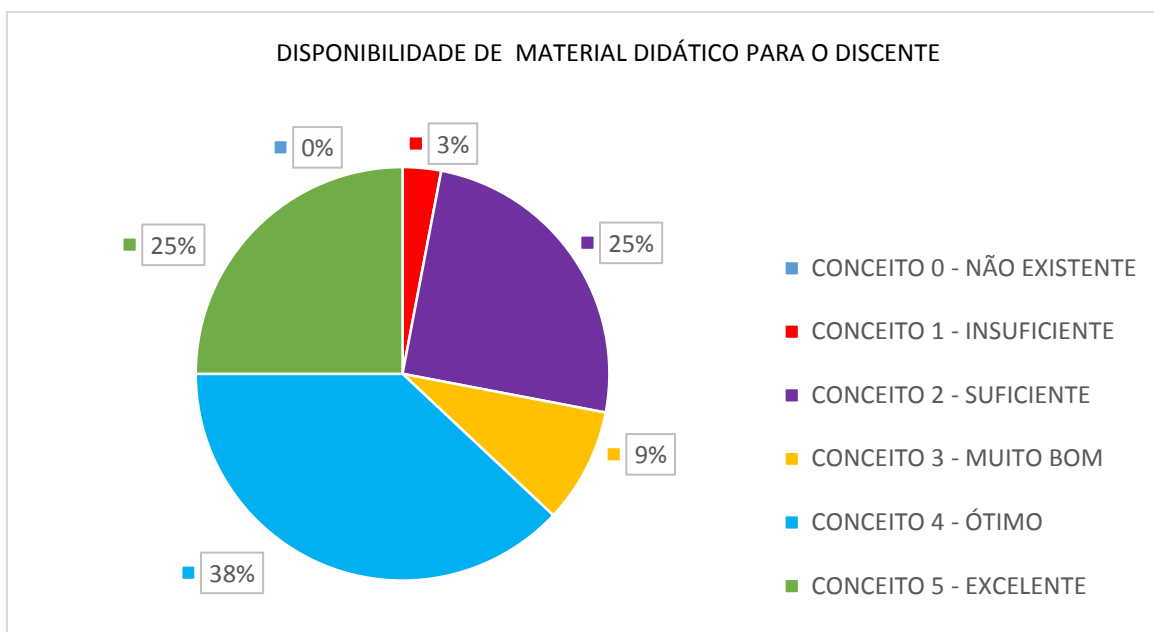


Gráfico 10 – Questão 6 - Categoria I - Aspectos Gerais do Campus Boa Vista – IFRR. Dimensão 1 – Infraestrutura, subdimensão 1.2 Espaço Físico específico para atendimento dos alunos do Curso de Informática.

Fonte: Elaborado pela autora.

Como fechamento da Categoria I, Dimensão 1 que descreve sobre a infraestrutura, subdimensão 1.2 sobre o Espaço Físico Específico para atendimento dos discentes do Curso Técnico de Informática Integrado ao Médio, refletiremos sobre a disponibilidade de materiais didáticos como instrumentos facilitadores no processo de ensino-aprendizagem e aperfeiçoamento da formação técnica, como: livros didáticos, computadores ou quaisquer que sejam os instrumentos que o Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio possa exigir como complementação da formação obrigatória do Plano de Curso para alcançar os objetivos do Perfil do egresso.

Sobre este item os participantes da pesquisa apresentaram resultados elevados, com os conceitos 4 e 5- **ÓTIMO** e **EXCELENTE**, respectivamente; o primeiro com 38% (trinta e oito por cento) e o segundo com 25% (vinte e cinco por cento), totalizando 63% (sessenta e três por cento), porcentagem acima da metade dos pesquisados, o que aponta um índice elevado de satisfação dos discentes com a oferta de materiais didáticos específicos para o desenvolvimento do curso.

Em todas as modalidades de cursos de Educação Profissional e Tecnológica as instituições educacionais devem adotar a *flexibilidade*, a *interdisciplinaridade*, a *contextualização* e a *atualização permanente* de seus cursos, currículos e programas, bem como garantir a identidade, a utilidade e a clareza na *identificação dos perfis profissionais de conclusão* dos seus cursos, programas e correspondentes organizações curriculares. Estas devem ser concebidas de modo a possibilitar a construção de itinerários formativos que propiciem aos seus concluintes contínuos e articulados aproveitamentos em estudos posteriores (BRASIL, 2013. p. 242).

Como análise desta Categoria I, a possibilidade de construção do conhecimento através de um currículo flexível, de projetos interdisciplinares e de constante atualização da instituição em proporcionar um ambiente logístico propício para que os processos educacionais aconteçam, constatamos que a análise foi positiva, pois o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), Campus Boa Vista conta com espaços

específicos, como laboratórios de informática que viabilizam a prática do educando, atuando em processo de complementação entre teoria e prática; espaço de atendimento da Coordenação de Curso para recebimento de demandas didático-pedagógicas ou administrativas; e espaço para planejamento e construção de projetos de ensino para os docentes.

Considerando que a infraestrutura possui um papel necessário para a oferta da modalidade de Ensino Técnico Integrado ao Médio, como destacado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN/2013), e que para a oferta do Curso a instituição precisa preencher os pré-requisitos básicos para funcionamento do curso, compreende-se que no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) , Campus Boa Vista os conceitos de quatro questões de um total de cinco que compuseram esta dimensão atingiram conceitos elevados de 4 e 5, o que remete à compreensão de que em relação à Infraestrutura o Campus Boa Vista intercala entre Ótimo e Excelente. Destaca-se que além da Infraestrutura, um dos aspectos primordiais para o desenvolvimento do Ensino Técnico Integrado ao Médio são as correlações didático-pedagógicas deste fazer flexível, interdisciplinar, contextualizado e atualizado que engloba o ensino integral. Sobre esta Dimensão discutiremos a seguir.

6.1.4 Categoria II – Aspectos específicos do Curso de Informática (Dimensão 2: Didático-Pedagógica).

Esta categoria refere-se à dimensão didático-pedagógica que o Curso Técnico de Informática proporciona aos participantes da pesquisa na perspectiva do discente. Como retratado nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN/2013), o ensino integrado tem como eixo norteador a flexibilização do currículo para que se possa atingir os objetivos do perfil do egresso, metas descritas sob a orientação e formação profissional e dos embasamentos legais sobre o ensino médio e educação profissionalizante, como a Lei n.º 5.154/2004, Lei n.º 9.394/1996 e modificações recentes na legislação brasileira, antes como Medida Provisória n.º 746/2016, e posteriormente sancionada a Lei n.º 13.415/2017.

(...) com a aprovação do Decreto n.º 5.154/2004 (BRASIL, 2004) que regulamenta o §2 do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n.º 9.394/96 (BRASIL, 1996), a integração dos saberes se tornou uma questão premente, desafiando os educadores que, desde diversos enfoques teóricos, passaram a tentar organizar os currículos de modo que refletissem os postulados da integração.

O Parecer CNE/CEB Nº 5/2011 (BRASIL, 2011), que trata das *Diretrizes Nacionais para o Ensino Médio*, reconhece a necessidade de se rediscutir as formas de organização de saberes, colocando em pauta a superação da dualidade estrutural entre o propedêutico e o profissional. O Parecer propõe atividades integradoras, a serem trabalhadas com metodologias que favoreçam a visão integrada, globalizada dos fenômenos (SOMMERMAN, 2014, p.71-72).

Sob a ótica da educação profissional, as legislações enfocam a formação técnica para o mercado de trabalho e o currículo integrado voltado para atividades integradoras e inovadoras. Como o discente do Curso Técnico de Informática e preceptor da forma integral em seu Campus Boa Vista, com oferta em 3 anos no turno diurno, onde desenvolvia-se uma matriz curricular abrangendo a Base Nacional Comum e a Formação Técnica específica da área de Tecnologia da Informação via-se no processo de adaptação do meio escolar, adaptação enquanto estudante de ensino regular e, agora discente do ensino médio integrado ao técnico?

Como elucidado por Moll (2010), Ramos (2012), Ciavatta (2012) e Sommerman (2014), considerando o Curso Técnico de Informática integrante deste processo inovador de ensino integrado na forma integral, esta Categoria II busca sinalizar a perspectiva discente ao longo do desenvolvimento do curso. Sendo este aluno concludente do mesmo

Para o melhor entendimento destes aspectos, o subitem 2.1 Aspectos Gerais do Curso de Informática organiza-se sob o amparo dos seguintes temas: políticas institucionais, objetivos do curso, perfil profissional, estágio curricular, programa de apoio ao discente, laboratórios de informática (Software, Hardware e de Redes). O subitem 2.2 Aspectos Didáticos do Curso de Informática fragmenta-se nos temas: desenvolvimento curricular, usos de novas tecnologias no processo de ensino-aprendizagem e avaliação. O subitem 2.3 Aspectos pedagógicos do Curso de Informática, ramifica-se nos temas: projeto pedagógico, estrutura curricular, atividades pedagógicas de apoio e recuperação, relação professor-aluno, e continuidade de formação na área de tecnologia da informação no Curso Superior em Gestão de Análise de Sistemas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR). E, por fim, o subitem 2.4 abrange as considerações dos participantes da pesquisa sobre o Curso Técnico de Informática no que tange aos aspectos favoráveis e desfavoráveis.

6.1.4.1 Subdimensão 2.1 – Aspectos gerais do Curso de Informática.

Esta subdimensão apresenta os aspectos gerais do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio, e identifica-se por intermédio das políticas institucionais, objetivos do Curso de Informática, Perfil Profissional, Estágio Curricular, Programa de Apoio ao discente, Laboratórios de Software, manutenção e de redes de computadores.

Para o melhor entendimento das discussões sobre a perspectiva dos participantes da pesquisa sobre os eixos acima supracitados, cada temática será desenvolvida de forma separada, sendo todas pertencentes à mesma subdimensão.

Sobre a Categoria II Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.1. Aspectos Gerais do Curso de Informática, tema Políticas Institucionais, temos:

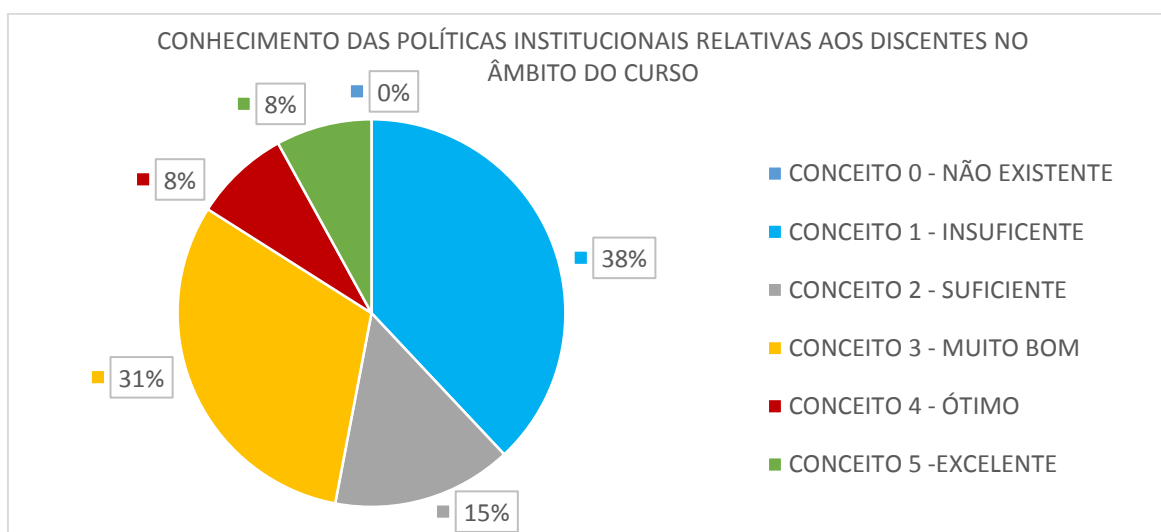


Gráfico 11 – Questão 2 - Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático - Pedagógico, subdimensão 2.1 Aspectos Gerais do Curso de Informática.

Fonte: Elaborado pela autora

Na questão 2 os participantes da pesquisa ressaltaram que conhecem as políticas institucionais, porém com conceito 1, quando a nota se apresenta como **INSUFICIENTE**, com 38% (trinta e oito por cento) dos discentes; 15% (quinze por cento) optaram pelo conceito 2, quando a nota se apresenta como **SUFICIENTE**; ambos totalizam 53% (cinquenta e três por cento) dos participantes, ou seja, mais da metade dos discentes conhece de forma mínima as políticas institucionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) do Campus Boa Vista e do seu curso.

As políticas institucionais existentes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), Campus Boa Vista são: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/2014), Regimento Geral (2014) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), Organização Didática (OD/2012) e Plano de Curso de Informática. Vale ressaltar que existem políticas de Assistência Estudantil que promovem ações através de edital para ofertar Auxílio Alimentação e Auxílio Transporte para os discentes que se encontram em vulnerabilidade social.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/2014) é o documento institucional que norteia as ações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) nos aspectos político, social e filosófico, assim como orienta quanto à estrutura organizacional e descreve em suas vertentes o perfil institucional, projeto pedagógico institucional, corpo docente, corpo técnico-administrativo, corpo estudantil, organização administrativa, autoavaliação institucional, infraestrutura física, atendimento às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida e demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeira.

Os setores de atividades fim e meio do IFRR atuam de forma integrada para garantir acesso democrático e permanência com qualidade a todos os seus estudantes. Neste sentido, adotam programas de apoio sempre baseados em indicadores que garantam a qualidade da formação (PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - IFRR, 2014, p.188).

A abrangência do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) foi do ano de 2014 até o ano de 2018. Este documento é de suma importância para o conhecimento dos discentes quanto ao corpo estudantil, pois se pronuncia sobre as políticas de atendimento aos estudantes, programas de apoio pedagógico e financeiro, auxílio transporte, estímulo à permanência e organização estudantil. Em continuidade aos documentos, no âmbito do instituto ainda se apresenta o Regimento Geral (2014), conforme os artigos 1 e 2:

Este Regimento Geral constitui-se de um conjunto de normas que completam as disposições estatutárias e tem por finalidade disciplinar o funcionamento do IFRR e suas instâncias administrativo, financeira e patrimonial e pedagógica em observância à legislação em vigor.

Este regimento geral tem por objetivo ordenar e disciplinar o funcionamento das atividades comuns aos vários órgãos e serviços que compõem a estrutura organizacional do IFRR, visando racionalizar as ações institucionais na condução dos processos e nas tomadas de decisões (REGIMENTO INTERNO IFRR, 2014, p.7).

Este documento contém uma visão macro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), e apresenta sua estrutura organizacional: seus órgãos executivos, compostos pela Reitoria e Pró-Reitorias, englobando os aspectos administrativos do instituto, como a estrutura organizacional das unidades de ensino, pesquisa e extensão, dos atos administrativos, do regimento acadêmico, da comunidade acadêmica e do regimento disciplinar.

Em observância à análise dos documentos institucionais, também torna-se salutar para a vida acadêmica do estudante obter conhecimentos sobre a Organização Didática (OD/2012), em especial os artigos 172 e 173:

O corpo discente é constituído por todos os discentes e acadêmicos regularmente matriculados no IFRR.

A vida escolar e acadêmica do corpo discente do IFRR será organizada e orientada segundo as determinações deste documento (ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA – IFRR, 2012, p. 57).

Diferentemente do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/2014) e do Regimentos Geral (2014), a Organização Didática (OD/2012) é composta de temáticas voltadas para o cotidiano escolar, onde o discente pode obter informações sobre recuperação, dependência, avaliação, atividades externas, seus direitos e deveres, planejamento de ensino, calendário acadêmico, entre outros temas relevantes para seu desenvolvimento acadêmico, bem como esclarecimentos sobre os aspectos didático-pedagógicos que norteiam o ensino médio integrado.

Segundo a Resolução CNE/CEB n.º 6/2012, o Curso Técnico Profissionalizante precisa estabelecer:

O currículo, consubstanciado no plano de curso no princípio do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, é prerrogativa e responsabilidade de cada instituição educacional, nos termos de seu projeto político-pedagógico, observada a legislação e o disposto nestas Diretrizes e no Catálogo Nacional de Curso Técnicos.

As instituições de ensino devem formular, coletivamente e participativamente, nos termos dos arts. 12, 13, 14 e 15 da LDB, seus projetos político-pedagógicos e planos de curso (RESOLUÇÃO n.º 6 CNE/CEB, 2012, arts.15 e 16).

Neste contexto, o projeto pedagógico do Curso de Informática identifica o curso, contextualizando as demandas regionais em ascensão a serem preenchidas pela necessidade do mercado de trabalho por esses profissionais formados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR). O perfil profissional do egresso tem foco no desenvolvimento de sistemas, e para que se alcance esse objetivo o Plano de Curso de Informática (PCC) apresenta a matriz curricular a ser desenvolvida, embasada no eixo tecnológico de informação e comunicação.

A falta de conhecimento sobre as políticas institucionais evidenciadas no Gráfico 11, onde os conceitos 1 e 2 foram apontados pelos participantes da pesquisa, distancia a participação da comunidade escolar como um todo nessa construção coletiva frisada pela Resolução CNE/CEB N° 6/2012 e fragiliza o acompanhamento do perfil do egresso concomitantemente ao desenvolvimento dos componentes curriculares propostos na matriz.

Sobre a Categoria II Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.1. Aspectos Gerais do Curso de Informática, tema Objetivos do Curso, temos:

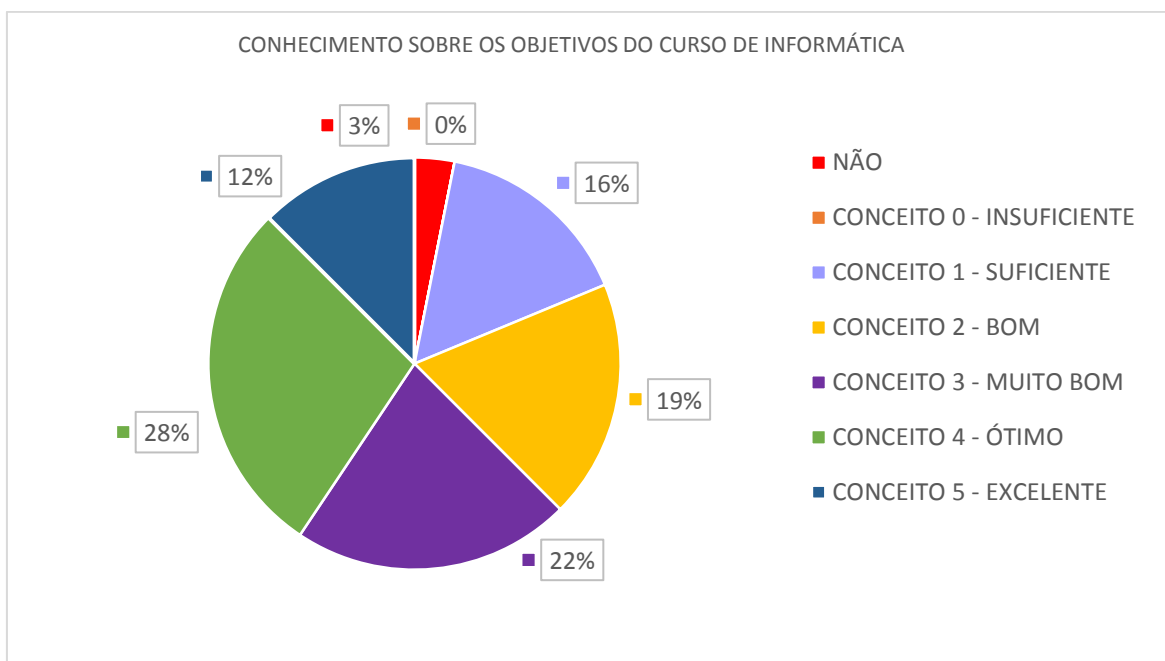


Gráfico 12 – Questão 3 - Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático - Pedagógico, subdimensão 2.1 Aspectos Gerais do Curso de Informática.

Fonte: Elaborado pela autora.

Na questão 3 os participantes da pesquisa intercalaram entre os conceitos 4 e 5, num total de 40% (quarenta por cento) que destacaram que conhecem os objetivos do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio, o que demonstra clareza sobre o desenvolvimento do perfil de conclusão do curso, definido pela explicitação dos conhecimentos, saberes e competências profissionais requeridos pela natureza do trabalho.

O objetivo geral do Curso de Informática registrado no Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio (PCC/2017) assim se explicita:

O Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – *Campus* Boa Vista visa formar técnicos de nível médio na área de Informática, oferecendo, para tanto, em ambiente atrativo e integrador, formação que permita o acesso, a permanência e o sucesso no aprendizado, por meio da construção coletiva do conhecimento e do fomento ao espírito crítico, à autonomia, à emancipação, à pro atividade e à pesquisa, reconhecendo trajetórias sócio-histórico-culturais, de maneira que os estudantes possam se situar criticamente no mundo e em suas relações, refletir sobre seus itinerários formativos e promover seus projetos de vida e ainda proporcionar ao educando uma formação geral como última etapa da educação básica, garantindo também uma habilitação profissional de nível técnico em informática, com domínio das competências e habilidades necessárias ao exercício profissional, para desenvolver e operar sistemas de computadores, que estejam sempre atentos às novas linguagens e tecnologias emergentes, com capacidade de articular e mobilizar conhecimentos, que possuam valores e emoções para atender com eficiência e eficácia aos novos requerimentos da prática social e da vida profissional, dando respostas originais e criativas aos novos desafios do mundo do trabalho, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico (PLANO DE CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA INTEGRADO AO MÉDIO, 2017, p. 16).

O objetivo geral do curso destaca a ênfase na formação em desenvolvimento de sistemas aliados às novas linguagens e tecnologias emergentes, através da abordagem pedagógica de competências e habilidades, capacitando o egresso para o mundo do trabalho em uma perspectiva ética, autônoma e crítica. Vale destacar a ressalva no objetivo geral do curso em proporcionar um ambiente de aprendizado integrador de acordo com as políticas de permanência. A integração e flexibilização do currículo se faz presente no objetivo geral como foco metodológico.

Sobre a Categoria II Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.1. Aspectos Gerais do Curso de Informática, tema Perfil Profissional, temos:

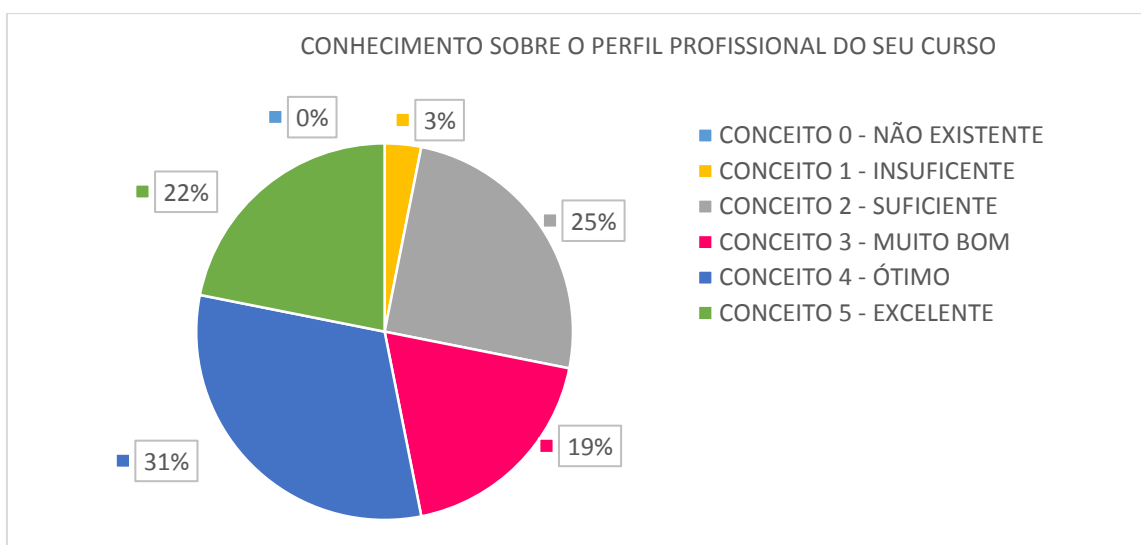


Gráfico 13 – Questão 4 - Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático - Pedagógico, subdimensão 2.1 Aspectos Gerais do Curso de Informática.

Fonte: Elaborado pela autora.

O destaque na questão 4 é que 100% (cem por cento) dos participantes da pesquisa afirmaram conhecer o Perfil Profissional do Curso de Informática, ou seja, conhecem com clareza as características a serem desencadeadas ao longo de sua formação. O conceito para o nível de conhecimento sobre o Perfil foi- 4 quando a nota equivale a **ÓTIMO**, com 31% (trinta e um por cento), e 5 quando equivale a **EXCELENTE**, com 22% (vinte e dois por cento); somados, equivalem a 53% (cinquenta e três por cento) dos discentes. Mas, qual a importância do conhecimento desse perfil para o educando? Sobre o Perfil Profissional do Curso, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN/2013), destacam:

O planejamento curricular da Educação Profissional e Tecnológica fundamenta-se no compromisso ético da instituição educacional que oferece cursos e programas de Educação Profissional e Tecnológica em relação à concretização do perfil de conclusão do curso, definido pela explicação dos conhecimentos, saberes e competências profissionais requeridos pela natureza do trabalho. Para isso, o perfil deve ser definido a partir da análise dos atributos que compõem as diferentes profissões, ou grupos de ocupações afins de um processo ou atividade produtiva, no âmbito dos respectivos eixos tecnológicos estruturantes dos itinerários formativos planejados para oferta de cursos e programas. Essas propostas educativas devem atender às demandas dos sujeitos, da sociedade e do mundo do trabalho, além de

levar em conta as condições e exigências locais e regionais, bem como a vocação e a capacidade de atendimento da instituição.

Na definição do perfil profissional de conclusão do egresso, devem-se considerar conhecimentos, saberes e competência profissionais:

- a) Gerais requeridas para o trabalho, em termos de preparação básica, objeto prioritário do Ensino Médio, enquanto etapa de consolidação da Educação Básica;
- b) Comuns a um determinado segmento profissional do eixo tecnológico estruturante, no qual se enquadra a habilitação profissional em questão;
- c) Específicas de cada habilitação profissional (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2013, p. 243).

O ensino, com amparo na Educação Profissional e Tecnológica, atua como delineador das propostas curriculares, sendo o planejamento desse currículo voltado para a formação e aperfeiçoamento da habilitação profissional em informática. Esse preparo para o trabalho enfatizado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN/2013) e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) através da Resolução CNE/CEB N.º 6/2012 encontra-se pautado pelas diferentes formas com que esta modalidade de ensino se apresenta, assim como sua interseção com o crescimento tecnológico e aquisição de competências.

O Perfil Profissional precisa contemplar, segundo a Resolução CNE/CEB n.º 6/2012, uma identidade característica de cada curso e habilitação, e especificidade, no caso, sobre o eixo norteador comunicação e informação, e para isso necessita *ter conhecimentos, competências, saberes profissionais a fim de desenvolver tecnologicamente e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais*. Esses saberes são estruturados através da matriz curricular, que, segundo sugestões presentes nas referências de Moll (2010), Sommerman (2014), Frigotto (2012), Ciavatta (2012) e Ramos (2012) a melhor maneira de se obter um ensino integrado é desenvolver a interação do ser humano dividido historicamente. A articulação com a integração dos variados componentes curriculares em um único objetivo de ensino, que seria a formação profissional do educando por intermédio de um pensamento crítico da sociedade na qual ele está inserido. Em meio a esse contexto legal, qual o Perfil Profissional do Curso Técnico de Informática Integrado ao Médio?

(...)

Ao final de sua formação, o profissional Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, na forma integral, deverá mostrar um perfil que lhe possibilite atuar dentro de atividades ligadas à área de informática. O Técnico de Nível Médio em Informática Integrado ao Ensino Médio, formado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – Campus Boa Vista, deverá conhecer sua função, tendo conhecimentos integrados sobre os fundamentos do trabalho, da ciência e da inovação tecnológica, com senso crítico e postura ética. Esse profissional deverá desenvolver programas de computador, seguindo as especificações e paradigmas da lógica de programação e das linguagens de programação, utilizar ambientes de desenvolvimentos de sistemas, sistemas operacionais e banco de dados. Além disso, deverá ser um profissional/cidadão com uma sólida formação integrada, abrangendo os domínios das técnicas, tecnologias e dos conhecimentos científicos inerentes à mesma e ainda apresentar facilidade de relacionamento interpessoal, iniciativa e espírito empreendedor, trabalhar em equipe, trabalhar com responsabilidade social e em consonância com o Código de Ética Profissional (...) (PLANO DE CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA INTEGRADO AO MÉDIO, 2017, p. 20).

Segundo o Ministério da Educação (MEC/2013), o Perfil Profissional do Curso deve ter início no planejamento curricular, tendo sua concretização em saberes e competências refletidos através de sua matriz curricular e ementas, e o perfil deve ser base principal dos seguintes aspectos: segmento geral, segmento profissional do eixo tecnológico estruturante e

segmentos específicos da habilitação profissional. Neste sentido, o Plano do Curso Técnico de Informática Integrado ao Médio obtém seus aspectos gerais em atendimento à integração para a formação técnica embasada nos fundamentos de trabalho, como citado nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN/2013) quando afirma que o mundo do trabalho é uma referência para a Educação Profissional. Desse modo, o Perfil do Curso Técnico de Informática Integrado ao Médio procura suscitar, através de seus aspectos do segmento profissional do eixo tecnológico estruturante, que o egresso possa apreender as competências e habilidades necessárias para desenvolver programas de computadores, sistemas operacionais e banco de dados.

Sobre os aspectos específicos da habilitação profissional, como presente no Plano de Curso Técnico em Informática Integrado ao Médio (PCC/2017), o perfil busca desenvolver um profissional crítico, a fim de propor mudanças e melhorias político-sociais através do conhecimento técnico-científico adquirido no curso, por intermédio de linguagens e códigos de computadores para a criação de aplicativos, banco de dados, entre outros. A compreensão deste conluente visa à relação entre teoria e prática, assim como a integralização ocorrida entre os componentes curriculares para fortalecer sua formação profissionalizante, tendo iniciativa para o espírito empreendedor.

Sobre a Categoria II Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.1. Aspectos Gerais do Curso de Informática, tema Estágio Curricular, temos:

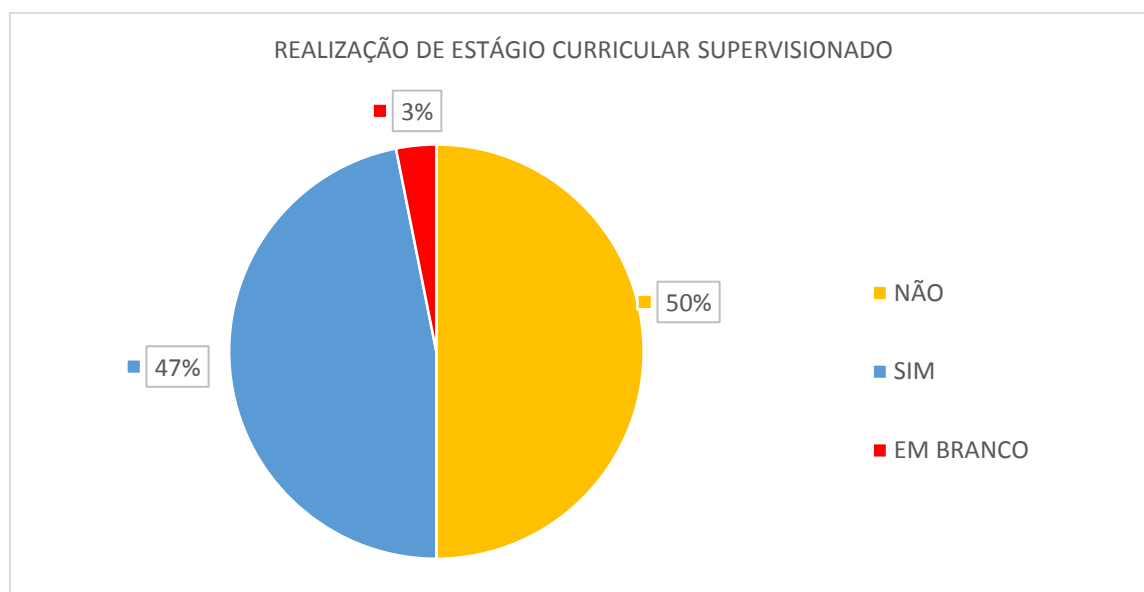


Gráfico 14 – Questão 8 - Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático - Pedagógico, subdimensão 2.1 Aspectos Gerais do Curso de Informática.

Fonte: Elaborado pela autora.

Na questão 8, os participantes da pesquisa assinalaram que 50% (cinquenta por cento) não realizaram o estágio curricular supervisionado, e 47% (quarenta e sete por cento) já haviam realizado o estágio.

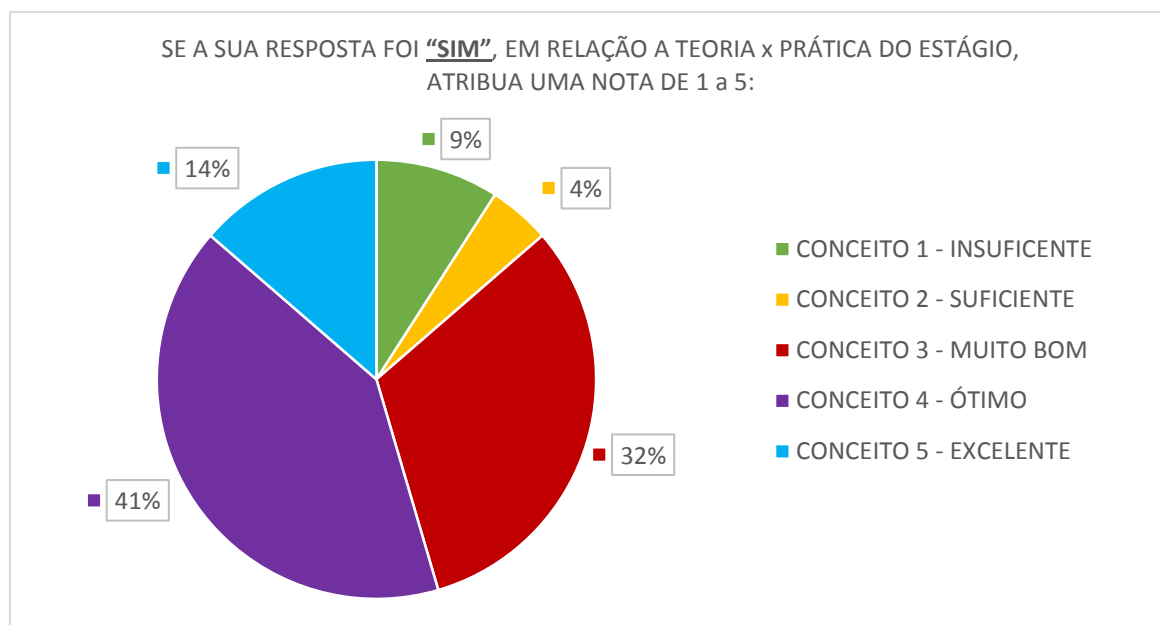


Gráfico 15 – Questão 8 – (Conceito) Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático - Pedagógico, subdimensão 2.1 Aspectos Gerais do Curso de Informática.

Fonte: Elaborado pela autora.

Em continuação à análise, tendo como base o percentual de 47 % (quarenta e sete por cento) dos discentes que já realizaram o estágio, constatamos que 14% (catorze por cento) atribuíram o conceito 5 – quando a nota se apresenta como **EXCELENTE**, 41% (quarenta e um por cento) atribuíram o conceito 4 – equivalente a **ÓTIMO**; ambos somados totalizam 55% (cinquenta e cinco por cento) dos participantes que realizaram o estágio curricular supervisionado e aprovaram a relação entre teoria x prática vivenciada no estágio, ratificando assim o que preconiza a Resolução CNE/CEB Nº 6/2012 em seu artigo 6º , inciso VI – “*indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino – aprendizagem.*”

A Lei do Estágio de Estudantes n.º 11.788/2008 realça que o “*estágio é um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho produtivo de educandos*”, sendo este previsto e integrado no Plano de Curso da escola; as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN/2013) apontam que o “*estágio precisa visar à contextualização curricular a ao desenvolvimento de saberes próprios de atividade profissional e para a vida cidadã*”. Sobre esse objetivo, O Plano de Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio (PCC) aponta que:

A experiência da prática do trabalho permite o crescimento pessoal, não só por uma questão financeira, mas também no que se refere à qualificação profissional, visando o desenvolvimento de atributos fundamentais para a inserção de qualquer cidadão no mercado de trabalho, tais como: boa comunicação, proatividade, ética, honestidade, pontualidade, integridade, *know-how*, entre outras. Considerando a importância da prática profissional como elo entre os conhecimentos adquiridos em sala de aula e a formação do discente, o Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio propõe uma formação sólida para a atividade laboral nestas áreas, propiciando momentos de prática profissional ao longo do curso por meio do Estágio Curricular.

(...)

O Estágio Curricular deve articular a formação teórica com a vivência profissional, confrontando situações concretas e próprias do espaço profissional do Técnico em Informática com a construção do conhecimento profissional através dos processos de ensino, pesquisa e extensão, oportunizando reflexões e revisões de conceitos e

novas tecnologias construídas pelo aluno durante sua formação acadêmica (PLANO DE CURSO EM INFORMÁTICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO, 2017, p. 146 e 174).

Extrai-se, com base no elevado índice conceitual dos participantes da pesquisa, que o enfoque supracitado no Plano de Curso de Informática (PCC/2017) e a relação teoria e prática presente como requisito na legislação do estágio, assim como nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN/2013), foi alcançado; os discentes apreenderam a teoria e prática de laboratório no IFRR e puderam desenvolver os conhecimentos adquiridos através dos desafios cotidianos na área de tecnologia de informação, culminando com a articulação entre a formação teórica com a vivência profissional vislumbrada no Plano de Curso de Informática (PCC/2017).

Sobre a Categoria II Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.1. Aspectos Gerais do Curso de Informática, tema Programa de Apoio ao Discente, temos:

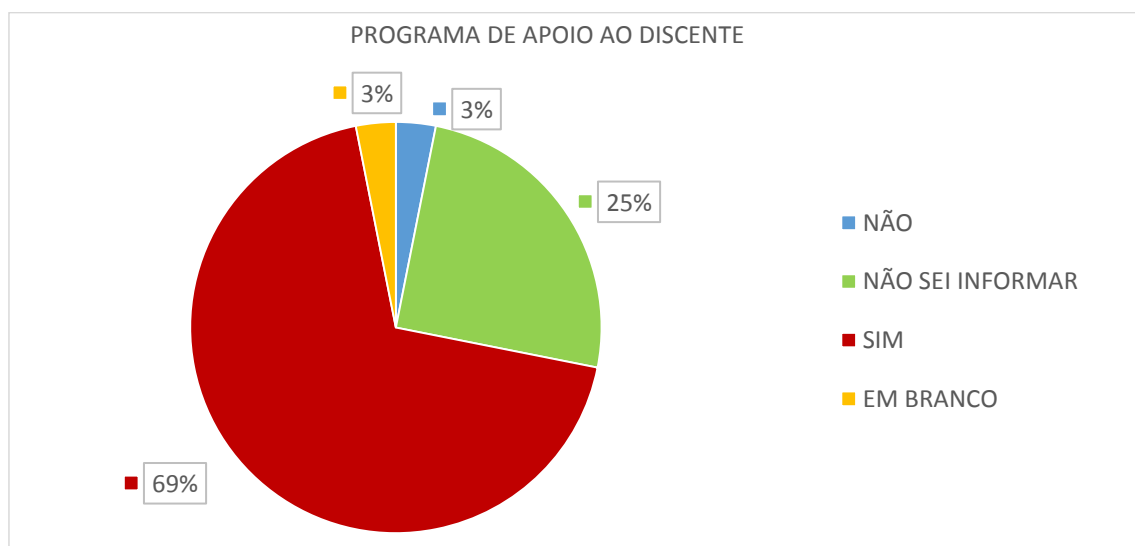


Gráfico 16 – Questão 9- Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático - Pedagógico, subdimensão 2.1 Aspectos Gerais do Curso de Informática.

Fonte: Elaborado pela autora.

Na questão 9, que versa sobre os Programas de Apoio ao Discente, a grande maioria dos participantes da pesquisa, com 69% (sessenta e nove por cento) afirmou que o Instituto Federal de Educação, Ciência, e Tecnologia de Roraima (IFRR) possui Programas de Apoio ao Discente; 25% (vinte e cinco por cento) não souberam informar; 3% (três por cento) afirmaram que o IFRR não possui; e 3% (três por cento) dos participantes deixaram em branco. Considerando as afirmativas, percebe-se que um número superior à metade dos discentes tem conhecimento da existência dos Programas no contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência, e Tecnologia de Roraima (IFRR) Campus Boa Vista. Mas qual a importância desses Programas no IFRR? Quais as políticas nacionais e institucionais existentes para a execução do mesmo?

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB/1996) evidencia em seu artigo 3º, inciso I, no que tange aos princípios do ensino: “*igualdade de condições para o acesso e permanência na escola*”, ou seja, prioriza o pilar de oferta de ensino, sendo que este

pilar se coaduna com as políticas institucionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), e vem aproximar o alcance desse objetivo com suas políticas institucionais, delineadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/2014), que executam as políticas de fomento à educação, a fim de assistir os discentes com baixa renda *per-capita* através dos Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro.

- Nesse sentido, o IFRR desenvolverá os seguintes programas na vigência deste PDI:
- Programa de Assistência Estudantil em todos os campus, considerando as linhas de ações elencadas na Resolução nº066;
 - Programa próprio de Moradia Estudantil nos campus agrícolas, sem excluir a possibilidade de viabilizar e garantir o auxílio-moradia aos campus não agrícolas;
 - Programa próprio de Auxílio Financeiro para atender estudantes em atividades extracurriculares que envolvam participação e representação do IFRR em congressos nacionais/internacionais, seminários, eventos educacionais de ensino, pesquisa e extensão;
 - Programa próprio de Mobilidade Acadêmica em todos os campus para atender alunos, considerando sua habilidade técnica e desempenho acadêmico;
 - Programa de Ação Solidária a fim de permitir a inserção dos estudantes em atividades extracurriculares, nas diversas modalidades de ensino, pesquisa e extensão, com ações sociais e ambientais em prol da comunidade do entorno do campus (PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, 2014, p.189-190).

Dentre os Programas em Vigência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) que descrevem necessidades e aspectos gerais do Campus da Capital e do Interior, o Campus Boa Vista desenvolve o Programa de Assistência Estudantil, considerando as linhas de ações elencadas na Resolução n.º 066. Essas ações no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) perpassam pela Assistência Social como especialidade norteadora para lançamento de edital, atendimento e nivelamento de renda *per-capita*.

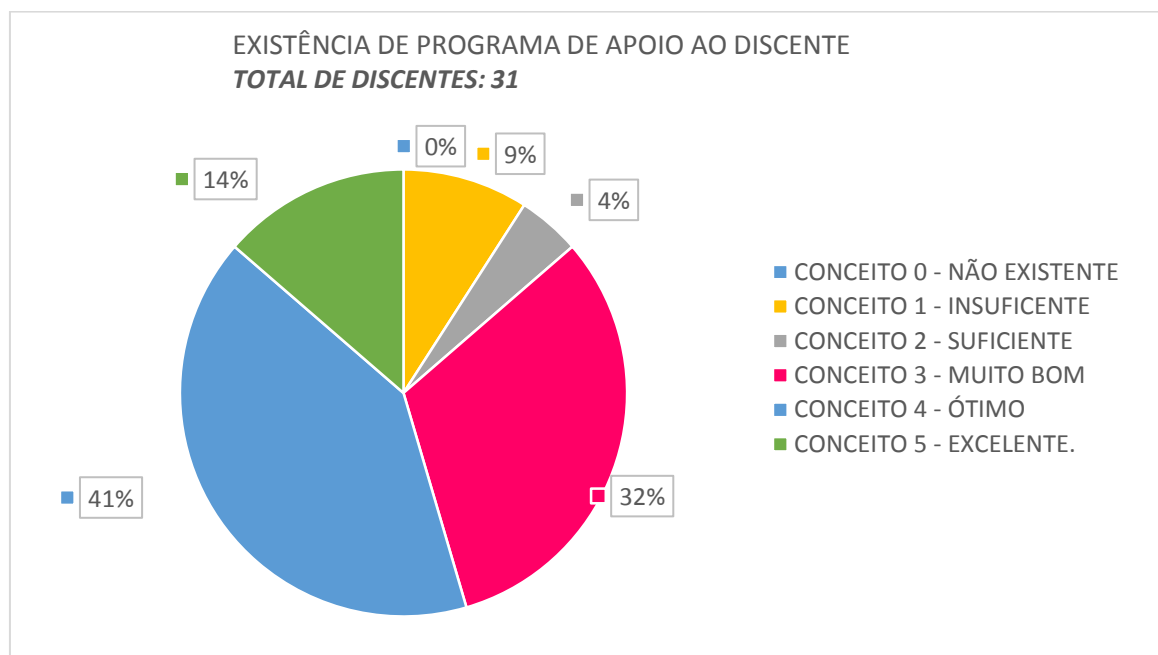


Gráfico 17 – Questão 9- (Conceito) Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático - Pedagógico, subdimensão 2.1 Aspectos Gerais do Curso de Informática.

Fonte: Elaborado pela autora.

Em continuação à análise da questão 9, verificou-se que dos 69% (sessenta e nove por cento) dos que responderam afirmativamente que existe Programa de Apoio ao Discente conceituaram a oferta desse auxílio com nota 5- equivalente a **EXCELENTE**, com 14% (catorze por cento); e conceito 4 – **ÓTIMO**, com 41% (quarenta e um por cento). Esses dois conceitos são os mais elevados do quadro conceitual apresentado aos participantes. Esses dois resultados somados totalizam 55% (cinquenta e cinco por cento), o que demonstra que a maioria dos participantes veem o desenvolvimento dos Programas de Apoio ao discente como positiva e muito satisfatória, executada de forma a atender as demandas estudantis.

Deste modo, a importância dessa Assistência Estudantil torna-se salutar para execução das políticas nacionais e institucionais.

Art. 2º. A Assistência Estudantil executada no âmbito do IFRR constitui-se no conjunto de ações voltadas para o atendimento de necessidades dos discentes regularmente matriculados, ampliando as condições de permanência e êxito no percurso formativo, de maneira a contribuir para o seu desenvolvimento integral.

Art. 3º. A Assistência Estudantil, instituída em cada campus, realizar-se-á mediante Programas de Assistência Estudantil-PAE (RESOLUÇÃO/CONSELHO SUPERIOR/IFRR n.º 066, 2012).

Para que as políticas sejam executadas no IFRR Campus Boa Vista faz-se necessário o desenvolvimento da Assistência Estudantil, materializada na Coordenação de Assistência Estudantil, que oferta através de edital programas de apoio aos discentes, em atendimento ao artigo 2º da Resolução n.º066/2012/IFRR, a fim de contribuir com a permanência e o êxito estudantil presente no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/2014). Com base na Resolução do Conselho Superior (CONSUP/IFRR) n.º205/2015, que aprova o Regulamento da Política de Assistência Estudantil do IFRR, para que estes discentes sejam atendidos, a Coordenação de Assistência Estudantil conta com uma equipe multidisciplinar, com Assistente Social, Pedagogo, Psicólogo, Médico, Enfermeiro e Dentista, a fim de que os mesmos possam atender às demandas específicas de acompanhamento de rendimento escolar do aluno, assim como o progresso escolar através da oferta de Auxílio Alimentação e Auxílio Transporte ofertados no Campus Boa Vista.

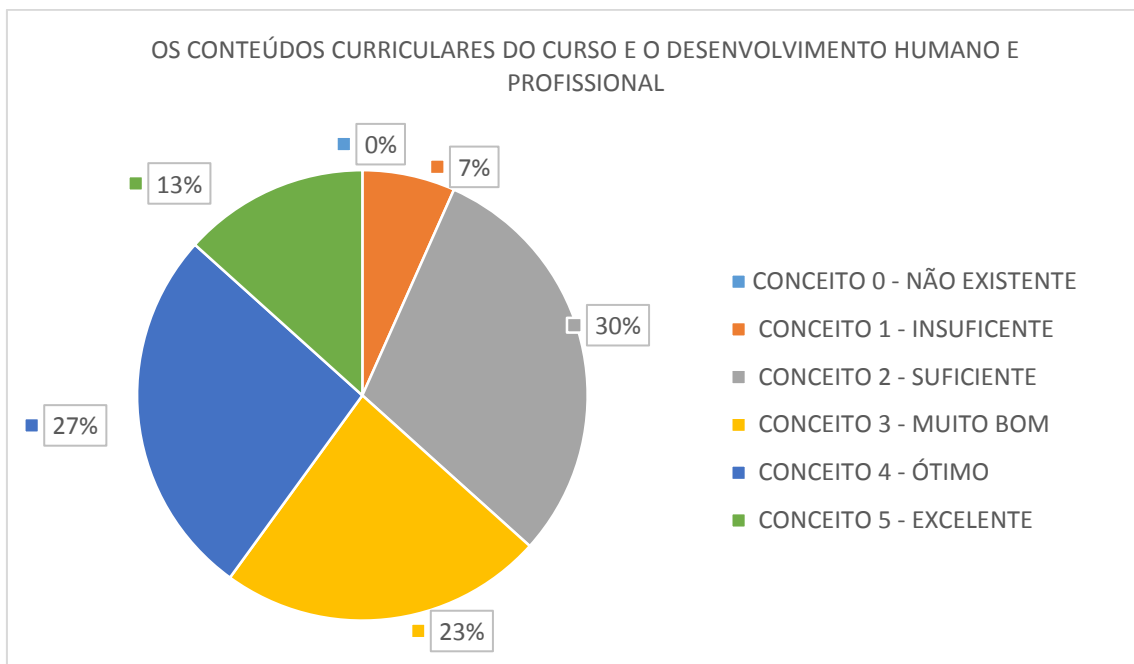


Gráfico 18 – Questão 9.1 –Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático - Pedagógico, subdimensão 2.1 Aspectos Gerais do Curso de Informática.

Fonte: Elaborado pela autora.

O terceiro desdobramento da questão 9, intitulado como 9.1, versa sobre a participação destes discentes nos Programas de Apoio ao Discente. Como resultado, temos que 39% (trinta e nove por cento) afirmaram não participar, 35% (trinta e cinco por cento) participam do Auxílio Alimentação e 26% (vinte e seis por cento) participam do Auxílio Transporte. Vale ressaltar que houve discentes que assinalaram participar de ambos os auxílios -alimentação e transporte- e somados totalizam 61% (sessenta e um por cento) dos participantes que integram o quadro de discentes com vulnerabilidade social do Campus e utilizam o Programa de Apoio ao Discente através do Auxílio Alimentação e Auxílio Transporte.

Os Programas de Assistência Estudantil são regidos pela Resolução n.º 066/CONSELHO SUPERIOR-IFRR/2012 e Resolução n.º205/CONSELHO SUPERIOR-IFRR/2015. A regulamentação da política de assistência estudantil do IFRR encontra-se na Resolução n.º 066/2012, que retrata finalidades, princípios e diretrizes dos objetivos e das linhas de crédito. São objetivos dessa política:

Art. 7º. Constituem objetivos da Assistência Estudantil do IFRR:

I- Contribuir para a formação integral dos estudantes, estimulando a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios de caráter científico, técnico, cultural, artístico e desportivo;

II- Difundir os valores éticos de liberdade, igualdade e democracia;

III- Articular as ações de assistência estudantil com as atividades desenvolvidas pelo ensino, pesquisa e extensão;

IV- Contribuir para a ampliação da frequência, da permanência e do êxito dos estudantes no percurso formativo, favorecendo a conclusão dos cursos, na perspectiva da redução de evasão, da inclusão social e da formação integral; (RESOLUÇÃO/CONSELHO SUPERIOR/IFRR n.º 066, 2012).

Como sublinhado por Ciavatta (2012), a primeira necessidade a ser suprida para o acesso e permanência dos discentes do ensino integrado é a locomoção e a alimentação. Por esta razão, vislumbra-se a importância dessa temática abordada pelos participantes da

pesquisa, visto que na análise ficou explicitado que mais da metade dos discentes participam dos Programas de Apoio ao Discente, e constatou-se que a oferta é satisfatória, tanto para aqueles discentes beneficiados diretamente, como aqueles que mesmo não se utilizando dos auxílios os conceituaram positivamente.

Sobre a Categoria II Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.1. Aspectos Gerais do Curso de Informática, tema Laboratórios de Informática, temos:

Quadro 6 – Questão 13 - Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático - Pedagógico, subdimensão 2.1 Aspectos Gerais do Curso de Informática.

EXISTÊNCIA DE LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA COM SOFTWARE DE APOIO, ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO		
Porcentagem	ALTERNATIVA	
100%	SIM	
Resposta SIM. Questão 13. O CAMPUS POSSUI LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA COM SOFTWARE DE APOIO, ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO?		
Porcentagem	ALTERNATIVA	OBSERVAÇÕES
6%	CONCEITO 1	Quando a nota se apresentar como INSUFICIENTE .
12%	CONCEITO 2	Quando a nota se apresentar como SUFICIENTE .
28%	CONCEITO 3	Quando a nota se apresentar como MUITO BOM .
38%	CONCEITO 4	Quando a nota se apresentar como ÓTIMO .
16%	CONCEITO 5	Quando a nota se apresentar como EXCELENTE .

Fonte: Elaborado pela autora.

Com relação aos laboratórios de informática, distribuimos em três vertentes essenciais para a formação do Técnico em Informática na área de Tecnologia da Informação, sendo elas: o Laboratório de Software; segundo Oliveira (2010), Software é o “*subsistema de entrada e saída de um sistema operacional*”, ou seja, esse laboratório é importante para que o Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio tenha habilidades necessárias para sequenciar as rotinas de uso do computador, sendo o Software chamado como a parte inteligente do computador. Em continuidade, o Laboratório de Manutenção de Hardware que, segundo Tanenbaum (2003), para que o sistema operacional funcione “*se deve ter um grande conhecimento do hardware, pelo menos do ponto de vista do programador*”; fica claro que é indispensável que o Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio tenha competências para gerenciar o hardware do computador, que é onde os sistemas operacionais encontram-se em funcionamento. E o Laboratório de Redes de Computadores. É o local que irá permear o compartilhamento de saberes teóricos e práticos sobre hardware, software, sistemas operacionais e outros específicos da área de tecnologia da informação.

A análise dos dados iniciou com a confirmação da existência do laboratório, com 100% de respostas SIM. 4 foi o conceito predominante, com 38% (trinta e oito por cento); e o conceito 5 com 16% (dezesesseis por cento), perfazendo um total de 54%. Os integrantes da pesquisa atribuíram conceito 4 e 5, quando a nota se apresenta como **ÓTIMO** ou **EXCELENTE**. Considera-se então, satisfatória a oferta desse Laboratório no IFRR Campus Boa Vista.

O perfil profissional do egresso, presente no Plano de Curso Técnico em Informática Integrado ao Médio (2017) sublinha as características imprescindíveis para a formação desse profissional, tais como: desenvolver programas de computador, programação e utilizar

ambientes de desenvolvimento de sistemas. Existe na linguagem e lógica de programação um conceito geral sobre software, defendida por Tanenbaum:

Um conceito primordial no projeto de E/S é conhecido como independência do dispositivo. Esse conceito propõe que deveria ser possível escrever programas aptos a acessar qualquer dispositivo de E/S sem a necessidade de especificar antecipadamente o dispositivo. Por exemplo, um programa que lê um arquivo como entrada deveria ser capaz de ler o arquivo de um disquete, de um disco rígido ou de um CD-ROM, sem ter de modificar o programa para cada dispositivo diferente. De modo semelhante, deveria ser possível digitar um comando como `sort<input>output` que trabalhe com uma entrada vinda de um disquete, de um IDE, de um SCI ou de um teclado, e saída ir para qualquer tipo de disco ou monitor de vídeo. Fica a cargo do sistema operacional tratar dos problemas causados pelo fato de esses dispositivos serem realmente desiguais e necessitarem de sequências de comandos muito diferentes para ler ou escrever (TANENBAUM, 2003, p. 211).

Neste sentido, delinea-se que a importância de se ter um Laboratório de Software é condizente com a necessidade de desenvolver e escrever programas aptos a acessar os dispositivos, princípio necessário e presente no Plano de Curso de Informática Plano de Curso de Informática (PCC/2017), que discorre sobre o desenvolvimento de programação. Em relação à concepção dos discentes sobre o Laboratório de Software, segue o quadro 5;

Quadro 7 – Questão 14 - Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático - Pedagógico, subdimensão 2.1 Aspectos Gerais do Curso de Informática.

EXISTÊNCIA NO CAMPUS DE LABORATÓRIO (S) DE MANUTENÇÃO DE HARDWARE		
Porcentagem	ALTERNATIVA	Observações
16%	CONCEITO 1	Quando a nota se apresentar como INSUFICIENTE.
28%	CONCEITO 2	Quando a nota se apresentar como SUFICIENTE.
22%	CONCEITO 3	Quando a nota se apresentar como MUITO BOM.
31%	CONCEITO 4	Quando a nota se apresentar como ÓTIMO.
3%	CONCEITO 5	Quando a nota se apresentar como EXCELENTE.

Fonte: Elaborado pela autora.

Em continuação à análise da compreensão dos alunos acerca da existência dos Laboratórios de Manutenção de Hardware no campus Boa Vista, temos 100% (cem por cento) de afirmações, subdivididas nos maiores conceitos, sendo eles: conceito 2, com 28% (vinte e oito por cento) quando a nota se apresenta como **SUFICIENTE**; conceito 3, com 22% (vinte e dois por cento) quando a nota se apresenta como **MUITO BOM**. Percebe-se que os participantes da pesquisa têm um conceito abaixo de ótimo, sendo a maior porcentagem no conceito 2. Constata-se que o Laboratório de Hardware não preenche os atributos necessários para que o processo de ensino-aprendizagem aconteça na prática, através do desenvolvimento ideal dos princípios básicos de hardware, como defendido por Oliveira (2010):

O objetivo primeiro de um computador é solucionar problemas. Para tanto, é necessário que algum tipo de mecanismo exista para que possamos informar esses problemas ao computador e recuperar sua solução. Esse mecanismo constitui o que denominamos genericamente de dispositivos de entrada e saída. Atualmente é possível encontrar uma grande variedades de dispositivos, desde dispositivos desenvolvidos para permitir a comunicação do homem com o computador (teclado, *mouse*, monitor de vídeos, etc.) até dispositivos que possibilitam a comunicação entre computadores (*modems*, placas de redes, etc.), ou ainda aqueles destinados ao

armazenamento de informações (unidades de fita, disquetes, disco rígido, CD – ROM, etc.) Apesar dessas diversidades, esses dispositivos de entrada e de saída, ou ainda periféricos, podem ser divididos em periféricos de entrada e de saída. Um periférico pode ser visto como qualquer dispositivo conectado a um computador de forma a possibilitar a interação com o mundo externo (OLIVEIRA, 2010, p. 126).

No Perfil Profissional do Egresso presente no Plano de Curso de Informática (PCC/2017) apreende-se que a formação específica da área de tecnologia da informação abrange a resolução de lógica de programação, assim como o desenvolvimento de sistemas e o entendimento do funcionamento da parte de software que possibilite a detecção de algum problema na parte física do computador para que se possa realizar os reparos necessários. O Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio deverá estar apto a obter competências intelectuais sobre os periféricos de entrada e saída para que haja promoção em sua formação profissional.

Quadro 8 – Questão 15- Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático - Pedagógico, subdimensão 2.1 Aspectos Gerais do Curso de Informática.

EXISTÊNCIA NO CAMPUS DE LABORATÓRIO (S) DE REDES DE COMPUTADORES		
Porcentagem	ALTERNATIVA	
81%	SIM	
13%	NÃO	
6%	EM BRANCO	
Resposta SIM - Questão 15. O CAMPUS POSSUI LABORATÓRIO (S) DE REDES DE COMPUTADORES?		
Porcentagem	ALTERNATIVA	Observações
28%	CONCEITO 1	Quando a nota se apresentar como INSUFICIENTE .
18%	CONCEITO 2	Quando a nota se apresentar como SUFICIENTE .
18%	CONCEITO 3	Quando a nota se apresentar como MUITO BOM .
29%	CONCEITO 4	Quando a nota se apresentar como ÓTIMO .
7%	CONCEITO 5	Quando a nota se apresentar como EXCELENTE .

Fonte: Elaborado pela Autora.

Como desdobramento da apreensão dos discentes sobre a estrutura física específica para o Curso de Informática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) Campus Boa Vista, o Laboratório de Redes de Computadores logrou 81% (oitenta e um por cento) de afirmação de existência, 13% (treze por cento) de negação, e 6% (seis por cento) de abstinência. No índice conceitual, temos o mais elevado nível, o conceito 4, quando a nota se apresenta como **ÓTIMO**, com 29% (vinte e nove por cento); o segundo maior índice de concepção dos discente foi o conceito 1, quando a nota se apresenta como **INSUFICIENTE**, com 28% (vinte e oito por cento). Percebe-se que existe uma lacuna de opiniões sobre este espaço físico, gerado pela disparidade entre os conceitos 1 e 4. É possível que os participantes da pesquisa vejam o laboratório parte como satisfatório para atendimento da prática necessária para a sua formação, e parte como não satisfatória.

Desta análise advém o seguinte questionamento: os laboratórios podem ser uma prática indispensável para a formação profissional? Como ressaltado por Ciavatta (2012), a escola que abrange o ensino integrado necessita ter uma logística necessária para suprir as demandas exigidas, dentre elas, a oferta de laboratórios. Portanto, essa questão torna-se salutar no aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem no que tange ao

estreitamento entre a relação teoria e prática no desenvolvimento do Eixo Tecnológico Informação e Comunicação do Curso Técnico de Informática, como afirma Olsen (2010):

Assim, o mercado de trabalho precisa de profissionais que saibam aliar teoria com a prática, neste cenário, não é mais possível aplicar o ensino tradicional de sistema operacional (como em cursos de longa duração). É necessário uma abordagem que permita ao futuro profissional conhecer a teoria e, ao mesmo tempo, dominar o ambiente de trabalho (OLSEN, 2010, p. 5).

A relevância de se obter laboratórios está interligada à importância de aliar a teoria e a prática, visto que se trata de uma formação técnica, onde o discente necessitará obter as competências e habilidades necessárias para o desenvolvimento profissional ao longo do curso, visando o alcance dos objetivos descritos no Perfil Profissional do Egresso presente no Plano de Curso de Informática (PCC/2017).

Sendo o Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio integrante do Eixo Tecnológico Informação e Comunicação, focalizado em Tecnologia da Informação, o desenvolvimento de programas dentro desse ambiente de aprendizagem que são os laboratórios é de essencial importância para o amadurecimento e processo de tentativas e erros. A orientação dos docentes específicos da área de Tecnologia da Informação facilitará a resolução dos desafios existentes no mercado de trabalho no que tange à sua formação.

6.1.4.2 Subdimensão 2.2 – Aspectos Didático –Pedagógicos do Curso de Informática.

Esta subdimensão apresenta os aspectos didático-pedagógicos do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, e identifica-se por intermédio dos conteúdos desenvolvidos no currículo do Curso e da utilização das novas tecnologias para aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem e aos procedimentos de avaliação utilizados pelos docentes

Para o melhor entendimento das discussões sobre a perspectiva dos participantes da pesquisa sobre os eixos acima supracitados, cada temática será desenvolvida de forma separada, sendo todas pertencentes à mesma subdimensão. Sobre a Categoria II Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.2. Aspectos Didáticos do Curso de Informática, tema Desenvolvimento Curricular, temos:

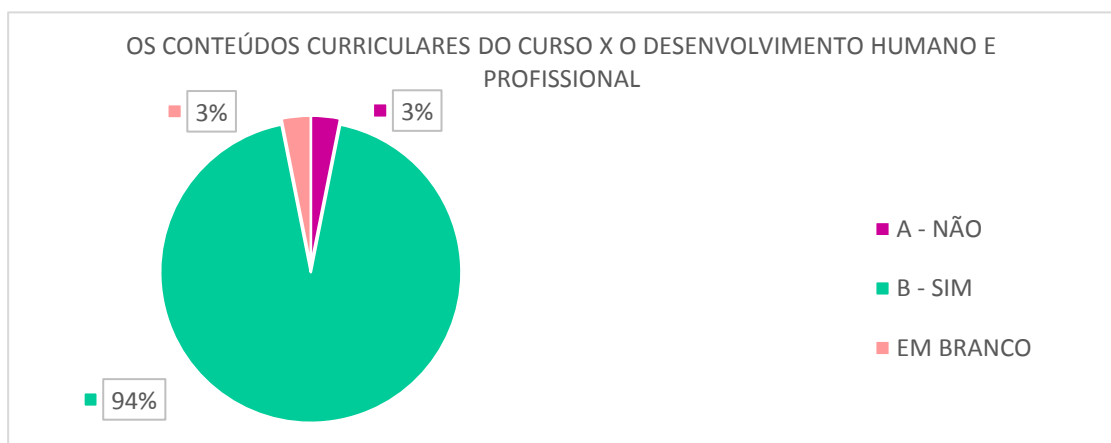


Gráfico 19 – Questão 6 - Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.2 Aspectos Didáticos do Curso de Informática

Fonte: Elaborado pela autora.

Na questão 6 os integrantes da pesquisa ressaltaram que os conteúdos curriculares do curso possibilitam o seu desenvolvimento humano e profissional, contando com 94% (noventa e quatro por cento) das respostas **SIM**, 3% (três por cento) **NÃO**, e 3% (três por cento) **EM BRANCO**.

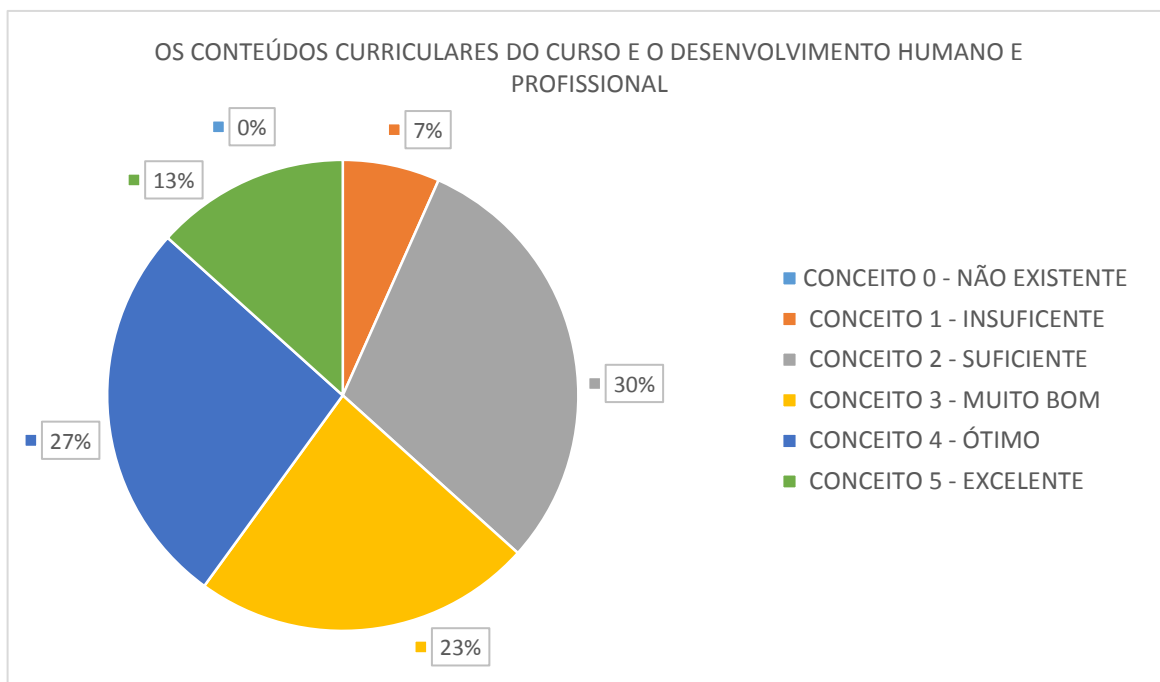


Gráfico 20 – Questão 6 – (Conceitos) - Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.2 Aspectos Didáticos do Curso de Informática

Fonte: Elaborada pela autora.

Neste ponto de vista obtivemos o conceito 2 como o mais elevado com 30% (trinta por cento); em seguida, o conceito 4 com 27% (vinte e sete por cento) de adesão. Nessa perspectiva, depreende-se que os discentes possuem uma disparidade de opinião acerca do desenvolvimento curricular, com uma margem de diferença percentual baixa de 3% (três por cento) entre as duas, onde o conceito 2 representa **SUFICIENTE** e o conceito 4- **ÓTIMO**.

A hipótese seria que para parte dos integrantes da pesquisa existe a apreensão dos conteúdos programáticos de forma positiva, e para a outra parte da pesquisa essa interatividade não é suficiente. Em meio a essa disparidade conceitual, quais os conteúdos curriculares desenvolvidos no curso que possibilitam esse desenvolvimento humano e profissional?

Segundo Moll (2010), o maior desafio da Educação Integrada é a construção de um currículo que almeje integrar de forma completa. Não existe, segundo a autora, integração sem diálogo e discussão. A diferenciação da formação geral e específica não poderá ficar em evidência no desenvolvimento curricular, pois se desconfigura dessa forma, a integração, e transforma-se em segmentação de componentes curriculares desconexos entre si.

A organização formal da proposta curricular exigirá a organização desses conhecimentos, seja em forma de disciplinas, projetos, etc. Importa, entretanto, que não se percam os referenciais das ciências básicas, de modo que os conceitos possam ser relacionados interdisciplinarmente, mas também no interior de cada disciplina. O estudo das Ciências Humanas e Sociais em articulação com as Ciências da Natureza e Matemática, e das Linguagens, pode contribuir para a compreensão do processo histórico-social da produção de conhecimento, mediante o questionamento dos fenômenos naturais e sociais na sua “obviedade” aparente (MOLL, 2010, p. 53).

Para Moll (2010), a vertente educacional que se propõe a ser integrada precisa obter a forma integrada desde a discussão da proposta curricular, com a articulação entre os componentes propedêuticos e os da área técnica integrados em um único caminho de desenvolvimento curricular, que pode ocorrer por meio da realização de projetos interdisciplinares. Essas práticas interdisciplinares encontram-se no Plano de Curso de Informática (PCC/2017):

No processo de construção deste Plano de Curso buscou-se identificar conteúdos comuns entre os diversos componentes curriculares que compõem os currículos de formação técnica e de formação básica. Entende-se que esta é apenas uma primeira etapa da integração curricular, que na verdade consiste em um processo contínuo do exercício de integração. É necessário não só pensar em metodologias e estratégias integradoras, mas também garantir que as práticas docentes sejam articuladas, dialogadas e sincrônicas com o objetivo de que, em um processo constante, os componentes curriculares básicos e os técnicos contribuam para a formação integral do estudante. Neste sentido, prevê-se que a coordenação pedagógica seja realizada coletivamente, de maneira a permitir a necessária articulação entre os docentes para viabilizar que a promoção da integração aconteça de forma eficiente (PLANO DE CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA INTEGRADO AO MÉDIO, 2017, p. 151).

Como reflexo da concepção de Moll (2010) de que o diálogo necessita existir desde o início da formação do Plano de Curso (PCC). No Curso de Informática depreende-se que a identificação ocorreu como primeira etapa. Sendo a segunda etapa de desenvolvimento desses projetos sobre a análise de metodologias diferenciadas, está sob responsabilidade da coordenação pedagógica viabilizar a articulação entre os Componentes Curriculares do Curso. Salienta-se que talvez por esse motivo não se identificam projetos interdisciplinares a serem desenvolvidos no curso presente no Plano de Curso de Informática (PCC).

O fortalecimento da Educação Profissional se faz presente em seus princípios norteadores descritos na Resolução CEB/CNE N.º6/2012, em destaque o inciso IV – *“articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico.* Segundo o Plano de Curso de Informática (PCC/2017), para que a proposta curricular do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio do Campus Boa Vista obtenha essa articulação de conhecimentos, faz-se necessária a flexibilidade desse currículo para atividades integradoras com o objetivo de minimizar esse aspecto conceitual de **SUFICIENTE** pelos discentes.

Sobre a Categoria II Aspectos Específicos do Curso de Informática, Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.2. Aspectos Didáticos do Curso de Informática, tema uso de novas tecnologias no processo de ensino aprendizagem, temos:

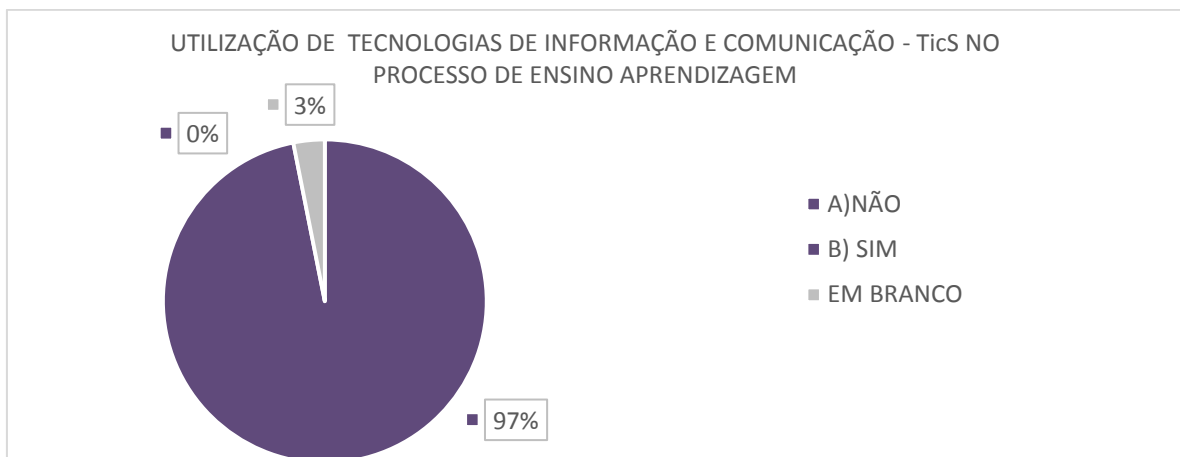


Gráfico 21 – Questão 10- Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.2 Aspectos Didáticos do Curso de Informática

Fonte: Elaborado pela autora.

Inferre-se dos constituintes da pesquisa, no que tange à utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação–TICs no processo de ensino aprendizagem, na reposta **SIM** 97% (noventa e sete por cento) afirmaram que tais tecnologias são utilizadas em sala de aula e houve 3% (três por cento) de abstenção.

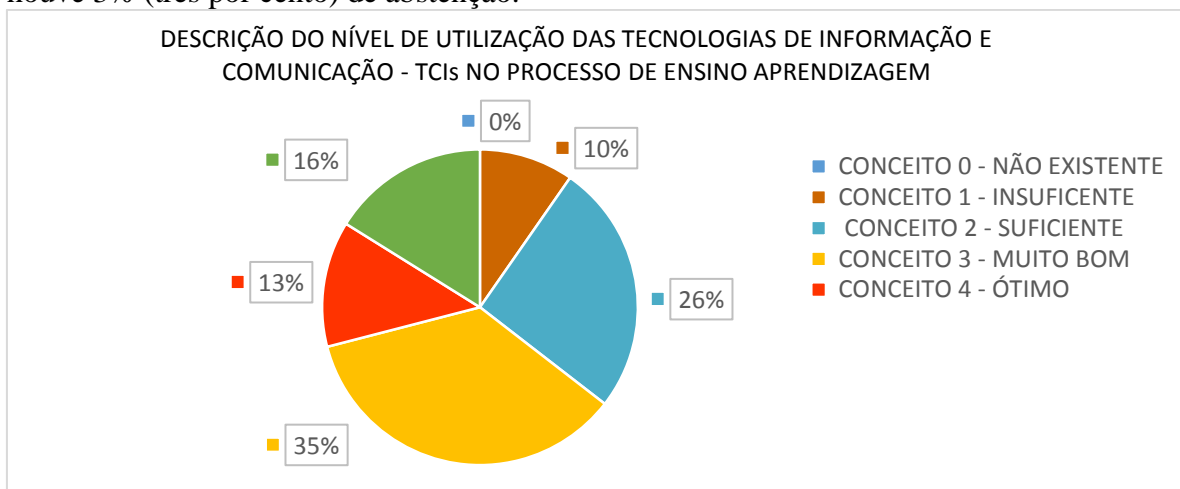


Gráfico 22 – Questão 10- (Conceitos) - Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.2 Aspectos Didáticos do Curso de Informática

Fonte: Elaborada pela autora.

A compreensão dos integrantes da pesquisa foi de maior aspecto conceitual 3 com 35% (trinta e cinco por cento) de abrangência, quando a nota se apresenta como **MUITO BOM**; em seguida tivemos o conceito 2, com 26% (vinte e seis por cento) de englobamento, quando a nota se apresenta como **SUFICIENTE**. Entende-se que a utilização das tecnologias é parte integrante no processo de ensino-aprendizagem, porém, qual a relevância desta inferência para o desenvolvimento didático do Curso de Informática? Segundo as Diretrizes

Curriculares Nacionais (DCN/2013) os currículos dos cursos de Educação Profissional devem proporcionar aos estudantes:

Diálogo com diversos campos do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como referências fundamentais de sua formação;
Elementos para compreender e discutir as relações sociais de produção e de trabalho, bem como as especificidades históricas nas sociedades contemporâneas;
Recursos para exercer sua profissão com competência, idoneidade intelectual e tecnológica, autonomia e responsabilidade, orientados por princípios éticos, estéticos e políticos, bem como compromisso com a construção de uma sociedade democrática;
Domínio intelectual das tecnologias pertinentes ao eixo tecnológico do curso, de modo a permitir progressivo desenvolvimento profissional e capacidade de construir novos conhecimentos e desenvolver novas competências com autonomia intelectual;
Instrumentos de cada habilitação, por meio da vivência de diferentes situações práticas de estudo e trabalho (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2013, p. 231).

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN/2013) apontam para a importância do desenvolvimento curricular, que Sommerman (2014) sugere ser potencializado através de projetos interdisciplinares para que as relações sociais e outras temáticas possam vir a ser discutidas em sala de aula como objetivo do desenvolvimento do aluno como ser humano crítico, a fim de devolver para a sociedade os conhecimentos adquiridos.

O domínio intelectual das tecnologias pertinentes ao eixo tecnológico, no caso do Curso de Informática pertencente ao Eixo Tecnológico de Informação e Comunicação, precisa obter recursos didáticos e pedagógicos para o desenvolvimento das competências e habilidades na área de informática. Os instrumentos cabíveis para o fortalecimento do eixo tecnológico deveriam ser constituintes do planejamento escolar dos docentes. Essa atividade pedagógica do professor busca os seguintes objetivos primordiais, segundo Libâneo 1994):

Assegurar aos alunos o domínio mais seguro e duradouro possível dos conhecimentos científicos;
Criar as condições e os meios para que os alunos desenvolvam capacidades e habilidades intelectuais de modo que dominem métodos de estudo e de trabalho intelectual visando a sua autonomia no processo de aprendizagem e independência de pensamento;
Orientar as tarefas de ensino para objetivos educativos de formação da personalidade, isto é, ajudar os alunos a escolherem um caminho na vida, a terem atitudes e convicções que norteiem suas opções diante dos problemas e situações da vida real (LIBÂNEO, 1994, p. 71).

Para que se possa assegurar aos alunos o domínio dos conhecimentos a serem socializados em sala de aula, é necessária a busca constante do docente em se atualizar, através de estudos e de práticas pedagógicas inovadoras. O desenvolvimento intelectual ressaltado por Libâneo (1994) apresenta-se no Curso de Informática com a importância da inserção de novas tecnologias no dia a dia do Curso, sob a égide do eixo tecnológico e do perfil profissional do curso como essencial para a prática de inovação desse processo de ensino-aprendizagem. Concernente a isto, a utilização de tecnologia no cotidiano de sala de aula, como por exemplo, aplicativos, utilização de *internet*, entre outros instrumentos que possibilitarão, como ressaltado por Libâneo (1994), autonomia e independência de pensamento em relação às tecnologias de informação.

Sobre a Categoria II Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.2. Aspectos Didáticos do Curso de Informática, tema avaliação, temos:

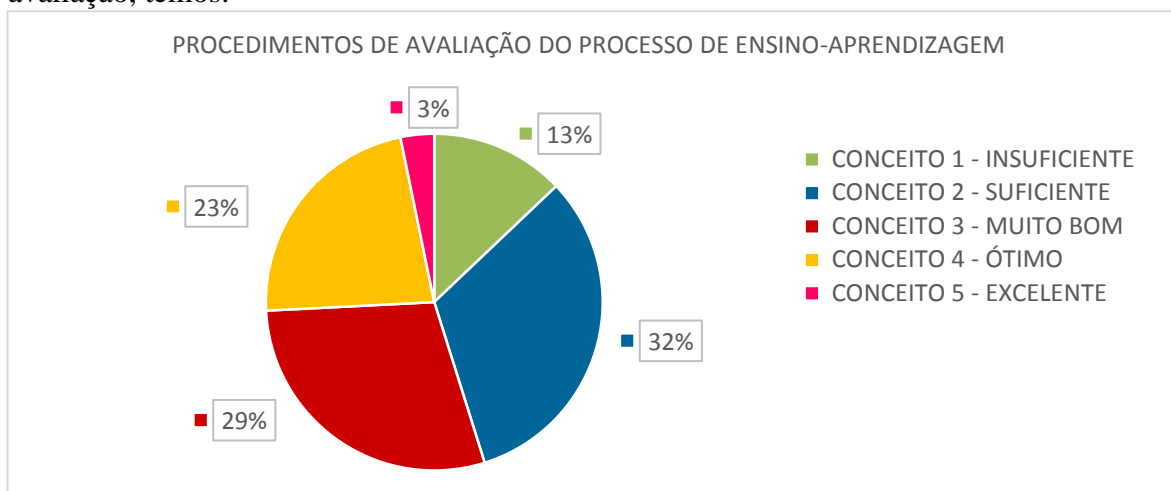


Gráfico 23 – Questão 12- Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.2 Aspectos Didáticos do Curso de Informática

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação aos procedimentos de avaliação do processo de ensino-aprendizagem, a questão 12 demonstra a maior porcentagem: 32% (trinta e dois por cento) no conceito 2, quando a nota se apresenta como **SUFICIENTE**, seguida de 29% (vinte e nove por cento) no conceito 3, quando a nota se apresenta como **MUITO BOM**. Com um contraste de 3% (três por cento), depreende-se que não existe grande disparidade entre os conceitos 3 e 2. Mesmo sendo verificada a diferença mínima entre os conceitos, percebe-se que a relação da avaliação dentro da perspectiva dos participantes da pesquisa possui um índice conceitual baixo. Qual a importância da avaliação no processo de ensino aprendizagem?

A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Através dela, os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar progressos, dificuldades e reorientar o trabalho para correções necessárias. A avaliação é uma reflexão sobre o nível de qualidade do trabalho escolar tanto do professor como dos alunos. Os dados coletados no decurso do processo de ensino, quantitativos ou qualitativos, são interpretados em relação a um padrão de desempenho e expressos em juízos de valor (muito bom, bom, satisfatório, etc.) acerca do aproveitamento escolar (LÍBÂNEO, 1994, p.195).

Segundo Libâneo (1994) e Veiga (1992), a avaliação é um processo construído em conjunto entre professores e alunos. Veiga defende ser este um projeto mais amplo, pelo qual a comunidade com um todo necessita estar envolvida: profissionais e pais dos alunos. Para que este projeto seja realizado, faz-se necessário que se estabeleça em sala de aula um diálogo entre professor e aluno para a construção e escolha dos instrumentos avaliativos, e haja uma reflexão após o estabelecimento do conceito de juízo de valor para as mudanças necessárias. Esta metodologia deverá ser contínua no processo de ensino e aprendizagem, e tem os seguintes objetivos, segundo Luckesi (2005):

A avaliação da aprendizagem na escola tem dois objetivos: auxiliar o educando no seu desenvolvimento pessoal, a partir do processo de ensino – aprendizagem, e responder à sociedade pela qualidade do trabalho educativo realizado.

De um lado, a avaliação da aprendizagem tem por objetivo auxiliar o educando no seu crescimento e, por isso mesmo, na sua integração consigo mesmo, ajudando-o na apropriação dos conteúdos significativos (conhecimentos, habilidades, hábitos, convicções). (...)

Por outro lado, a avaliação da aprendizagem responde a uma necessidade social. A escola recebe o mandato social de educar as novas gerações e, por isso, deve responder por esse mandato, obtendo dos seus educandos a manifestação de suas condutas aprendidas e desenvolvidas. (...)

Esses dois objetivos só fazem sentido se caminharem juntos. Se dermos atenção exclusivamente ao sujeito individual, podemos cair no espontaneísmo; caso centremos nossa atenção apenas no segundo, chegaremos ao limite do autoritarismo (LUCKESI, 2005, p. 174).

Segundo Luckesi (2005), a avaliação possui dois objetivos centrais que se completam: auxiliar o educando em seu desenvolvimento intelectual e a cumprir seu papel na devolutiva para a sociedade. Daí extrai-se e completa-se o conceito de que a avaliação é um método a ser desenvolvido no processo de ensino e aprendizagem em conjunto, como defendido por (1994) e Veiga (1992), sendo que a concepção de devolutiva e interação com a sociedade através da comunidade e escolar aproxima-se mais veementemente em Veiga (1992).

Vale ressaltar a característica da inovação tecnológica presente no eixo ao qual pertence o curso. Essa inovação aproxima-se do segundo objetivo amparado por Luckesi: que a inovação tecnológica necessita ter essa devolutiva à sociedade, “*sendo o histórico escolar de cada aluno é o testemunho social*” e um incentivo para a formação profissional desse discente. Esse suporte que a avaliação deverá ofertar para os discentes é de suma importância para o seu desenvolvimento, principalmente em se tratando de Educação Profissional para o alcance das competências e habilidades presentes no Plano de Curso de Informática (PCC/2017) do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio.

6.1.4.3 Subdimensão 2.3 – Aspectos pedagógicos do Curso de Informática

Esta subdimensão apresenta os aspectos didáticos pedagógicos do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio, e caracteriza o Projeto Pedagógico do Curso de Informática, a Estrutura Curricular, as Atividades Pedagógicas e a Relação Professor-aluno.

Para o melhor entendimento das discussões sobre a perspectiva dos participantes da pesquisa sobre os eixos acima supracitados, cada temática será desenvolvida de forma separada, sendo todas pertencentes à mesma subdimensão.

Para o melhor entendimento das discussões sobre a perspectiva dos participantes da pesquisa sobre os eixos acima supracitados, cada temática será desenvolvida separadamente em Projeto Pedagógico, Estrutura Curricular, Atividades Pedagógicas, relação professor – aluno e Continuidade de Formação na área de Tecnologia de Informação sendo todas pertencentes a mesma subdimensão.

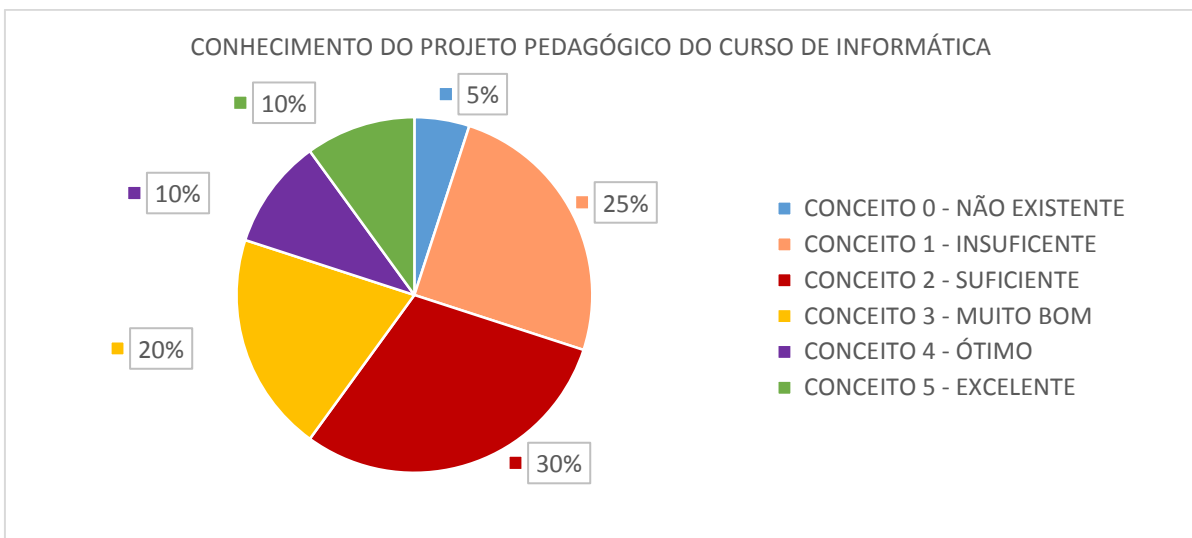


Gráfico 24 – Questão 1 - Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.3 Aspectos Pedagógicos do Curso de Informática

Fonte: Elaborado pela autora.

A questão aborda o tema “Projeto Pedagógico”, onde os constituintes da pesquisa posicionam-se, de forma direta, quanto ao conhecimento do Projeto Pedagógico do Curso de Informática. Como resultado, tem-se que 63% (sessenta e três por cento) afirmaram ter conhecimento sobre o documento institucional; 31% (trinta e um por cento) assinalaram que não possuem conhecimento; tivemos 6% (seis por cento) de abstenção. Sobre os aspectos conceituais, o maior índice foi no conceito 2, quando a nota se apresenta como **SUFICIENTE**, com 30% (trinta por cento), e em seguida temos o conceito 1, quando a nota se apresenta como **INSUFICIENTE**, com 25% (vinte e cinco por cento).

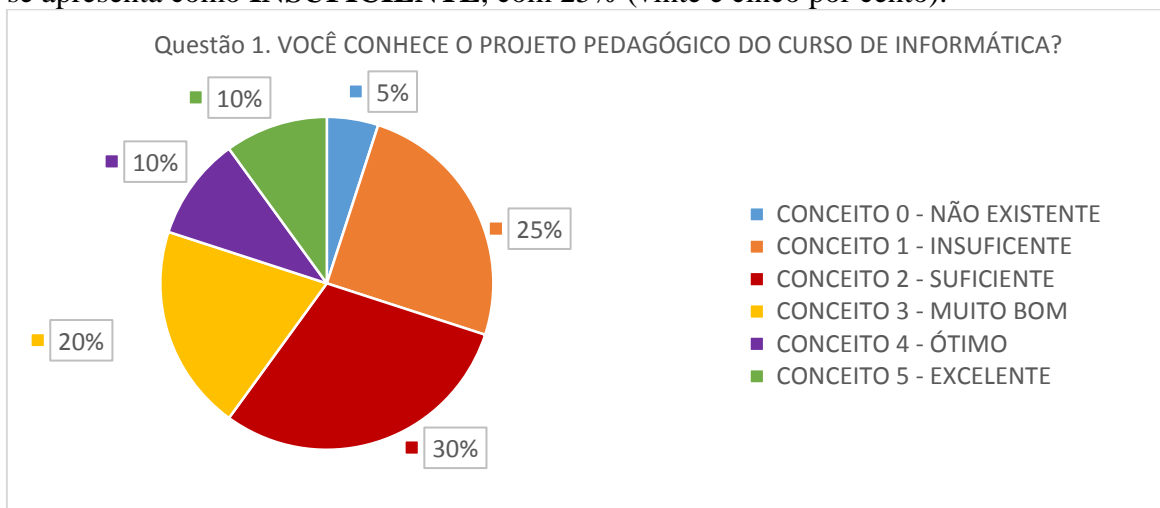


Gráfico 25 – Questão 1 (Conceito) - Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.3 Aspectos Pedagógicos do Curso de Informática

Fonte: Elaborado pela autora

Entende-se que em relação ao conhecimento sobre o Projeto Político Pedagógico do Curso de Informática ambos os índices encontram-se deficientes: o de conhecimento sobre o Documento Institucional e os índices conceituais que perpassam por 1 e 2, suficiente e

insuficiente. Diante deste quadro desfavorável questiona-se: qual a relevância desse documento para os discentes?

A história pouco democrática das relações institucionais em nosso país – incluindo as que se realizam nos sistemas de ensino e nas escolas, bem como as condições de realização do trabalho pedagógico, com sobrecarga para os professores e com resistência para se destinar espaço e tempo para atividades coletivas- leva-nos à hipótese de que a discussão do currículo na escola não seja uma prática muito recorrente. Se isto é verdade, torna-se ainda mais complexa a proposta de construção coletiva do projeto político-pedagógico e do currículo para o desenvolvimento de uma educação integrada. Assim, faz-se necessária uma ação mais concentrada na escola, buscando na prática social e pedagógica do professor os elementos e os mecanismos de superação deste estado de coisas (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS, 2013, p. 247).

Sob a perspectiva do discente, e pelo índice baixo de conhecimento sobre o Projeto Político Pedagógico do Curso de Informática, infere-se que o exposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN/2013) sobre a democratização do currículo e das políticas na escola, onde toda a comunidade escolar deve participar dessa construção coletiva, fica claro que sem a participação dos atores envolvidos no processo não há interação e muito menos interesse em fazer parte desse processo de mudança. O baixo índice demonstrado na questão 1 permite o entendimento de que uma das hipóteses seja o não envolvimento dos participantes da pesquisa no processo de construção, que é singular:

Quando o projeto político-pedagógico é construído de forma coletiva, participativa e democrática, mesmo havendo discordâncias de alguém em relação a algo nele consagrado, o fato de a decisão ser fruto de debates abertos, extensos, francos e aprofundados fará com que todos reconheçam que as decisões tomadas expressam a vontade e a compreensão coletiva e não o poder de algumas pessoas ou segmentos específicos. É essencial, para a implantação de uma política educacional, que a comunidade escolar se convença da pertinência de sua implantação e se mobilize para que a mesma seja realizada (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS, 2013, p. 247).

A participação na construção do Projeto Político Pedagógico, que no âmbito dos Institutos se explicita nos Planos de Curso, influencia diretamente no andamento do processo. O Projeto Político é flexível. Para seu andamento, como as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN/2013) destacam, é de essencial importância a participação da comunidade na implementação. Sem isso, o documento institucional pode correr o risco de tornar-se pouco conhecido, como demonstrado nos índices da pesquisa, como afirma Veiga (2001):

Portanto, a dimensão política se fortalece e se evidencia nas opções curriculares, e estamos inevitavelmente comprometidos com aquilo que propomos e colocamos em prática no âmbito da escola – uma vez que os significados imbricados nas práticas pedagógicas produzem normas, valores, visão de mundo e atitudes que definem posições de poder – e, na dinâmica dessas relações, formam-se as subjetividades (VEIGA, 2001, p. 146).

A importância dos discentes obterem conhecimento e serem participantes da construção do Projeto Político Pedagógico resulta na efetiva interação na execução dessa política, principalmente no que se refere à implementação do currículo. A sugestão das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN/2013), bem como de Sommerman (2014) e Moll (2010) é que sejam trabalhados e desenvolvidos através de projetos interdisciplinares. Para

que esses projetos se efetivem, é necessário haver um diálogo constante entre a comunidade e a escola.

Veiga destaca que o Projeto Político Pedagógico possui uma dimensão mais abrangente que o currículo, pois influencia nas práticas pedagógicas ao regerem a visão de mundo, entre outras normatizações que propõe essa relação de poder existente. É nessa perspectiva que Veiga destaca que “*ao proporem em conjunto, o compromisso de colocar em prática*” e fazer dar certo, torna-se um compromisso de todos.

Sobre a Categoria II- Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.3. Aspectos Didáticos do Curso de Informática, tema Estrutura Curricular, temos:

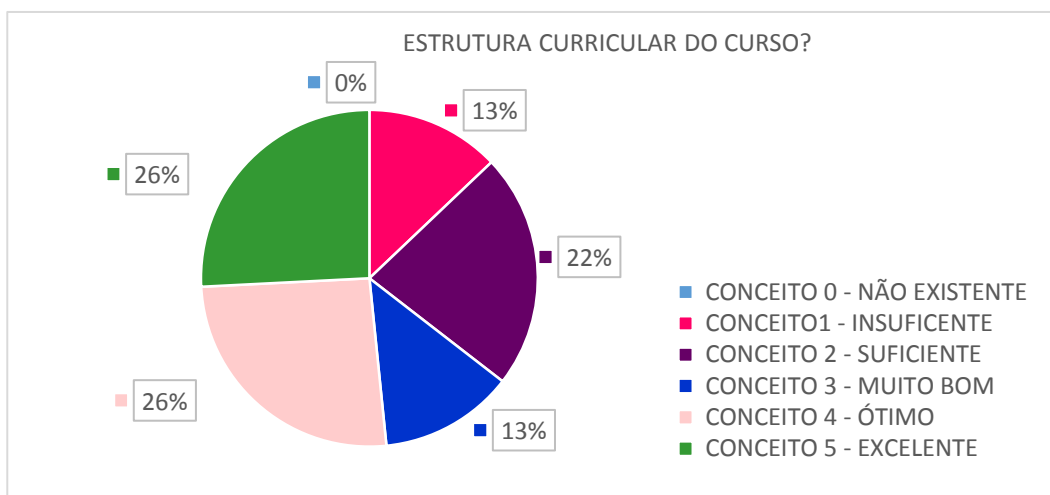


Gráfico 26 – Questão 5 -Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.3 Aspectos Pedagógicos do Curso de Informática

Fonte: Elaborado pela autora.

A questão 5 discorre sobre o conhecimento do discente sobre a estrutura curricular do Curso de Informática. Sobre essa vertente, 88% (oitenta e oito por cento) dos integrantes da pesquisa afirmaram conhecer a estrutura curricular e 9% (nove por cento) afirmaram que não conhecem; tivemos 3% (três por cento) de abstenção. Correspondente a isto, o nível conceitual sobre este tópico foi elevado: o conceito 5 ficou com 26% (vinte e seis por cento) e o conceito 4 também com 26% (vinte e seis por cento), conforme gráfico abaixo:

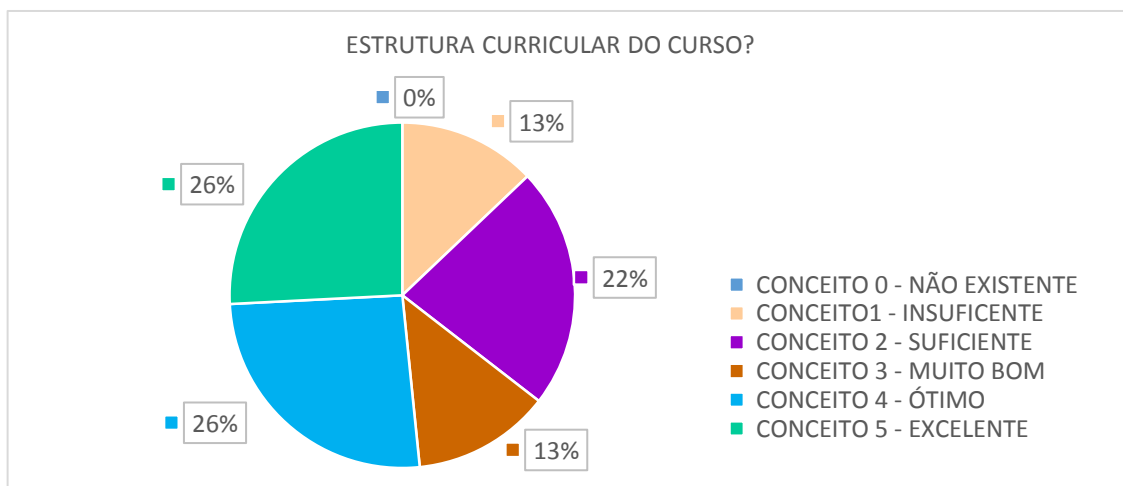


Gráfico 27 – Questão 5 - (Conceito) Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.3 Aspectos Pedagógicos do Curso de Informática

Fonte: Elaborado pela autora.

Compreende-se que o conhecimento dos alunos sobre a estrutura curricular do Curso de Informática é positivo, o que possibilita melhor e maior articulação dos mesmos para seu cumprimento, com o objetivo de integralização do ensino, como ressalta Ramos (2012):

No currículo que integra formação geral, técnica e política, estatuto de conhecimento geral de um conceito está no seu enraizamento nas ciências como “leis gerais” que explicam fenômenos. Um conceito específico, por sua vez, configura-se pela apropriação de um conceito geral com finalidades restritas a objetos, problemas ou situações de interesse produtivo. A tecnologia, nesses termos, pode ser compreendida como a ciência apropriada com fins produtivos. Em razão disto, no currículo integrado nenhum conhecimento é só geral, posto que estrutura objetos de produção, nem somente específico, pois nenhum conceito de apropriação produtiva pode ser formulado ou compreendido desarticuladamente da ciência básica (RAMOS, 2012, p. 121).

No contexto de educação integral, Ramos (2012) ressalta que não deverá existir no currículo integrado duas formações pedagógicas. Esse conceito existe pelo fato de que a formação do Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio tem em sua Matriz Curricular a Formação Geral, composta pelos Componentes Curriculares Propedêuticos existentes na Base Nacional Comum pertencentes a Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias, Formação Diversificada e a Parte Profissional inerentes aos componentes curriculares específicos da área de Tecnologia da Informação.

Em meio a essa estrutura curricular, como integrar? Sommerman (2014) afirma que a integração existente atualmente possui duas direções: da “*lógica clássica* ou *lógica do terceiro termo incluído*”, ou seja, justaposição e articulação. Ramos (2012) complementa que:

É importante reiterar que as sobreposições de disciplinas consideradas de formação geral e de formação específica ao longo de um curso não é o mesmo que integração, assim como não o é a adição de um ano de estudos profissionais a três de ensino médio (a chamada estrutura 3+1). A integração exige que a relação entre conhecimentos gerais e específicos seja construída continuamente ao longo da formação, sob os eixos do trabalho, da ciência e da cultura. Tendo essas questões como referência, podemos propor o seguinte movimento no desenho do currículo integrado:

1. *Problematizar fenômenos (...)*
2. *Explicitar teorias e conceitos fundamentais para a compreensão do (s) objeto (s) estudado (s) nas múltiplas perspectiva em que foi problematizada e localizá-los nos respectivos campos da ciência (áreas do conhecimento, disciplinas científicas e/ou profissionais) identificando suas relações com outros conceitos do ensino campos (disciplinaridade) e de campos distintos do saber (interdisciplinaridade)(...)*
3. *Situar os conceitos como conhecimentos de formação geral e específica, tendo como referência a base científica dos conceitos e sua apropriação tecnológica,, social e cultural;(…)*
4. *A partir dessa localização e das múltiplas relações, organizar os componentes curriculares e as práticas pedagógicas (RAMOS, 2012, p.121-124).*

O Ensino Médio Integrado articula-se automaticamente à integralização ressaltada por Sommerman (2014) e Ramos (2012). O desenvolvimento curricular foi desenhado por Ramos (2012) a fim de delinear através do Eixo Tecnológico, mais especificamente no Curso pesquisado -o de Informação e Comunicação- a importância da relação entre a formação geral e profissional sendo unificada. Para isso, sugere um desenho de currículo integrado, partindo da necessidade de ocorrer o diálogo constante entre os docentes e a comunidade escolar.

A importância da integralização para o desenvolvimento curricular do Ensino Médio Integrado na forma integral sob a perspectiva de uma estrutura curricular flexível é que os alunos possam contextualizar fatos e situações significativas para as aulas, assim como fundamentações teóricas na prática, com visão da apropriação tecnológica que é salutar no âmbito dos Institutos, visando à inovação técnico e tecnológica. Desta forma, Ramos (2012) exhibe a possibilidade de *redefinição do marco curricular*. Esta problematização constante dos saberes faz-se necessária para trilhar a visão do Plano de Curso de Informática (PCC/2017), tendo como objetivo o desenvolvimento crítico do indivíduo.

Sobre a Categoria II -Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.3. Aspectos Didáticos do Curso de Informática, tema Atividades Pedagógicas, temos:

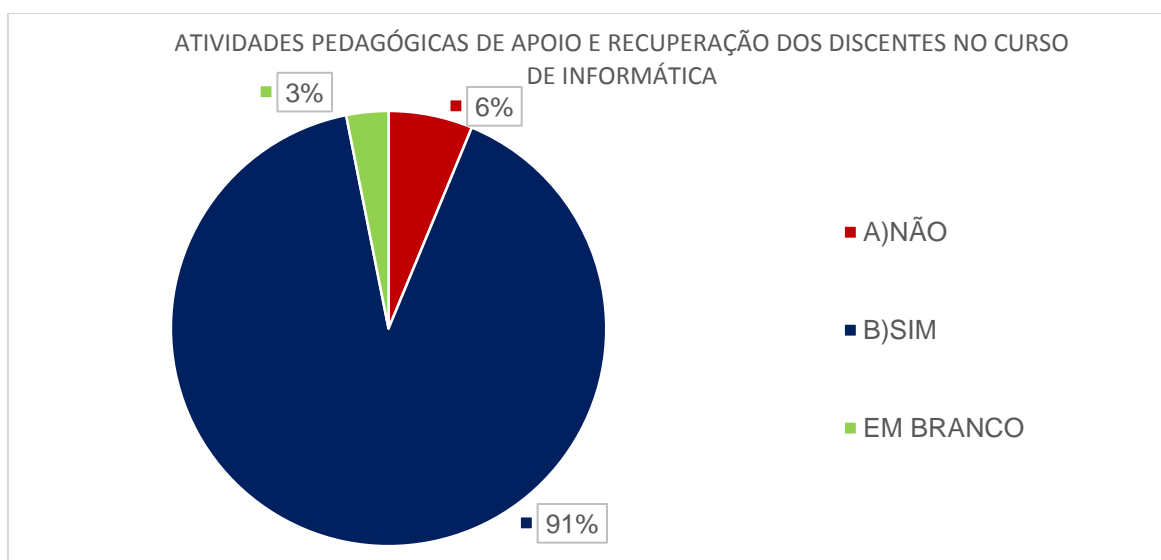


Gráfico 28 – Questão 7 - Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.3 Aspectos Pedagógicos do Curso de Informática

Fonte: Elaborada pela autora.

A questão 7 aborda o desenvolvimento das atividades pedagógicas de apoio e recuperação dos discentes no Curso de Informática. 91% (noventa e um por cento) dos participantes afirmaram que existem atividades de reforço; 6% (seis por cento) afirmaram não existir; tivemos 3% (três por cento) de abstenção.

Relativamente a isto, o conceito encontra-se na nota 3, com 37% (trinta e sete por cento), quando a nota se apresenta como **MUITO BOM**; no conceito 2 quando a nota se apresenta como **SUFICIENTE** tivemos 22% (vinte e dois por cento), mesmo percentual para o conceito 4, quando a nota se apresenta como **ÓTIMO**, conforme apresentado no gráfico 29:

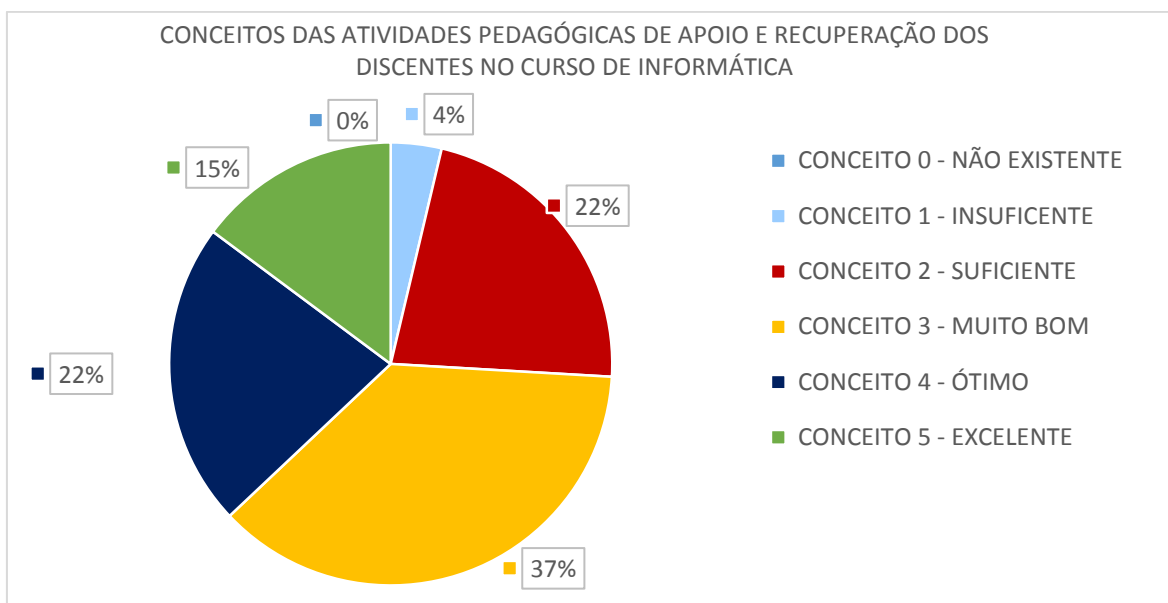


Gráfico 29 – Questão 7 - (Conceito) Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.3 Aspectos Pedagógicos do Curso de Informática

Fonte: Elaborado pela autora.

Nesse panorama, qual a importância do reforço escolar no aperfeiçoamento do processo de ensino aprendizagem? A singularidade do reforço escolar está presente na Lei de Diretrizes da Educação Brasileira (LD/1996), em seu artigo 24:

Artigo 24 (...) inciso V – a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: (...) e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar a serem disciplinados pelas instituições de ensino e seus regimentos (...) (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, n.º 9.394/1996).

Como se vê, a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Brasileira (LDB/1996) afirma a importância de se ofertar estudos de recuperação paralelos ao período letivo. Por exemplo, no Curso de Informática que possui, segundo o Plano de Curso de Informática (PCC/2017), oferta anual através de 4 (quatro) bimestres, ao longo de cada bimestre, uma vez verificado o baixo rendimento dos alunos, o professor deverá ofertar meios dentro do processo para que o discente obtenha êxito escolar.

Dentro do processo de ensino-aprendizagem sempre ocorrerão as dificuldades de aprendizagem intervenientes dos discentes. Para combater o índice de evasão e retenção, o documento institucional Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/2014), por meio de sua Responsabilidade Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) destaca:

III – Garantir condições de acesso, permanência e atuação de qualidade nas atividades educacional e profissional por meio de condições estruturais, técnicas e atitudinais adequadas às pessoas com deficiência ou necessidades específicas (PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – IFRR, 2014, p. 124).

Em relação aos discentes do curso de informática, vislumbra-se que esse seja um dos meios de sua permanência e êxito dentro do âmbito escolar. A pesquisa mostra que 91 % (noventa e um por cento) dos participantes afirmaram existir o Reforço Escolar no Campus Boa Vista; porém, na esfera conceitual, a nota 3 indica que esse índice fica abaixo das

expectativas, na visão da maioria dos integrantes da pesquisa. Como então essa Responsabilidade Social pode inferir alguma diferença na execução desta política?

Art. 84 A verificação da aprendizagem nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, ofertados em séries anuais, será expressa em notas, numa escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, sendo admitida uma casa decimal.

§ 1º Considerando o exposto na Lei 9394/96, a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios, sem prejuízo de outros nela citados:

(...)

b) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, conforme disciplina o Art. 89 desta Organização Didática (ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA, 2012, p. 30).

Em continuidade à Responsabilidade Social presente no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/2014), mais especificamente sobre o acesso, permanência e êxito dos alunos, reflete-se e complementa-se no tema de estudos de recuperação, presente na Organização Didática do IFRR (OD/2012), em destaque o motivo de baixo rendimento escolar, onde os alunos precisam, segundo o Plano de Curso de Informática (PCC/2017) obter média 7,0 (sete) para poder ser aprovados no bimestre, sendo considerado baixo rendimento notas abaixo da média: portanto, para esse público específico, conforme preceitua o artigo 84 da Organização Didática (OD/2012), devem ser traçados métodos de recuperação de estudos.

Na escola, a aula é a forma predominante de organização do processo de ensino. Na aula se criam, se desenvolvem e se transformam as condições necessárias para que os alunos assimilem conhecimentos, habilidades, atitudes e convicções e, assim, desenvolvam suas capacidades cognitivas.

(...)

Devemos entender a aula como conjunto dos meios e condições pelos quais o professor dirige e estimula o processo de ensino em função da atividade própria do aluno no processo da aprendizagem escolar, ou seja, a assimilação consciente e ativa dos conteúdos. Em outras palavras, o processo de ensino, através das aulas, possibilita o encontro entre os alunos e a matéria de ensino, preparada didaticamente no plano de ensino e nos planos de aula.

A realização de uma aula ou conjunto de aulas requer uma estruturação didática, isto é, etapas ou passos mais ou menos constantes que estabelecem a sequência do ensino de acordo com a matéria ensinada, características do grupo de alunos e de cada aluno e situações didáticas específicas (LIBÂNEO, 1994, p. 177-178).

Libâneo (1994) evidencia que a escola, sendo um ambiente de conhecimento, possui sua essência nas aulas. O acesso e permanência dos alunos apontados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB/1996), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/2014), e Organização Didática (OD/2012) vem trazer a responsabilidade do Campus Boa Vista em proporcionar esse momento de estudos de recuperação que, segundo indicado na Organização Didática (OD/2012), deve ser paralela, ou seja, no decorrer do processo. Esse novo aspecto perpassa pela didática no ensino, como Libâneo (1994) realça: a aula é primordial nesse processo de ensino aprendizagem; o docente que desenvolve a mediação de recuperação e/ou reforço escolar deverá adaptar sua metodologia, a fim de alcançar o êxito e permanência do discente do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio.

Sobre a Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.3. Aspectos Didáticos do Curso de Informática, tema Relação Professor-Aluno, temos:

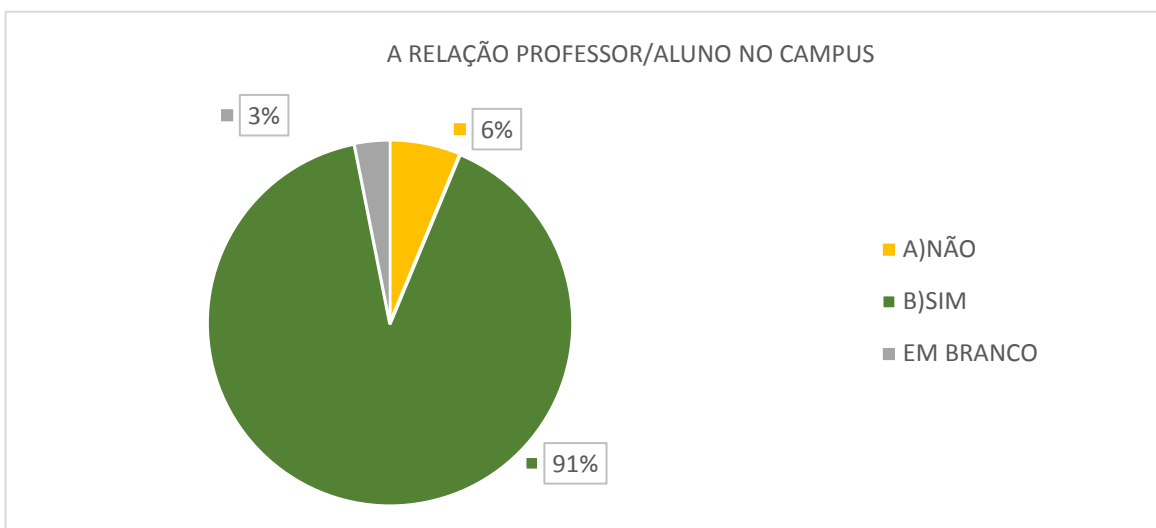


Gráfico 30 – Questão 11 - Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.3 Aspectos Pedagógicos do Curso de Informática

Fonte: Elaborado pela autora

Em observação à questão 11, a efetivação da relação professor–aluno, auferimos 91% (noventa e um por cento) de afirmações de efetivação dessa relação; 6% (seis por cento) de negação, e 3% (três por cento) de abstenção. Prosseguindo a análise, temos:

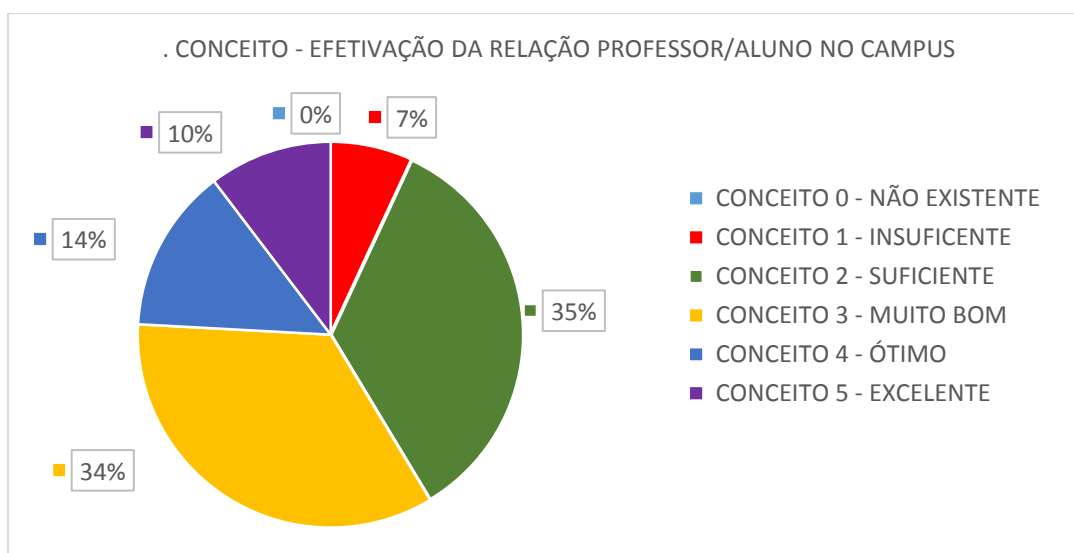


Gráfico 31 – Questão 11 - (Conceito) Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático - Pedagógico, subdimensão 2.3 Aspectos Pedagógicos do Curso de Informática

Fonte: Elaborado pela autora.

A relação professor-aluno é essencial no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, conforme apontado por Libâneo (1994):

As relações entre professores e alunos, as formas de comunicação, os aspectos afetivos e emocionais, a dinâmica das manifestações na sala de aula, fazem parte das condições organizativas do trabalho docente, ao lado de outras que estudamos.

A interação professor – alunos é um aspecto fundamental da organização da “situação didática”, tendo em vista alcançar os objetivos do processo de ensino: a transmissão e assimilação dos conhecimentos, hábitos e habilidades. Entretanto, esse não é o único fator determinante da organização do ensino, razão pela qual ele precisa ser estudado em conjunto com outros fatores, principalmente a forma de aula (atividade individual, atividade coletiva em pequenos grupos, atividade fora da classe, etc.).

Podemos ressaltar dois aspectos da interação professor-alunos no trabalho docente: o aspecto cognoscitivo (que diz respeito a formas de comunicação dos conteúdos escolares e às tarefas escolares indicadas pelos alunos) e o aspecto sócio-emocional (que diz respeito às relações pessoais entre professor e aluno e às normas disciplinares indispensáveis ao trabalho docente) (LIBÂNEO, 1994, p. 249).

No tópico conceitual, a diferença entre os dois conceitos foi mínima, com 1% (um por cento); no conceito 2, quando a nota se apresenta como **SUFICIENTE**, tivemos 35% (trinta e cinco por cento); em seguida, o conceito 3, quando a nota se apresenta como **MUITO BOM**, o índice foi de 34% (trinta e quatro por cento). Inferimos da percepção dos discentes que a relação professor-aluno no Campus Boa Vista no Curso de Informática acontece, porém caracteriza-se com o índice abaixo do que se espera em um processo de ensino-aprendizagem em ascensão, desenhados entre os conceitos 3 e 2.

O índice conceitual baixo de 2 e 3 nos remete à reflexão da concepção defendida por Libâneo (1994) dessa relação professor-aluno. Visto que o diálogo entre ambos é primordial, essa relação necessita ser positiva para que possa vir a se realizar um desenho positivo da didática a ser implementada pelo docente. Libâneo (1994) destaca dois aspectos inerentes dessa relação que podem estar relacionados de forma negativa pelos integrantes da pesquisa: os aspectos cognoscitivos da interação e os aspectos sócio-emocionais.

O aspecto cognoscitivo é caracterizado pelo ato de ensinar e de aprender. A execução do Plano de Ensino do professor, o desenvolver de suas aulas, na situação curricular do Curso Técnico de Informática, segundo o Plano de Curso de Informática (PCC/2017), são o alcance das competências e habilidades necessárias para o desenvolvimento profissional do Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio. A resolução de problemas e a metodologia docente podem não estar caminhando de forma positiva e aceita pelos discentes participantes da pesquisa, que conceituaram como **SUFICIENTE** essa relação, o que vai de encontro à forma insuficiente do cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/2014): formação de profissional com excelência na qualidade de ensino.

O segundo tópico enfatizado por Libâneo (1994) explicita a relação afetiva existente entre professor e aluno, denominada por ele de aspectos socioemocionais, o que não pode ser confundido com a discrepância de que muitas instituições de ensino desenvolvem uma relação familiar na escola, um tipicismo de parentesco familiar, até mesmo na expressão de chamar de “tio”, de “tia”. Nesse aspecto, Libâneo (1994) ressalta a importância do docente *aprender a combinar severidade e respeito*, na condução com autoridade. Deste modo, fornece autonomia para que o processo de ensino-aprendizagem trilhe sobre caminhos de trocas de saberes e desenvolvimento intelectual, e jamais em uma relação ditatorial ou modelo de educação bancária citada por Freire (1996), mas uma relação de autonomia, onde o conhecimento desperta curiosidade e motivação dos discentes em aprender.

Nesta perspectiva, depreende-se da análise conceitual que no Curso de Informática a relação professor-aluno pode estar vulnerável, visto que Veiga (1992) ressalta através de uma pesquisa realizada com discentes, tendo como investigação a relação de professor e aluno, que demonstram os conceitos de Libâneo (1994) apontando as fragilidades existentes nessa relação: o trato de conteúdos de ensino, a produção de conhecimento e a metodologia do professor, aspectos envolvidos no campo cognoscitivo e socioemocionais que influenciou e tornou deficitário, através dos baixos conceitos, o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem no Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio.

Sobre a Categoria II-Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.3. Aspectos Didáticos do Curso de Informática, tema Continuidade de Formação na área de Tecnologia de Informação, temos:

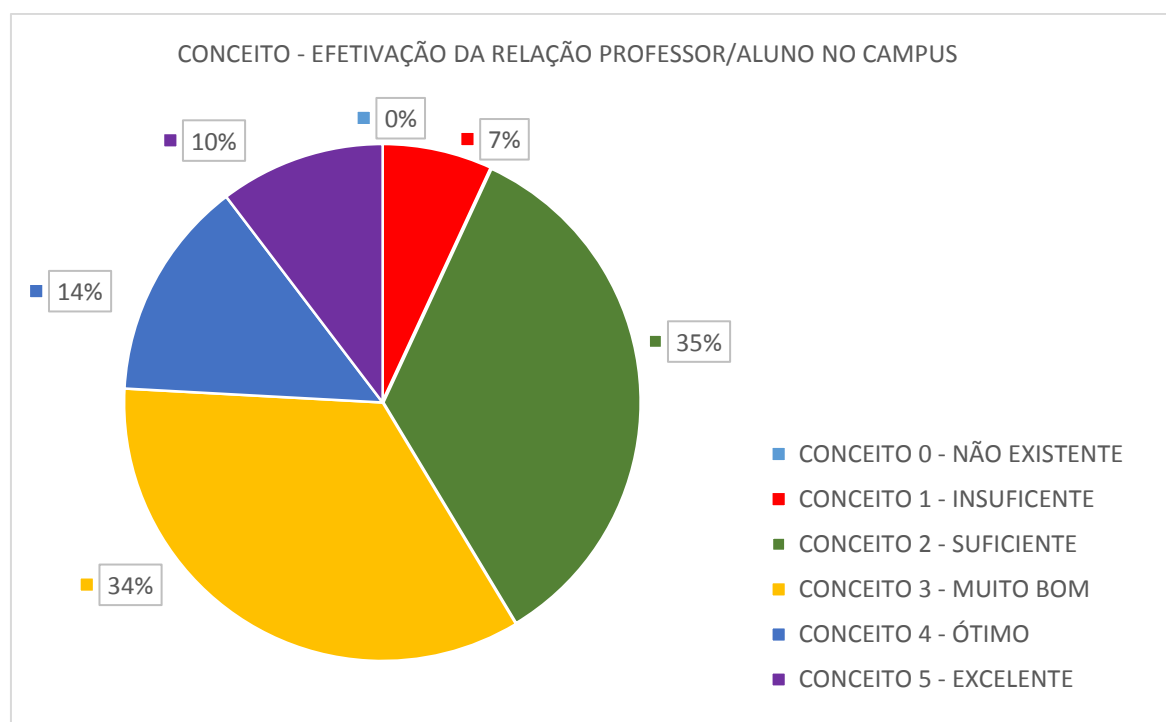


Gráfico 32 – Questão 16 - Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.3 Aspectos Pedagógicos do Curso de Informática

Fonte: Elaborado pela autora.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN/2013), o Perfil Profissional do Curso deve ter início no planejamento curricular, tendo sua concretização em saberes e competências refletidos através de sua Matriz Curricular e Ementas. Em atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN/2013) e ao Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT/2016), o Perfil deve atender o segmento geral, o segmento profissional do Eixo Tecnológico estruturante e específicos da habilitação profissional.

Nessa perspectiva, em quais pontos o Perfil Profissional do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio obteve atendimento nos segmentos gerais, profissionais e específicos do Eixo Tecnológico?

Quanto a isto, essa discussão interliga-se à questão n.º 16 (dezesseis) que trata sobre a possibilidade de continuidade ou não de formação na área de Tecnologia da Informação,

embasado nos documentos legais: as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN/2013) e o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT/2016).

Depreende-se do Perfil Profissional do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio que ele deverá obter competências e habilidades para desenvolver sistemas, utilizar banco de dados e gerenciar os sistemas operacionais. No segmento geral, percebe-se que as relações interpessoais possuem destaque. Além da execução de um currículo integrado característico do Ensino Integrado, em termos de possibilidades de verticalização para os Cursos de graduação e itinerários formativos constante no Catálogo de Cursos Técnicos (CNCT/2016) temos:

Curso superior de tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas. Curso superior de tecnologia em redes de computadores. Curso superior de tecnologia em bancos de dados. Curso superior de tecnologia em gestão de tecnologia da informação. Curso superior de tecnologia em jogos digitais. Curso superior de tecnologia em segurança da informação. Curso superior de tecnologia em sistemas para internet. Bacharelado em ciência da computação. Bacharelado em sistemas de informação. Bacharelado em engenharia de software. Bacharelado em engenharia de computação (CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS TÉCNICOS, 2016, p. 100).

Compreende-se que, a partir do Perfil Profissional do Egresso do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio e, vislumbrando as possibilidades de verticalização no mesmo itinerário formativo presente no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT/2016), infere-se que o Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas atende à continuidade de formação dentro da área de tecnologia de informação. Vale ressaltar que este curso é desenvolvido no IFRR Campus Boa Vista sendo este o cerne da questão 16 (dezesseis).

Neste sentido, a questão 16 (dezesseis) vem argumentar sobre o ingresso no Curso Superior em Gestão de Análise e desenvolvimento de Sistemas do IFRR – Campus Boa Vista. As respostas dos 32 (trinta e dois) discentes apontaram as seguintes alternativas:

A) NÃO POSSUEM PRETENSÃO DE CURSO SUPERIOR NOS PRÓXIMOS 2 ANOS: 0% (zero por cento);

B) NÃO SABER O CURSO QUE PRETENDIAM FAZER: 25% (vinte e cinco por cento)

C) PRETENDIAM FAZER CURSO SUPERIOR EM OUTRA ÁREA: 41% (quarenta e um por cento), e em conseguinte sendo o segundo maior em porcentagem está a alternativa

D) PRETENDIAM SIM FAZER CURSO SUPERIOR NA MESMA ÁREA: 28% (vinte e oito por cento).

Sobre a Categoria II Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.3. Aspectos Didáticos do Curso de Informática, tema Continuidade de Formação na área de Tecnologia de Informação, alternativa C da questão 16, temos:

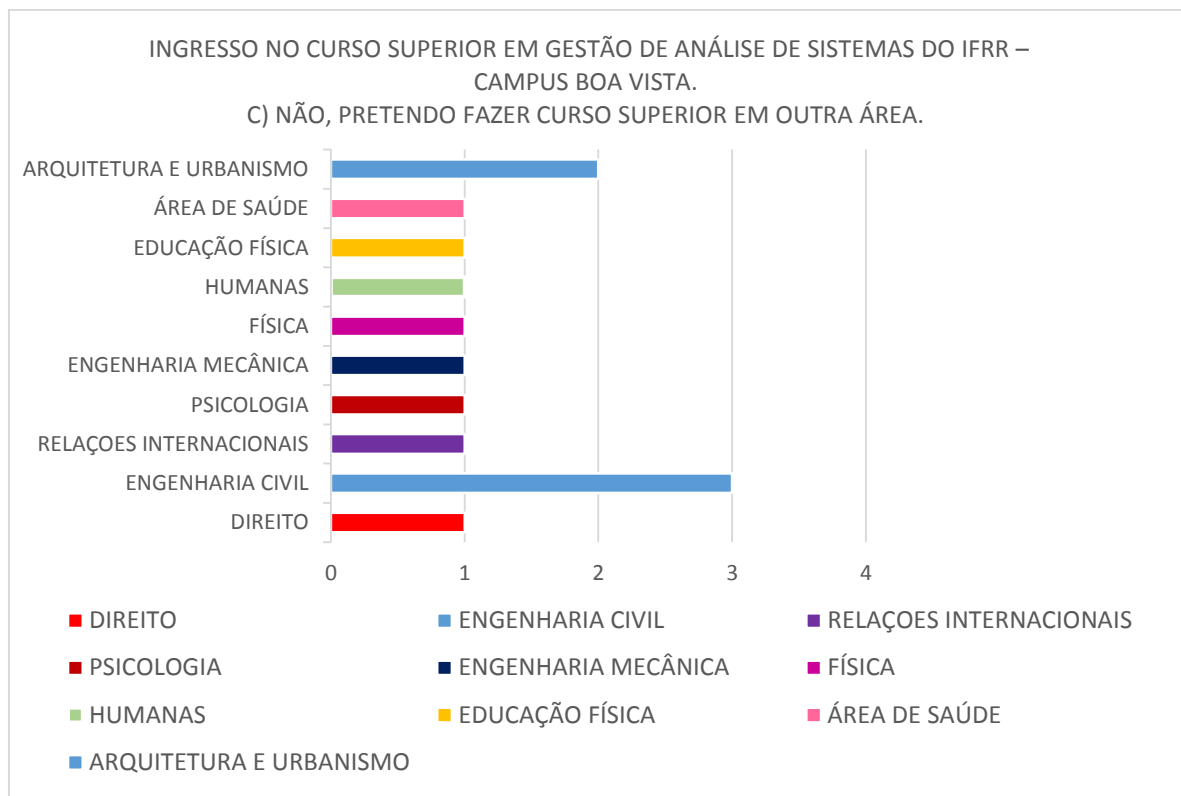


Gráfico 33 – Questão 16 (ALTERNATIVA C) - Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.3 Aspectos Pedagógicos do Curso de Informática

Fonte: Elaborada pela autora.

Diante das respostas, sendo sua grande maioria correlatas a outros cursos, outras áreas de formação, podemos fazer algumas reflexões, tais como a possibilidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) realizar atividades que esclareçam os objetivos, atuação e demais características do curso. Deste modo, pode-se minimizar as incertezas e fortalecer o interesse e dedicação ao longo da formação profissional.

O índice de 41% (quarenta e um por cento) de afirmação dos integrantes da pesquisa de que pretendiam fazer outro curso superior fora do âmbito do Eixo Tecnológico de Informação e Comunicação sinaliza que esse retorno vem ao encontro das discussões teóricas acerca das dúvidas e incertezas dos jovens que cursam o ensino médio. Isto pode ser constatado ainda nas falas dos educandos quando declaram que não pretendem atuar na área, apresentando dúvidas sobre a continuidade dos seus estudos e atuação profissional.

Sobre a Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.3. Aspectos Didáticos do Curso de Informática, tema Continuidade de Formação na área de Tecnologia de Informação, alternativa D da questão 16, temos:

Quadro 9 – Questão 16 (ALTERNATIVA D) - Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.3 Aspectos Pedagógicos do Curso de Informática

QUESTÃO 16. VOCÊ PRETENDE INGRESSAR NO CURSO SUPERIOR EM GESTÃO DE ANÁLISE DE SISTEMAS DO IFRR – CAMPUS BOA VISTA?	
ALTERNATIVA D) SIM, PRETENDO FAZER O CURSO SUPERIOR NA MESMA ÁREA OU CORRELATA	
PARTICIPANTE DA PESQUISA	OBSERVAÇÕES
N 11	<i>Gosto do Curso</i>
N 24	<i>Entrar no curso foi bom para ver outras possibilidades, entender o mundo da informática e ver como o mercado de trabalho é grande, então na lista de opções mais prováveis para investir.</i>
N 25	<i>Sim, pois não tenho vontade de mudar de área e “jogar” meus 3 anos de sofrimento fora. Além de eu não saber o que quero ser profissionalmente.</i>
N 26	<i>Pretendo fazer Ciência da Computação na Federal</i>
N 30	<i>Pretendo ingressar no TADS caso não passe na UFRR e UERR para ciência da computação.</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

As respostas apresentadas no quadro 7 mostram, em contrapartida, e com segundo maior índice, que também há integrantes da pesquisa que pretendem continuar no mesmo itinerário formativo, sendo que 28% (vinte e oito por cento) de alunos afirmaram se identificar com a área do curso, o que nos faz refletir acerca do atingimento da concepção proposta no Plano de Curso de Informática (PPC/2017) .

Por intermédio das falas dos alunos, depreende-se os aspectos positivos da possibilidade de verticalização no mesmo itinerário formativo no Campus Boa Vista. O participante n.º 11 afirma gostar do curso; o n.º 24 afirma que pôde compreender o mundo da Informática através do Curso Técnico; os participantes n.º 26 e 30 responderam que pretendem ingressar em outras universidades, seguindo o eixo tecnológico.

Compreende-se, a partir dessa perspectiva discente, que o Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio, por intermédio do seu Plano de Curso de Informática (PCC/2017), alcançou proporcionar uma formação com excelência para estes discentes, possibilitando-lhes dominar as técnicas e tecnológicas do sistema de informação, bem como sua aplicabilidade no mercado de trabalho e seu crescimento profissional como cidadão crítico.

6.1.4.4 Subdimensão 2.4 – Considerações dos participantes da pesquisa sobre o Curso Técnico de Informática: Aspectos favoráveis e desfavoráveis

Esta subdimensão apresenta a perspectiva descritiva dos integrantes da pesquisa sobre a Implementação do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio, mostrando os aspectos favoráveis e desfavoráveis, tendo em vista que eles foram os pioneiros a ingressar nesse curso sob a forma Integral.

Para o melhor entendimento das discussões sobre a perspectiva dos participantes da pesquisa sobre a Implementação do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao

Ensino Médio, o questionamento principal foi desenvolvido em dois temas: os aspectos favoráveis e os desfavoráveis relativos à Implementação do curso no Campus Boa Vista.

A questão 17 (dezessete) é uma das principais no que diz respeito à perspectiva desse discente que vivenciou de forma pioneira essa Implementação. Para melhor análise, organizamos essa percepção discente em dois grupos: os aspectos favoráveis e os desfavoráveis. Em seguida, para cada aspecto, apresentamos os principais títulos citados: 7 favoráveis e 11 desfavoráveis, como apresentado no quadro 8:

Quadro 10 – Questão 17 - Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógica, subdimensão 2.4. Considerações favoráveis e desfavoráveis do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio na perspectiva discente

QUESTÃO 17. DESCREVA SUAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CURSO TÉCNICO DE INFORMÁTICA INTEGRADO AO MÉDIO - PONTOS POSITIVOS, NEGATIVOS E SUGESTÕES.			
FATORES FAVORÁVEIS		FATORES DESFAVORÁVEIS	
NÚMERO	TÍTULO	NÚMERO	TÍTULO
1	Infraestrutura	1	Laboratórios
2	Processo de ensino-aprendizagem	2	Qualidade no Ensino
3	Matriz Curricular	3	Dificuldade de aprendizagem
4	Professores	4	Matriz Curricular
5	Mercado de Trabalho	5	Carga horária do Curso
6	Qualificação Profissional	6	Ausência de Professores da Área Técnica
7	Bolsa de Estudos (PIBICT e PIBAEX)	7	Ausência de Visitas Técnicas
		8	Coordenação de Curso
		9	Falta de Didática
		10	Falha na Comunicação
		11	Tecnologia Deficiente

Fonte: Elaborado pela autora.

Evidencia-se que entre os aspectos favoráveis e desfavoráveis existem títulos que se assemelham, e que os aspectos desfavoráveis destacam-se pela quantidade de títulos, no total de 11; entre eles, vertentes específicas para o bom funcionamento do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio, como Tecnologia Deficiente e Laboratórios.

A seguir abordaremos a perspectiva discente sobre os aspectos favoráveis e desfavoráveis delineados acima, trazendo algumas das principais falas dos participantes da pesquisa, assim como sugestões, motivações e anseios sobre o Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio.

Dessa forma, sobre a Categoria II Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2–Didático-Pedagógica, subdimensão 2.4. Considerações dos participantes da pesquisa sobre o Curso Técnico de Informática, tema Aspectos Favoráveis, temos:

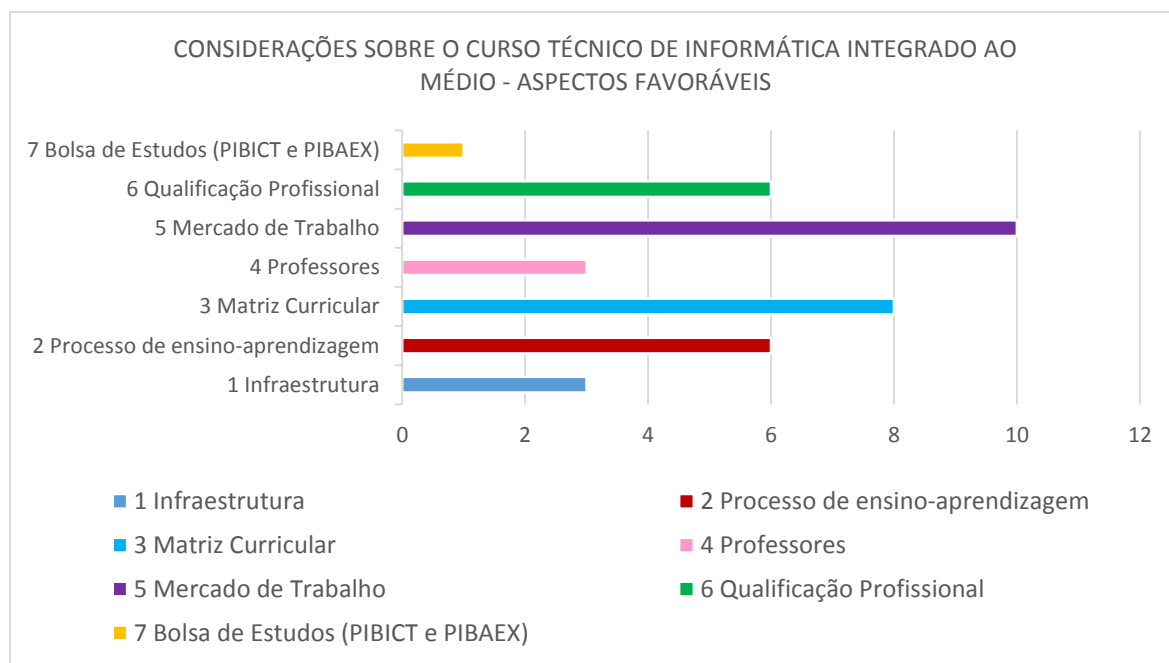


Gráfico 34 – Questão 17 (ASPECTOS FAVORÁVEIS) - Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2 – Didático-Pedagógico, subdimensão 2.4. Considerações favoráveis e desfavoráveis do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio na perspectiva discente.

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os Aspectos Favoráveis destacam-se os títulos 5– Mercado de Trabalho, 3– Matriz Curricular, 2– Processo de ensino-aprendizagem e 6– Qualificação Profissional. Percebe-se, muito veementemente, na fala dos integrantes da pesquisa a ênfase do curso no Mercado de Trabalho. Em destaque:

N 10. Pontos positivos: Dá ao aluno uma visão completa do mercado de trabalho, além de ajudar na vida pessoal também.

N 24. Positivos: grande oportunidade, tem uma estrutura melhor que a maioria das instituições públicas, tem bolsas de estudo (projetos PIBICT e PIBAEX), bons professores que te preparam, tanto para o vestibular quanto para o mercado de trabalho.

N 26 - Pontos Positivos: Oferece uma boa visão do mercado e nos oferece um bom conhecimento.

Evidencia-se nas falas dos discentes N 10, N 24 e N 26 que o Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio prepara o egresso para o Mercado de Trabalho e possui reconhecimento e empregabilidade na cidade, o que é confirmado no Plano de Curso de Informática (PCC/2017) ao afirmar que o desenvolvimento curricular, com a presença do eixo integrador, que é Mercado de Trabalho, leva a refletir sobre o título, mesmo que o componente curricular não esteja correlacionado diretamente.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN/2013) ressaltam que a Matriz Curricular de um Curso de Ensino Profissional precisa conversar com o Mercado de Trabalho, a fim de aliar o ensino e o conhecimento técnico -tecnológico de acordo com a necessidade do Curso, assim como voltado à sua formação profissional. No Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio, de acordo com o eixo de Informação e Comunicação, pode-se ver a apreensão dos discentes sobre a Matriz Curricular.

N 4 Positivos: boa estrutura curricular.

N 8 Alguns pontos positivos são as matérias técnicas, o aluno desenvolve sistemas e adquire conhecimentos.

N 11 Pontos Positivos é a amplitude que terei de disponibilidade em relação a trabalho e currículo.

Nota-se, através das falas, o pleno conhecimentos dos discentes em relação à matriz curricular do Curso presente no Plano de Curso de Informática (PCC) que subdivide-se em Formação Geral. O integrante da pesquisa N 4 aponta como positiva a matriz curricular, pensamento complementado pelo integrante N 11, que afirma ter maior amplitude no que diz respeito à disponibilidade de trabalho.

O Processo de ensino-aprendizagem é resultado de relações sociais e materiais de um ambiente escolar. Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012, p. 129 e 130) destacam que “*essas relações sociais no processo tornam-se uma das questões de grande relevância, especialmente quando se busca um melhor entendimento do processo educativo que se desenvolve na escola*”. Assim, as respostas com terceiro maior índice apresentadas pelos discentes com relação aos aspectos favoráveis de assinalações mostram que no Curso de Informática o processo de ensino-aprendizagem se efetivou de forma positiva.

O ato de ensinar está intrinsecamente ligado ao processo de ensino-aprendizagem: é uma troca de saberes rumo à autonomia. Conforme orienta o Plano de Curso de Informática (PCC), essa formação do cidadão crítico carece de um ensinar que exija reflexão crítica sobre a prática. Freire (1996, p. 38, *itálico constante no texto original*) salienta que “*A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer*”. A fala dos discentes corrobora essa afirmação:

N 17 - Positivos: oferece uma boa aprendizagem nessa área, tanto nos equipamentos que nós utilizamos (...).

N 22 ótimo aprendizado e experiência para o mercado de trabalho.

N 27 Pode-se destacar como pontos positivos o conhecimento fornecido e a preparação do discente para o trabalho, além de amadurecê-lo para a vida toda (...).

Infere-se das falas dos participantes da pesquisa, conforme colocação do N 17, que a aprendizagem fornecida no Curso de Informática completa-se através dos equipamentos presentes na Instituição de Tecnologia da Informação e em atendimento aos documentos institucionais. Os argumentos dos participantes N22 e N27 complementam-se em afirmar que essa aprendizagem volta-se para o aperfeiçoamento do discente para atuar no mercado de trabalho.

Seguindo orientações legais da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN/2013), e o Plano de Curso de Informática (PCC/2017), buscou-se acentuar a excelência na qualificação profissional técnica através de seu itinerário formativo. As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN/2013) sublinham que a qualificação profissional “*Cabe ao IFRR Campus Boa Vista proporcionar meios didático-pedagógicos para o alcance dessa meta*”. Nesta óptica, os docentes participantes da pesquisa ressaltaram que:

N 7 O curso técnico de Informática Integrado ao Médio formou novos e qualificados técnicos na área.

N 8 Alguns pontos positivos são as matérias técnicas, o aluno desenvolve sistemas e adquire conhecimentos.

N 13 É um curso voltado para a parte de programação, onde há o ensino de linguagens de programação integrado ao ensino médio, onde acaba pesando para algumas pessoas.

A definição de Qualificação Profissional presente nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN/2013) reflete-se nos discursos dos alunos ao longo dos argumentos da pesquisa, ou seja, a ênfase sobre a formação profissional de qualidade se efetiva no Curso, assim como a aceitação no mercado dos profissionais formados pela instituição e a conscientização dos alunos do Ensino Profissional, que forma o cidadão para ingressar no mercado de trabalho.

Diante disso, esta pesquisa enfatiza que a Qualificação Profissional tem um lugar de destaque na perspectiva do discente, pois o envolvimento das matérias técnicas descrito pelo participante N 8, assim como a afirmação de formação de profissionais qualificados, pelo participantes N 7 e a fala do participante N 13 mostram que a qualificação profissional é aperfeiçoada em programação e linguagens de computador, em atendimento ao eixo tecnológico de informação e comunicação.

Em continuação à análise, sobre a Categoria II-Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2–Didático-Pedagógica, subdimensão 2.4. Considerações dos participantes da pesquisa sobre o Curso Técnico de Informática, tema Aspectos Desfavoráveis, temos:

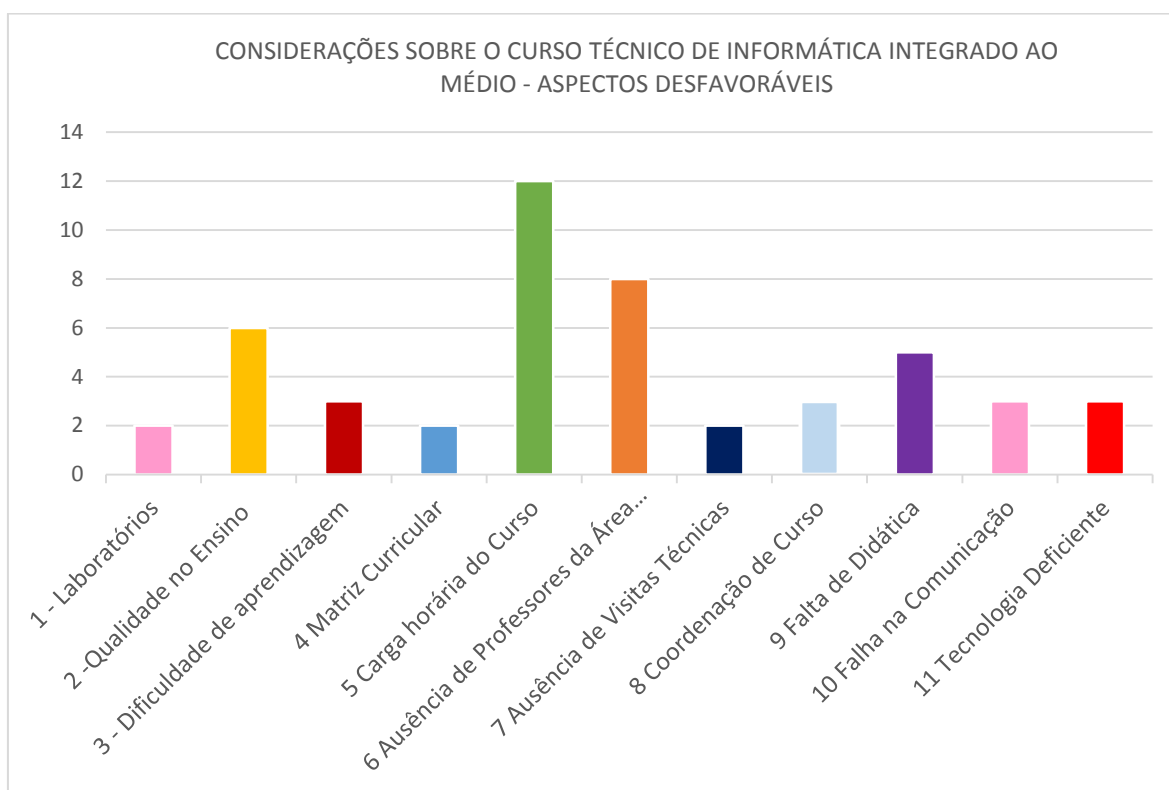


Gráfico 35 – Questão 17 (ASPECTOS DESFAVORÁVEIS) - Categoria II - Aspectos Específicos do Curso de Informática. Dimensão 2–Didático-Pedagógica, subdimensão 2.4.Considerações favoráveis e desfavoráveis do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio na perspectiva discente

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os Aspectos Desfavoráveis destacam-se os títulos 5–Carga Horária, 6–Ausência de Professores da Área Técnica, 2–Qualidade no Ensino e 9–Falta de Didática. Constata-se, neste aspecto, o argumento repetidamente citado pelos discentes sobre a carga horária do curso:

N 2 – (...) mas nem todos os alunos conseguem adquirir o conhecimento necessário ao final do curso, pois não é um curso fácil e não temos uma carga horária diária tranquila.

N 7 (...) porém, no curso, houve um cansaço grande por parte dos alunos, não sendo devidamente orientado pela direção.

N 10 (...) Pontos Negativos: muita carga horária, sobrecarga nos alunos, fazendo com que fiquem sem tempo para realizar o estágio obrigatório.

N 12 O curso é muito cansativo, por ser os dois horários e não termos tempo de fazer mais nada além de estar aqui estudando na instituição. Fora que não tem almoço de qualidade. Sugestão: voltar para 4 anos. E a coordenação de informática é muito desorganizada.

Nota-se a insatisfação contínua dos discentes quanto à carga horária do Curso. Vale ressaltar que o Ensino Médio integrado ao Técnico na forma integral é ofertado no turno diurno, manhã e tarde. Este fato é apontado como negativo pelos integrantes da pesquisa: N 2– “Um curso sem carga horária tranquila”; N 7 – Ressalta o cansaço dos alunos; N 10– salienta que a carga horária sobrecarrega os alunos; e N 12 – Sintetiza que por motivo dessa sobrecarga o Curso Técnico torna-se cansativo.

A percepção dos alunos é que o Curso é ótimo, porém a extensa carga horária de estudos impossibilita os mesmos de estudarem individualmente, de obterem um momento de lazer já que precisam realizar os trabalhos que lhes é cobrado na escola, assim como o excesso de componentes curriculares e trabalhos deixam o curso “cansativo”.

Diante desse quadro, seguimos aqui duas sugestões de Sommerman (2014), Ramos (2012) e Moll (2010) quando apontam que uma forma para minimizar esse cansaço ressaltado pelos discentes seria trabalhar todo esse currículo extenso em projetos interdisciplinares. Assim, ao invés de uma carga horária extensa, poderia ser inserido no próprio horário das aulas momentos de socialização de projetos interdisciplinares. Isto diminuiria o peso da carga horária do Curso e proporcionaria momentos de interação de aprendizagem e troca de experiências e saberes.

Outro fator apontado foi a ausência de professores da área técnica; e neste item os integrantes da pesquisa deixaram clara a diferenciação entre os docentes da área propedêutica de formação e os docentes da parte profissional. A ausência citada refere-se a docentes da área de tecnologia da informação, professores que possuem formação em Informática, e que desenvolvem os componentes específicos da área profissional. Entre as exposições dos discentes, salientamos:

N 4 Negativos: faltava professores de matérias técnicas.

N 9 Negativos: falta de professores em algumas disciplinas técnicas.

N 31 porém, o fator humano por parte dos docentes e técnicos administrativos ainda é falha, havendo situações didáticas e estruturais do curso omissas de solução. Um maior esforço e engajamento coletivo seria essencial a um curso de excelência.

Extrai-se desses argumentos que a ausência desses profissionais em sala de aula é negativa em todos os ângulos. No entanto, surgem algumas dúvidas: qual o motivo dessa ausência? Seria uma questão administrativa? O que é preocupante nesse título é que a formação do curso depende diretamente dos ensinamentos acerca do desenvolvimento de sistemas, banco de dados e aprimoramento de sistemas operacionais, conforme explicita o objetivo do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio, presente no Plano de Curso de Informática (PCC/2017). Outra dúvida pertencente a essa exposição dos participantes da pesquisa é: essa ausência dos professores da área técnica perdurou ao longo de três anos de formação ou se deu apenas no 3º ano de conclusão do Curso?

Diante desse aspecto desfavorável apresentado pelos participantes da pesquisa, faz-se necessário, segundo Veiga, (1992):

Recuperar no professor a qualidade da relação com o aluno é fundamental. É provável que a produção do conhecimento com o professor, sobre sua própria condição e realidade, nos auxilie a esclarecer os rumos da definição de uma nova ordem pedagógica (VEIGA, 1992, p. 157).

Como enfatizado pelo participante N 31 da pesquisa, um maior esforço coletivo poderia levar o Curso à Excelência. É importante refletir sobre esse problema. É necessário ter certeza sobre a disponibilidade de profissionais da área de formação em tecnologia da informação, e perceber que isso é fundamental para a segurança da continuidade da oferta do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio, a fim de se evitar percalços desse gênero, não se fragilize a relação professor–aluno, e não se prejudique a formação técnico-profissional do Curso.

Existe uma perspectiva dúbia dos participantes da pesquisa ao afirmarem entre os títulos mais repetidos dos aspectos favoráveis a existência da Qualificação profissional no Curso de Informática, pois entre os aspectos desfavoráveis mais citados encontra-se a Qualidade no Ensino. Como pode um Curso obter uma boa Qualificação Profissional e uma Qualidade de Ensino abaixo das Expectativas dos participantes da pesquisa? Será que existe uma discrepância, ou desentendimento, ou mesmo uma diferenciação entre a formação profissional como sendo positiva fazendo a interligação entre a Qualificação Profissional e a Qualidade no ensino interligado à formação geral?

Analisemos os argumentos em destaque sobre o título Qualidade no Ensino:

N 19 Negativos: Excesso de trabalhos, muita *startup*¹⁵.

N 29 O curso é até bem programado e com perspectivas de visão como *startups*, porém há poucas práticas do conhecimento teórico, matérias pendentes ou professores em falta, além da falta de planejamento.

Destacam-se então, duas temáticas: uma apontada pelo participante N19 que afirmou haver excesso de trabalhos, o que demanda, talvez, uma falta de articulação curricular que foi ressaltado pelo argumento do participante N 29 de poucas práticas do conhecimento teórico. Sobre essa temática, Sommerman (2014) sugere:

Superar a dualidade estrutural implica para as comunidades escolares vários desafios, dentre os quais redimensionar o próprio modo de pensar e ensinar; construir fundamentos teóricos coletivamente, como também examinar a estrutura educacional; ressignificar conceitos, definir projetos que articulem saberes; encontrar metodologias de ensino que reliquem os saberes; e reestruturar o currículo,

¹⁵ *STARTUP* é um dos projetos de ensino constante no Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio, onde os professores da área técnica integram conteúdos para realização de trabalhos interdisciplinares. Este Trabalho destaca-se como sendo especificamente realizado no Curso de Informática com alunos cursantes do 3º ano. Ao subdividir a turma em grupos, os mesmos devem se organizar em pequenas empresas, com presidente, diretor de *marketing* entre outros. O foco desses trabalhos são a resolução de problemas, através da criação de aplicativos de celular. Após finalizados os trabalhos, os alunos apresentam seus projetos em duas partes: a de desenvolvimento e a de produto final. Foram convidados, no período letivo de 2017, vários empresários da área de tecnologia de Informação para prestigiar as apresentações e, de igual forma, observar um futuro contrato com alguns alunos.

adequando-o ao tempo e ao espaço com a participação de todo o quadro docente (SOMMERMAN, 2014, p. 73).

O Ensino Médio Profissionalizante possui a singularidade de ter um currículo com formação geral e específica. O que Sommerman (2014) vem sugerir é que se tenha uma única formação. Claro que se faz necessário o diálogo e o planejamento, que é inexistente, segundo o participante N29. Ressignificar demanda momentos de planejamento. Não se pode executar uma estrutura tão complexa de ensino sem planejamento, sem integração de saberes. Isso pode levar a uma sobrecarga para os discentes, o que, por sua vez, não possibilita uma qualidade de ensino com nível de excelência, como prevista no Plano de Curso de Informática (PCC).

Em continuidade aos aspectos desfavoráveis, interligados ao título Qualidade no Ensino temos a Falta de Didática dentro da temática aspectos didático-pedagógicos na pesquisa. Importante refletir sobre as seguintes respostas:

N 20 (...) Negativos: professores que não ministram boa aula, ensino bruto, cansativo, coordenação horrível, falta de apoio, pior curso do IFRR...entre outros.

N 27 (...) mas infelizmente a integração das matérias de acordo com o PPC não está sendo cumprido, deixando o aluno cansado e com baixo índice de rendimento.

Depreende-se que a falta de Didática ilustrada nas respostas está correlacionada ao método de ensino, visto que Método e Didática possuem diferenciação, segundo Pilleti (1993).

Tanto a Didática como a Metodologia estudam os métodos de ensino. Há, no entanto, diferença quanto ao ponto de vista de cada uma. A Metodologia estuda os métodos de ensino, classificando-os e descrevendo-os sem fazer juízo de valor.

A Didática, por sua vez, faz um julgamento ou uma crítica do valor dos métodos de ensino. Podemos dizer que a Metodologia nos dá juízos de realidade, e a Didática nos dá juízos de valor (PILLETI, 1993, p. 43).

O ensino bruto citado pelo participante N 20 da pesquisa pode estar relacionado à metodologia, falta de variação de instrumentos e atividades para facilitar o processo de ensino e aprendizagem. Note-se que no próprio documento institucional do IFRR constam várias atividades pedagógicas diversificadas, e percebe-se que mais uma vez surge a deficiência na execução do curso exposta pelos participantes da pesquisa sobre o desenvolvimento curricular. O participante N 29 destaca de forma clara a não existência da integração das matérias como previsto no Plano de Curso de Informática (PCC), ou seja, como definido por Sommerman (2014), o que se se depreende desse argumento é que ocorre uma aglutinação de vários componentes curriculares existentes em um horário escolar. Só é possível fazer acontecer uma educação significativa com diálogo, com a participação da comunidade escolar e com o envolvimento e comprometimento, principalmente, dos docentes, pensando na inclusão de projetos interdisciplinares. Somente assim essa percepção de Falta de Didática, Qualidade no Ensino e Carga Horária excessiva será amainada, ou mesmo extinta.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dissertar sobre Educação Profissional no Brasil, e pelas nuances da dicotomia existente no Ensino Médio não é simples. Realizamos um panorama dessas legislações, tratando de cada marco histórico e suas influências no desenvolvimento curricular dentro do contexto escolar. É sabido que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional desempenha um papel singular na visibilidade da educação profissional no país, fortalecida com a Lei n.º 5.154 de julho de 2004, que trata da regulamentação da educação profissional, refletindo na implementação do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio na historicidade do Instituto Federal de Roraima; concomitantemente a isto, analisamos a Resolução CNE/CEB N.º 6/2012, que vem delinear, definir as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio no país, consolidada com a Lei n.º 11.892 de dezembro de 2008 que salienta sobre a criação dos Institutos Federais no governo Lula. Este processo ainda continua em formação e em constante desenvolvimento, originários de transformações recentes na legislação brasileira com a Lei nº 13.415 de fevereiro de 2017 que dão início a uma nova implementação do ensino médio que reflete na oferta do Ensino Profissional.

No âmbito dos Institutos, o desenvolvimento da educação profissional torna-se desafiador pela natureza de a oferta ser a Educação Básica, Técnica e Tecnológica, que abrange o Ensino Técnico Integrado ao Médio, Ensino Subsequente, Ensino PROEJA e Ensino Superior nas vertentes de Licenciaturas e Tecnólogos. Neste contexto, o Instituto Federal de Educação de Roraima (IFRR) vem desenvolvendo ao longo do processo histórico o ensino técnico com objetivo de ofertar ensino de qualidade, dividido em seus cinco Campi, sendo eles o Campus Amajari, Campus Avançado do Bonfim, Campus Novo Paraíso, Campus Boa Vista Zona Oeste e Campus Boa Vista.

O desenvolvimento desse Ensino Profissional no Campus Boa Vista evidencia-se através das diversas áreas de atuação no mercado de trabalho, e nos índices de concluintes. A visibilidade deste Campus na cidade é positiva, sendo perceptível através da empregabilidade por intermédio da qualificação profissional ter ocorrido no Campus Boa Vista, no Encontro de Egressos¹⁶ e na visibilidade do mercado de trabalho sobre os cursos ofertados pelo Campus Boa Vista.

Nesse sentido, o Campus Boa Vista, em atendimento ao Decreto 5.154/2004, disponibiliza entre suas vagas 50% (cinquenta por cento) para a Educação Básica, e concernente a isto, em 2007 foi implementado o Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, que teve seu desenvolvimento curricular durante o período letivo de 2007 a 2017. Ao longo de 10 (dez) anos de oferta depreende-se dos registros do DERA que quantitativamente evidencia-se um total de 274 (duzentos e setenta e quatro) aprovados e concluintes de uma proporcionalidade de 363 (trezentos e sessenta e três) ingressantes. Considera-se que este índice não possui disparidade em relação à evasão referente ao período de execução desta matriz. Observa-se apenas a particularidade de no final do período de oferta entre 2016 e 2017 a certificação do Ensino Médio pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) acarretou em cancelamentos de matrícula e evasão, pois o Curso Técnico era desenvolvido em 4 (quatro) anos, e ao cursar o 3º (terceiro) ano do curso, cumprindo com os

¹⁶ Evento previsto nos Planos de Curso através do tópico Acompanhamento de Egressos. Este evento é realizado pela Direção de Extensão (DIREX), e proporciona um encontro de egressos com ex-alunos do IFRR para participação de palestras, mesas-redondas e troca de experiências e perspectivas sobre o mercado de trabalho. Este evento é prestigiado por alunos cursantes, o que potencializa sua formação profissional.

requisitos do Edital realizados pelos Institutos Federais, e mediante aprovação ou não em vestibular, os discentes solicitavam a certificação.

Diante disto, e com a procura veemente dos discentes para obterem a certificação pelo ENEM, como reflexo da mudança na legislação para a Resolução CNE/CEB N.º 6/2012, no ano de 2015 foram implementados os Cursos Técnicos Integrados ao Médio na forma integral em dois cursos: Secretariado e Informática. O foco desta pesquisa ao investigar a implementação do Curso de Informática deu-se a partir da exclusividade e possibilidade de continuação de formação na área de tecnologia da informação do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio para o Curso Superior Tecnológico em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, no mesmo Campus.

Uma implementação envolve vários atores. No contexto escolar é abrangido pela gestão da escola, docentes, discentes e comunidade externa, representada pelos pais e/ou responsáveis dos discentes. Nessas circunstâncias, a escolha do público-alvo sendo o discente, justifica-se por ser ele o sujeito do processo, agente a ser formado por essa modalidade de ensino. Daí nasceu a inquietação, a curiosidade de conhecer qual a perspectiva desse discente sobre o Curso, visto que foram participantes da turma pioneira e encontravam-se no final do período letivo de duração de 3 (três) anos.

Neste sentido, a concepção discente sobre o Campus Boa Vista em relação à Infraestrutura é positiva, mantendo-se no maior conceito: entre 5 (cinco) e 4 (quatro), ou seja, Excelente e Ótimo. Destacam-se os setores Departamento de Apoio Pedagógico e Desenvolvimento Curricular (DAPE), Biblioteca e Núcleo de Estudos Afro – Brasileiros e Indígenas (NEABI) que mantiveram conceito 5, seguidos da Coordenação de Assistência Estudantil (CAES), compondo o conceito 4 dentre os setores relevantes não citados no instrumento para levantamento de dados no Campus. Uma infraestrutura de qualidade facilita o processo de ensino-aprendizagem; fatores intervenientes podem prejudicar o bom andamento desse processo.

A visão discente sobre a infraestrutura específica para atendimento no Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio é favorável, principalmente nos espaços de sala de aula, ambientes de planejamento e atendimento dos professores, e disponibilidade de material didático, ambos contendo conceito 4 (quatro), ou seja, Ótimo. Infere-se que dentro do ambiente logístico-organizacional existe a positividade de oferta de uma infraestrutura adequada para o desenvolvimento do Curso; salienta-se o conceito 3 (três), equivalente à definição Muito Bom sobre os equipamentos de informática, essencialmente necessários para a formação profissional dos discentes.

O panorama sobre o desenvolvimento curricular do Curso, abrangendo a utilização de tecnologias de informação e comunicação – TCI's no processo de ensino-aprendizagem, avaliação, atividades pedagógicas e relação professor-aluno intercalam entre os conceitos 2 (dois) e 3 (três), ou seja, Suficiente e Muito Bom, respectivamente; porém, predominantemente foi apontado o primeiro conceito. Este fato remete, talvez, a uma fragilidade na percepção discente sobre o processo de ensino-aprendizagem no Curso de Informática e em seus desdobramentos nas relações professor-aluno e atividades desenvolvidas. Como enfatizado pelo referencial teórico deste estudo, o ensino integrado se efetiva através de ações em conjunto, intercaladas entre si. A dessemelhança entre a atribuição conceitual sobre infraestrutura e sobre o desenvolvimento curricular é visível: existem espaços para a realização da integralização curricular, porém, como exposto na concepção discente, inexistem a execução do ensino integrado mediante prática pedagógica.

Como supracitado, uma das principais motivações desse estudo foi a possibilidade de continuação do desenvolvimento na formação em tecnologia da informação, mediante oferta no Campus Boa Vista do Curso Superior em Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas no Instituto Federal de Educação, Ciência de Roraima (IFRR), contendo a mesma

especificidade na área de tecnologia, sendo desenvolvimento de software. Sobre esse aspecto, a perspectiva discente sobre o interesse em ingressar no Curso Superior em Análise e Desenvolvimento de Sistemas ou em área correlata foi de 28% (vinte e oito por cento), índice baixo em contraste com o interesse dos discentes em ingressar em outras áreas do conhecimento de 41% (quarenta e um por cento), mas positivo no sentido de que o Curso Técnico de Informática Integrado ao Médio motiva os discentes à continuidade dos estudos na área de tecnologia da informação.

No âmbito geral da perspectiva discente sobre o Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio houve os apontamentos desfavoráveis concernentes à área específica de tecnologia da informação e processo de ensino-aprendizagem; em contrapartida, nos aspectos favoráveis destaca-se a infraestrutura e a qualificação para o mercado de trabalho.

De igual modo, a percepção discente ressalta, novamente, a fragilidade no processo de ensino-aprendizagem no quesito de oferta de ensino de qualidade, carga horária do curso, ausência de professores da área técnica, falta de didática, matriz curricular e, conseqüentemente, dificuldade de aprendizagem.

Depreende-se que o desenvolvimento curricular sobre a égide da educação integrada não se efetiva no curso na perspectiva discente, e em contraponto ao baixo índice de discentes que pretendem ingressar na área de formação de informática, argumenta-se se esses pontos citados pelos participantes da pesquisa obtiveram contrapeso sobre essa estatística. Sabe-se que a ausência de docentes da área técnica é uma questão administrativa, porém, influencia diretamente na qualidade do ensino técnico. Outro apontamento frequente dos discentes, foi sobre a carga horária do Curso. Foram muitos argumentos negatizando a necessidade do Curso ser ofertado no período integral que, somado ao excesso de trabalhos escolares, como a expressão utilizada pelos discentes, “*sobrecarregam*” os participantes. Houve, de igual modo, sugestões como: “*melhor voltar para 4 anos*”. Essa expressão foi utilizada porque o Curso Técnico de Informática, referente à matriz anterior, era desenvolvido em 4 (quatro) anos, um ano a mais, porém somente no turno matutino. Essa sobrecarga de trabalho, na perspectiva discente, evidencia o não cumprimento do ensino integrado, de realização de projetos, diálogo entre a comunidade escolar e, principalmente, vivência do ensino, como ressaltado no referencial teórico desse estudo.

Compreende-se que na perspectiva do discente o Campus Boa Vista possui uma infraestrutura favorável à oferta do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio, e o Curso visa à melhor preparação para o Mercado de Trabalho. Os participantes da pesquisa destacam que a qualidade no ensino perpassa principalmente pelos componentes curriculares propedêuticos, mantendo como positivo o aspecto didático desses docentes. Sendo o Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio na forma pioneiro no Campus Boa Vista, e levando-se em consideração todo o processo de implementação, as nuances apresentadas nesse estudo, tendo como base as impressões das primeiras turmas que se formaram nesta modalidade de ensino: “*esperamos que os próximos não encontrem as mesmas dificuldades*”, compreendemos que esta pesquisa pode contribuir na medida em que tomou como base e consideração o que foi exposto e questionado pelos próprios discentes.

Com isto, este estudo demonstrou a importância dessa oferta e as possibilidades de aperfeiçoamento, considerando que o currículo é flexível e que o processo de educação integral embasa-se no diálogo e na construção coletiva da comunidade escolar.

Recomenda-se que novos estudos sejam realizados no sentido de acompanhar o desenvolvimento da educação profissional, face às novas políticas de educação profissional no Brasil, publicadas em 2018, no sentido de um resgate histórico dos pressupostos da educação pública, gratuita e de qualidade.

8 REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOA VISTA. Edital n.º16/2014. **Estabelece normas para o processo seletivo de educação profissional dos cursos técnicos integrados ao ensino médio integral, oferecidos pelo Campus Boa Vista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR, referente ao ano letivo de 2015**. Boa Vista, 15 de dezembro de 2014.

BOA VISTA. Relatório encontrado nos arquivos institucionais do IFRR. **Descreve da Escola Técnica de Roraima ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima – Um contexto histórico**. Boa Vista, 20 de junho de 2008, possível autor: Professor CEFET – RR Ronaldo Almeida Barreto.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. **Leis Constitucionais**. Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1937.

_____. Decreto-Lei n.º 11.892 de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em 15 de novembro de 2010.

_____. Decreto n.º 2.208/1997. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 17 de abril de 1997.

_____. Decreto n.º 6095/2007. **Estabelece Diretrizes para o Processo de Integração de Instituições Federais de Educação Tecnológica, para Fins de Constituição Dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica**. Brasília, 24 de abril de 2007.

_____. Decreto n.º 7.566/1909. **Créa nas capitais dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito**. Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1909.

_____. Decreto n.º 7.824. **Regulamenta a Lei nº 12.711 que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Brasília, 11 de outubro de 2012.

_____. Lei n.º 11.788. **Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências**. Brasília, 25 de setembro de 2008. BRASIL. Decreto n.º 8.268. **Altera o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2014, que regulamenta o 2º do art. 36 a 4 da Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 2014**. Brasília, 18 de junho de 2014.

_____. Decreto-Lei nº 4.244/1942. **Lei orgânica do ensino secundário**. Rio de Janeiro, 09 de abril de 1942.

_____. Lei nº 11.161/2005. **Dispõe sobre o ensino da língua espanhola**. Brasília, 05 de agosto de 2005.

_____. Lei nº 11.741 de 16 de julho de 2008. **Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica**. Brasília, 16 de Julho de 2008.

_____. Lei nº 12.711. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Brasília, 29 de agosto de 2012

_____. Lei nº 12.772/2012. **Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei no 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei no 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei no 8.745 de 9 de dezembro de 1993; sobre a remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de que trata a Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006; altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; altera as Leis nos 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 11.784, de 22 de setembro de 2008, 11.091, de 12 de janeiro de 2005, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 12.702, de 7 de agosto de 2012, e 8.168, de 16 de janeiro de 1991; revoga o art. 4º da Lei no 12.677, de 25 de junho de 2012; e dá outras providências**. Brasília, 28 de dezembro de 2012.

_____. Lei nº 13.415/2017. **Altera as Leis nº 9.9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1 de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral**. Brasília, 16 de fevereiro de 2017

BRASIL. Lei nº 3.991/1920. **Fixa a Despesa Geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1920**. Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1920.

_____. Lei nº 4.024/1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1961.

_____. Lei nº 5.154/94. **Regulamenta o §2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.** Brasília, 23 de julho de 2004.

_____. Lei nº 5.692/1971. **Fixa Diretrizes para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.** Brasília, 11 de agosto de 1971.

_____. Lei nº 7.044/1982. **Altera dispositivos da Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 referentes a profissionalização do ensino de 2º grau.** Brasília, 18 de outubro de 1982.

_____. Lei nº 9.394/1996. **Estabelece Diretrizes e Bases para a Educação Nacional.** Brasília, 20 de dezembro de 1996.

_____. Medida Provisória n.º 746/2016. **Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências.** Brasília, 22 de setembro de 2016.

_____. Parecer CNE/CEB nº 11 de 9 de maio de 2012. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Educação Profissional Técnica de Nível Médio.** Brasília, 9 de maio de 2012

_____. Portaria Normativa n.º 18. **Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012.** Brasília, 15 de outubro de 2012

_____. Resolução n.º 2. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.** Brasília, 30 de janeiro de 2012

_____. Resolução n.º 3 de 9 de julho de 2008. **Dispõe sobre a instituição e implementação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.** Brasília, 9 de Julho de 2008.

BRASIL. Resolução n.º 4. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.** Brasília, 13 de julho de 2010.

_____. Resolução n.º 6. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Educação Profissional Técnica de Nível Médio.** Brasília, 20 de setembro de 2012

Clavata, M. Universidades Tecnológicas: horizontes dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETS)? In MOLL, J. e Colaboradores. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

CONSELHO SUPERIOR - IFRR. Resolução n 066. **Regulamenta a política de Assistência Estudantil do** Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência E Tecnologia de Roraima - IFRR. Boa Vista, 5 de maio de 2015.

_____. Resolução n.º 205. **Aprova Regulamento da Política de Assistência Estudantil do IFRR.** Boa Vista, 5 de maio de 2015.

COUTO, André Luiz Faria. **Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro**. Disponível em: http://www.raulmendessilva.com.br/brasilarte/temas/primeira.html#liceu_de_arts_e_oficios_do_rio_de_janeiro.html.

CUNHA, L. A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

DALABRIDA, Norberto. **A Reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário**. Porto Alegre: Educação, v.32, n. 2, página 185-191, maio/agosto,2009.

DORE, Rosemary; ARAÚJO, Adilson César de; MENDES, Josué De Sousa Mendes. **Evasão na educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento**. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES,2014.

ENGUITA, M. **A Face oculta da Escola**. Porto Alegre: Artmed, 1988.

Exame Nacional do Ensino Médio. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Exame_Nacional_do_Ensino_M%C3%A9dio.

Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Exame_Nacional_para_Certifica%C3%A7%C3%A3o_de_Comp et%C3%A2ncias_de_Jovens_e_Adultos

FIDALGO, F.; OLIVEIRA, M. A.; FIDALGO, N. L. R. **Educação Profissional e a Lógica das Competências**. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

FRANCO Jr., Hilário. *A Idade Média: Nascimento do Ocidente*. 2ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra,1996.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. RAMOS, M. (Orgs). **Ensino Médio Integrado. Concepções e Contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, G. **Teoria e Educação no Labirinto do Capital**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Educação Integral no Brasil: Inovações em Processo**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

JAMESON, F. **Pós-modernidade: a política cultural do capitalismo tardio**.

KUENZER, A. **Desafios teórico-metodológicos da relação Trabalho-Educação e o papel social da Escola**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do trabalho: perspectiva de final de século**. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1998.

KUENZER, A. Z. As políticas de educação profissional. In MOLL, J. e Colaboradores. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

_____. As políticas de educação profissional. In MOLL, J. e Colaboradores. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

_____. **Ensino médio e profissional: as políticas do estado neoliberal**. 4ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

KUENZER, A. Z. **Ensino médio e ensino Profissional: as políticas do Estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Ensino Médio. Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Ensino Médio**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Trabalho como princípio educativo**. São Paulo: Cortez, 1989.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Editora Cortez, 1994.

_____. **Organização e Gestão da escola: Teoria e Prática**. Goiânia: MF Livros, 2008.

LOPES, Maria Marta Da Silva; SANTOS, Luiz Alberto dos. **Evasão Escolar no Ensino Médio**. Disponível em: <http://www.conhecer.org.br/enciclop/2015c/humanas/EVASAO%20ESCOLAR%20NO%20ENSINO.pdf>

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2005.

MANFREDI, S. M. **A educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Educação profissional no Brasil**. SP: Cortez, 2002.

MARX, Karl. **Elementos Fundamentales para la crítica de la Economía Política** (Grundrisse) 1857-1858. Espanha: Siglo Veintiuno, 2000.

_____. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. Lisboa: edições 70, 1963.

MENGA, Ludke; ANDRE, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária LTDA, 1986.

MILITÃO, M. N. de S. do A. **Novos rumos para o ensino técnico: impactos e perspectivas - o caso do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – Cefet-MG**. (Tese de Doutorado). PUC, São Paulo, 1988, 244f.

MOLL, J. e Colaboradores. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MOURÃO, A.R.B. **A fábrica como espaço educativo**. São Paulo: Scortecci, 2006.

OLIVEIRA, Rômulo Silva de; CARISSIMI, Alexandre da Silva; TOSCANI, Simão Sirineo. **Sistemas Operacionais**. Porto Alegre: Bookman: Instituto de Informática da UFRGS, 2010.

OLSEN, Diogo Roberto. LAUREANO; Marcos Aurélio Pchek **Sistemas Operacionais**. Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2010.

ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA DO INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA.2012

OTRANTO, C. R. **Criação e Implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET's**. Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas - RETTA – PPGEA/UFRRJ. Rio de Janeiro, Seropédica: EDUR- Editora da UFRRJ, 2010. Páginas 89-110.

_____. **A política de educação profissional do governo Lula**. Texto apresentado na 34ª. Reunião Anual da ANPED, Natal, RN, 2011.

PAIVA, Liz Denise Carvalho. **Auto Avaliação Institucional: perspectivas no âmbito dos institutos federais**. Curitiba: Appris ,2015

PILETTI, Claudino **Didática Geral**. São Paulo: Ática ,1993.

PIRES, L. L. A. **A formação do trabalhador em instituições tecnológicas: diferentes propostas de um mesmo caminho**. 30ª Reunião Anual da ANPED. Grupo Trabalho, Educação. Caxambu: Anped, 2007.

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO. Boa Vista:2017.

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO. Boa Vista:2008.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA. 2014 A 2018.

REGIMENTO GERAL DO INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA. Boa Vista: Fevereiro de 2014.

SOMMERMAN, Américo; SANTOS, Akiko, SANTOS, Ana Cristina Souza dos; BUENO, Eliane de Souza Silva; SANCHEZ, Sandra Barros. **Ensino Disciplinar e Transdisciplinar: Uma Coexistência Necessária**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

TANENBAUM, Andrew S. **Sistemas Operacionais Modernos**. São Paulo: Pearson Prentice Hall,2003.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

_____. Cadernos de Pesquisa Ritter dos Reis. v. 4, Nov. **Bases Teórico- Metodológicas da Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais**. Porto Alegre: Faculdades Integradas Ritter dos Reis, 2001.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. FONSECA, Marília **As Dimensões do Projeto Político- Pedagógico**. São Paulo: Papyrus ,2001.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Repensando a Didática**. São Paulo: Papyrus ,1992.

9 ANEXOS

Anexo A – Autorização para acesso aos dados do Curso Técnico em Informática Integrado Integral ao Ensino Médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Boa Vista, 10/08/2012

Senhora
Nívia Pires Lopes
Presidente do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)
Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Prezada Senhora,

Eu, Joseane de Souza Cortez, declaro, a fim de viabilizar a execução do projeto de pesquisa intitulado Joseane de Souza Cortez, sob a responsabilidade do(s) pesquisador(es) Larissa Jussara Leite de Santana sob orientação da Professora Doutora Nádia Maria Pereira de Souza e Co-orientação da Professora Mestre Liz Denize Carvalho Paiva, que será coletado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – Campus Boa Vista, assumo a responsabilidade de fazer cumprir os termos da Resolução nº 466/CNS/MS, de 12 de dezembro de 2012, e demais resoluções complementares à mesma (240/97, 251/97, 292/99, 304/2000, 340/2004, 346/2005, e 347/2005), viabilizando a produção de dados da pesquisa citada, para que se cumpram os objetivos do projeto apresentado.

Esperamos, outrossim, que os resultados produzidos possam ser informados a esta instituição por meio de Relatório Semestral de Atividades enviado ao CEP.

De acordo e ciente,

Joseane de Souza Cortez
Assinatura do responsável
CPF: 303773310-15

Joseane de Souza Cortez
Diretora Geral
Campus Boa Vista Centro-IFRR
Port. Nº 1594/2016
DOU 178-A de 15/09/2016

Anexo B – Carta de Anuência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

CARTA DE ANUÊNCIA

Prezada Sra. Joseane de Souza Cortez
Diretora-Geral do Campus Boa Vista

Meu nome é Larissa Jussara Leite de Santana, e estou realizando a pesquisa acadêmica aplicada sobre o tema A Implementação do Curso Técnico Integrado ao Médio de Informática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima e pretendo iniciar a coleta de dados da minha pesquisa.

Esta pesquisa compõe a minha dissertação de mestrado realizada no PPGEA/UFRRJ, sob orientação da Professora Doutora Nádia Maria Pereira de Souza e Co- orientação da Professora Mestre Liz Denize Carvalho Paiva.

Na minha Dissertação, previ coletar dados referentes ao Curso de Informática do Campus Boa Vista através de questionários a serem aplicados com o Coordenador do Curso e com os discentes, pois estou pesquisando sobre a perspectiva do discente sobre a implementação do curso de Informática em regime Integral Integrado no Campus.

Para tanto, solicito autorização para poder aplicar 1 (um) questionário com o Coordenador de Curso de Informática e 30 (trinta) questionários com os discentes

Assim, necessito que me autorize a conversar com os alunos para poder fornecer aos mesmos o Termo de Livre Consentimento (TSLE) aos Pais e/ou responsáveis pelos alunos para que eu possa aplicar os questionários através do Termo de Livre Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) para os discente.

Caso me autorize, irei agendar o dia para entrega do Termo de Livre Consentimento (TSLE) aos Pais e/ou responsáveis juntamente com o Termo de Livre Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), para que você, o Coordenador de Curso e os alunos colaboradores possam assinar.

As informações a seguir destinam-se a informa-la deste projeto na condição de fonte, ou seja, o sujeito que fornece as informações primárias para a pesquisa em curso.

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO

**A IMPLEMENTAÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA NO
INSTITUTO FEDERAL DE ESDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
RORAIMA – CAMPUS BOA VISTA.**

Natureza da Pesquisa:

A pesquisa é de natureza básica, onde objetiva gerar conhecimentos novos para o avanço da ciência, com abordagem qualitativa, sendo ela descritiva, ou seja, como pesquisadora irei analisar os dados coletados. Os Procedimentos Técnicos adotados foram a pesquisa bibliográficos e documental.

Objetivos:

Geral

1. Analisar a implementação do curso técnico integrado ao médio de informática no instituto federal de educação, ciência e tecnologia de roraima.

Específicos

1. Descrever os pressupostos históricos e legais da educação profissional no brasil, com ênfase a oferta dos cursos integrados;
2. Identificar as condições de oferta, a organização didático-pedagógica e os índices de evasão e retenção nos anos iniciais referentes a implementação do curso técnico integrado ao médio de informática no campus boa vista, do instituto federal de educação, ciência e tecnologia de roraima.
3. Caracterizar o perfil dos alunos através da percepção quanto a sua formação no ensino médio integral no curso de informática do campus boa vista, do instituto federal de educação, ciência e tecnologia de roraima.

Métodos:

Para que essa pesquisa seja desenvolvida, faz-se necessário o aperfeiçoamento do trabalho intelectual no embasamento teórico sobre a implantação do ensino técnico integral ofertado nos dois turnos assim como análise de documentos institucionais como a Organização didática, Os Planos de Curso do Ensino Técnico Integral ofertado nos dois turnos nos cursos de Secretariado e Informática sendo estes os pioneiros a perpassam pelo processo de implantação, Plano de Desenvolvimento Institucional, que irá se fortalecer juntamente com a prática de seus fundamentos bibliográficos sobre a educação profissional técnica no país.

A população da amostra será os alunos cursantes do ensino médio integral integrado da seguinte forma:

- ❖ Os alunos Regularmente Matriculados em 2015 que, obtiveram êxito escolar nos períodos de 2015,2016 e, em 2017 no total de 15 (quinze) alunos da turma A e 15 (quinze) alunos da turma B;
- ❖ O Coordenador do Curso de Informática (um).
- ❖ O questionário dos alunos é composto é por 28 questões, subdivididas em:
I – Aspectos Gerais do Campus Boa Vista – IFRR - Dimensão 1 – Infraestrutura – contendo (onze) 11 questões;

II – Aspectos Específicos do Curso de Informática – Dimensão 2 – Didático-Pedagógica-contendo (dezessete)17 questões.

Sendo está uma pesquisa qualitativa os riscos que os participantes da pesquisa podem ter é o de se sentirem expostos no que tange explicitar sua percepção acerca do tema proposto.

Benefícios previstos:

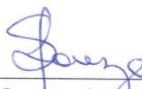
Nesse aspecto, o estudo permitirá aos alunos adentrarem na construção da mesma de forma dinâmica, onde poderei como pesquisadora, nesse contexto mediar as informações trazidas pelos sujeitos envolvidos na pesquisa, comparando essas posições com os documentos institucionais referentes aos anos iniciais a essa implantação.

Potenciais Riscos:

Sendo está uma pesquisa qualitativa os riscos que os participantes da pesquisa podem ter é o de se sentirem expostos no que tange explicitar sua percepção acerca do tema proposto.

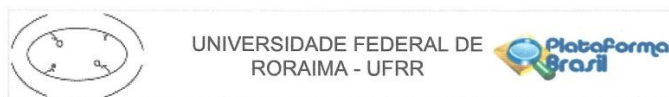
Desde já, agradeço a Colaboração!

Boa Vista-RR, 10 de agosto de 2017.



Profa. Joseane de Souza Cortez
Diretora-Geral do Campus Boa Vista

Anexo C – Parecer da Comissão de Ética da Universidade Federal de Roraima na Pesquisa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A IMPLEMENTAÇÃO DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO AO MÉDIO DE INFORMÁTICA NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA.

Pesquisador: LARISSA JUSSARA LEITE DE SANTANA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 78591917.2.0000.5302

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Patrocinador Principal: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.337.755

Apresentação do Projeto:

O Protocolo de pesquisa é uma Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola da UFRRJ.

Objetivo da Pesquisa:

- ANALISAR A IMPLEMENTAÇÃO DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO AO CURSO MÉDIO DE INFORMÁTICA NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

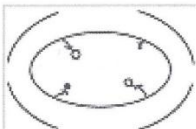
Riscos:

SENDO ESTA UMA PESQUISA QUALITATIVA, ABORDANDO LEVANTAMENTO DE DOCUMENTOS, OS RISCOS QUE OS PARTICIPANTES DA PESQUISA PODEM TER É O DE SE SENTIREM EXPOSTOS NO QUE TANGE EXPLICITAR SUA PERCEPÇÃO A CERCA DO TEMA PROPOSTO.

Benefícios:

NESSE ASPECTO, O ESTUDO PERMITIRÁ AOS ALUNOS ADENTRAREM NA CONSTRUÇÃO DA

Endereço: Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413, UFRR, Campus Paricarana, Bloco PRPPG/UFRR, Sala CEP/UFRR.
Bairro: Aeroporto **CEP:** 69.304-000
UF: RR **Município:** BOA VISTA
Telefone: (95)3621-3112 **Fax:** (95)3621-3112 **E-mail:** coep@ufrr.br



Continuação do Parecer: 2.337.755

PROPOSTA, DE FORMA DINÂMICA, ONDE PODE-SE, COMO PESQUISADORA NESSE CONTEXTO, MEDIAR AS INFORMAÇÕES TRAZIDAS PELOS SUJEITOS ENVOLVIDOS NA PESQUISA, COMPARANDO ESSAS POSIÇÕES COM OS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS REFERENTES AOS

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Na metodologia de estudo, para que essa pesquisa seja desenvolvida, faz-se necessário o aperfeiçoamento do trabalho intelectual no embasamento teórico sobre a implantação do ensino técnico integral ofertado nos dois turnos assim como análise de documentos institucionais como a Organização didática, os Planos de Curso do Ensino Técnico Integral ofertado nos dois turnos, nos cursos de Secretariado e Informática, sendo estes os pioneiros a perpassarem pelo processo de implantação, Plano de Desenvolvimento Institucional, que irá se fortalecer juntamente com a prática de seus fundamentos bibliográficos sobre a educação profissional técnica no país.

Na Análise de Dados:

A população da amostra será os alunos cursantes do ensino médio integral, integrado da seguinte forma:
Total de discentes: 60 alunos, subdivididos em duas turmas de 30 alunos.

A Escolha dos sujeitos da pesquisa: Critério dos alunos Regularmente Matriculados em 2015 que, obtiveram êxito escolar nos períodos de 2015, 2016 e, em 2017 no total de 15 (quinze) alunos da turma A e 15 (quinze) alunos da turma B; O Coordenador do Curso de Informática (um).

Coleta de dados: através de questionários semi - estruturados, sendo: Questionário do Coordenador do Curso de Informática – total de 17 questões, subdivididas em IDENTIFICAÇÃO (Dimensão 1 – Identificação do Coordenador de Curso e Dimensão 2 – Identificação do Corpo Docente) ASPECTOS ESPECÍFICOS DO CURSO DE INFORMÁTICA (Dimensão 1 – Motivação para a Implementação) e ASPECTOS ESPECÍFICOS DO CURSO DE INFORMÁTICA (Dimensão 1 – Implementação do Curso).

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisadora anexou documentos necessários: CARTADEANUENCIALARISSASALTANA03.jpg; CARTADEANUENCIALARISSASANTANA02.jpg; CARTADEANUENCIALARISSASANTANA01.jpg; DECLARACAODEAUTORIZACAODAINSTITUICAO.jpg; TALE-TERMODEASSENTIMENTOLIVREEESCLARECIDOLARISSASANTANACEPUFRR.pdf; TCLE-

Endereço: Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413, UFRR, Campus Paricarana, Bloco PRPPG/UFRR, Sala CEP/UFRR.
Bairro: Aeroporto CEP: 69.304-000
UF: RR Município: BOA VISTA
Telefone: (95)3621-3112 Fax: (95)3621-3112 E-mail: coep@ufr.br



Continuação do Parecer: 2.337.755

TERMODECONSENTIMENTOLIVREEESCLARECIDOPAIEOURESPONSAVELLARISSASANTANACEPUF
RR.pdf;

T C L E -
TERMODECONSENTIMENTOLIVREEESCLARECIDOMAIORDEIDADELARISSASANTANACEPUFRR.pdf;

Recomendações:

Sugere-se aprovação do Colegiado.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

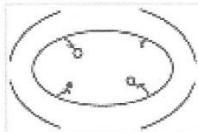
Sugere-se aprovação do Colegiado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_963168.pdf	13/08/2017 18:35:09		Aceito
Outros	CARTEANUENCIALARISSASALTANA03.jpg	13/08/2017 18:34:01	LARISSA JUSSARA LEITE DE SANTANA	Aceito
Outros	CARTEANUENCIALARISSASANTANA02.jpg	13/08/2017 18:32:44	LARISSA JUSSARA LEITE DE SANTANA	Aceito
Outros	CARTEANUENCIALARISSASANTANA01.jpg	13/08/2017 18:31:20	LARISSA JUSSARA LEITE DE SANTANA	Aceito
Outros	DECLARACAODEAUTORIZACAODAINSTITUICAO.jpg	13/08/2017 18:29:39	LARISSA JUSSARA LEITE DE SANTANA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMODEASSENTIMENTOLIVREEESCLARECIDOLARISSASANTANACEPUFRR.pdf	13/08/2017 18:08:08	LARISSA JUSSARA LEITE DE SANTANA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMODECONSENTIMENTOLIVREEESCLARECIDOPAIEOURESPONSAVELLARISSASANTANACEPUFRR.pdf	13/08/2017 18:07:27	LARISSA JUSSARA LEITE DE SANTANA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMODECONSENTIMENTOLIVREEESCLARECIDOMAIORDEIDADELARISSASANTANACEPUFRR.pdf	13/08/2017 18:06:08	LARISSA JUSSARA LEITE DE SANTANA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOPLATAFORMALARISSAJUSARALEITEDESANTANAPDF.pdf	22/07/2017 18:10:57	LARISSA JUSSARA LEITE DE SANTANA	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRostoLarissaSantanapdf.pdf	20/07/2017 22:48:37	LARISSA JUSSARA LEITE DE SANTANA	Aceito

Endereço: Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413, UFRR, Campus Paricarana, Bloco PRPPG/UFRR, Sala CEP/UFRR.
Bairro: Aeroporto **CEP:** 69.304-000
UF: RR **Município:** BOA VISTA
Telefone: (95)3621-3112 **Fax:** (95)3621-3112 **E-mail:** coep@ufr.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RORAIMA - UFRR



Continuação do Parecer: 2.337.755

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BOA VISTA, 19 de Outubro de 2017

Assinado por:
NIVIA PIRES LOPES
(Coordenador)

Endereço: Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413, UFRR, Campus Paricarana, Bloco PRPPG/UFRR, Sala CEP/UFRR.

Bairro: Aeroporto **Município:** BOA VISTA **CEP:** 69.304-000

UF: RR

Telefone: (95)3621-3112 **Fax:** (95)3621-3112 **E-mail:** coep@ufr.br

Anexo D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – (TCLE)

Título do Projeto: A Implementação do Curso Técnico Integrado ao Médio de Informática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

Pesquisador Responsável: Larissa Jussara Leite de Santana

Meu nome é Larissa Jussara Leite de Santana, e estou realizando a pesquisa acadêmica aplicada sobre o tema A Implementação do Curso Técnico Integrado ao Médio de Informática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

Esta pesquisa compõe a minha dissertação de mestrado realizada no PPGEA/UFRRJ, sob orientação da Professora Doutora Nádia Maria Pereira de Souza e Co- orientação da Professora Mestre Liz Denize Carvalho Paiva.

Este projeto tem o objetivo de Analisar a implementação do curso técnico integrado ao médio de informática a partir da perspectiva do discente.

Para tanto, será necessário realizar os seguintes procedimentos:

1. Embasamento teórico sobre a implantação do ensino técnico integral ofertado nos dois turnos;
2. Análise de documentos institucionais como a Organização didática, Os Planos de Curso do Ensino Técnico Integral;
3. Aplicação de questionário para obtenção de dados referentes ao olhar do discente sobre a implantação do curso de informática no instituto federal de educação, ciência e tecnologia de Roraima – campus boa vista.

Referindo-se a população da amostra, serão os alunos cursantes do ensino médio integral integrado da seguinte forma:

- ❖ Os alunos Regularmente Matriculados em 2015 que, obtiveram êxito escolar nos períodos de 2015,2016 e, em 2017 no total de 15 (quinze) alunos da turma A e 15 (quinze) alunos da turma B;
- ❖ O Coordenador do Curso de Informática (um).

Composição do questionário dos discentes:

- ❖ Composto por 28 questões, subdivididas em:
 - I – Aspectos Gerais do Campus Boa Vista – IFRR - Dimensão 1 – Infraestrutura – contendo (onze) 11 questões;
 - II – Aspectos Específicos do Curso de Informática – Dimensão 2 – Didático-Pedagógica- contendo (dezessete)17 questões.

Sendo está uma pesquisa qualitativa os riscos que os participantes da pesquisa podem ter é o de se sentirem expostos no que tange explicitar sua percepção acerca do tema proposto.

Durante a execução do projeto obter-se-á os seguintes benefícios e riscos:

Benefícios previstos:

Nesse aspecto, o estudo permitirá aos alunos adentrarem na construção da mesma de forma dinâmica, onde poderei como pesquisadora, nesse contexto mediar as informações trazidas pelos sujeitos envolvidos na pesquisa, comparando essas posições com os documentos institucionais referentes aos anos iniciais a essa implantação.

Potenciais Riscos:

Sendo está uma pesquisa qualitativa os riscos que os participantes da pesquisa podem ter é o de se sentirem expostos no que tange explicitar sua percepção acerca do tema proposto.

Após ler e receber explicações sobre a pesquisa, você tem o direito de:

1. Receber resposta a qualquer pergunta e esclarecimento sobre os procedimentos, riscos, benefícios e outros relacionados à pesquisa;
2. Retirar o consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo;
3. Não ser identificado e ser mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à privacidade.
4. Procurar esclarecimentos com a Pesquisadora Larissa Jussara Leite de Santana, por meio do número de telefone (095) 99173-5142 ou no ENDEREÇO (Av. Glaycon de Paiva, 2496 - Pricumã, Boa Vista - RR, 69303-340, bloco 2, sala do Departamento Pedagógico de Desenvolvimento Curricular – DAPE), em caso de dúvidas ou notificação de acontecimentos não previstos.

Eu, _____, declaro estar ciente do anteriormente exposto e concordo voluntariamente em autorizar meu filho (a) em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Acrescentar contato do colaborador, se houver.

Boa Vista-RR, ____ de _____ de _____.

Assinatura do participante da pesquisa: _____

Eu, _____, declaro que forneci todas as informações referentes à pesquisa ao participante, de forma apropriada e voluntária.

Boa Vista-RR, ____ de _____ de _____.

Assinatura do pesquisador: _____

Pesquisadora: Larissa Jussara Leite de Santana

Endereço: Rua Hércules, número 141, Cidade Satélite, CEP:69.317- 444

E – mail pessoal: larimilk@hotmail.com Telefone: (95) 99173-5142/ (95) 98103-4263

Local de Trabalho: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

Endereço Profissional: Av. Glaycon de Paiva, 2496 - Pricumã, Boa Vista - RR, CEP:69303-340, Setor: Departamento de Apoio Pedagógico e Desenvolvimento Curricular, Bloco: 2 Sala: S/N, (atrás do Auditório do Campus, ao lado da Diretoria de Ensino - DIREN)

E – mail institucional: larissa.santana@ifrr.edu.br Telefone: (95) 3621-8000
Ramal:8014

Endereço do CEP/UFRR:

Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413, Bairro Aeroporto (Campus do Paricarana), CEP: 69.310-000 - Boa Vista – RR

Bloco da PRPPG-UFRR, última sala do corredor em forma de T à esquerda (o prédio da PRPPG fica localizado atrás da Reitoria e ao lado da Diretoria de Administração e Recursos Humanos - DARH)
E-mail: coep@ufr.br / Telefone: (95) 3621-3112 Ramal 26

Anexo E – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido – (TALE).

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – (TALE)

Título do Projeto: A Implementação do Curso Técnico Integrado ao Médio de Informática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

Pesquisador Responsável: Larissa Jussara Leite de Santana

Prezado (a) discente,

Meu nome é Larissa Jussara Leite de Santana, e estou realizando a pesquisa acadêmica aplicada sobre o tema A Implementação do Curso Técnico Integrado ao Médio de Informática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

Esta pesquisa compõe a minha dissertação de mestrado realizada no PPGEA/UFRRJ, sob orientação da Professora Doutora Nádia Maria Pereira de Souza e Co- orientação da Professora Mestre Liz Denize Carvalho Paiva.

Este projeto tem o objetivo de Analisar a implementação do curso técnico integrado ao médio de informática a partir da perspectiva do discente.

Para tanto, será necessário realizar os seguintes procedimentos:

4. Embasamento teórico sobre a implantação do ensino técnico integral ofertado nos dois turnos;
5. Análise de documentos institucionais como a Organização didática, Os Planos de Curso do Ensino Técnico Integral;
6. Aplicação de questionário para obtenção de dados referentes ao olhar do discente sobre a implantação do curso de informática no instituto federal de educação, ciência e tecnologia de Roraima – campus boa vista.

Referindo-se a população da amostra, serão os alunos cursantes do ensino médio integral integrado da seguinte forma:

❖ Os alunos Regularmente Matriculados em 2015 que, obtiveram êxito escolar nos períodos de 2015,2016 e, em 2017 no total de 15 (quinze) alunos da turma A e 15 (quinze) alunos da turma B e o Coordenador do Curso de Informática (um).

Composição do questionário dos discentes:

❖ Composto por 28 questões, subdivididas em:

I – Aspectos Gerais do Campus Boa Vista – IFRR - Dimensão 1 – Infraestrutura – contendo (onze) 11 questões;

II – Aspectos Específicos do Curso de Informática – Dimensão 2 – Didático-Pedagógica- contendo (dezessete)17 questões.

Sendo está uma pesquisa qualitativa os riscos que os participantes da pesquisa podem ter é o de se sentirem expostos no que tange explicitar sua percepção acerca do tema proposto.

Durante a execução do projeto obter-se-á os seguintes benefícios e riscos:

Benefícios previstos:

Nesse aspecto, o estudo permitirá aos alunos adentrarem na construção da mesma de forma dinâmica, onde poderei como pesquisadora, nesse contexto mediar as informações trazidas pelos sujeitos envolvidos na pesquisa, comparando essas posições com os documentos institucionais referentes aos anos iniciais a essa implantação.

Potenciais Riscos:

Sendo está uma pesquisa qualitativa os riscos que os participantes da pesquisa podem ter é o de se sentirem expostos no que tange explicitar sua percepção acerca do tema proposto.

Após ler e receber explicações sobre a pesquisa, você tem o direito de:

5. Receber resposta a qualquer pergunta e esclarecimento sobre os procedimentos, riscos, benefícios e outros relacionados à pesquisa;
6. Retirar o consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo;
7. Não ser identificado e ser mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à privacidade.
8. Procurar esclarecimentos com a Pesquisadora Larissa Jussara Leite de Santana, por meio do número de telefone (095) 99173-5142 ou no ENDEREÇO (Av. Glaycon de Paiva, 2496 - Pricumã, Boa Vista - RR, 69303-340, bloco 2, sala do Departamento Pedagógico de Desenvolvimento Curricular – DAPE), em caso de dúvidas ou notificação de acontecimentos não previstos.

Eu _____ entendi que a pesquisa é sobre a Implementação do Curso Técnico Integrado ao Médio de Informática no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR, e que através dos dados coletados, será possível analisar como se deu essa implementação sobre a minha perspectiva como discente e, declaro estar ciente do anteriormente exposto e concordo voluntariamente em participar desta pesquisa, assinando este termo de assentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Assinatura do participante da pesquisa:

Assinatura do pai e/ou responsável pelo participante da pesquisa:

Assinatura da pesquisadora:

Pesquisadora: Larissa Jussara Leite de Santana

Endereço: Rua Hércules, número 141, Cidade Satélite, CEP:69.317- 444

E – mail pessoal: larimilk@hotmail.com Telefone: (95) 99173-5142/ (95) 98103-4263

Local de Trabalho: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

Endereço Profissional: Av. Glaycon de Paiva, 2496 - Pricumã, Boa Vista - RR, CEP:69303-340, Setor: Departamento de Apoio Pedagógico e Desenvolvimento Curricular, Bloco: 2 Sala: S/N, (atrás do Auditório do Campus, ao lado da Diretoria de Ensino - DIREN)

E – mail institucional: larissa.santana@ifrr.edu.br Telefone: (95) 3621-8000
Ramal:8014

Local e data _____, _____ de _____ de 20____.

Endereço do CEP/UFRR:

Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413, Bairro Aeroporto (Campus do Paricarana), CEP: 69.310-000 - Boa Vista – RR

Bloco da PRPPG-UFRR, última sala do corredor em forma de T à esquerda (o prédio da PRPPG fica localizado atrás da Reitoria e ao lado da Diretoria de Administração e Recursos Humanos - DARH)

E-mail: coep@ufr.br / Telefone: (95) 3621-3112 Ramal 26

10 APÊNDICE

Apêndice A – Questionário da Percepção Discente.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA
DECANATO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

MESTRANDA: Larissa Jussara Leite de Santana

ORIENTADORA: Professora Doutora Nádia Maria Pereira de Souza.

CO-ORIENTADORA: Professora Mestre Liz Denize Carvalho Paiva

TURMA: 2º SEMESTRE/2016- IFRR.

Prezado (a) discente,

Esta pesquisa é parte do requisito para conclusão do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.

Sendo a perspectiva do aluno o foco central de nossa pesquisa, convidamos você a participar dessa construção discorrendo sobre a implementação do Ensino Integrado em regime Integral no Campus Boa Vista.

Contamos com a sua colaboração para que, os resultados desse instrumento sirvam para a melhoria do processo de ensino aprendizagem no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – Campus Boa Vista.

Sua participação é voluntária e seu anonimato será garantido. Você pode se recusar a responder parcial ou integralmente a pesquisa.

Mas, desde já, agradecemos sua colaboração.

Larissa Santana

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO

A IMPLEMENTAÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA NO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA –
CAMPUS BOA VISTA.

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO:

1. Responda o questionário com atenção;
2. Atribua UMA NOTA de 0 a 5 para as questões, sendo que:

Conceito	Descrição
0	Quando o indicador se apresentar como NÃO EXISTENTE .
1	Quando a nota se apresentar como INSUFICIENTE .
2	Quando a nota se apresentar como SUFICIENTE .
3	Quando a nota se apresentar como MUITO BOM .
4	Quando a nota se apresentar como ÓTIMO .
5	Quando a nota se apresentar como EXCELENTE .

ASPECTOS GERAIS DO CAMPUS BOA VISTA - IFRR (Dimensão 1 - Infraestrutura)

1. EXISTE UM ESPAÇO FÍSICO NO CAMPUS PARA A COORDENAÇÃO DO CURSO ATENDER OS DISCENTES E REALIZAR OS TRABALHOS?

A) NÃO

B) SIM - SE A SUA RESPOSTA FOI **“SIM”**, ATRIBUA UMA NOTA de 1 a 5:

Conceito

2. EXISTEM ESPAÇOS FÍSICOS DESTINADOS AOS PROFESSORES?

A) NÃO

B) SIM - SE A SUA RESPOSTA FOI **“SIM”**, ATRIBUA UMA NOTA de 1 a 5:

Conceito

3. EM RELAÇÃO AO TAMANHO, CONFORTO E CLIMATIZAÇÃO DAS SALAS DE AULAS. ATRIBUA UMA NOTA de 1 a 5:

Conceito

4. VOCÊ TEM ACESSO A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA NO CAMPUS?

A) NÃO

B) SIM - SE A SUA RESPOSTA FOI **“SIM”**, ATRIBUA UMA NOTA de 1 a 5:

Conceito

5. NO CAMPUS EXISTE BIBLIOTECA?

A) NÃO

B) SIM - SE A SUA RESPOSTA FOI **“SIM”**, ATRIBUA UMA NOTA de 1 a 5 AO ESPAÇO, ACERVO E FUNCIONAMENTO:

Conceito

6. O CAMPUS DISPONIBILIZA MATERIAL DIDÁTICO PARA VOCÊ?

A) NÃO

B) SIM - SE A SUA RESPOSTA FOI “**SIM**”, ATRIBUA UMA NOTA DE 1 a 5:

Conceito

8. O CAMPUS POSSUI SECRETARIA ACADÊMICA COM ESPAÇO ADEQUADO PARA O ATENDIMENTO AO ESTUDANTE?

A) NÃO

B) SIM - SE A SUA RESPOSTA FOI “**SIM**”, ATRIBUA UMA NOTA DE 1 a 5:

Conceito

9. NA INSTITUIÇÃO EXISTE ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA/ ÁREA DE LAZER E PARA O ESTUDANTE?

A) NÃO

B) SIM - SE A SUA RESPOSTA FOI “**SIM**”, ATRIBUA UMA NOTA DE 1 a 5:

Conceito

10. O CAMPUS POSSUI RESTAURANTE COM ESPAÇO E FUNCIONAMENTO ADEQUADO AO ESTUDANTE?

A) NÃO

B) SIM - SE A SUA RESPOSTA FOI “**SIM**”, ATRIBUA UMA NOTA DE 1 a 5:

Conceito

11. CITE OUTRO (S) SETOR(ES) QUE VOCÊ UTILIZA E CONSIDERA IMPORTANTE (S) NA ESCOLA E AVALIE O(S) SETOR(ES) COM UMA NOTA DE 1 a 5.

Descrição:	Conceito

I. ASPECTOS ESPECÍFICOS DO CURSO DE INFORMÁTICA.

(Dimensão 2: Didático - Pedagógica)

1. VOCÊ CONHECE O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE INFORMÁTICA?

A) NÃO

B) SIM - SE A SUA RESPOSTA FOI “**SIM**”, ATRIBUA UMA NOTA DE 1 a 5:

Conceito

2. VOCÊ CONHECE AS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS RELATIVAS AOS DISCENTES NO ÂMBITO DO SEU CURSO?

A) NÃO

B) SIM - SE A SUA RESPOSTA FOI **“SIM”**, ATRIBUA UMA NOTA DE 1 a 5:

Conceito

3. VOCÊ CONHECE OS OBJETIVOS DO CURSO DE INFORMÁTICA?

A) NÃO

B) SIM - SE A SUA RESPOSTA FOI **“SIM”**, ATRIBUA UMA NOTA DE 1 a 5:

Conceito

4. VOCÊ CONHECE O PERFIL PROFISSIONAL DO SEU CURSO?

A) NÃO

B) SIM - SE A SUA RESPOSTA FOI **“SIM”**, ATRIBUA UMA NOTA DE 1 a 5:

Conceito

5. VOCÊ CONHECE A ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO?

A) NÃO

B) SIM - SE A SUA RESPOSTA FOI **“SIM”**, ATRIBUA UMA NOTA DE 1 a 5:

Conceito

6. OS CONTEÚDOS CURRICULARES DO CURSO POSSIBILITAM O SEU DESENVOLVIMENTO HUMANO E PROFISSIONAL?

A) NÃO

B) SIM - SE A SUA RESPOSTA FOI **“SIM”**, ATRIBUA UMA NOTA DE 1 a 5:

Conceito

7. SÃO DESENVOLVIDAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS DE APOIO E RECUPERAÇÃO DOS DISCENTES NO CURSO DE INFORMÁTICA?

A) NÃO

B) SIM - SE A SUA RESPOSTA FOI **“SIM”**, ATRIBUA UMA NOTA DE 1 a 5:

Conceito

8. VOCÊ JÁ REALIZOU O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO?

A) NÃO

B) SIM - SE A SUA RESPOSTA FOI **“SIM”**, EM RELAÇÃO A
C) TEORIA x PRÁTICA DO ESTÁGIO, ATRIBUA UMA NOTA DE 1 a 5:

Conceito

9. NA SUA INSTITUIÇÃO EXISTE PROGRAMA DE APOIO AO DISCENTE?

A) NÃO

B) NÃO SEI INFORMAR

C) SIM - ATRIBUA UMA NOTA DE 1 a 5:

Conceito

a. SE A SUA RESPOSTA FOI “**SIM**” NA ALTERNATIVA ANTERIOR, VOCÊ PARTICIPA DE ALGUM PROGRAMA DE APOIO OU BOLSA AO DISCENTE?

Descrição:

10. OS PROFESSORES UTILIZAM AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICs NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM?

A) NÃO

B) SIM - SE A SUA RESPOSTA FOI “**SIM**”, ATRIBUA UMA NOTA DE 1 a 5:

Conceito

11. A RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO NO CAMPUS SE EFETIVA?

A) NÃO

B) SIM - SE A SUA RESPOSTA FOI “**SIM**”, ATRIBUA UMA NOTA DE 1 a 5:

Conceito

12. EM RELAÇÃO AOS PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM, ATRIBUA UMA NOTA DE 1 a 5:

Conceito

13. O CAMPUS POSSUI LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA COM SOFTWARE DE APOIO À ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO?

A) NÃO

B) SIM - SE A SUA RESPOSTA FOI “**SIM**”, ATRIBUA UMA NOTA DE 1 a 5:

Conceito

14. O CAMPUS POSSUI LABORATÓRIOS DE MANUTENÇÃO DE HADWARE?

A) NÃO

B) SIM - SE A SUA RESPOSTA FOI “**SIM**”, ATRIBUA UMA NOTA DE 1 a 5:

Conceito

15. O CAMPUS POSSUI LABORATÓRIO(S) DE REDES DE COMPUTADORES?

A) NÃO

B) SIM - SE A SUA RESPOSTA FOI “**SIM**”, ATRIBUA UMA NOTA DE 1 a 5:

Conceito

16. VOCÊ PRETENDE INGRESSAR NO CURSO SUPERIOR EM GESTÃO DE ANÁLISE DE SISTEMAS DO IFRR – CAMPUS BOA VISTA?

A) NÃO PRETENDO ATUAR NA ÁREA, E NÃO TENHO PRETENSÃO DE CURSO SUPERIOR NOS PRÓXIMOS 2 ANOS.

B) NÃO PRETENDO ATUAR NA ÁREA. NÃO SEI AINDA O CURSO QUE PRETENDO FAZER.

C) NÃO, PRETENDO FAZER CURSO SUPERIOR EM OUTRA ÁREA. ESPECIFIQUE:

Descrição:

D) SIM, PRETENDO FAZER O CURSO SUPERIOR NA MESMA ÁREA OU CORRELATA

JUSTIFIQUE A RESPOSTA ACIMA (SE QUISER)

Descrição:

17. DESCREVA SUAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CURSO TÉCNICO DE INFORMÁTICA INTEGRADO AO MÉDIO - PONTOS POSITIVOS, NEGATIVOS E SUGESTÕES-

Descrição:

Boa Vista, dia _____ de _____ de 2017.

Muito Obrigada pela colaboração!

Apêndice B – Questionário da Percepção da Coordenação de Curso.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA
DECANATO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

MESTRANDA: Larissa Jussara Leite de Santana

ORIENTADORA: Professora Doutora Nádia Maria Pereira de Souza.

CO-ORIENTADORA: Professora Mestre Liz Denize Carvalho Paiva

TURMA: 2º SEMESTRE/2016- IFRR.

Prezado Coordenador de Curso,

Esta pesquisa é parte do requisito para conclusão do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.

Sendo a perspectiva do aluno o foco central de nossa pesquisa, convidamos você a participar dessa construção discorrendo sobre a implementação do Ensino Integrado em regime Integral no Campus Boa Vista.

Contamos com a sua colaboração para que, os resultados desse instrumento sirvam para a melhoria do processo de ensino aprendizagem no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – Campus Boa Vista.

Sua participação é voluntária e seu anonimato será garantido. Você pode se recusar a responder parcial ou integralmente a pesquisa.

Mas, desde já, agradecemos sua colaboração.

Larissa Santana

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO

A IMPLEMENTAÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA NO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA –
CAMPUS BOA VISTA.

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO:

- ✓ Responda por gentileza o questionário com atenção.

II. IDENTIFICAÇÃO

(Dimensão 1 – Identificação do Coordenador de Curso)

18. CARACTERIZE SUA ATUAÇÃO COMO COORDENADOR DE CURSO.

Descrição:

19. DESCREVA SUA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL, DE MAGISTÉRIO E DE GESTÃO ACADÊMICA.

Descrição:

20. QUAL SEU REGIME DE TRABALHO NO CAMPUS BOA VISTA?

- () Integral
() Parcial
() Horista
() Outro: Especifique: _____

21. QUAL A CARGA HORÁRIA DE TRABALHO NA COORDENAÇÃO DO CURSO DE INFORMÁTICA?

Descrição:

I. IDENTIFICAÇÃO
(Dimensão 2 – Identificação do Corpo Docente)

1. QUANTOS DOCENTES LECIONAM NO CURSO DE INFORMÁTICA?

Descrição:

2. QUAL A TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE QUE ATUA NO CURSO DE INFORMÁTICA?

Descrição:

3. REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE NO CURSO:

- Integral
 Parcial
 Horista
 Outro: Especifique: _____

4. QUAL A EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO CORPO DOCENTE NA ÁREA DO CURSO?

Descrição:

II. ASPECTOS ESPECIFICOS DO CURSO DE INFORMÁTICA
(Dimensão 1 – Motivação para a Implementação)

1. FOI REALIZADA UMA PESQUISA DE INTERESSE COM A COMUNIDADE NO MOMENTO DA ESCOLHA DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO AO MÉDIO DE INFORMÁTICANO CAMPUS?

A) NÃO. DESCREVA COMO OCORREU A ESCOLHA

Descrição:

B)S

IM – COMO SE ORGANIZOU ESSA PESQUISA? DESCREVA COMO OCORREU ESSA PESQUISA

Descrição:

2. QUAL A MOTIVAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO O CURSO TÉCNICO INTEGRADO AO MÉDIO DE INFORMÁTICA?

Descrição:

3. O CURSO DE INFORMÁTICA FOI O PRIMEIRO CURSO INTEGRAL NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO EM SEU CAMPUS? E NO IFRR?

A) NÃO. ESPECIFIQUE

Descrição:

B)SIM

III. ASPECTOS ESPECIFICOS DO CURSO DE INFORMÁTICA (Dimensão 2 – Implementação do Curso)

1. COMO A ESCOLA SE ADAPTOU A IMPLANTAÇÃO DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO AO MÉDIO EM INFORMÁTICA?

Descrição:

2. QUAL O INSTRUMENTO LEGAL DE CRIAÇÃO DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO AO MÉDIO EM INFORMÁTICA EM SEU CAMPUS?

Descrição:

3. QUAL A ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO QUE O CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA ABRANGE EM SEU CAMPUS?

Descrição:

4. VOCÊ CONSIDERA A FORMAÇÃO DO CURSO DE INFORMÁTICA DO IFRR RELEVANTE PARA O MUNDO DO TRABALHO?

A) NÃO

B) SIM - SE A SUA RESPOSTA FOI **“SIM”**, JUSTIFIQUE SUA RESPOSTA:

Descrição:

5. É POSSÍVEL A TRANSFERÊNCIA DE APRENDIZAGENS POSITIVAS DO CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA PARA O CURSO SUPERIOR EM GESTÃO DE ANÁLISE DE SISTEMAS DO IFRR – CAMPUS BOA VISTA?

E) NÃO – JUSTIFIQUE.

Descrição:

F) SIM – JUSTIFIQUE.

Descrição:

6. EXISTE CONSELHO DE CLASSE NA INSTITUIÇÃO?

A) NÃO

B) SIM - SE A SUA RESPOSTA FOI **“SIM”**, QUAL A ATUAÇÃO E FUNCIONALIDADE DO CONSELHO DE CLASSE?

Descrição:

7. DESCREVA SUAS **CONSIDERAÇÕES SOBRE O CURSO TÉCNICO DE INFORMÁTICA INTEGRADO AO MÉDIO**: (ASPECTOS POSITIVOS, NEGATIVOS E SUGESTÕES)

Descrição:

Boa Vista, dia _____ de _____ de 2017.

Muito Obrigada pela colaboração!